

# Índice

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	16
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras informações relevantes	20

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	41
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	43
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	52
4.5 - Processos sigilosos relevantes	53
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	54
4.7 - Outras contingências relevantes	55

## Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	56
<b>5. Gerenciamento de riscos e controles internos</b>	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	57
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	59
5.3 - Descrição dos controles internos	61
5.4 - Alterações significativas	64
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	65
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	66
6.3 - Breve histórico	67
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	72
6.6 - Outras informações relevantes	73
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	74
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	77
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	78
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	92
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	93
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	112
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	113
7.8 - Políticas socioambientais	114
7.9 - Outras informações relevantes	115
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Negócios extraordinários	127
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	128
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	129

## Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	130
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	132
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	133
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	137
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	144
9.2 - Outras informações relevantes	177
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	178
10.2 - Resultado operacional e financeiro	227
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	231
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	243
10.5 - Políticas contábeis críticas	244
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	251
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	252
10.8 - Plano de Negócios	253
10.9 - Outros fatores com influência relevante	255
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	256
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	257
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	258
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	264
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	266
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	267
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	268
12.7/8 - Composição dos comitês	276

## Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	279
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	280
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	297
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	298
12.13 - Outras informações relevantes	299

## 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	300
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	304
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	307
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	310
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	319
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	322
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	323
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	326
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	328
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	329
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	331
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	332
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	334
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	335
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	336
13.16 - Outras informações relevantes	337

## 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	339
---------------------------------------	-----

## Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	341
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	342
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	343
14.5 - Outras informações relevantes	344

## 15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	345
15.3 - Distribuição de capital	355
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	356
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	362
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	370
15.7 - Principais operações societárias	372
15.8 - Outras informações relevantes	375

## 16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	376
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	377
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	393
16.4 - Outras informações relevantes	394

## 17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	395
17.2 - Aumentos do capital social	396
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	398
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	399
17.5 - Outras informações relevantes	400

## 18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	401
---------------------------	-----

## Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	402
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	406
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	407
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	408
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	421
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	422
18.8 - Títulos emitidos no exterior	423
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	424
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	425
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	427
18.12 - Outras informações relevantes	428

## 19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	429
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	430
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	431

## 20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	432
20.2 - Outras informações relevantes	433

## 21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	434
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	441
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	442
21.4 - Outras informações relevantes	443

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Gustavo Henrique Santos de Sousa**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente/Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Cargo do responsável**

### **Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO**

**1.1 Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, atestando que (a) reviram o Formulário de Referência, (b) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19, (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos:**

**Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário** Gustavo Sousa  
**Cargo do responsável** Diretor Presidente  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (Interino)

*SPaulo, 30 de Maio de 2017*

**O Diretor acima qualificado declara que:**

(a) reviu o Formulário de Referência;

(b) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO</b>
--

- 1.2 Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, atestando que (a) reviram o Formulário de Referência, (b) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19, (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos:**

A declaração pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores está contida no item 1.1 do presente do documento. Uma vez, que a mesma pessoa ocupa os dois cargos elencados na Instrução.

### 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO</b>
--

**1.3 Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, atestando que (a) reviram o Formulário de Referência, (b) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19, (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos:**

A declaração pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores está contida no item 1.1 do presente do documento. Uma vez, que a mesma pessoa ocupa os dois cargos elencados na Instrução.

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2013 a 31/03/2015
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, asseguração sobre o cumprimento de covenants e serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	O montante total da remuneração dos auditores independentes será de R\$3.364,5 mil, sendo R\$2.210,1 mil relativos aos serviços de auditoria externa, R\$64,2 relativos à asseguração sobre o cumprimento de covenants e R\$1.090,2 mil relativos a serviços relacionados com a oferta pública de ações da Companhia.
<b>Justificativa da substituição</b>	Rodizio de auditores
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/01/2013 a 31/03/2015	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	418-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0001-29
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/04/2015
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício a findo em 31 de dezembro de 2016; Procedimentos Previamente Acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial e Relatórios de Asseguração Limitada relativo ao processo de compilação de Índices Contratuais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	a) Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço: O montante total da remuneração dos auditores independentes é de R\$ 2.139,5 mil, sendo R\$ 1.884,0 mil relativos aos serviços de exame das demonstrações financeiras e R\$ 255,5 mil relativos aos trabalhos de procedimentos previamente acordados e de asseguração limitada. b) Montante total da remuneração por parte relacionadas com o auditor independente: (i) Montante total de R\$ 120,8 mil relativos à serviço de consultoria para diagnóstico dos procedimentos de gestão de risco da Companhia em comparação com o COSO ERM, ISSO 31.000 e ICVM 552; e (ii) montante total de R\$ 150,0 mil relativos à diagnóstico baseado em metodologias de quantificação dos riscos corporativos utilizadas pela CPFL Renováveis em comparação com metodologias estatísticas reconhecidas no mercado
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve substituição.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve discordância.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSE LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	01/04/2015	007.769.948-32	R DR RENATO PAES BARROS 33, 17 ANDAR, ITAIM BIBI, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21833000, Fax (11) 21833001, e-mail: jcarvalho@kpmg.com.br

## 2.3 - Outras informações relevantes

<b>2.3</b>	<b>Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.</b>
------------	---

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>	<b>Exercício social (31/12/2015)</b>	<b>Exercício social (31/12/2014)</b>
Patrimônio Líquido	4.437.806.604,60	4.303.796.841,30	4.355.313.902,60
Ativo Total	12.464.882.927,40	11.904.101.746,10	11.681.495.842,80
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.646.588.714,20	1.499.355.519,60	1.247.626.922,70
Resultado Bruto	790.507.930,40	786.968.519,60	480.607.298,50
Resultado Líquido	-143.705.884,30	-48.717.432,30	-167.361.528,60
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	503.351.271	503.308.389	503.308.389
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,820000	8,550000	8,650000
Resultado Básico por Ação	-0,300000	-0,110000	-0,370000
Resultado Diluído por Ação	-0,36	-0,18	0,44

### 3.2 - Medições não contábeis

**3.2** Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

**a) informar o valor das medições não contábeis**

(R\$ milhões)	Exercício	Exercício encerrado	Exercício encerrado
	encerrado em 31/12/2016	em 31/12/2015	em 31/12/2014
EBITDA	993,1	1.001,4	663,5
Margem EBITDA	60,3%	66,8%	53,2%
Dívida líquida	4.936,7	4.752,5	4.567,7

**b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;**

#### EBITDA

O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente da CPFL Renováveis. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização.

CONSOLIDADO (R\$ milhões)	2016	2015	2014
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	(143,7)	(48,7)	(167,4)
(+) Resultado financeiro	537,3	460,3	365,0
(+) Depreciação e Amortização	540,6	540,6	432,2
(+) IR e CSLL	46,3	49,2	33,6
<b>EBITDA</b>	<b>993,1</b>	<b>1.001,4</b>	<b>663,5</b>
<b>MARGEM EBITDA</b>	<b>60,3%</b>	<b>66,8%</b>	<b>53,2%</b>
(EBITDA/Receita Líquida)			

#### DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia é calculada com o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante deduzido do saldo de caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da CPFL Renováveis.

As informações a seguir ilustram o cálculo da dívida líquida consolidada da Companhia, relativa aos períodos abaixo indicados.

### 3.2 - Medições não contábeis

(R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31/12/2016	Exercício encerrado em 31/12/2015	Exercício encerrado em 31/12/2014
Empréstimos e financiamentos – CP	551,2	368,1	354,3
Empréstimos e financiamentos – LP	3.759,3	3.517,5	3.555,7
Debêntures – CP	338,8	486,0	323,3
Debêntures – LP	1.758,5	1.649,5	1.416,2
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-909,0	-871,5	-828,4
(-) Aplicações financeiras	-85,0	-23,2	-4,9
(-) Títulos e valores mobiliários	-0,4	-0,4	-0,4
(-) Aplicações financeiras vinculadas	-476,7	-373,4	-248,1
Dívida líquida	4.936,7	4.752,5	4.567,7

**c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.**

Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como um indicador de desempenho econômico geral da Companhia, que não são afetados pelo resultado financeiro, por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou pelos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos nos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia.

A Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil tanto para a Companhia como para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do seu grau de alavancagem financeira, uma vez que demonstra todas as dívidas da Companhia, excluindo o caixa, disponibilidades e aplicações financeiras vinculadas.

### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

**3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.**

Posteriormente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vale mencionar que as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, ocorreram em 22 de março de 2017, 16 de março de 2016 e 24 de março de 2015, respectivamente.

As estimativas dos efeitos financeiros dos eventos descritos abaixo não puderam ser estimadas, uma vez que não originaram ajustes nas demonstrações financeiras.

#### 2016

##### Aquisição da totalidade de participação societária vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A.

Em 01 de julho de 2016, a Camargo Corrêa S.A (“CCSA”) recebeu e aceitou, a proposta encaminhada pela State Grid International Development Limited (“State Grid”) para a aquisição da totalidade de sua participação societária, vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A, que representa 23% do capital social.

Em 2 de setembro de 2016, a CCSA assinou o contrato de aquisição. A partir dessa data, iniciou-se o prazo de 30 dias para os demais signatários do Acordo de Acionistas da CPFL Energia (“Acordo”) exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da CPFL Energia vinculadas ao Acordo, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Em 23 e 28 de setembro de 2016, os signatários: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações; Bonaire Participações S.A.; Fundação Cesp; Fundação Sistel de Seguridade Social; Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros e Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, informaram o exercício do direito de venda previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas participações acionárias na CPFL Energia. Em 22 de setembro de 2016 ocorreu a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 13 de dezembro de 2016 ocorreu a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle (“Acionistas Controladores”) à State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid Brazil”), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid Brazil.

Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil, informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV, e certas outras partes. Além disso, foram divulgados neste Fato Relevante as condições sobre a transação no que tange à (i) fechamento e ações adquiridas, (ii) preço por ação da CPFL Energia; (iii) preço por ação da CPFL Renováveis; (iv) OPAs por alienação de controle; (v) preço da OPA por alienação de controle; (vi) Possibilidade de Promover o Cancelamento de Registro da CPFL Energia e/ou da CPFL Renováveis; (vii) rescisão do controle de acionistas e outras informações relevantes.

Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% do capital votante e total da CPFL Energia. Tendo em vista que a CPFL Energia é a controladora da CPFL Renováveis, a transferência do controle direto da CPFL Energia resultou na alienação indireta do controle da CPFL Renováveis. O valor por ação de emissão da CPFL Renováveis detida direta ou indiretamente pela CPFL Energia foi de R\$ 12,20 por ação de emissão da CPFL Renováveis, totalizando aproximadamente R\$ 3.17 bilhões.

Alguns membros do conselho de administração e do conselho fiscal renunciaram nesta mesma data. A eleição dos substitutos para ocuparem os cargos vagos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

realizada em 16 de fevereiro de 2017, conforme edital de convocação e Proposta da Administração já divulgados.

Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Conforme fato relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017, a State Grid Brazil Power Participações realizará uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Renováveis, excluindo as ações ordinárias detidas direta ou indiretamente pela CPFL Energia S.A. (“OPA por Alienação de Controle”), juntamente com uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia visando a: (i) cancelar seu registro de companhia aberta perante a CVM sob a categoria “A” e a sua conversão para a categoria “B” (“OPA para Conversão de Registro”); e (ii) retirar a Companhia do Segmento Especial de Listagem da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“OPA para Saída do Novo Mercado”), observando-se, para tanto a legislação aplicável.

Nesse sentido, foi divulgado nesta data que o ofertante protocolou em 22 de fevereiro de 2017 a documentação relativa à OPA Unifica perante a CVM, contemplando o preço por ação previamente informado de R\$ 12,20 (doze reais e vinte centavos), sujeito aos ajustes previamente informados (“Preço da Oferta”). Ofertante esclareceu, ainda, que: (a) o registro da OPA Unificada encontra-se em processo de análise pela CVM e (b) se reserva o direito de lançar apenas a OPA por Alienação de Controle e cancelar a OPA para Conversão de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado caso o Preço da Oferta seja inferior ao valor justo das ações da Companhia, apurado no laudo de avaliação a ser elaborado para efeito da OPA para Conversão de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado, de acordo com a regulamentação aplicável.

#### **2015**

##### **1ª Emissão de Debêntures – SPE Turbina 16 Energia S.A.**

Em 05 de janeiro de 2016, a controlada SPE Turbina 16 Energia S.A. efetuou a liquidação antecipada das 27.720 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$265.930. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e remuneração de 112,75% do CDI. Essa emissão teve como objetivo reforçar a necessidade de caixa dessa controlada até que ocorresse a liberação do financiamento com o BNDES, ocorrida em dezembro de 2015.

##### **Pagamento de Contas a Pagar de Aquisições**

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela do contrato de venda e compra de ações e outras avenças, oriundo da incorporação de DESA, entre a WF2 Holding S.A. e os não controladores da Dobrevê Energia S.A., firmado em 31 de janeiro de 2014, no montante de R\$16.360. Neste contrato, os não controladores alienaram a totalidade de suas ações correspondentes a 21,14% do capital votante da Dobrevê Energia S.A.

##### **Emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis - Plano Alto e Alto Irani**

Em 22 de janeiro de 2016, as controladas Plano Alto e Alto Irani emitiram ações preferencias resgatáveis, sendo emitidas 921.224 ações ao montante de R\$55.000 para Plano Alto e 1.031.005 ações no montante de R\$75.000 para Alto Irani. Essas ações preferências resgatáveis possuem vencimento em janeiro de 2023 e remuneração de 105% do CDI. Essa emissão teve como objetivo reforçar a necessidade de caixa da controladora CPFL Renováveis.

#### **2014**

##### **1ª Emissão de Notas Promissórias - Mata Velha**

Em 15 de janeiro de 2015, a controlada indireta Mata Velha realizou a 1ª emissão de notas promissórias, adquirida pelo Banco Votorantim, no montante de R\$50.000, ao custo financeiro de CDI mais 0,7% ao ano, e com vencimento em 14 de julho de 2015. Essa emissão teve como objetivo reforçar a necessidade de caixa dessa controlada até que ocorra a liberação do financiamento com o BNDES.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

#### 3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
<b>a) Regras sobre retenção de lucros</b>	Nos termos do parágrafo segundo do artigo 27 do estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 28 do estatuto social da Companhia; e (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.	Nos termos do parágrafo segundo do artigo 27 do estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 28 do estatuto social da Companhia; e (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.	Nos termos do parágrafo segundo do artigo 27 do estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 28 do estatuto social da Companhia; e (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.
<b>a.i.) Valores das Retenções de Lucros</b>	Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2016, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.	Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2015, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.	Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2014, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.
<b>b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.</p> <p>O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço</p>	<p>A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.</p> <p>O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço</p>	<p>A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.</p> <p>O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço</p>

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	<p>semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p> <p>Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p> <p>Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.</p> <p>Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de três anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.</p>	<p>semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p> <p>Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p> <p>Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.</p> <p>Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de três anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.</p>	<p>semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p> <p>Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p> <p>Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.</p> <p>Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de três anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.</p>
<b>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Anual. Entretanto, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral</p>	<p>Anual. Entretanto, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral</p>	<p>Anual. Entretanto, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral</p>
<b>d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia.</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia.</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia.</p>

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	Adicionalmente, há restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia, caso esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas: (i) nas Escrituras de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissões da Companhia; (ii) na Escritura de Debêntures da 1ª Emissão da PCH Holding 2 S.A.; e (iii) nas Cártulas da 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia.	Adicionalmente, há restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia, caso esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas: (i) nas Escrituras de Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª emissões da Companhia; e (ii) na Escritura de Debêntures da 1ª Emissão da PCH Holding 2 S.A.	Adicionalmente, há restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia, caso esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas: (i) nas Escrituras de Debêntures da 1ª e 2ª emissões da Companhia; e (ii) na Escritura de Debêntures da 1ª Emissão da PCH Holding 2 S.A.
--	---	--	--

### **3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não teve lucro líquido nos últimos 3 exercícios sociais

### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

<b>3.6</b>	<b>Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.</b>
------------	--

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou prejuízo contábil não havendo declaração de dividendos em tal exercício, seja à conta de lucros retidos, seja à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 somado ao prejuízo acumulado, no montante de R\$ 148.287.324,61 foi absorvido integralmente pela reserva de capital.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo contábil não havendo declaração de dividendos em tal exercício, seja à conta de lucros retidos, seja à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 somado ao prejuízo acumulado, no montante de R\$ 138.476.161,70 foi absorvido integralmente pela reserva de capital.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou prejuízo contábil não havendo declaração de dividendos em tal exercício, seja à conta de lucros retidos, seja à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 77.515.000,00 foi absorvido integralmente pela reserva de capital.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2016</b>	8.027.076,32	Índice de Endividamento	1,5000000	

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2016)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		485.342.385,55	833.866.277,55	769.818.507,99	2.027.259.552,22	4.116.286.723,31
Títulos de dívida	Quirografárias		404.638.471,76	821.230.710,61	664.585.564,38	401.129.214,55	2.291.583.961,30
<b>Total</b>			<b>889.980.857,31</b>	<b>1.655.096.988,16</b>	<b>1.434.404.072,37</b>	<b>2.428.388.766,77</b>	<b>6.407.870.684,61</b>
<b>Observação</b>							

### **3.9 - Outras informações relevantes**

<b>3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.</b>
---

Todas as informações relevantes referentes às Informações Financeiras selecionadas foram divulgadas anteriormente.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### 4. Fatores de risco

O investimento em ações da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas em seu Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

O preço de mercado das ações da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer um desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder partes substanciais ou a totalidade de seus investimentos. Os riscos descritos são aqueles que são conhecidos e que a Companhia acredita que, na data desse Formulário de Referência, podem afetar adversamente a CPFL Renováveis.

Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio de ativos da Companhia totalizava 2.054 MW, sendo composto por 91 usinas em operação e dois projetos em construção, que adicionarão 75 MW de capacidade nos próximos quatro anos. Atualmente, a Companhia possui 2.129 MW de capacidade instalada contratada, com energia já vendida em contratos de longo prazo.

Quaisquer dos fatores enumerados abaixo, dentre outros compreendidos nos riscos detalhados na Seção 4 e 5 do Formulário de Referência da CPFL Renováveis, poderão prejudicar de modo relevante o atingimento do plano estratégico e, conseqüentemente, poderão afetar de forma adversa os resultados da Companhia. São eles:

- Inexistência de alternativas de fornecimento e logística de recursos produtivos que assegurem a manutenção e a continuidade das operações e/ou dependência de fornecedor único;
- Perdas decorrentes da queda de produtividade e/ ou interrupção das operações;
- Incapacidade de adquirir equipamentos de geração de energia eólica, hidrelétrica, solar ou termelétrica nos prazos e preços que viabilizem os projetos;
- Estrutura organizacional conflitante e/ou indefinição de responsabilidades nos ambientes da sociedade, estratégico, de negócio e operacional não aderente ao crescimento da Companhia;
- Inexistência de leilões onde se possa comercializar energia de fontes alternativas ou aquisições e fusões em desacordo com o plano de negócio da Companhia;
- Incapacidade de obter novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”);
- Impossibilidade ou dificuldade de viabilização dos projetos em desenvolvimento;
- Atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação de projetos e outros problemas relacionados à construção e operação dos ativos;
- Indisponibilidade de financiamento adequado às necessidades da Companhia, ou incapacidade de realizar o volume de investimento previsto no plano de negócios dentro do cronograma inicialmente previsto;
- Indisponibilidade de combustível (biomassa) para a operação dos projetos termelétricos;
- Rescisão dos contratos de arrendamento de terras para implantação de parques eólicos;
- Aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; (iii) contribuições, taxas e impostos; e (iv) tarifas de transporte de energia elétrica, de tal modo que venham a afetar as margens de lucro da Companhia;

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Dificuldades de acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;
- Ausência de diretrizes e/ ou alinhamento para relacionamento com colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, sindicatos, acionistas, investidores, sociedade e demais parceiros de negócio podendo afetar a imagem e reputação da Companhia;
- Incapacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem os projetos;
- Incapacidade de cumprir com todas as condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento ambiental dentro dos prazos por nós estimados;
- Responsabilização por danos causados ao meio ambiente em razão da implementação de empreendimentos, ou de atividades realizadas por terceiros relativas à instalação e operação de empreendimentos da Companhia;
- Alterações na legislação e regulamentação vigentes e imposição de futuras legislações e regulamentos, ensejando expressivos atrasos na condução dos projetos, gastos de capital e aumento dos custos operacionais;
- Incapacidade de obter a posse ou a titularidade dos imóveis necessários para a implantação dos projetos dentro dos prazos e preços inicialmente previstos, seja por atrasos nos procedimentos de regularização fundiária, na aquisição ou arrendamento de terras, ou ainda, por dificuldade de obtenção de ordem judicial para imissão de posse nos imóveis, dentre outros fatores;
- Incapacidade de obter a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para transferência da titularidade dos projetos e para eventuais alterações nos projetos que adquirimos ou desenvolvemos;
- Possibilidade de imposição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") de restrições operativas relacionadas à capacidade e ou estabilidade de escoamento de energia pelas linhas de transmissão;
- Advento ou alteração de regulamentos ou de conjuntura do mercado, em particular para vendas de energia elétrica no ACR ou no ACL, que impeçam ou limitem a indexação das contas a receber da Companhia de acordo com certos índices, conforme permitido atualmente, o que pode gerar menor retorno ou até mesmo perda no valor de investimentos a realizar no futuro;
- Incapacidade de garantir valores de ventos médios em linha com a expectativa utilizada para a decisão de investimento em projetos eólicos;
- Aspectos ambientais não previstos que onerem em excesso os projetos e causem atrasos;
- Incapacidade de garantir valores de irradiação solar em linha com a expectativa utilizada para a decisão de investimento em projetos solares;
- Alterações climáticas que causem secas prolongadas, interferência no regime de velocidade e frequência de ventos, alterações nos regimes hidrológicos, entre outros;
- Vulnerabilidade e ataques externos (*cyber securities*) ocasionando a falha na gestão de informação da tecnologia;
- Erros na operação que causem danos ao meio ambiente;
- Descumprimentos da legislação e/ou regulamentação de saúde e segurança aplicáveis ao negócio e estabelecidos pela organização ou atividades inadequadas referentes à saúde e segurança dos colaboradores que expõem a organização a passivos;

Invasões de movimentos sociais organizados nos ativos da Companhia, incluindo os canteiros de obras que causem paralisação dos trabalhos;

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Demandas excessivas de movimentos sociais organizados não previstas, tais como, reivindicações de reassentamento, concessão de compensações ou indenizações acima dos valores previstos; e
- Indisponibilidade de mão-de-obra qualificada.

Ademais, as demonstrações financeiras históricas individuais e consolidadas da Companhia têm comparabilidade limitada e podem não fornecer uma base para avaliação das perspectivas comerciais ou do valor futuro das ações da Companhia.

Para os fins da seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez ou negócios futuros da Companhia, bem como de suas subsidiárias, e no preço dos valores mobiliários de sua emissão. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão da seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens da seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

<b>4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:</b>
--

a) ao emissor

**As operações e projetos de investimento da Companhia podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a CPFL Renováveis registrou prejuízo líquido de R\$ R\$ 143,7 milhões contra um prejuízo líquido de R\$ 48,7 milhões em 2015. Tal resultado foi impactado principalmente por itens não recorrentes ocorridos no 4T16, como a baixa de projetos eólicos e de PCHs e a provisão de baixa de projetos, e também pelo aumento do custo de geração de energia elétrica, sendo este influenciado principalmente pelo aumento da rubrica de compra de energia. Adicionalmente, ocorreu o aumento das despesas financeiras devido ao aumento das taxas de juros e pela entrada em operação de novos parques. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 167,4 milhões, decorrente de itens extraordinários, como custo com o GSF (*Generation Scaling Factor*).

Ao longo desses últimos anos, a Companhia realizou desembolsos significativos em investimentos: (i) na construção de projetos; (ii) no desenvolvimento do portfólio de ativos; (iii) na aquisição de novos projetos e sociedades; e (iv) na instalação de sua infraestrutura operacional.

A CPFL Renováveis prevê incorrer em expressivos investimentos de capital e, conseqüentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades planejadas pela Companhia. Dessa forma, pode-se não alcançar a rentabilidade prevista no plano de negócios ou fluxo de caixa positivo da Companhia, o que pode impedir a Companhia de pagar dividendos ou saldar as demais obrigações tempestivamente, comprometendo seus resultados.

**A Companhia pode não ser capaz de realizar a construção, implantação, operação e aquisição de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em sua estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre seu crescimento e sobre seus resultados.**

O crescimento da receita depende significativamente da capacidade da Companhia de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar suas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para seus acionistas.

Na fase de construção e implementação, pode-se não ser capaz de concluir o projeto de determinados empreendimentos dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido à uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção do direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nos projetos elevando significativamente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores na organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar as operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos; (xii) dificuldades para obter imóveis para a instalação dos projetos; e (xiii) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

Já a operação das instalações da Companhia envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho dos equipamentos de geração abaixo dos níveis de saída, eficiência esperada ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução dos equipamentos de geração devido ao desgaste, *design* ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

design ou de fabricação dos equipamentos de geração; (iv) incapacidade de operar os equipamentos de geração de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam as usinas diretamente ou obrigações contratuais, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (vii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, inundações ou outros eventos de força maior, explosões, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (viii) erros de operação; (ix) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (x) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais, ambientais ou outros requisitos regulamentares eventualmente impostos; (xi) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiii) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; e (xiv) dificuldades para obter imóveis para a ampliação dos projetos da Companhia.

Adicionalmente, a CPFL Renováveis pode não ser capaz de operar suas usinas conforme planejado e, portanto, não gerar a energia esperada em suas usinas em função de diversos fatores, tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) distorções entre o custo de geração de suas usinas e o preço da energia contratada devido a alterações da disponibilidade hídrica, da intensidade dos ventos, da irradiação solar ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade dos equipamentos de geração em nível superior aos índices de desempenho de referência.

Ademais, após o início da operação de suas usinas, a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos em seus orçamentos, principalmente em função de novas exigências regulatórias, que determinem a implementação de estruturas e/ou equipamentos complementares, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

Por fim, a concorrência na aquisição de empresas em mercados nos quais a Companhia tem interesse poderá resultar em preços mais altos que os habituais para a aquisição de tais negócios, afetando adversamente o ritmo de aquisições ou mesmo o seu grau de sucesso. A Companhia pode não ser capaz de atingir os benefícios esperados como resultado das aquisições que podem ser realizadas. Pode-se enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, ambientais, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas ou projetos-alvos, e outras questões regulatórias. Além disso, eventuais aquisições de outras empresas de energia elétrica estão sujeitas aos limites estabelecidos pela ANEEL, como, por exemplo, a aprovação da mudança do controle das empresas adquiridas, o que pode consumir uma parte do tempo e atenção da administração da Companhia, não sendo garantida a aprovação de tais aquisições pelos órgãos reguladores competentes. Qualquer processo de integração com empresas adquiridas pode demandar tempo e recursos relevantes e pode-se não conseguir conduzir o processo com êxito, de modo que as receitas e resultados da Companhia consolidados com os das empresas adquiridas podem ser afetados de maneira adversa.

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda das licenças e autorizações da Companhia, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de suas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso nos negócios, na situação financeira ou no resultado das operações da Companhia.

### **De acordo com os contratos de venda de energia no mercado regulado e mercado livre, a Companhia pode ser penalizada pela sua eventual incapacidade de fornecimento de energia.**

A CPFL Renováveis firma contratos de venda de energia estabelecendo prazos específicos para entrega de energia. Todos os seus contratos contêm disposições que a obrigam entregar a energia de acordo com níveis razoáveis de produção esperada de suas usinas.

Em algumas situações, tais contratos são firmados antes da fase de construção e implementação dos projetos, de modo que eventuais atrasos na sua construção e na implantação podem provocar atraso no início de geração e entrega da energia contratada.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

No caso de atrasos em determinados contratos onde é exigida a recomposição de lastro, a Companhia deve comprar energia para honrar seus compromissos. Tal compra necessariamente é feita por meio de agentes qualificados que operem na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), por um preço negociado de forma bilateral, que pode ser mais caro que os dos contratos de venda por celebrados pela Companhia, prejudicando o seu resultado. O valor desses contratos bilaterais, quando de curto prazo, são baseados no PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) médio esperado para o mês em questão, podendo inclusive ser superior a esse preço.

Eventuais atrasos nos projetos que possuem energia contratada por meio de contratos de energia de reserva não necessitam de recomposição de lastro, porém implicarão penalidades financeiras para os projetos e impactarão negativamente o resultado da Companhia.

Ademais, eventual descumprimento do fornecimento poderá gerar penalidades impostas pela ANEEL e CCEE, tais como ajustes de volumes, preços ou até o término dos respectivos contratos e revogação das autorizações, o que inviabilizaria os projetos da CPFL Renováveis e influenciaria de forma adversa em seus resultados.

**Os contratos financeiros da Companhia possuem garantias reais e fidejussórias, bem como obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inobservância dessas obrigações pode comprometer seus resultados e sua condição financeira.**

Os contratos financeiros preveem que a Companhia, suas controladas ou sua controladora cumpram com diversas obrigações, tais como necessidade de autorização prévia para alteração de seu controle e oneração de seus ativos. Os contratos financeiros também estabelecem o dever de observância de certos índices que podem ser medidos pela Companhia, suas controladas ou sua controladora, de acordo com o estipulado em contrato, incluindo índices de cobertura do serviço da dívida. Não há como garantir que a CPFL Renováveis atinja todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros poderá resultar na decisão dos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, conseqüentemente, executar as garantias concedidas. Os ativos e fluxos de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos de financiamento, tanto na hipótese de vencimento normal quanto de vencimento antecipado decorrente de inadimplemento. Caso as garantias sejam executadas em virtude do vencimento antecipado das dívidas, os resultados e condição financeira da Companhia podem ser comprometidos, e impactar adversamente seus resultados. Não se pode assegurar que a Companhia será capaz de cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações impostas pelos contratos financeiros no futuro.

**A perda dos membros da administração da Companhia ou a incapacidade de atrair e manter pessoas qualificadas poderá ter um efeito material adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados da Companhia.**

A execução das atividades da Companhia, a implementação de seus projetos e a capacidade de manter sua posição competitiva dependem dos serviços prestados por membros da sua administração e por seu pessoal técnico. Se a CPFL Renováveis não for capaz de mantê-los, terá de atrair e, possivelmente, treinar pessoal adicional, em especial, para a área técnica, o qual pode não estar disponível no momento ou ter um custo elevado. Oportunidades atraentes no Brasil e em outros países poderão afetar sua capacidade de contratar ou de reter os talentos necessários, de modo que não se pode garantir a obtenção de êxito em manter e atrair pessoal qualificado e renomado no mercado necessário para desenvolver a equipe e os negócios da Companhia. Se não conseguir tal feito, a CPFL Renováveis poderá ser incapazes de administrar seus negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso sobre seus resultados.

**Durante a construção, implementação, e operação de projetos a Companhia poderá incorrer em prejuízos e ser considerada responsável por perdas e danos causados a terceiros, cujos respectivos seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.**

A Companhia poderá ser responsabilizada por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na construção, implementação, e operação de nossas usinas, que acarretem interrupções ou distúrbios nos sistemas de distribuição ou transmissão; (ii) quaisquer danos causados ao meio ambiente ou a terceiros decorrente do desenvolvimento das atividades da Companhia, ainda que não tenha concorrido para isso; e / ou (iii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a nenhum agente

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

identificado do setor elétrico. Não é possível garantir que as apólices de seguro serão adequadas ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos durante o período de construção e operação do projeto. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou cuja cobertura de seguro seja insuficiente pode ter um efeito adverso na Companhia e nos resultados operacionais. Além disso, não se pode assegurar que a Companhia será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Esses fatores podem gerar efeito adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

**As implementações da estratégia de negócios, bem como do crescimento da Companhia, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou não esteja em condições favoráveis.**

As implementações da estratégia de negócios, bem como do crescimento futuro da Companhia, exigem uma quantidade significativa de investimento em capital fixo. Será necessário que a busca por capital adicional, seja mediante a emissão de títulos de dívida, tomada de empréstimos ou mediante a emissão de ações. A capacidade futura de captação de recursos dependerá da rentabilidade futura da Companhia, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial. É possível que tal capital adicional não esteja disponível ou não esteja em condições favoráveis. Se a Companhia financiar suas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por escritura de emissão ou por outro instrumento contendo obrigações que restrinjam sua flexibilidade operacional. A restrição à captação em condições aceitáveis à Companhia poderá ter um efeito adverso sobre ela. Ademais, caso incorra em endividamento adicional, os riscos associados a alavancagem financeira da Companhia, tais como a possibilidade de não geração de caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, poderão aumentar, causando um efeito adverso relevante sobre a CPFL Renováveis.

**Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.**

A Companhia e suas controladas são réis em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista. Ademais, a Companhia e suas controladas poderão ser no futuro, réis em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades regulatórias, ambientais, concorrenciais, tributárias, policiais, dentre outras).

A Companhia e suas controladas não podem garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a elas, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou de suas controladas que impeçam a realização de seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Para mais informações sobre os processos relevantes nos quais a Companhia e suas controladas são partes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

### **b) ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle**

**Os interesses do acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses dos investidores da Companhia.**

O acionista controlador da CPFL Renováveis tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de outros investidores e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

**O acionista controlador da CPFL Renováveis poderá optar pelo cancelamento da negociação de suas ações no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que poderia implicar na alteração da liquidez e do preço das ações, bem como alteração dos direitos dos acionistas minoritários. Além disso, é possível que o cancelamento da negociação das ações da Companhia no Novo Mercado ocorra por motivos alheios à sua vontade.**

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O acionista controlador poderá, a qualquer momento, requerer o cancelamento da listagem da Companhia no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das ações e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. A saída do Novo Mercado não implicará na perda da condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Se a saída do Novo Mercado ocorrer, para que as ações da CPFL Renováveis passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) pertencentes aos demais acionistas da Companhia. O preço da OPA corresponderá, no mínimo, ao valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação, cujo resultado independe da ingerência do acionista controlador ou da administração da Companhia. O valor econômico apurado conforme o laudo de avaliação não estará sujeito à revisão e a saída do Novo Mercado e não dependerá de quórum mínimo de aceitação da OPA por parte dos acionistas titulares de ações em circulação da Companhia.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, a CPFL Renováveis não poderá solicitar a listagem de valores mobiliários de sua emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do controle após sua saída do Novo Mercado.

A cotação e a liquidez das ações podem ser adversamente afetadas após a realização da OPA, o que poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores alienarem as ações pelo preço e momento desejados.

### c) aos acionistas da Companhia

**A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão restringir a capacidade dos investidores de alienarem suas ações ou negociá-las pelo preço e no momento desejado.**

Antes da oferta inicial da Companhia, ocorrida em julho de 2013, as ações não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação poderá não se desenvolver ou, se for desenvolvido, poderá não conseguir se manter. Investimento em valores mobiliários é considerado especulativo por natureza.

Os valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o brasileiro, envolvem um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários negociados em países que possuem cenários políticos e econômicos mais estáveis. O mercado brasileiro de valores mobiliários é menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) apresentou um volume financeiro de R\$ 1,4 trilhão em 2016, com uma média diária de R\$ 5,7 bilhões, ante um volume financeiro de R\$ 1,3 trilhão em 2015 (média diária de R\$ 5,3 bilhões). O número total de negócios foi de 1.384.209, contra 1.519.445 de 2015 e a média diária de negócios foi de 115.451 em 2016, superando os 126.620 registrados em 2015.

Essas características de mercado podem restringir a capacidade dos titulares das ações da CPFL Renováveis de negociá-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

**A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio.**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deve-se pagar os nossos acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a CPFL Renováveis, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Ademais, considerando que recentemente a Companhia realizou aquisições relevantes de ativos e projetos, a amortização do ágio gerado em tais aquisições poderá reduzir significativamente o nosso lucro e, conseqüentemente, a capacidade de distribuição de dividendos aos acionistas. Caso qualquer dos eventos mencionados ocorra, pode impactar na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia.

Ainda, alguns dos contratos de financiamento podem incluir restrições aplicáveis à Companhia e/ou às suas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer a habilidade da Companhia de fazer distribuições para seus acionistas.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nos últimos três exercícios sociais, a CPFL Renováveis não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

### **A Companhia pode ter que buscar capital adicional no futuro.**

A Companhia pode ter que buscar recursos financeiros adicionais por meio de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar na diluição da participação acionária do investidor da Companhia.

### **d) às controladas e coligadas da Companhia**

#### **A Companhia é uma sociedade *holding* e depende dos resultados de suas subsidiárias, que podem não ser distribuídos.**

A capacidade da Companhia de distribuir dividendos aos seus acionistas dependerá do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das obrigações da Companhia e/ou para a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

#### **A Companhia pode não ser capaz de extrair as sinergias que planeja entre suas coligadas ou controladas.**

Grande parte do sucesso da CPFL Renováveis depende das sinergias com suas controladas, que visam o aumento do volume de vendas realizadas, bem como a redução de custos e despesas. As sinergias entre a Companhia e suas controladas incluem, dentre outros aspectos, (i) a unificação dos esforços comerciais de venda de energia; (ii) a unificação dos esforços comerciais de compra de insumos e custos de produção; (iii) a unificação dos esforços de contratação de empregados; e (iv) a unificação dos custos e investimentos relativos à tecnologia da informação, publicidade, logística e atendimento ao cliente. A Companhia pode não ser capaz de extrair adequadamente as sinergias necessárias para diminuir seus custos e despesas, o que pode afetar negativamente seu negócio.

#### **Participações em sociedades de propósito específico (“SPEs”) poderão resultar em riscos de natureza fiscal.**

Os investimentos em SPEs incluem, dentre outros, o risco de as SPEs terem seu regime de tributação pelo lucro presumido questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente o resultado das subsidiárias da Companhia e, por consequência, os resultados da CPFL Renováveis.

#### **A Companhia pode vir a estar sujeita a outros potenciais passivos relevantes não identificados no processo de *due diligence* de empresas que eventualmente venha a adquirir, o que poderá afetar de maneira adversa os negócios e os resultados operacionais da Companhia.**

O processo de *due diligence* conduzido pela Companhia para avaliar a situação jurídico-patrimonial de empresas que venham eventualmente a ser adquiridas, pode não ser suficiente para identificar todas as contingências eventualmente existentes. Caso existam contingências significativas oriundas de aquisições, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

#### **A Companhia poderá estar sujeita à necessidade de incorrer em custos e endividamento adicional, ou emissão de novas ações em razão de operações de aquisição.**

A aquisição de empresas poderá exigir que a Companhia aumente o seu nível de endividamento ou acesse os mercados financeiros e de capitais para atender eventuais necessidades de fluxo de caixa, o que poderá afetar de maneira adversa a condição financeira e o resultado operacional da Companhia.

### **e) aos fornecedores da Companhia**

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

**A Companhia contrata empresas prestadoras de serviços para a construção, operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, a situação financeira e os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente.**

A implantação dos projetos da Companhia depende, em grande parte, do fornecimento de equipamentos e serviços contratados junto a terceiros altamente especializados, tais como serviços de engenharia relacionados à construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Assim, a Companhia celebra contratos de fornecimento de equipamento, de prestação de serviços de desenvolvimento, construção, operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica com diversos prestadores de serviços.

A incapacidade ou indisposição desses terceiros em fornecer equipamentos ou prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) acarretar no inadimplemento das obrigações da Companhia previstas nas autorizações concedidas pela ANEEL, (ii) colocar em risco a preservação das centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das usinas da Companhia, conseqüentemente, sujeitando a menor receita de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, bem como na regulamentação do setor elétrico, causando um efeito adverso sobre a CPFL Renováveis. Igualmente, impactos adversos sofridos pelos fornecedores da Companhia podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos equipamentos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado dos projetos.

Ademais, a Companhia poderá ser considerada solidariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas pelos prestadores de serviços terceirizados, o que poderá gerar um efeito adverso relevante em sua situação financeira e seus resultados. Finalmente, conforme a regulamentação civil ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidariamente e objetivamente responsáveis por quaisquer danos ambientais em decorrência das atividades realizadas pelos prestadores de serviços terceirizados, o que também poderá gerar um efeito adverso relevante em sua situação financeira e seus resultados.

Por outro lado, há de se observar que todos os contratos preveem mecanismos de penalidades para mitigação de parte dos efeitos causados pela incapacidade ou indisposição dos terceiros em fornecer equipamentos ou prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, ressalvada ainda as ações regressivas para reaver os prejuízos incorridos.

**Os fornecedores de energia podem não ter capacidade de cumprir com os acordos firmados com a Companhia.**

A Companhia possui contratos com terceiros que estabelecem a obrigação de que eles forneçam energia em determinados padrões pré-estabelecidos. Apesar da existência de cláusulas contratuais nos contratos de constituição de consórcio que atribuem responsabilidade e sujeitam a parte causadora do prejuízo a penalidades e ressarcimentos, não se pode garantir que os terceiros não sofrerão redução ou interrupção na capacidade de geração e entrega de energia elétrica para a Companhia, como, por exemplo, por incapacidade de adquirir insumos para a geração ou mesmo a falência do terceiro. Não se pode garantir também a entrada em operação comercial destes terceiros dentro do cronograma estabelecido pela ANEEL, ou que estes terceiros não terão sua garantia física de energia reduzida. Caso tais fatos ocorram, a Companhia terá que adquirir no mercado a energia que deixará de receber desses fornecedores, para cumprir com as obrigações impostas em seus contratos de compra e venda de energia com seus clientes. Não se pode garantir que as indenizações previstas nos contratos existentes com os terceiros sejam pagas, nem que tais indenizações sejam suficientes para cobrir eventuais perdas que a Companhia poderá sofrer caso tenha que adquirir a energia no mercado.

### f) aos clientes da Companhia

**A Companhia está sujeita ao risco de inadimplência de seus clientes, o que pode impactar negativamente a sua situação financeira e o seu resultado.**

São celebrados diversos contratos com compradores de energia gerada nos projetos de investimentos da Companhia, não podendo garantir que as contrapartes honrarão tais contratos. No caso de descumprimento dos termos dos contratos por algum cliente, a Companhia pode ter suas operações comprometidas e conseqüentemente sofrer um impacto negativo em sua situação financeira e seus resultados.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

As vendas de energia elétrica no ACL (Ambiente de Contratação Livre) não dispõem de garantias de pagamento semelhantes às observadas nos contratos decorrentes dos leilões de compra e venda de energia e nos contratos de longo prazo, por isso uma eventual inadimplência dos clientes poderá resultar em contingências e eventuais dificuldades de recuperação de créditos da Companhia. Os contratos de venda de energia no ACR (Ambiente de Contratação Regulada) da CPFL Renováveis, são de longo prazo e possuem contrato específico de constituição de garantia de pagamento. Porém, não se pode garantir que a qualidade do crédito das distribuidoras compradoras continuará a mesma e que as mesmas honrarão o contrato durante toda a sua vigência. Uma eventual elevação no nível de inadimplência dos clientes poderá gerar um efeito adverso relevante na situação financeira e comprometer os resultados da Companhia.

No mercado *spot*, a modalidade de contratação é registro contra pagamento. Já nos contratos ACL de longo prazo, há diversas modalidades de garantia praticadas entre os agentes, tais como seguro garantia e carta de fiança bancária.

### g) aos setores da economia de atuação da Companhia

**O aumento na demanda por energia elétrica no Brasil e o crescimento do setor de energias renováveis poderão não se confirmar ou ser inferiores às estimativas da Companhia ou poderão ser supridos por outros projetos de geração de energia elétrica.**

Os investimentos da Companhia em novos projetos de geração de energia elétrica foram baseados na expectativa de aumento da demanda por energia elétrica nos próximos anos e no potencial estimado de crescimento do setor a partir de fontes renováveis. Esse aumento da demanda e crescimento do setor de energias renováveis em relação ao setor de geração em geral poderão não ocorrer ou ser inferiores ao inicialmente estimado.

A demanda por energia incentivada conta com uma reserva de mercado no ambiente livre, representada pelos consumidores com demanda contratada entre 500kW e 3.000kW. Qualquer alteração nesses limites pode impactar negativamente o avanço no desenvolvimento de alternativas energéticas, em especial para aquelas que visam o ACL.

Além disso, o aumento da demanda, independentemente de ser aderente ou não ao valor projetado, poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica a partir de fontes não renováveis, grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro. Tal hipótese depende do direcionamento fornecido pelo órgão planejador do SIN (EPE/MME) quanto à expansão e diversificação das fontes energéticas que poderão ser exploradas. Nesse caso, a Companhia poderá ter dificuldades para comercializar energia de seus projetos, limitando sua capacidade de crescimento e gerando um efeito adverso sobre sua situação financeira e seus resultados. O último Plano Decenal de Expansão Energética disponível (PDE/2024) mantém um significativo incremento na participação das fontes renováveis na matriz elétrica, entretanto, ressalta a importância da expansão do parque gerador através de termelétricas, em especial a gás natural, e grandes usinas hidrelétricas, em especial na região Norte.

A tudo isso, soma-se o fato de que as autorizações da Companhia para geração de energia elétrica a submete ao regime de produção independente de energia elétrica, o qual, por definição legal e regulamentar, a obriga a comercializar a energia gerada por sua conta e risco, ou seja, sem qualquer garantia de mercado consumidor para a energia elétrica. Consequentemente, caso a Companhia não seja capaz de comercializar a totalidade da energia gerada, terá que liquidar a quantidade não contratada aos valores de PLD, o que pode ocasionar uma redução de sua receita estimada, gerando um efeito adverso em sua situação financeira e em seus resultados, além de agregar um fator de risco advindo da volatilidade desses preços.

**A participação no Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”) dos projetos hídricos pode não garantir a cobertura da demanda de clientes, sujeitando a Companhia às penalidades pela não entrega da energia contratada, incluindo o pagamento de multas ou compra de energia no âmbito da CCEE, o que poderá afetar negativamente seus resultados futuros.**

O Sistema Interligado Nacional (“SIN”) opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS e as usinas hidrelétricas (“UHE”), incluindo as nossas pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”), estão sujeitas não só a variação nas condições hidrológicas verificadas na região geográfica em que operam, como também em outras regiões do País. O MRE aloca energia gerada entre as usinas participantes do mecanismo, de forma que todas atinjam suas respectivas garantias físicas. Todo mês, a energia desses geradores é ajustada de forma que os membros que produziram menos energia do que suas garantias físicas comprem dos membros que produziram mais, mediante pagamento da Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”) que, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 12,32/MWh. A TEO é reajustada no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Diante de cenários hidrológicos desfavoráveis, onde a energia total gerada pelas usinas do MRE seja inferior à soma das garantias físicas de todas as usinas participantes, ocorre o que o mercado chama de “GSF”, sigla em inglês para Fator de Escalonamento da Geração (*Generation Scaling Factor*), que representa a proporção entre a geração total e a garantia física disponível no período. Nessa situação, a garantia física de todas as usinas participantes será reduzida na proporção do GSF ocorrido no mês e, como consequência, a Companhia poderá ser obrigada a adquirir a energia no mercado *spot*, cujo preço do MWh é bastante volátil, o que poderá ter um efeito adverso sobre seus resultados futuros.

**Os resultados operacionais da Companhia dependem de condições hidrológicas, de vento e irradiação solar favoráveis, além da manutenção das safras de cana-de-açúcar e demais culturas para produção de biomassa.**

Nas situações em que o regime pluviométrico afete os montantes de água necessários à recomposição dos reservatórios ou manutenção da vazão mínima dos rios, poderá haver reduções compulsórias das quantidades de energia elétrica comercializada nos contratos por quantidade celebrados no ACR, sendo tal redução compartilhada de forma pro rata entre todos os agentes geradores hidrelétricos conectados ao SIN com essas características. O regime de chuvas e a vazão dos rios podem ser afetados por uma série de fatores climáticos e relacionados à ação do homem.

Tal risco materializou-se no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o País enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética (“CGE”), imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória do consumo de energia elétrica em percentual de 20% durante esse período. Em 2012, novamente o cenário hidrológico mostrou-se desfavorável e os níveis dos reservatórios baixaram substancialmente com relação aos anos anteriores. Consequentemente, a partir de novembro de 2012, verificou-se um aumento significativo do PLD, o qual perdurou durante os anos de 2013 a 2015, fazendo com que o preço médio destes dois anos fossem os mais altos desde que Novo Modelo foi implementado, em 2004. Caso uma situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica se configure, sem perspectivas de recuperação, o governo poderá impor redução compulsória da garantia física dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios das UHEs. Tal medida pode reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida através das PCHs da Companhia, cujos contratos são por quantidade, causando um efeito adverso sobre seus resultados. Em 2016, devido à grave crise econômica e consequente redução da demanda, os preços de curto prazo voltam a patamares mais baixos.

Caso as projeções da Companhia e de consultorias especializadas à respeito do regime de ventos para o desempenho de suas Usinas Eólicas não estejam precisas, pode-se incorrer em receitas de venda de energia elétrica inferiores às receitas estimadas. Com base em estudos independentes, a CPFL Renováveis projeta a geração de energia elétrica para suas Usinas Eólicas. Os ventos podem ser afetados por uma série de fatores climáticos e pela ação do homem. Além disso, nos casos onde há histórico limitado de dados de vento para fins de estudo de produção de energia, a percepção do comportamento cíclico dos ventos pode ficar prejudicada, incorrendo em maiores incertezas. Caso as estimativas acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, as Usinas Eólicas da Companhia poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre seus resultados.

Caso as projeções da Companhia a respeito da irradiação solar para o desempenho da sua Usina Solar Fotovoltaica não esteja precisa, pode-se incorrer em receita de venda de energia elétrica inferior à receita estimada. A partir de estudos independentes, a CPFL Renováveis projeta a geração de energia elétrica para sua Usina Solar Fotovoltaica. A geração de energia pode ser afetada por uma série de fatores climáticos e pela ação do homem. Além disso, nos casos onde há histórico limitado de dados de irradiação solar para fins de estudo de produção de energia solar incorre em maiores incertezas. Caso a estimativa acerca da insolação não se concretizem no futuro, a Usina Solar Fotovoltaica da Companhia poderá operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre seus resultados.

Em situações em que a safra de cana-de-açúcar dos parceiros da Companhia, em estruturas de consórcio, para produção de excedentes de energia através das Usinas Térmicas movidas a Biomassa de cana-de-açúcar passe por redução de produção, poderá incorrer em receitas de venda de energia inferiores às originalmente projetadas. Todas as projeções da Companhia são realizadas conforme históricos de produção e consumo interno dos parceiros. Efeitos como chuvas excessivas ou escassas, redução de valores das *commodities*, desaquecimento da economia mundial, entre outros, podem afetar diretamente a produção e consequente geração de biomassa de seus parceiros, causando efeitos adversos sobre seus resultados.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### **A estratégia de crescimento da CPFL Renováveis envolve a crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro em linha com a regulamentação vigente.**

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios considerando novos empreendimentos de geração de fonte hidráulica, eólica, solar e biomassa, submetidos ao processo de outorga de autorização pela ANEEL. Nesta fase, existem riscos inerentes ao desenvolvimento de projetos devido ao processo de concorrência com outros *players* do setor.

A Companhia enfrenta concorrência em duas diferentes esferas de sua atuação: (i) a concorrência na obtenção de contratos de venda de energia (PPAs); e (ii) a concorrência na prospecção e/ou aquisição de projetos para investimentos.

A comercialização de energia elétrica no ACR dá-se por meio de leilões públicos. Neste sentido, a Companhia concorre com todas as demais empresas geradoras qualificadas para cada leilão, inclusive, em determinados casos, grandes hidrelétricas. Já no ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. A competição, neste caso, é exercida entre as empresas geradoras, os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia elétrica no mercado livre e os comercializadores de energia elétrica. Para Consumidores Especiais com consumo entre 0,5 MW e 3 MW, as usinas da CPFL Renováveis concorrem somente com outras usinas classificadas como “fontes de energia especial”, que incluem as fontes sujeitas a desconto na tarifa da uso dos sistemas de distribuição e transmissão (PCH, Biomassa, Eólica e Solar com energia injetada na rede até 30MW), e as fontes sem desconto associado, mas que podem conferir lastro para os referidos consumidores especiais (UHEs sem característica de PCH, Biomassa, Eólica e Solar com energia injetada na rede entre 30MW e 50MW).

Em 04 de agosto de 2015, a ANEEL publicou a resolução nº 673, que estabeleceu novos requisitos e procedimentos para a obtenção de outorga de autorização para exploração de PCHs. De acordo com a nova regulamentação, para inventários aprovados anteriormente à resolução 673, terá exclusividade o primeiro interessado que apresentar os documentos necessários para a obtenção do DRI (Despacho de Requerimento de Intenção de Outorga), respeitando o direito de preferência estabelecido na resolução nº672 de 2015. Para inventários aprovados após a publicação da resolução nº673, pelo prazo de 90 dias a partir da data de publicação da aprovação do inventário, poderão ser emitidos pela ANEEL mais de um DRI, sendo que após o prazo de 90 dias, o primeiro empreendedor que protocolar o pedido de DRI terá exclusividade. Cabe esclarecer que na regra antiga, era exigida a apresentação do projeto básico da PCH à ANEEL, o qual era analisado criteriosamente. Somente após a o recebimento da licença ambiental e Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH o projeto era aprovado pela ANEEL, para então ser solicitada a outorga. Pela nova regra, o empreendedor deve apresentar um Sumário Executivo acompanhado do Projeto Básico à ANEEL em até 14 meses da publicação do DRI, permitindo a análise da adequabilidade do Projeto ao Estudo de Inventário Hidroelétrico aprovado. A partir da análise destes documentos, a ANEEL publicará via Despacho, a compatibilidade do Sumário Executivo com os estudos de inventário e com o uso do potencial hidráulico em questão. O empreendedor poderá então solicitar a DRDH e prosseguir com o processo de licenciamento ambiental. Após a obtenção da DRDH e da licença ambiental prévia, em até 60 dias, deverá ser solicitada a outorga de autorização à ANEEL.

No caso de projetos eólicos e solares, a competição por projetos ocorre, principalmente, na disputa entre os empreendedores e desenvolvedores pelas áreas onde se encontram os melhores potenciais e onde exista sistema de conexão disponível para o escoamento da energia. Especificamente no caso dos projetos eólicos, diante do aumento do número de parques em desenvolvimento em algumas localidades, o sobremento entre parques eólicos tem sido identificado como um obstáculo no processo de obtenção das outorgas. As Resoluções Normativas nº 391/2009, nº 390/2009 e nº676/2015 estabelecem os requisitos necessários à outorga de autorização para exploração de usinas eólicas, de biomassa e de fonte solar, respectivamente. Estas resoluções, exigem do empreendedor a propriedade ou a posse direta das áreas necessárias à implantação da usina, a certificação de produção da energia, o licenciamento ambiental pertinente, a informação de acesso, dentre outros documentos.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve novos empreendimentos de geração através da fonte biomassa, por meio de parceria com potenciais fornecedores deste insumo. No desenvolvimento destes projetos existem poucos riscos devido aos acordos de confidencialidade que são realizados entre as partes e o baixo custo despendido. No caso das negociações evoluírem para um MoU (*Memorandum of Understanding* - Memorando de Entendimento) entre as partes, são realizadas as diligências a fim de validar as premissas utilizadas na avaliação inicial de viabilidade do projeto. Nessa fase, o risco de concorrência é mitigado pelas cláusulas de exclusividade presentes no MoU, pelo fato de envolver custos na contratação de consultores.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Assim, por se tratar de um processo competitivo entre empresas estatais e privadas, não se pode assegurar que a Companhia terá pleno êxito em obter as autorizações outorgadas pela ANEEL de todos os aproveitamentos de interesse, tendo em vista os fatores alheios ao seu controle, dadas as regras aplicáveis às disputas pelos projetos. Caso não consiga gerenciar com sucesso os riscos, pode haver impactos em sua capacidade de crescimento e seus resultados.

### **Dificuldades em obter licenciamento ambiental podem sujeitar a um aumento significativo de custos que podem afetar adversamente o resultado da Companhia.**

Para o desenvolvimento e operação dos projetos de geração de energia, é necessária, a obtenção das seguintes licenças ambientais: (i) Licença Prévia, que atesta a viabilidade ambiental de um determinado empreendimento; (ii) Licença de Instalação, que autoriza a execução das obras; e (iii) Licença de Operação, que garante a geração de energia por meio da operação da usina. Como esse processo depende da gestão de terceiros e da aprovação dos órgãos ambientais, situações não conformes podem comprometer o processo de licenciamento ambiental dos projetos, acarretando atraso na obtenção das licenças, o que poderá comprometer o cronograma de implantação e operação dos projetos e, conseqüentemente, gerar prejuízos decorrentes de alterações no fluxo de caixa. Ademais, há casos nos quais, a qualquer momento do processo de licenciamento, podem ser estabelecidas exigências que inviabilizem economicamente os projetos.

Adicionalmente, as licenças e autorizações emitidas podem expirar e não serem renovadas, comprometendo o prazo de implantação e exploração dos projetos da Companhia. Tempestivamente, mesmo de posse de uma licença, podem haver questionamentos judiciais em relação ao processo de licenciamento ambiental que interrompam temporária ou definitivamente a implantação do empreendimento, causando atrasos ou mesmo interrupções dos projetos de investimento e, portanto, poderiam comprometer os resultados da Companhia.

### **O mercado de créditos de carbono ainda é incipiente e pode não se desenvolver de forma relevante.**

A preocupação com o meio ambiente levou os países da Organização das Nações Unidas (“ONU”) a assinarem um acordo que estipulasse controle sobre as intervenções humanas no clima. Este acordo nasceu em dezembro de 1999 com a assinatura do Protocolo de Kyoto. Em resumo, o Protocolo de Kyoto determina que países desenvolvidos signatários, reduzam suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2%, em média, relativas ao ano de 1990, entre 2008 e 2012. Esse período é também conhecido como primeiro período de compromisso.

Para não comprometer as economias desses países, o protocolo estabeleceu que parte desta redução pode ser feita através da aquisição de créditos de carbono denominados Redução Certificada de Emissão. Tais créditos podem ser negociados, o que possibilita a criação dos chamados mercados de crédito de carbono.

A Companhia pretende se beneficiar da comercialização dos citados créditos gerados pelos seus projetos que forem aprovados pela ONU e também do mercado voluntário de carbono, para auferir uma fonte adicional de receita. O mercado de créditos de carbono caracteriza-se como um mercado volátil e dependente da situação econômica mundial, principalmente do desempenho dos países da Europa e Ásia, principais compradores destes créditos. Dessa forma, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar, dado que os preços desses créditos no mercado internacional podem se mostrar pouco atrativos, inviabilizando sua negociação.

Especificamente com relação aos projetos referentes às usinas cuja energia tenha sido vendida no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (“Proinfa”), o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito deste programa serão de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”).

Em substituição ao protocolo de Kyoto foi assinado por 175 países o “Acordo climático de Paris”, dependendo ainda da ratificação do documento, dentro dos mecanismos previstos nas legislações nacionais dos países. Neste acordo os países estabeleceram suas próprias metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, sendo que as metas devem ser atualizadas a cada 5 anos.

Formalmente, para entrar em vigor, o acordo depende da ratificação por 55 países que sejam responsáveis por 55% das emissões mundiais de gases de efeito estufa. Esse novo acordo climático poderá alterar os moldes atuais do mercado de carbono.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso o mercado de créditos de carbono não se desenvolva ou se desenvolva de forma relevante e com preços pouco atrativos, a Companhia poderá deixar de auferir receitas adicionais geradas por meio da comercialização de tais créditos, o que pode ter um efeito adverso sobre seus resultados. Ademais, a CPFL Renováveis pode ser adversamente afetada, caso os custos para certificação dos créditos sejam elevados e não sejam compensados pelas receitas geradas com a comercialização dos créditos de carbono.

### Precificação de Carbono:

Empresas, governos e outros atores reconhecem que o caminho para minimizar os impactos da mudança do clima está na transição para uma economia de baixo carbono. Para apoiar este processo, mecanismos de precificação de carbono vêm ganhando destaque, uma vez que visam refletir nas decisões financeiras os custos sociais, ambientais e econômicos da mudança do clima (PACTO GLOBAL ONU, SECRETARIADO CQNUMC, PNUMA E WRI, 2015).

De forma mandatória, governos de mais 40 países e 20 jurisdições subnacionais precificam o carbono ou já definiram precificar no curto prazo (Banco Mundial; Ecofys, 2016). Em linhas gerais, a precificação mandatória é feita impondo um preço fixo a ser pago por cada tonelada de carbono emitida (tributação), ou criando um título de permissão de emissão, que pode ser negociado em bolsas de valores (sistema de comércio de emissões do tipo cap-and-trade).

Reflexo da precificação mandatória do carbono cresce o número de empresas que, de forma voluntária, adotam um preço interno para o carbono, utilizando-o em sua gestão de riscos e oportunidades. Esta prática empresarial surge, geralmente, como meio de se preparar para o possível impacto do preço do carbono sobre investimentos, operações e cadeia de valor, além de fomentar a implementação de medidas de menor intensidade carbônica, por vezes com resultado financeiro positivo. Desta forma, a mudança climática passa a ser atrelada aos riscos e oportunidades financeiros e de mercado.

O Ministério da Fazenda coordena uma série de seminários e estudos setoriais sobre precificação de carbono no Brasil, uma vez que houve uma mudança no perfil de emissões do país. As emissões oriundas do desmatamento diminuiram, entretanto, emissões de outros setores estão aumentando, como do setor de energia, o que faz necessário o estudo e implantação de novas políticas nacionais de mitigação.

A CPFL Renováveis, através da CPFL Energia, iniciou o estudo de Precificação de Carbono em abril de 2017, afim de se preparar e compreender possíveis efeitos de políticas de mitigação sobre seus negócios e investimentos, antecipando-se a um cenário futuro de precificação mandatória.

Os Principais objetivos desse estudo são:

#### Grupo CPFL:

- Mensurar o impacto de um sistema de precificação de emissões de CO2 (mercado ou taxa) para os negócios do grupo, considerando os impactos financeiros envolvidos;
- Encontrar espaços para mitigação de riscos e mapeamento de oportunidade para a CPFL;
- Definir um posicionamento do grupo considerando todos os negócios;
- Incluir a variável preço na estratégia do grupo; e
- Discutir questões regulatórias e jurídicas.

#### CPFL/ Setor elétrico:

- Impacto em preço (PLD), tarifa, leilões, planejamento de longo prazo (expansão);
- Impacto em inflação, estimativas de deslocamento de demanda por setor energo-intensivos; e
- Debate sobre alteração do modelo setorial.

**A mudança climática e o efeito estufa podem ter um efeito adverso nas atividades e mercados da Companhia.**

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico, dos ventos e insolação que afetarão o desempenho físico dos empreendimentos da Companhia e, por consequência, a necessidade de dispêndio adicional de recursos para manutenção de suas instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos. Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpago, terremoto, tornado, vento extremo, tempestade severa, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento de suas turbinas ou equipamentos, impedindo a sua capacidade de manter e operar suas usinas e diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade.

Ademais, as matérias-primas utilizadas para a produção de energia a base de biomassa, tal como a cana-de-açúcar, são afetadas pelas condições climáticas, qualidade do solo, aparecimento de doenças e ataques de parasitas. Elas também são suscetíveis a perdas decorrentes de condições hídricas extremas, como secas ou inundações. Se as condições de cultivo forem menos favoráveis do que o previsto, a quantidade e a qualidade produzida podem ser insuficientes para as necessidades de geração de energia e a CPFL Renováveis poderá ser forçada a pagar preços mais elevados pela aquisição da energia de biomassa, sem que tal aumento seja repassado ao nosso consumidor.

Assim, as mudanças climáticas podem ter um efeito material adverso em seus resultados operacionais, na sua condição financeira e na sua liquidez se vierem a afetar as correntes de vento, níveis de precipitação da chuva, ou os fluxos dos rios nas localizações das suas usinas.

**Considerando o longo período entre o desenvolvimento e a entrada em operação de um projeto, a CPFL Renováveis poderá enfrentar mudança do cenário econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, o que pode afetar a sua capacidade de concluir seus projetos com sucesso.**

A implantação de um projeto de geração de energia, desde seu desenvolvimento até sua operação, pode levar vários anos. Durante esse período, podem haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, que podem resultar em efeitos adversos nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais e de financiamentos, bem como em outros fatores que afetam a Companhia e o setor de energia como um todo.

Gastos significativos associados aos investimentos, em geral, não poderão ser reduzidos caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes de suas atividades. A demanda por novas usinas de geração de energia depende de expectativas de longo prazo em termos de crescimento econômico e crescimento do consumo de energia no País. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou se ocorrer recessão na economia, a viabilidade de seus projetos e consequentemente sua rentabilidade pode ser adversamente afetada.

### **h) à regulação do setor onde a Companhia atua**

**A CPFL Renováveis atua em um ambiente altamente regulado que pode ser afetado adversamente por medidas governamentais.**

A implantação de sua estratégia de crescimento e a condução de suas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- Descontinuidade ou mudanças nos critérios para outorga de concessões e autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;
- Descontinuidade ou mudanças nos critérios para emissão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos Governos Estaduais, conforme o caso;
- Descontinuidade ou mudanças nos critérios para comercialização de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

alterações de natureza regulatória;

- Descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes alternativas e comercializadas a Consumidores Livres e Consumidores Especiais;
- Alteração nas regras e parâmetros para cálculo de garantia física de empreendimentos;
- Alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios;
- Alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias; e
- Alterações na regulamentação referente ao lucro presumido.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal ou pelos Governos Estaduais com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medidas tais ações poderão afetar adversamente a CPFL Renováveis.

A sua atividade é regulamentada e supervisionada, principalmente, pelo Ministério de Minas e Energia – MME e pela ANEEL. O Governo Federal, por meio do MME e da ANEEL, tem historicamente exercido um grau substancial de influência sobre os negócios da Companhia, inclusive sobre as modalidades, os termos e as condições dos contratos de venda de energia que ela está autorizada a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), por meio de Ações Indiretas de Inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF inferiu as medidas cautelares das referidas ações, por sete votos a quatro, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das referidas ações ainda não foi julgado. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados, dado que poderão ter que se submeter a um novo formato do setor a ser estabelecido, o que poderá resultar em condições adversas, afetando negativamente nossos resultados.

A Lei nº 12.783, publicada em 14/01/2013, objeto da conversão da Medida Provisória nº 579/2012, disciplinou prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. No que se refere a geração, as concessões vincendas representavam 20% (vinte por cento) do parque gerador brasileiro, sendo que as concessionárias optantes pela prorrogação tiveram que antecipar o termo final de suas concessões, aceitar uma nova remuneração, e ter sua produção submetida ao regime de cotas alocadas para as distribuidoras. A nova receita das geradoras com concessões prorrogadas (RAG - Receita Anual de Geração) passou a cobrir apenas os custos de operação e manutenção, adicionados de uma margem de lucro a ser calculada, já que se considerou que os ativos estavam totalmente depreciados ou foram indenizados pela parcela não depreciada por ocasião da prorrogação, o que ocasionou um impacto significativo no valor da sua remuneração. Assim, da mesma forma como foi feito para as concessões, não há como antecipar quais condições e contrapartidas serão exigidas ao solicitar eventuais prorrogações e renovações das outorgas da Companhia.

A resolução nº 3 do CNPE de 06 de março de 2013 determina que também as geradoras arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema. O impacto que a resolução pode vir a causar ainda está em análise, tendo em vista que não há regulamentação definitiva sobre o assunto. No entanto, caso a ANEEL venha de fato a determinar a cobrança do referido custo, poderá impactar negativamente o faturamento das geradoras, uma vez que as geradoras não conseguirão repassar os custos em questão.

A Lei 13.360, publicada em 18/11/2016, alterou norma que versa sobre o desconto nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição dos empreendimentos com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada. A partir da prorrogação da outorga de autorização, esses empreendimentos não mais farão jus ao desconto, o que sinaliza uma tendência do governo de diminuição dos subsídios às fontes incentivadas, o que pode impactar negativamente o negócio da empresa caso não sejam implementados mecanismos de mercado capazes de compensar tal perda.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, qualquer alteração na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico brasileiro poderá impor um ônus relevante sobre as atividades da CPFL Renováveis e causar um efeito adverso sobre ela. Ademais, reformas futuras na legislação e na regulamentação do setor elétrico brasileiro e seus efeitos sobre a Companhia são difíceis de prever. Na medida em que ela não for capaz de repassar aos clientes os custos decorrentes da edição de novas legislações e regulamentos, seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

**A CPFL Renováveis pode ser afetada de maneira adversa em caso de impetração/julgamento de liminares considerados na contabilização da energia de curto prazo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).**

A Companhia atua num setor altamente regulado e, juntamente aos demais agentes da CCEE, participa mensalmente da contabilização da energia de curto prazo apurado pela Câmara, seguindo as Regras de Comercialização aprovadas pela ANEEL.

Caso algum agente da CCEE considere que esteja sendo prejudicado na contabilização da CCEE em função de determinada situação, conjuntural ou específica, ele pode ingressar individualmente, ou por meio de uma associação de classe, com liminar no sentido de limitar/reduzir o seu prejuízo até que a sua solicitação seja julgada.

Uma ação judicial pode impactar somente o agente que a impetrou, ou um determinado grupo de agentes, dependendo do objeto que se está em discussão. Como exemplo de liminares que afetam um determinado grupo de agentes, podem ser citadas aquelas referentes ao MRE, que impactam todos os agentes que possuem usinas no referido Mecanismo.

Atualmente a Companhia possui as seguintes liminares:

- Desobrigação do pagamento do custo do despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema, determinado pela Resolução CNPE nº 03 de 06 de março de 2013;
- Desconsideração das revisões de Garantia Física de suas usinas, sendo utilizadas na contabilização da CCEE as Garantias Físicas originais dos empreendimentos;
- Contra os efeitos do GSF, para aquelas usinas que não participaram da repactuação, objeto da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015;
- Não exclusão das usinas Paiol e Pirapó do MRE a partir de 2016;
- Suspensão de Liminar de Sentença contra o repasse ao MRE da indisponibilidade da UHE Santo Antônio durante fase de motorização;
- Contra o repasse ao MRE da indisponibilidade da UHE Santo Antônio durante fase de manutenção;
- Resguardar o agente do efeito de liminares de GSF de terceiros;
- Contra a suspensão dos processos de licenciamento ambiental na Bacia do Alto Paraguai;
- Mandado de Segurança Coletivo para suspender a aplicação de taxa pelo uso da água por usinas no estado do Paraná Taxa de Fiscalização do Paraná;
- Contra aplicação da Resolução ANA que exige solicitação de nova outorga para empreendimentos hidrelétricos com outorga válida;
- Para que a ANEEL aceite o seguro garantia como modalidade idônea de garantia financeira;
- Alega a inconstitucionalidade da contribuição ao Fundo de transporte e habitação do Mato Grosso;

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Contra Tarifa de Energia de Otimização diferenciada para Itaipu; e
- Para garantir o recebimento da liquidação financeira da CCEE.

Dessa forma, a Companhia pode ser afetada de maneira adversa caso algum agente da CCEE ingresse com liminar que possa impactá-la direta ou indiretamente ou dependendo do resultado do julgamento de suas liminares.

**O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas, solares e eólicas, de modo que a Companhia está sujeita a aumentos imprevistos em seus custos ou diminuição da sua receita projetada e caso não tenha capacidade de cumprir com as novas condições impostas, poderá ser penalizada.**

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas, solares e eólicas são outorgadas pela União Federal. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais hidráulicos, eólicos e biomassa por prazo determinado, limitado a até 35 anos, com a possibilidade de prorrogação sob determinadas condições, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizado, incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implantação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas. Porém, as autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, nossas autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir.

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, tais como (i) se deixar de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS ou, ainda, (ii) se a Companhia tiver decretado falência ou dissolução, a ANEEL poderá impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento que vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo extinção de autorizações da Companhia.

Além disso, a autorização estabelece a obrigação do autorizado se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A extinção antes do prazo final de quaisquer autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão causar um efeito adverso à Companhia.

**A Companhia pode ser afetada de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.**

A CPFL Renováveis é beneficiária de incentivos fiscais concedidos, como isenção de ICMS na compra de equipamentos eólicos, isenção de PIS e COFINS, entre outros. Os referidos incentivos podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda dos referidos incentivos, afetando de maneira adversa sua situação financeira.

### **i) com relação a países estrangeiros onde a Companhia atua**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não desenvolve atividades operacionais no exterior.

### **j) a questão socioambiental**

**Movimentos populares, em especial os de natureza reivindicatória, poderão afetar os custos de construção das usinas da Companhia, bem como comprometer a sua operação normal, afetando a sua rentabilidade.**

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Movimentos populares, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos ambientalistas ou de defesa de populações indígenas, além de Organizações Não Governamentais, são ativos no País e muitas vezes posicionam-se contrariamente à construção de usinas ou organizam as populações atingidas pela construção de usinas para fazer reivindicações. A invasão e ocupação de obras de usinas ou mesmo de usinas em operação por tais movimentos sociais não é uma prática incomum e, em certas áreas, inclusive aquelas em que provavelmente a Companhia venha a investir, as usinas não dispõem de pronta proteção policial. Consequentemente, não se pode garantir que suas usinas não ficarão sujeitas a invasões, ocupações ou solicitações por grupos do gênero, o que poderá aumentar os custos dos seus projetos e afetar adversamente seus resultados. Ademais, ainda que a Companhia tenha obtido as licenças ambientais necessárias, a implantação de seus projetos pode ser alvo de questionamento judicial, o que poderá atrasar de forma considerável o cronograma de implantação ou, ainda, inviabilizar seu empreendimento. A Comunicação social é um processo importante nesse contexto, uma vez que a aproximação com as comunidades permite uma compreensão da realidade do entorno dos projetos e mapeamento de eventuais demandas. Para tanto a empresa conta com uma equipe de sustentabilidade, alocada nas gerências de sustentabilidade corporativa e responsabilidade social, licenciamento e meio ambiente – operações. Detalhes das atribuições das áreas serão relatados no item 5.1 desse formulário.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

<b>4.2 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação aos riscos cambiais e a taxas de juros.</b>
---

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado que são inerentes às suas atividades. A maneira como é identificado e gerido, de forma adequada e eficaz esses riscos, é crucial para sua lucratividade.

Os principais aspectos que representam risco para a Companhia são: (i) preços de energia elétrica, que afetam suas receitas; (ii) taxas de juros da economia, que afetam o custo de capital e a atratividade dos investimentos; e (iii) taxas de inflação que normalmente indexam suas receitas e seus custos operacionais. A Companhia não realiza projetos no exterior ou transações relevantes atreladas a moedas estrangeiras, porém riscos cambiais e condições internacionais do mercado podem afetar a Companhia indiretamente.

Quanto aos principais riscos, a Companhia pode ser afetada da seguinte maneira:

### **Variações nos preços de energia elétrica podem afetar as receitas da Companhia.**

A CPFL Renováveis atua em um mercado de comercialização de energia denominado “incentivado”, oriundo de geração através de fontes alternativas ou renováveis, produzida através de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Eólicas, Parques Solares e ainda Usinas Térmicas movidas a Biomassa e com possibilidade de comercialização: (i) no mercado livre, junto a uma classe de consumidores classificados como especiais face a incentivos regulatórios que lhes garante redução de encargos setoriais ou consumidores “normais”; e (ii) em leilões regulados pela ANEEL.

A Companhia possui a totalidade de sua energia comercializada através de contratos com 18,34 anos de duração média, ao preço por MWh médio de R\$ 245,80 em 31 de dezembro de 2016, reajustado anualmente pelo IPCA ou IGP-M. A energia originada pela expansão de sua potência instalada através do desenvolvimento de novos projetos e da desconstrução da energia atualmente presente nos contratos de longo prazo demandará uma estratégia de comercialização em novos leilões regulados ou ainda no mercado livre.

A variação do preço da energia afeta diretamente a receita bruta da Companhia.

### **A volatilidade das taxas de juros afeta o custo de capital e atividades de investimento da Companhia.**

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente os negócios da Companhia. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central das taxas de juros de curto prazo, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro 2014, 2015 e 2016 as taxas de juros de curto prazo foram respectivamente 11,57%, 14,14% e 13,63% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures que somavam R\$ 6.407,9 milhões, com encargos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, ao CDI, ao IGPM e a uma taxa de juros fixa ao ano (*spread*). Aumentos na taxa básica de juros de curto prazo do Brasil podem impactar adversamente capacidade da Companhia obter financiamentos no futuro a valores atrativos, reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante de tempo, tendem a inibir o crescimento econômico e em consequência a demanda agregada. Uma redução do nível de atividade tende a reduzir o consumo industrial de energia elétrica tendo potencial de afetar, no longo prazo, os preços de venda de energia elétrica. Neste contexto, futuros investimentos da Companhia em usinas de geração de energia elétrica que, devido ao seu estágio inicial, ainda que não tenham tido sua energia futura vendida em contratos de longo prazo podem obter preço de venda de sua produção futura inferior ao atualmente esperado reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

Adicionalmente, a Companhia tem como estratégia realizar operações de dívidas no mercado bancário brasileiro para aproveitar eventuais espaços de refinanciamento de seus projetos, os quais usualmente são lastreados a taxas de juros de curto prazo. Em caso de taxas de juros elevadas, os custos de dívidas da Companhia aumentarão, afetando seus resultados adversamente.

### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros**

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em conformidade à instrução CVM Nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

A tabela abaixo mostra a projeção dos efeitos anuais decorrentes de três cenários distintos em relação à sensibilidade de alterações nas taxas de juros no custo de capital da Companhia, as suposições para um são: (i) a manutenção da exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2016 e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31 de dezembro de 2016 permaneçam estáveis (CDI em 13,63% ao ano, TJLP em 7,5% ao ano, IGPM em 7,19% ao ano e TR em 2,01% ao ano); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário "(i)" é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
<b>Ativo Financeiro</b>					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos*	CDI	156.419	21.112	26.390	31.668
Títulos e Valores Mobiliários	TR	449	9	11	14
Aplicação Fundos**	CDI	1.233.028	166.340	207.926	249.510
		1.389.895	187.462	234.327	281.192
<b>Passivo Financeiro</b>					
Empréstimos e Financiamentos - BNDES, FINEP e FDNE	TJLP+2,00%	(3.600.859)	(342.190)	(409.706)	(477.222)
Empréstimos e Financiamentos - NIB	IGPM+8,63%	(67.872)	(11.158)	(12.484)	(13.809)
Empréstimos e Financiamentos - DEBÊNTURES, APR, CCB e NP	CDI+1,88%	(2.267.393)	(357.473)	(436.187)	(514.900)
Subtotal		(5.936.124)	(710.822)	(858.377)	(1.005.932)
Variação		(4.546.229)	(523.360)	(624.050)	(724.740)

\*As aplicações em CDB/Debêntures/Títulos Públicos tem uma remuneração média de 99,03% do CDI (a.a)

\*\*As aplicações em Fundos tem uma remuneração média de 98,98% do CDI (a.a)

### A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem ter efeitos adversos sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do Governo para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995.

Em 2014 e 2015 a taxa de inflação foi de 6,41% e 10,67%, respectivamente. Já em 2016 a inflação de 6,29%, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA") calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

Os custos e despesas operacionais da Companhia são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que, os fornecedores da Companhia geralmente atualizam seus preços para refletir a depreciação da moeda. As medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando na capacidade de acesso da Companhia aos mercados de capitais internacionais. Adicionalmente, as receitas e os custos operacionais da Companhia são corrigidos por índices de inflação, e a variação desses índices pode afetar seus resultados.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

**4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte passiva e ativa em processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental, e tributária, envolvendo valor de causa total atualizado de R\$ 1.258.356.432,37. Deste montante, constituiu uma provisão contábil atualizada no valor de R\$ 12.242.147,10 relativos aos processos cujas possibilidades de perda e de saídas de recursos foram consideradas prováveis pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. Foram avaliados como perda possível processos que representam o valor de causa atualizado de R\$ 1.052.267.221,49 e como perda remota, processos que representam o valor de causa atualizado de R\$ 163.859.758,04, para os quais não foram constituídas provisões contábeis.

As provisões da Companhia são registradas com base na posição de seus advogados externos e na análise individual de cada contingência e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas, cuja perda é considerada como provável pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos; e (ii) contingências passivas relacionadas a sociedades adquiridas ou oriundas de combinação de negócios, cuja perda é considerada como possível.

Todas as ações que, isoladamente ou em conjunto, se decididas de maneira desfavorável a Companhia, causariam um efeito material adverso sobre sua situação financeira ou sobre seus resultados operacionais estão descritas abaixo. O critério de relevância adotado para a apresentação individual de ações relevantes são os processos judiciais cujos valores de causa atualizados são iguais ou superiores a R\$ 5.000.000,00. Desta forma, as ações ou procedimentos que individualmente não atingiram o critério de relevância não foram descritos abaixo, exceto aqueles julgados relevantes em razão de sua matéria.

A composição total das contingências é conforme segue:

	Provisionado	Possível
<b>(em milhares de reais)</b>		
Cíveis e Ambientais (ii) e (v)	633.042,36	486.491.162,87
Trabalhistas (iii)	3.228.271,24	5.245.855,08
Tributárias (iv)	8.380.833,50	560.530.203,50
<b>Subtotal</b>	<b>12.242.147,10</b>	<b>1.052.267.221,45</b>
Outros passivos contingentes (i)	22.646.925,81	-
<b>Total</b>	<b>34.889.072,91</b>	<b>1.052.267.221,45</b>

**(i) Contingências oriundas de combinações de negócios**

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$ 13.985, sendo R\$ 13.950 da Jantus e R\$ 35 da associação da ERSA e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$ 13.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Em 30 de junho de 2014, a controlada Bons Ventos efetuou baixa do montante a receber de R\$ 10.000 referente a indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, em decorrência do vencimento dos dois anos para indenização determinados no contrato de compra e venda desta controlada, esses valores tinham como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Os respectivos passivos contingentes foram analisados pelos assessores jurídicos da controlada Bons Ventos e sua expectativa de perda foi considerada como remota, sendo efetuada a reversão.

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$ 744 e no montante de R\$ 14.257, respectivamente, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Podemos vir a ser demandados no futuro, incluindo, sem limitação, por terceiros, funcionários (próprios ou disponibilizados por prestadores de serviços) e, inclusive, por órgãos do âmbito federal, estadual ou municipal em face de operações e procedimentos realizados pelas empresas adquiridas. Contudo, ainda que essas demandas sejam instauradas contra nós, existe a previsão de ressarcimento e de responsabilidade por parte dos acionistas vendedores das empresas adquiridas, nos termos do contrato de aquisição firmado.

#### (ii) *Contingências Cíveis*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era **parte passiva em 64 demandas de natureza cível, sendo 63 processos judiciais e 1 procedimento arbitral**, com valor de causa total atualizado de R\$ 229.773.959,74 e **ativa em 187 demandas da mesma natureza, sendo 182 processos judiciais, 01 procedimento administrativo e 04 procedimentos arbitrais**, no valor de causa total atualizado de R\$ 399.473.438,66. De acordo com a opinião de seus advogados externos foi constituída uma provisão contábil no valor de R\$ 633.042,36 para perdas prováveis, visto que essa é a expectativa de saídas de recursos para os referidos processos; R\$ 484.457.195,86 foram avaliados como perda possível e R\$ 119.895.699,25 como perda remota, para os quais não foi constituída provisão contábil.

Os processos cíveis em andamento da Companhia versam, em geral, sobre pedidos de indenização em razão de eventuais impactos decorrentes da construção dos empreendimentos, bem como acerca de desapropriação e constituição de servidão.

Não há processos cíveis considerados relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas sejam parte.

#### (iii) *Contingências Trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era **parte passiva em 127 reclamações trabalhistas e em 04 autos de infração**, sendo 02 lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e os outros 02 pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/SP, no valor de causa total atualizado de R\$ 15.848.664,78 e **parte ativa em 04 processos judiciais da mesma natureza, com valor de causa total atualizado de R\$ 50.608,90**. De acordo com a opinião de seus advogados externos, foi constituída uma provisão contábil atualizada no valor de R\$ 3.228.271,24 para perdas prováveis, que é a expectativa de saídas de recursos para o referido montante; R\$ 5.245.855,08 foram avaliados como perda possível e R\$ 1.428.716,11 como perda remota, para os quais não foram constituídas provisões contábeis.

Os processos trabalhistas em andamento da Companhia versam, em geral, sobre responsabilidade subsidiária decorrentes da contratação de prestadores de serviços para construção de seus empreendimentos.

Não há processos trabalhistas considerados relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas sejam parte.

#### (iv) *Contingências Tributárias*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era **parte passiva em 69 demandas de natureza fiscal-tributária, sendo 14 processos judiciais e 55 procedimentos administrativos**, no valor de causa total atualizado de R\$ 538.400.564,89 e **parte ativa em 32 processos judiciais desta mesma natureza, com valor de causa total atualizado de R\$ 70.418.119,40**. De acordo com a opinião de seus advogados externos, foi constituída uma provisão contábil atualizada no valor de R\$ 8.380.833,50; R\$ 560.530.203,53 foram avaliados como perda possível e R\$ 40.137.624,79 como perda remota, para os quais também não foram constituídas provisões contábeis.

Os processos tributários em andamento versam, em sua maioria, sobre a cobrança de Imposto Sobre Serviços ("ISS").

Seguem abaixo informações individuais das ações judiciais em ordem cronológica.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

a) Juízo	Vara Única da Comarca de Amontada/CE.
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	07/11/2012
d) Partes no processo	Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe/CE.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 17.144.792,55</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R\$ 17.144.792,55 inscrito na dívida ativa do município.</p> <p>Apresentada Exceção de Pré Executividade com objetivo de obstar o andamento da Execução Fiscal em decorrência dos varios vícios formais e materiais que antecederam a inscrição do débito.</p> <p>Execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da antecipação de tutela concedida na ação anulatória de nº. 4160-13.2012.8.06.0032.</p>
G) Chance de perda	Remota.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.

<b>Execução Fiscal (Autos nº 10552-15.2012.8.06.0049)</b>	
a) Juízo	Vara Única da Comarca de Amontada/CE.
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	07/11/2012
d) Partes no processo	SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S/A e Município de Beberibe/CE.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 8.150.263,27</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R\$ 4.039.419,62 inscrito na dívida ativa do município.</p> <p>Apresentada Exceção de Pré Executividade com objetivo de obstar o andamento da Execução Fiscal. Processo sentenciado sem a apreciação da exceção. Aguardando julgamento do recurso de apelação. Por ora, o levantamento do depósito judicial está suspenso por determinação judicial.</p> <p>Foi ajuizada uma Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 10645-75.2012.8.06.0049) para a discussão deste mesmo montante, na qual está pendente o julgamento de Recurso Especial interposto em razão do não provimento de Agravo de Instrumento apresentado.</p>
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores devidos.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

i) Valor provisionado	Há provisão de R\$8.380.833,50 para esta ação, bem como a quantia de R\$ 6.358.093,97 depositada nos autos.
-----------------------	---

<b>Execução Fiscal (Autos nº 51179-35.2014.8.06.0035)</b>	
a) Juízo	2ª Vara cível da comarca de Aracati/CE
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	19/12/2014
d) Partes no processo	Bons Ventos Geradora de Energia S.A e Município de Aracati/CE.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 19.016.944,02</b>
f) Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R\$ 16.294.875,32 inscrito na dívida ativa do município.  A Execução está suspensa por força da antecipação de tutela concedida nos autos da ação anulatória nº 96389-75.2015.8.06.0035.
G) Chance de perda	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.

<b>Execução Fiscal (Autos nº 0101480-46.2015.8.20.0104)</b>	
a) Juízo	Vara Única de João Câmara/RN
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	16/06/2016
d) Partes no processo	DESA Morro dos Ventos II S.A e Município de João Câmara/RN.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 5.422.795,50</b>
f) Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança de débito tributário relativo à ISSQN relativo ao exercício de 2010 à 2015.  A Execução está suspensa por força de decisão judicial.
G) Chance de perda	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.

<b>Execução Fiscal (Autos nº 1269-21.2016.811.0038)</b>	
a) Juízo	Vara Única de Araputanga/MT
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	16/06/2016
d) Partes no processo	Companhia Hidroelétrica Figueirópolis e Fazenda Pública Estadual de Mato Grosso/MT.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 8.362.873,07</b>
f) Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R\$ 8.362.873,08 inscrito na dívida ativa estadual.  Foi apresentado seguro-garantia abarcando a totalidade do valor, visando à suspensão da exigibilidade do débito.
G) Chance de perda	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.

**(v) Contingências Ambientais**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era **parte passiva em 34 demandas de natureza ambiental, sendo 10 processos judiciais e 24 procedimentos administrativos**, com valor de causa total atualizado de R\$ 4.361.684,90 e **parte ativa em 3 processos judiciais desta mesma natureza**, com valor de causa total atualizado de R\$ 80.000,00. De acordo com a opinião de seus advogados externos, deste montante, não há demandas avaliadas com possibilidade de perda provável; R\$ 2.033.967,01 foram avaliados como perda possível e R\$ 2.407.717,89 foram avaliados como perda remota, para os quais não foi constituída provisão.

Seguem abaixo informações individuais das ações judiciais em ordem cronológica:

<b>Ação Popular (Autos nº 932-94.2007.8.06.0035)</b>	
a) Juízo	1ª vara cível de Aracati/CE
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	05.09.2007
d) Partes no processo	Vilma Célia Pereira da Silva e Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. e outras
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Popular, objetivando a revogação das licenças ambientais concedidas.Civil Pública, promovida pelo Ministério Público Federal, para discussão de necessidade de EIA/RIMA em Pequenas Centrais Hidrelétricas. Aguardando julgamento.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento dos empreendimentos com sua consequente paralisação.

<b>Ação Cautelar (Autos nº 1208-91.2008.8.06.0035)</b>	
a) Juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	5.6.2008
d) Partes no processo	Ministério Público Estadual e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	Suspensão das obras de implantação dos Parques Eólicos localizados no município de Aracati/CE;

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

	<p>anulação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE para a instalação dos parques eólicos em implantação no município de Aracati/CE.</p> <p>Liminar negada ao MPE. MPE interpôs Agravo de Instrumento, ao qual negado provimento. Aguardando juízo de admissibilidade do Recurso Especial interposto.</p>
g) Chance de perda	Remota.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento com sua consequente paralisação.

**Ação Civil Pública (Autos nº 0004493-07.2009.4.01.3600)**

a) Juízo	2ª Vara Federal da Comarca de Cuiabá/MT
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	03/04/2009
d) Partes no processo	Ministério Público Federal e CPFL Sul Centrais, Companhia Hidroelétrica Figueirópolis e outras.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público Federal, para discussão de necessidade de EIA/RIMA em Pequenas Centrais Hidrelétricas.</p> <p>Proferida sentença excluindo a CPFL Sul Centrais e julgando improcedentes os pedidos formulados em face de Figueirópolis.</p> <p>Aguardando julgamento do recurso apresentado pelo MPF.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento dos empreendimentos com sua consequente paralisação.

**Ação Civil Pública (Autos nº 0006126-48.2012.4.01.3600)**

a) Juízo	2ª Vara Federal da Comarca de Cuiabá/MT
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	03/04/2009
d) Partes no processo	Ministério Público Federal e Renascer Centrais Elétricas S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público Federal, para discussão de necessidade de EIA/RIMA em Pequenas Centrais Hidrelétricas.</p> <p>Proferida sentença excluindo a Renascer centrais Elétricas da lide.</p> <p>Aguardando julgamento do recurso apresentado pelo MPF.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento dos empreendimentos com sua consequente paralisação.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Ação Popular Ambiental com Pedido de Liminar (Autos nº 2009.72.02.003468-2)</b>	
a) Juízo	Tribunal Federal da 4ª Região
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	26/11/2009
d) Partes no processo	Luís Carlos Crema; Gerson João Zancanaro; Neimar Antônio Araldi e SPE Arvoredo Energia S.A. e outros.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 159.874,87</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Popular visando tornar nulas as licenças ambientais e as autorizações da ANEEL concedidas à PCH Arvoredo, bem como, reparação de dano ambiental decorrente da restrição de acesso à água por parte de 30 famílias, em razão do alagamento do reservatório. A Ação foi julgada parcialmente procedente apenas para declarar a omissão do EIA/RIMA do empreendimento em relação ao poço artesiano e a necessidade de adoção de medidas alternativas pela empresa. Houve apresentação de recurso contra a sentença e apresentação de contrarrazões e recurso adesivo pela SPE Arvoredo ao recurso de apelação do autor e protocolo de recurso adesivo pela SPE Arvoredo. Negado provimento ao recurso de Apelação. Autor interpôs Recurso Especial e Extraordinário, aos quais foi negado seguimento.</p> <p>Aguardando julgamento dos Agravos contra Despacho Denegatório de Recursos Especial e Extraordinário.</p>
g) Chance de perda	Remota.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento com sua consequente paralisação.

<b>Ação Civil Pública (Autos nº 0000177-80.2010.4.05.8101)</b>	
a) Juízo	15ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Limoeiro do Norte/CE.
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	02/03/2010
d) Partes no processo	Ministério Público Federal e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	<p>Suspensão das obras de implantação dos Parques Eólicos localizados no município de Aracati/CE; anulação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE para a instalação dos parques eólicos localizados naquele Aracati/CE.</p> <p>Através da sentença datada de 06/03/2012, o Juízo do feito determinou a extinção do processo sem</p>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

	<p>resolução do mérito com relação à ré Bons Ventos, dessa feita, a referida empresa fora excluída da demanda. Aguarda-se trânsito em julgado dessa decisão.</p> <p>A ação segue apenas contra a Rosa dos Ventos e a SEMACE.</p> <p>Ação julgada improcedente.</p> <p>Recurso de apelação interposto, estando pendente de julgamento.</p>
g) Chance de perda	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento com sua consequente paralisação.

<b>Ação Civil Pública (Autos nº 5004044-33.2012.404.7202)</b>	
a) Juízo	1ª Vara Federal da Comarca de Chapecó/SC.
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	25/05/2012
d) Partes no processo	Ministério Público Federal e Ludesa Energética S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público Federal, com fins de obtenção da Nulidade da Licença de Operação obtida pela empresa Ludesa Energética, para operação e funcionamento da PCH Ludesa.</p> <p>Proferida sentença, julgando os pedidos do MPF improcedentes. O MPF interpôs recurso de apelação, o qual está pendente de julgamento.</p>
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento com sua consequente paralisação.

<b>Ação Civil Pública (Autos nº 0053290-95.2012.8.13.0704)</b>	
a) Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Unai/MG.
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	18/06/2012
d) Partes no processo	Ministério Público Federal e SPE Mata Velha Energética S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>Inestimável</b>
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público Federal, com fins de obtenção da Nulidade da Licença Ambiental. Houve deferimento da liminar para impedir a implantação da PCH, contudo, tal decisão foi reformada em virtude do provimento ao Agravo de Instrumento interposto, que já transitou em julgado.</p> <p>Ainda não houve prolação de sentença.</p>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

	Aguardando julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento com sua consequente paralisação.

**4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

A Companhia constituiu uma provisão contábil atualizada em dezembro de 2016 no valor de R\$ 12.242.147,10 relativos aos processos cujas possibilidades de perda e de saídas de recursos foram consideradas prováveis pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

<b>4.4</b>	<b>Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:</b>
------------	---

Não aplicável em função de não haver qualquer processo cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

## 4.5 - Processos sigilosos relevantes

**4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era **parte passiva e ativa** em 05 procedimentos arbitrais, de natureza cível, no valor de causa total atualizado de R\$ 404.225.225,60. De acordo com a opinião de seus advogados externos, o prognóstico de perda foi classificado como possível em 04 procedimentos e como remota em 01 procedimento, razão pela qual não foi constituída provisão contábil.

## 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

**4.6** Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme abaixo:

A Companhia figurou como parte em ações judiciais e autos de infração de natureza fiscal, consideradas repetitivas ou conexas e não sigilosas relevantes.

Tributário	
<b>Valor envolvido atualizado</b>	R\$ 228.559.382,48
<b>Práticas do emissor ou de controlada que causaram respectiva contingência:</b>	Cobrança do Imposto Sobre Serviços - ISS sobre Equipamentos durante a construção de parques eólicos.

### 4.6.1 Valor provisionado, se houver provisão

Foi constituída a provisão, cujo o valor total atualizado em dezembro de 2016 era de R\$ 8.380.833,50 para os processos avaliados pelos advogados externos como provável.

## 4.7 - Outras contingências relevantes

### 4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Além dos processos relevantes destacados na Seção 4 do Formulário de Referência, segue abaixo a descrição de um auto de infração frente ao valor envolvido:

Auto de Infração (Autos nº 16561-720.073/2016-71)	
a) Juízo	Receita Federal – São Paulo
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	19.08.2016
d) Partes no processo	Receita Federal do Brasil e CPFL Energias Renováveis
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	<b>R\$ 293.938.173,82</b>
f) Principais fatos	Trata-se de um auto de infração para cobrança de Imposto de Renda na Fonte que supostamente não foi recolhido na fonte quando da aquisição da Jantus. A impugnação foi apresentada e está pendente de apreciação.
G) Chance de perda	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos. Contudo, há a possibilidade de ajuizamento de ação judicial posteriormente.

## 4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

<b>4.8</b>	<b>Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:</b>
------------	--

**a. Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

**b. Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

**c. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

**d. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

**e. Outras questões do interesse dos investidores**

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A CPFL Renováveis possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de dezembro de 2016.

Todos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta estão representados no Mapa de Riscos Corporativos. A política tem por objetivo descrever e regulamentar o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção são os que podem impactar no atingimento das metas estratégicas. As diretrizes do planejamento estratégico são: Eficiência nas operações, Crescimento, Sustentabilidade & Relacionamento, Gestão de Pessoas e Estrutura de Capital.

Abaixo estão listados os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção:

- Dependência de fornecedor único;
- Perdas decorrentes da queda da produtividade e/ou interrupção das operações;
- Efeitos adversos de más condições hidrológicas sobre os resultados operacionais;
- Atraso na entrada em operação dos empreendimentos de geração;
- Atraso na construção/disponibilidade de linhas de transmissão junto aos empreendimentos de geração ou impossibilidade de conexão ao sistema integrado;
- Aquisições e fusões em desacordo com o modelo de negócios da Companhia;
- Risco regulatório;
- Risco de imagem e reputação;
- Descumprimentos da legislação e/ou regulamentação de saúde e segurança aplicáveis ao negócio e estabelecidos pela organização referentes à saúde e segurança dos colaboradores;
- Risco de mercado oriundo do aumento dos indexadores financeiros (IGP-M, IPCA, TJLP e CDI);
- Exposição ao mercado spot, a preços substancialmente mais altos do que os estabelecidos no mercado de curto prazo; e
- Indisponibilidade de capital que pode impactar o desenvolvimento, investimento e ampliação de negócios, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros.

Para mais informações sobre esses riscos, vide o item 4.1.

A Companhia considera como mecanismos de proteção a esses riscos (i) o monitoramento periódico das exposições frente aos limites aprovados pelo Conselho de Administração e (ii) os planos de mitigação para tratamento das principais exposições. Desta forma, a Companhia possui como prática, definida na Política de Gestão Corporativa de Riscos, realizar o monitoramento periódico dos riscos aos quais está exposta, avaliando o nível de exposição e adotando medidas de mitigação a fim de reduzir os riscos sempre que estes se aproximarem ou extrapolarem os limites estabelecidos.

**ii. os instrumentos utilizados para proteção**

O monitoramento das exposições a que a Companhia está exposta é feito por meio do uso de indicadores e/ou modelos. Além disso, a Companhia trabalha com limites de exposição a estes riscos, aprovados pelo Conselho de Administração. Em casos de aumento da exposição ou extrapolação de limites, planos de mitigação devem ser estruturados pelas áreas de negócio e, posteriormente, reportados ao Conselho de Administração.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Além disso, a Companhia avalia permanentemente alterações regulatórias, condições ambientais e de mercado de forma a mitigar a exposição a eventuais riscos regulatórios, operacionais, ambientais e de mercado. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Na CPFL Renováveis, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Área de Gestão de Riscos Corporativos e os donos dos riscos. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente.

Compete ao Conselho de Administração aprovar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, o grau de apetite a risco aceitável da Companhia; o Mapa de Riscos Corporativos; e suas alterações/atualizações. Adicionalmente, avaliar periodicamente os riscos reportados pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis e acompanhar as ações de Gestão de Riscos Corporativos; aprovar os riscos priorizados pela Diretoria Executiva da Companhia e acompanhar os resultados do processo de gerenciamento dos riscos.

Cabe a Diretoria Executiva estabelecer as diretrizes de governança de Gestão de Riscos Corporativos; propor o apetite a risco da Companhia ao Conselho de Administração; compreender, avaliar e acompanhar o Mapa de Riscos Corporativos; aprovar plano de resposta para os riscos priorizados de acordo com a alçada; viabilizar recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários para a execução do processo de Gestão de Riscos Corporativos.

A Área de Gestão de Riscos Corporativos é responsável por Estabelecer e difundir a metodologia de gerenciamento de riscos; manter atualizada a Política de Gestão de Riscos Corporativos e estabelecer padrões e mecanismos de reporte de informações; coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos da Companhia; indicar os Donos dos Riscos para aprovação da Diretoria Executiva da CPFL Renováveis; assessorar e monitorar as ações para a mitigação dos riscos (planos de ação); assessorar os Donos dos Riscos na definição do plano de resposta aos riscos e na criação de indicadores e níveis de exposição dos riscos; reportar o Mapa de Riscos Corporativos à Diretoria Executiva da CPFL Renováveis e operacionalizar os processos de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos.

Aos Donos dos Riscos a responsabilidade é comunicar à área de Gestão de Riscos Corporativos e à Diretoria Executiva eventuais mudanças significativas na probabilidade e no impacto ou qualquer outra característica do risco; desenvolver indicadores e níveis de exposição dos riscos e acompanhar os resultados ao risco sob sua responsabilidade; efetuar reportes periódicos à Diretoria Executiva da CPFL Renováveis sobre o desenvolvimento de ações para a mitigação dos riscos.

### c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada, dado que Política de Gestão de Riscos Corporativos foi aprovada no Conselho de Administração em dezembro de 2016, mas trabalha constantemente para aprimorar seus processos e avançar nas ações em relação ao controle de riscos.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

<b>5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:</b>
--

**a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Conforme reportado no item 5.1 deste formulário, a CPFL Renováveis possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de dezembro de 2016.

Todos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são representados no Mapa de Riscos Corporativos. A política tem por objetivo descrever e regulamentar o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Além disso, aborda a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, com definição de papéis e responsabilidades, a qual é melhor detalhada nos itens (5.1 b iii) e (5.2 b vi) deste formulário.

**b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos para os quais se busca proteção**

O principal risco de mercado para Companhia consiste nas eventuais oscilações em índices, taxas de juros e PLD (preço da liquidação das diferenças). Adicionalmente, busca-se proteção para os riscos de liquidez e crédito.

A Companhia está exposta aos riscos gerais de mercado e adota planos de ação para tentar mitigá-los. Vale mencionar que a Companhia não possui exposição cambial, já que suas receitas e a maioria de seus custos não são atreladas às moedas estrangeiras. Entretanto, a Companhia analisa diferentes conjunturas macroeconômicas como subsídio para sua estratégia de negócios, planejamento estratégico e orçamentário com indicação de alternativas a serem adotadas em cada um destes cenários. Entre estes riscos está a inflação que pode afetar as receitas e a estrutura de custos da Companhia.

**ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza operações financeiras para a proteção patrimonial.

**iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não utiliza instrumentos para a proteção patrimonial.

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Com o objetivo de gerenciar os riscos a que a Companhia está sujeita, é atualizado periodicamente os indicadores macroeconômicos estimados pelo mercado financeiro e incorporamos tais estimativas em sua projeção de caixa de longo prazo, e realizado uma gestão rígida e criteriosa do seu caixa de curto e longo prazo, com o apoio da administração e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

**v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

**vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos**

O gerenciamento dos riscos acima mencionados é de responsabilidade da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Companhia. Nesse sentido, cabe à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores identificar alterações nos riscos de mercado, liquidez e de resultado e definir planos de ação para sanar ou mitigar os riscos e, por fim, cabe à área de finanças corporativas, ligada à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, a responsabilidade por incorporar os planos de ação associados no Planejamento Estratégico da Companhia.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

### vii. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional acima, a Diretoria Financeira e a Auditoria monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia com as práticas adotadas.

A Companhia possui e segue uma Política Financeira, que a orienta e requer a diversificação de suas operações, assim como determinadas contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito da Companhia perante as instituições financeiras com as quais trabalha.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controle interno atual é adequada. A área de Auditoria monitora periodicamente a aderência das práticas da Companhia, incluindo os riscos identificados. As conclusões e plano de ação resultantes deste monitoramento são reportados ao Conselho de Administração da Companhia.

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### 5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

##### a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

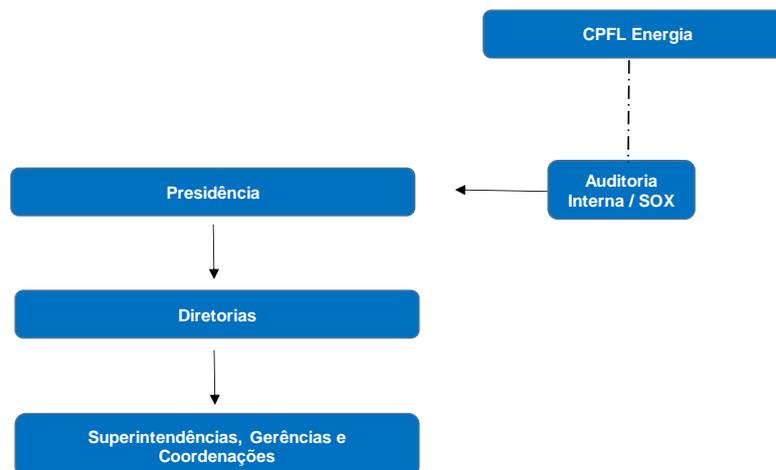
A Companhia estabelece e mantém controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação de informações financeiras, cujo objetivo é garantir sua elaboração de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) bem como assegurar razoável confiabilidade das informações apresentadas. Os controles internos da Companhia, sobre a divulgação de informações financeiras incluem: (i) estabelecimento de políticas e procedimentos com diretrizes contábeis; (ii) manutenção de registros que reflitam de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos; (iii) segurança adequada dos registros a fim de permitir a preparação das demonstrações financeiras conforme exigido e que os gastos e despesas estão sendo realizados de acordo com os limites de aprovações estabelecidos; e (iv) realização de auditorias internas de Processos, Engenharia/Obras e Tecnologia da Informação conforme Plano Anual de Auditoria (PAA) aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, todos os processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras são avaliados, testados e aprovados interna e externamente conforme estabelece a Lei Sarbanes Oxley, geridos pela controladora CPFL Energia.

Baseada nesses critérios e avaliação, a Companhia conclui que nossos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são eficazes.

##### b) as estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas estão representadas na figura abaixo:



### 5.3 - Descrição dos controles internos

As principais responsabilidades das estruturas envolvidas são:

#### **Auditoria Interna / SOX**

- Elaborar anualmente um Plano de Auditoria abrangendo áreas, processos, atividades e riscos de maior relevância das áreas;
- Manter atualizadas e divulgadas as normas e os procedimentos da Auditoria Interna;
- Utilizar metodologias, ferramentas e recursos alinhados as melhores práticas, regulamentações e padrões profissionais;
- Discutir previamente com as áreas, antes do início de cada trabalho, o escopo e abordagem a serem utilizados;
- Apresentar, quando aplicável e de forma independente, o escopo e o resultado de cada trabalho de auditoria aos gestores das áreas de negócios envolvidas;
- Auxiliar os gestores na elaboração de planos de ação com prazos e responsáveis para cada recomendação proposta e acompanhar suas implantações;
- Cumprir o cronograma dos trabalhos planejados e reportar eventual alteração dos prazos acordados;
- Consolidar, de forma estruturada e padronizada, o resultado dos trabalhos de auditoria, inclusive os realizados por auditorias externas e/ou órgãos reguladores e fiscalizadores, propiciando uma visão abrangente e única à Alta Administração;
- Realizar trabalhos que visem analisar a qualidade e a aplicabilidade dos controles internos nas áreas, a observância das políticas e procedimentos e o cumprimento do código de ética;
- Estabelecer um processo estruturado de comunicação, garantindo o adequado fluxo de informações entre Auditoria Interna e áreas auditadas; e
- Investigar ou acompanhar as investigações das denúncias recebidas pela Auditoria Interna ou demandadas por outros órgãos da administração.

#### **Presidente e Diretores**

- Indicar as necessidades de trabalhos a serem incluídos no Plano Anual de Auditoria Interna;
- Acompanhar os assuntos objeto de auditoria através dos relatórios de auditoria e as ações implementadas e/ou em fase de implementação pelas unidades operacionais;
- Aprovar eventuais solicitações de primeira prorrogação de prazos de planos de ação relativos a assuntos objeto de auditoria;
- Solicitar ao Conselho de Administração a aprovação de novas prorrogações nos prazos para atendimento de assuntos objeto de auditoria; e
- Acompanhar os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna por meio de reuniões, convocações e/ou apresentações.

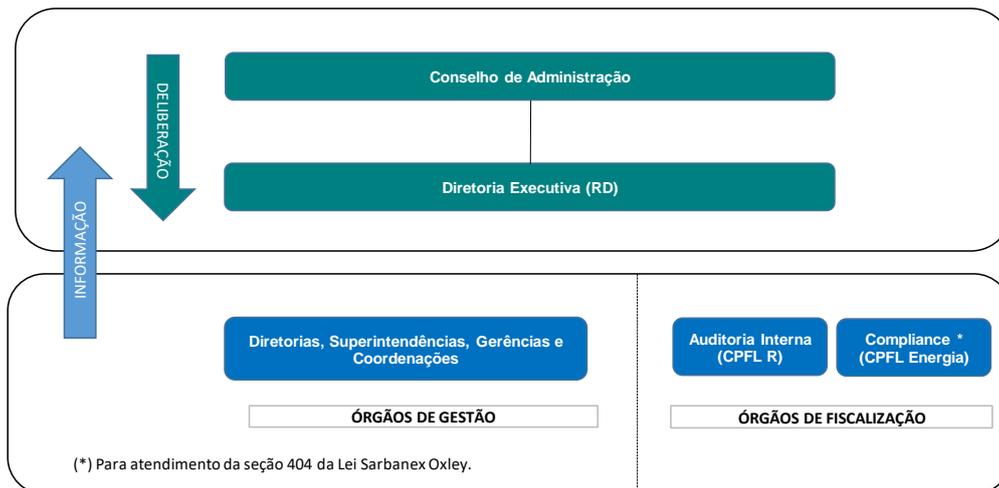
#### **Superintendentes e Gerentes**

- Prover informações (relatórios, documentos, políticas e descritivos), a fim de viabilizar a execução dos trabalhos da Auditoria Interna;
- Dar apoio e todas as informações solicitadas pela equipe de Auditoria Interna para a realização dos trabalhos;
- Apoiar as conclusões dos trabalhos e providenciar a implementação das ações sugeridas nos prazos acordados;
- Solicitar o Diretor correspondente ou a Presidência a aprovação de eventuais prorrogações nos prazos para atendimento de assuntos objeto de auditoria; e

### 5.3 - Descrição dos controles internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são monitorados pela administração, auditoria interna e pela área de Compliance da CPFL Energia pela avaliação da eficácia dos controles em cumprimento à Lei Sarbanes Oxley conforme detalhamento abaixo:



d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Considerando os trabalhos realizados pelos auditores independentes para avaliar a estrutura de controles internos, a Administração não tem conhecimento de fatos ou aspectos que possam indicar quaisquer fraquezas materiais nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Mesmo não tendo conhecimento de qualquer fraqueza material conforme mencionado acima, as deficiências identificadas são encaminhadas aos gestores responsáveis para definição dos planos de ação e data de remediação. Mensalmente, a Auditoria Interna realiza o acompanhamento dos planos de ação de acordo com o seu vencimento ou na eventualidade do plano de ação estar atrasado.

## 5.4 - Alterações significativas

<b>5.4</b>	<b>Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos</b>
------------	--

A Política de Gestão de Riscos Corporativos foi aprovada no Conselho de Administração em dezembro de 2016, mas trabalha constantemente para aprimorar seus processos e avançar nas ações em relação ao controle de riscos.

## **5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

<b>5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes</b>
--

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 5 do Formulário de Referência.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	02/10/2006
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade por ações
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	08/03/2007

### 6.3 - Breve histórico

#### 6.3 Breve histórico do emissor

A Companhia, então denominada Empresa de Investimentos em Energias Renováveis S.A. (“ERSA”), foi constituída em outubro de 2006 pelo Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participação Ltda. (atual “Pátria Investimentos Ltda.”), que detinha direta ou indiretamente, naquela data, a totalidade do capital social da Companhia. Em março de 2007, o Pátria Investimentos transferiu sua participação acionária para o Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações (“Pátria Energia”), que subscreveu um aumento de capital no valor de R\$19,6 milhões. Em julho e agosto de 2007, Eton Park Capital Management, L.P. (“Eton Park”), acionista do Secor, LLC (“Secor”), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus Bradesco BBI FIP (“Bradesco BBI FIP”) e Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft MBH (“DEG”) ingressaram como acionistas da Companhia, mediante a subscrição integral de aumento de capital, totalizando R\$408,0 milhões. Naquela ocasião, a Companhia emitiu debêntures conversíveis no valor de R\$51,2 milhões, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Bradesco BBI FIP. Considerando conjuntamente o aporte de capital dos Acionistas Iniciais e a subscrição das debêntures conversíveis, o investimento total dos acionistas Pátria Energia, Secor, DEG e Banco Bradesco BBI FIP, em conjunto denominados “Acionistas Iniciais”, foi de R\$478,9 milhões em 2007. Em 30 de julho de 2007, os Acionistas Iniciais celebraram um Acordo de Acionistas, posteriormente aditado para inclusão do DEG, GMR Empreendimentos Energéticos Ltda. (“GMR”), Roberto Sahade, Guilherme Sahade e Marcelo Sahade, doravante denominados, em conjunto com os Acionistas Iniciais, “Acionistas Controladores”, cujo objetivo foi estabelecer os termos e condições que disciplinaram o relacionamento dos Acionistas Controladores.

Em março de 2007, a Companhia obteve registro de companhia aberta na CVM e iniciou suas atividades operacionais, com a formação de sua equipe, constituição de parcerias, definição de sistemas e processos e aquisição de seus primeiros projetos. No ano de 2007 foram adquiridos pela Companhia 15 projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”).

Em 2008 foi constituída a PCH Holding S.A. (“PCH Holding”), com o objetivo de participar do controle societário direto de 10 Sociedades de Propósito Específico (“SPE”), das quais 9 receberam financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Também em 2008 foram adquiridas as PCHs Plano Alto e Alto Irani, as quais foram desenvolvidas pela equipe técnica da Companhia. Desta operação, 80% da aquisição foi paga em dinheiro, enquanto 20% se deu por meio de conferência de ativos. Naquele mesmo ano, foram adquiridos 15 projetos, sendo 6 PCHs, incluindo Plano Alto e Alto Irani, e 9 Parques Eólicos, e foi vendido o projeto PCH Cristina, por se tratar de uma usina muito pequena e com pouca atratividade pela Companhia.

Em novembro de 2008 foi aprovado um aumento no capital social da Companhia, no valor de R\$127,4 milhões (homologado em dezembro de 2008), mediante a emissão de novas ações, totalmente subscritas pelos Acionistas Iniciais, Roberto Sahade, Guilherme Sahade e Marcelo Sahade. Em dezembro de 2008 a Companhia realizou a emissão de debêntures conversíveis, no valor de R\$5,2 milhões, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Bradesco BBI FIP.

Em 2009, a Companhia adicionou ao seu portfólio 2 projetos de Parques Eólicos por meio de associação para o desenvolvimento dos projetos. Adicionalmente, em março de 2009, iniciou-se a operação comercial da PCH Cocais Grande. Em outubro de 2009, o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia “FIP Brasil Energia” ingressou como acionista da companhia mediante a subscrição integral de aumento de capital no valor de R\$300 milhões.

Em 2010, 4 PCHs da Companhia começaram a operar comercialmente: Arvoredo, Paiol, São Gonçalo e Varginha. Em maio de 2010 foi cancelada pela ANEEL a autorização da PCH Paraitinga, em decorrência de inviabilidade técnica e financeira. Em julho de 2010 a atual controladora da Companhia, CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”), adquiriu a totalidade das ações de Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos I”); Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos II”); Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos III”); Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos IV”); Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos V”); e Eurus V Energias Renováveis S.A. (“Eurus V”) que, posteriormente, em decorrência da incorporação da Smita pela ERSa, passaram a ser subsidiárias da Companhia. Nesta operação, Eurus V e Campos dos Ventos III tiveram a totalidade de suas ações vendidas por R\$1,00 por cada sociedade; já as sociedades Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos IV e Campos dos Ventos V foram compradas por R\$179.177,78 por MW, em uma base total de potência de 90 MW, corrigido esse valor pelo IGPM desde abril de 2010 até a data do efetivo pagamento, que foi realizado 90% em 60 dias contados da data do segundo aditamento e os outros 10%, conforme o contrato, após a publicação do despacho emitido pela ANEEL autorizando o início da operação comercial das sociedades; por fim a Campos dos Ventos II foi comprada pelo valor de R\$5.160.000,00, ajustado para ser pago até 30 de novembro de 2010.

### 6.3 - Breve histórico

Em janeiro, fevereiro, março e abril de 2011, 4 PCHs da Companhia entraram em operação comercial: Ninho da Águia, Corrente Grande, Barra da Paciência e Várzea Alegre. Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "CPFL"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando à associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladas da CPFL Energia, a saber: CPFL Geração e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" e "Associação", respectivamente). Esta Associação incluiu como ativos Parques Eólicos, Usinas Termelétricas à Biomassa e PCH localizadas no Brasil. Nos termos do referido acordo, os seguintes atos foram realizados almejando a realização da incorporação mencionada: (i) Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração realizou a segregação das PCH que compunham diretamente seu patrimônio, contribuindo tais ativos ao capital das sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., sociedades estas sob o seu controle direto; (ii) Ademais, no mesmo dia 18 de julho de 2011, a CPFL Geração e a CPFL Brasil, na qualidade de únicas acionistas da *Smita Empreendimentos e Participações S.A.*, realizaram um aporte de capital na referida sociedade, de modo a transferir a totalidade de seus empreendimentos para a *Smita Empreendimentos e Participações S.A.*, inclusive as participações nas sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.; e (iii) Em 22 de agosto de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da ERSa que aprovou, sinteticamente, o cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição emitidos pela ERSa em 2 de março de 2007 e a conversão, em ações ordinárias da ERSa, da totalidade das debêntures emitidas pela ERSa, conforme os termos da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 15 de agosto de 2007, e da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Segunda Emissão, datada de 23 de dezembro de 2008, com o conseqüente aumento de capital social da ERSa decorrente de tal conversão.

Em 24 de agosto de 2011 a Associação foi concluída entre a CPFL Energia e os acionistas da ERSa, mediante a aprovação e implementação da incorporação da *Smita Empreendimentos e Participações S.A.* pela ERSa ("Incorporação"), razão pela qual os empreendimentos da CPFL Energia e os empreendimentos da ERSa passaram a ser operados pela Companhia. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram à condição de acionistas da Companhia, mediante a emissão de 733.141.077 novas ações ordinárias da ERSa. Por fim, a denominação social da Companhia foi alterada de ERSa – Energias Renováveis S.A. para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"). Na mesma data, a CPFL Brasil e a CPFL Geração subscreveram e integralizaram, em dinheiro, um aumento de capital no valor de R\$384.196.650,00, mediante a emissão de 180.334.222 novas ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis ("Companhia").

Mediante a realização da Incorporação e do aumento de capital acima descrito, a CPFL Geração e CPFL Brasil atingiram uma participação societária total no capital social da CPFL Renováveis equivalente, em conjunto, a 54,5% do capital social total e votante da referida companhia. Também em 24 de agosto de 2011, o Acordo de Acionistas da Companhia foi aditado e consolidado com a finalidade de estabelecer os termos e condições que disciplinam o relacionamento entre seus acionistas e, indiretamente, das sociedades investidas pela Companhia, incluindo (i) o exercício de direito de voto por parte dos acionistas nas Assembleias Gerais de acionistas; (ii) a participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; (iii) o direito de preferência dos acionistas em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações de emissão da Companhia; e (iv) a Oferta Pública Inicial ou outras capitalizações futuras da Companhia.

Por fim, a Companhia informa que a consumação da Associação foi previamente autorizada pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, conforme destacado abaixo:

- (i) pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 04 de julho de 2011;
- (ii) pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme voto proferido em 13 de julho de 2011, no âmbito do Ato de Concentração nº 08012.004702/2011-04;
- (iii) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme aprovação em reunião de diretoria do dia 28 de junho de 2011, encaminhada à companhia no dia 30 de junho de 2011;
- (iv) pelo Banco Itaú S.A., enquanto banco repassador de determinados projetos da CPFL, conforme aprovação do dia 22 de junho de 2011;
- (v) pelo Banco do Brasil S.A., enquanto banco repassador de determinados projetos da CPFL, conforme aprovação do dia 08 de julho de 2011;
- (vi) pelo Banco ABC Brasil S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSa, conforme aprovação do dia 26 de maio de 2011;
- (vii) pelo Banco Santander S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSa, conforme aprovação do dia 15 de junho de 2011; e

### 6.3 - Breve histórico

(viii) pelo Banco Votorantim S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 30 de junho de 2011.

Destaca-se que em 19 de agosto de 2011 foi anunciado ao mercado a construção de Parques Eólicos localizados no Rio Grande do Norte, previstos para entrarem em operação em 2013, cuja energia comercializada no mercado livre totaliza 64,6 MW médios. Ainda em 2011, por meio de contratos de parceria foram adicionados ao portfólio da Companhia 2 (dois) projetos de usina Termoelétrica à Biomassa (bagaço de cana) – Bio Coopcana e Bio Alvorada - assim como foi realizada a aquisição da PCH Santa Luzia.

Adicionalmente, em 19 de agosto de 2011, a Companhia comunicou ao mercado a construção de Parques Eólicos localizados em outro complexo no Rio Grande do Norte, cuja energia comercializada no mercado livre totaliza 60,9 MW médios.

Em 19 de dezembro de 2011 a Companhia concluiu a aquisição direta de 100% do capital social da Jantus SL. e indireta da totalidade do capital da SIF Énergies do Brasil Ltda. (“SIF”) e da SIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. (“SIF Desenvolvimento”), com um total de 4 (quatro) Parques Eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados (“Empreendimentos SIF”). Para implementar a transação acima descrita, a CPFL Brasil realizou aportes de capital na Companhia, de forma que CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter, em conjunto, 63,0% da Companhia.

Em 13 de janeiro de 2012 a Companhia anunciou ao mercado a celebração, com terceiros, de contrato de compra e venda de ações, cujo objeto foi a aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A. (em conjunto “Complexo Atlântica”), sociedades detentoras de autorização pelo prazo de 35 anos para geração de energia elétrica de fonte eólica sob o regime de produção independente, mediante a implantação de seus respectivos 4 (quatro) parques eólicos localizados no município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, com potência total instalada de 120 MW (sendo 30 MW cada um) e garantia física de 52,7 MW médios. Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 26 de março de 2012, todas as ações de emissão das sociedades do Complexo Atlântica foram transferidas para a Companhia, tendo em vista o cumprimento de todas as condições precedentes para a conclusão do negócio.

Em 24 de fevereiro de 2012, a Companhia comunicou a celebração de contrato para aquisição de 100% das ações da BVP S.A., sociedade controladora da Bons Ventos Geradora de Energia S.A., que detém 4 Parques Eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW. A transferência do controle dos parques da Bons Ventos para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

Em 12 de março de 2012, a Companhia anunciou a celebração de contrato de aquisição de ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d’água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, que detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a energia proveniente da biomassa produzida pela moagem de cana-de-açúcar e com capacidade instalada de 40,0 MW. Os ativos de cogeração localizam-se no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, e encontram-se em operação comercial plena. A incorporação dos ativos de cogeração da SPE Lacenas Participações Ltda. foi finalizada, conforme comunicado ao mercado publicado em 18 de outubro de 2012.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia aprovou o grupamento da totalidade das ações de sua emissão, na proporção de 5:1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do capital social da Companhia, conforme descrito no item 17.3 deste Formulário de Referência.

Em 18 de junho de 2013, a Companhia comunicou a celebração com a Martifer Renováveis Geração de Energia Participações S.A. do contrato de compra e venda de ações relativo à aquisição da totalidade das ações da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Rosa dos Ventos”), que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia (“ANEEL”) para explorar os parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW. Os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada por tais parques eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O preço total da aquisição totalizou R\$103,4 milhões, compreendendo: (i) o valor de 70,3 milhões pagos aos vendedores; e (ii) R\$ 33,1 milhões em assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos.

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia e a Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) celebraram um acordo de associação para incorporação pela Companhia da WF2 Holding S.A. (“WF2”), detentora da totalidade das ações de emissão da DESA na data de sua incorporação. Em

### 6.3 - Breve histórico

30 de setembro de 2014, a Companhia deliberou pela incorporação da WF2 e o respectivo aumento do capital social da Companhia em decorrência da absorção do acervo líquido contábil da WF2, com a consequente emissão de novas ações da Companhia entregues ao Arrow – Fundo de Investimento em Participações (“FIP Arrow”), com eficácia a partir de 01 de outubro de 2014. Em razão da Incorporação, o capital social da Companhia passou dos R\$2.908.393.213,70 para R\$ 3.390.227.128,97, com um aumento, portanto, de R\$ 481.833.915,27, mediante a emissão de 61.752.782 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 8,408826367 cada, as quais foram subscritas e integralizadas pelos administradores da WF2, por conta do FIP Arrow, mediante a versão do seu patrimônio líquido à Companhia, sem direito de preferência aos então acionistas da Companhia. Em decorrência dessa operação, o FIP Arrow passou a deter 12,27% do capital social da Companhia, sem afetar o controle da Companhia, que continua a ser detido pela CPFL Geração de Energia S.A. por meio da titularidade de mais de 50% das ações representativas do capital social da Companhia. Em 28 de abril de 2014, o Acordo de Acionistas da Companhia foi novamente aditado com objetivo de adequar a governança da Companhia em função da realização da Oferta Pública Inicial, incluindo: (i) mudanças do quadro acionário da Companhia; (ii) ajuste nas cláusulas não mais aplicáveis ao Acordo de Acionistas; e (iii) implementação das alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Em 01 de outubro de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 8º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de refletir as mudanças no quadro acionário da Companhia em razão saída do acionista DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH como signatário do Acordo de Acionistas e da adesão dos acionistas Daniel Gallo e Arrow – Fundo de Investimento em Participações ao Acordo de Acionistas, bem como para implementar as alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Em abril de 2015 a ANEEL publicou o despacho n.º 1.107 autorizando a entrada em operação comercial do parque eólico Morro dos Ventos II (“parque eólico”), cuja entrada em operação estava inicialmente prevista para o 1º semestre de 2016. O parque eólico Morro dos Ventos II totaliza 29,2 MW de capacidade, com garantia física de 15,3 MWh e está localizado no município de João Câmara, no Rio Grande do Norte.

Ainda no mesmo mês, a Companhia comercializou no 21º Leilão de Energia Nova A-5/2015, 14,0 MW médios a serem gerados pela PCH Boa Vista II, localizada no estado Minas Gerais com 26,5 MW de capacidade instalada. A vigência do contrato será de 30 anos, com início de suprimento de energia em 01 de janeiro de 2020. O lote foi vendido ao preço médio de R\$ 207,64/MWh (base abr/15) com reajuste anual pelo IPCA, face a um preço teto do leilão de R\$ 210,00/MWh.

Por sua vez, em maio de 2016, houve a autorização pela ANEEL para a entrada em operação da PCH Mata Velha, que totaliza 24 MW de capacidade instalada, localizada no município de Unaí, em Minas Gerais, anteriormente prevista para janeiro de 2018. Dessa forma, a Companhia antecipou em um ano e meio o início das operações, tendo comercializado no mercado livre a energia até a data de início do suprimento contratado no Leilão A-5 2013.

Em julho de 2016 a Companhia recebeu de seu acionista controlador CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) comunicação sobre proposta recebida por seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”) da State Grid International Development Limited. (“Compradora”) para a aquisição da totalidade de participação societária da CCSA vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia.

Ademais no mês de setembro, a Companhia foi comunicada a respeito da assinatura do Contrato de Aquisição de Ações entre seu acionista indireto Camargo Corrêa S.A. e ESC Energia S.A., na qualidade de vendedores, e a State Grid Brazil Power Participações Ltda (“State Grid Brazil”), na qualidade de compradora, bem como do exercício do direito de venda conjunta (“Tag Along”), previsto no Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A., por parte do acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e do acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Em dezembro de 2016, a ANEEL, por meio do despacho nº 3.358, autorizou a entrada em operação comercial dos últimos aerogeradores do parque eólico Santa Mônica, pertencente ao complexo eólico São Benedito, localizado no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte. Com isso houve a entrada em operação comercial dos complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito em sua totalidade, com capacidade instalada combinada de 231 MW, distribuída em 110 aerogeradores. Com a conclusão de referido projeto a CPFL Renováveis encerrou o ano de 2016 com 2.054,3 MW de capacidade instalada.

Após a obtenção das aprovações regulatórias de CADE e ANEEL, em janeiro de 2017 houve o fechamento da operação negociada entre os Acionistas integrantes do Bloco de Controle da CPFL Energia S.A e a State Grid, com a aquisição de 556.164.817 ações ordinárias de

### **6.3 - Breve histórico**

emissão da CPFL Energia S.A., representativas de aproximadamente 54,64% de seu Capital Votante. Em razão de referido fechamento a State Grid Brazil se tornou a controladora direta da CPFL Energia.

## **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

<b>6.5</b> Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.
---

Não houve pedido de falência, nem de recuperação judicial ou extrajudicial.

## 6.6 - Outras informações relevantes

<b>6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.</b>
---

Todas as informações a respeito do histórico da Companhia já foram divulgadas nos itens anteriores desse Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

### 7 Atividades do emissor

#### 7.1 Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Segundo o Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social: (i) exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, tais como, pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, eólicas, termelétricas de biomassa, energia fotovoltaica, com a consequente prestação de serviço público de geração de energia elétrica; (ii) a exploração de atividades de projeto, engenharia, licenciamento, financiamento, aquisição, operação e manutenção de ativos de geração e potenciais de geração de energia, desde que relacionados a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima; (iii) a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; (iv) o investimento no capital de outras sociedades (de forma individual ou sob a forma de consórcio de empreendimentos) na área de geração de energia elétrica, sem a utilização de combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima, ou de serviços a esta relacionados; (v) a prestação dos serviços e a intermediação de negócios associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia; e (vi) o exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao seu objeto social.

A Companhia possui larga experiência no desenvolvimento, aquisição, construção e operação de usinas de geração de energia a partir de fontes renováveis. Como resultado da associação entre a CPFL Energia, por meio de suas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil e a ERSA – Energias Renováveis S.A., em agosto de 2011, a CPFL Renováveis se tornou o maior grupo de geração de energias renováveis do Brasil em termos de capacidade em operação, com presença nas principais fontes de energia renovável desenvolvidas atualmente no país (PCHs, Parques Eólicos, Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar). Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio de projetos da Companhia totalizava 2.054MW de capacidade instalada em operação, sendo composto de 39 PCHs (423,0 MW), 43 Parques Eólicos (1.260,2 MW), 8 Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa (370,0 MW) e 1 Usina Solar (1,1 MW). Adicionalmente a Companhia possui 75 MW de capacidade em construção, sendo composto de 1 complexo eólico (48,3 MW) e 1) PCH (26,5 MW). Os empreendimentos da CPFL Renováveis estão presentes em 8 estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

Adicionalmente, em dezembro de 2016, após a entrada em 100% de operação comercial dos complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito (231 MW) e da PCH Mata Velha (24 MW), a Companhia passou a ter 91 usinas em operação (2.054,3MW). O portfólio contratado da Companhia perfaz um montante de 2.129,3 MW e tem contrato de venda de energia de longo prazo, reajustados anualmente pela inflação, fortalecendo ainda mais a previsibilidade e estabilidade da geração de caixa da CPFL Renováveis.

A CPFL Renováveis, possui ainda projetos em desenvolvimento de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Solares no total de 2.564 MW.

A tabela abaixo ilustra portfólio geral de ativos em operação, construção e desenvolvimento da Companhia, e sua capacidade instalada, em 31 de dezembro de 2016 (em MW):

	31 de dezembro de 2016 (em MW)				
	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	423,0	1.260,2	370,0	1,1	<b>2.054,3</b>
Construção	26,5	48,3			<b>74,8</b>
Desenvolvimento					<b>2.564,0</b>
<b>Total</b>	<b>449,65</b>	<b>1.308,5</b>	<b>370,0</b>	<b>1,1</b>	<b>4.693,1</b>

O quadro abaixo contém uma descrição detalhada das principais características dos projetos em operação da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Projetos	Município	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	P50 Líquido	Energia Contratada 2016* (MWh)	Preço (R\$/MWh) Dez/16	Tipo de contrato
Atlântica I	Palmares do Sul	RS	30,0	13,1	12,96	13,1	207,15	LFA 2010
Atlântica II	Palmares do Sul	RS	30,0	12,9	12,87	12,9	207,15	LFA 2010
Atlântica IV	Palmares do Sul	RS	30,0	13,0	12,88	13,0	207,15	LFA 2010
Atlântica V	Palmares do Sul	RS	30,0	13,7	13,35	13,7	207,15	LFA 2010
Foz do Rio Choró	Beberibe	CE	25,2	7,4	8,46	7,4	447,27	Proinfa
Icaraizinho	Amonada	CE	54,6	22,1	24,89	21,4	386,43	Proinfa
Paracuru	Paracuru	CE	25,2	12,6	11,98	11,7	380,80	Proinfa
Praia Formosa	Camocim	CE	105,0	28,8	31,81	28,0	435,72	Proinfa
Santa Clara I	Parazinho	RN	30,0	13,7	13,51	12,5	233,21	LER 2009
Santa Clara II	Parazinho	RN	30,0	12,8	12,66	11,2	233,21	LER 2009
Santa Clara III	Parazinho	RN	30,0	12,5	12,53	11,8	233,21	LER 2009
Santa Clara IV	Parazinho	RN	30,0	12,3	13,08	10,9	233,21	LER 2009
Santa Clara V	Parazinho	RN	30,0	12,4	12,44	11,2	233,21	LER 2009
Santa Clara VI	Parazinho	RN	30,0	12,3	13,11	10,5	233,21	LER 2009
EURUS VI	Parazinho	RN	8,0	3,2	3,39	2,6	233,21	LER 2009
Macacos	João Câmara	RN	20,7	9,8	9,74	9,7	208,70	LFA 2010
Juremas	João Câmara	RN	16,1	7,6	7,52	7,5	208,70	LFA 2010
Pedra Preta	João Câmara	RN	20,7	10,3	10,13	10,1	200,14	LFA 2010
Costa Branca	João Câmara	RN	20,7	9,8	9,79	9,8	200,14	LFA 2010
Bons Ventos	Aracati	CE	50,0	16,4	20,88	15,9	430,11	Proinfa
Taliba Albatroz	São Gonçalo do Amarante	CE	16,5	6,7	6,96	6,6	391,97	Proinfa
Canoa Quebrada - BV	Aracati	CE	57,0	24,1	23,47	22,9	390,66	Proinfa
Enacé	Aracati	CE	31,5	10,2	12,44	9,9	438,72	Proinfa
Campo dos Ventos II	João Câmara	RN	30,0	15,0	14,85	14,0	192,15	LER 2010
Canoa Quebrada - RV	Aracati	CE	10,5	3,3	4,79	3,3	431,87	Proinfa
Lagoa do Mato - RV	Aracati	CE	3,2	1,4	1,64	1,4	380,80	Proinfa
Morro dos Ventos I	João Câmara	RN	28,8	13,6	13,39	12,7	234,83	LER 2009
Morro dos Ventos III	João Câmara	RN	28,8	13,9	13,70	12,7	234,78	LER 2009
Morro dos Ventos IV	João Câmara	RN	28,8	13,7	14,06	12,1	234,80	LER 2009
Morro dos Ventos VI	João Câmara	RN	28,8	13,1	12,83	11,2	234,84	LER 2009
Morro dos Ventos IX	Parazinho	RN	30,0	14,3	14,01	12,8	234,81	LER 2009
Eurus I	João Câmara	RN	30,0	15,5	14,14	14,5	189,18	LER 2010
Eurus III	João Câmara	RN	30,0	16,1	15,44	15,0	189,17	LER 2010
Morro dos Ventos II	João Câmara	RN	29,1	15,4	15,0	15,1	147,37	LEN 2011
Campo dos Ventos I	João Câmara	RN	25,2	13,6	13,4	64,6	169,26	ACL
Campo dos Ventos III	João Câmara	RN	25,2	13,4	14,5		169,26	ACL
Campo dos Ventos V	Parazinho	RN	25,2	13,1	13,6		169,26	ACL
São Domingos	São Miguel do Gostoso	RN	25,2		10,9		169,26	ACL
Ventos de São Martinho	Touros	RN	14,7		2,8		169,26	ACL
Ventos de São Benedito	São Miguel do Gostoso	RN	29,4		15,0	60,6	169,26	ACL
Ventos de Santa Dimas	São Miguel do Gostoso	RN	29,4		16,2		169,26	ACL
Ventos de Santa Mônica	Touros	RN	29,4		7,0		169,26	ACL
Ventos de Santa Úrsula	Touros	RN	27,3		10,3		169,26	ACL
<b>Subtotal Eólico</b>			<b>1.260,2</b>	<b>473,1</b>		<b>534,4</b>	<b>265,89</b>	
Alvorada	Araporá	MG	50,0	19,9		18,0	178,21	ACL
Baia Formosa	Baia Formosa	RN	40,0	5,5		11,0	258,26	LEN 2006
Bio Burity	Buritizal	SP	50,0	18,7		21,0	224,12	ACL
Bio Energia	Pirassununga	SP	45,0	14,1		12,8	225,12	ACL
Bio Ipê	Nova Independência	SP	25,0	13,6		8,2	224,12	ACL
Bio Pedra	Serrana	SP	70,0	10,3		24,4	214,72	LER 2010
Coopcana	São Carlos do Ivaí	PR	50,0	18,0		18,0	178,21	ACL
Estér	Cosmópolis	SP	40,0	14,5		14,9	198,31	LFA 2007 / ACL
<b>Subtotal Biomassa</b>			<b>370,0</b>	<b>114,6</b>		<b>128,4</b>	<b>206,59</b>	
Alto Irani	Arvoredo	SC	21,0	12,4		12,4	251,44	Proinfa
Americana	Americana	SP	30,0	5,9		5,9	237,91	ACL
Andorinhas	Bozano	RS	0,5	0,4		0,4	230,68	ACL
Arvoredo	Arvoredo	SC	13,0	7,4		7,0	237,08	LFA
Barra da Paciência	Gonzaga	MG	23,0	14,9		14,8	235,65	ACL
Buritizal	Buritizal	SP	0,8	0,4		0,4	237,91	ACL
Capão Preto	São Carlos	SP	4,3	2,2		2,2	237,91	ACL
Chibarro	Araraquara	SP	2,6	1,5		1,5	237,91	ACL
Cocais Grande	Antonio Dias	MG	10,0	4,6		4,6	251,44	Proinfa
Corrente Grande	Açucena	MG	14,0	8,5		8,4	235,65	ACL
Diamante	Nortelândia	MT	4,2	1,6		1,6	214,24	ACL
Dourados	Nupuranga	SP	10,8	5,7		5,7	237,91	ACL
Eloy Chaves	Espirito Santo do Pinhal	SP	18,8	11,0		11,0	237,91	ACL
Esmeril	Patrocínio Paulista	SP	5,0	2,9		2,9	237,91	ACL
Figueirópolis	Indiavaí	MT	19,4	12,6		12,5	247,32	Proinfa
Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	SP	4,8	3,6		3,6	237,91	ACL
Guaporé	Guaporé	RS	0,7	0,4		0,4	230,68	ACL
Jaguari	Pedreira	SP	11,8	4,5		4,5	237,91	ACL
Lençóis	Macatuba	SP	1,7	1,0		1,0	237,91	ACL
Ludesa	Ipaçu	SC	30,0	21,2		20,8	239,84	Proinfa / ACL
Mata Velha	Unai	MG	24,0	13,1		12,5	182,63	ACL
Monjolinho	São Carlos	SP	0,6	0,1		0,4	237,91	ACL
Ninho da Águia	Delfim Moreira	MG	10,0	6,5		4,2	235,65	ACL
Novo Horizonte	Campina Grande do Sul	PR	23,0	10,4		10,2	165,07	ACL
Paioi	Frei Inocência	MG	20,0	10,5		10,9	235,62	ACL
Pinhal	Espirito Santo do Pinhal	SP	6,8	3,7		3,7	237,91	ACL
Pirapó	Roque Gonzales	RS	0,8	0,6		0,6	230,68	ACL
Piano Alto	Xavantina	SC	16,0	9,3		9,3	251,44	Proinfa
Salinho	Muitos Capões	RS	0,8	0,7		0,7	230,68	ACL
Salto Góes	Tangará	SC	20,0	11,1		11,1	223,60	LFA
Salto Grande	Campinas	SP	4,6	2,6		2,6	237,91	ACL
Santa Luzia	São Domingos	SC	28,5	18,4		18,0	244,00	LFA 2007 / ACL
Santana	São Carlos	SP	4,3	2,6		2,6	237,91	ACL
São Gonçalo	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	11,0	7,2		6,4	235,65	ACL
São Joaquim	Guará	SP	8,1	5,1		5,1	237,91	ACL
Socorro	Socorro	SP	1,0	0,3		0,3	237,91	ACL
Três Saltos	Torrinha	SP	0,6	0,4		0,4	237,91	ACL
Varginha	Chalé	MG	9,0	5,4		4,0	237,08	LFA 2007
Várzea Alegre	Chalé	MG	7,5	4,9		4,8	235,65	ACL
<b>Subtotal PCH</b>			<b>423,0</b>	<b>235,5</b>		<b>229,4</b>	<b>232,83</b>	
Tanquinho	Campinas	SP	1,1	0,2		0,2	215,42	ACL
<b>Subtotal Solar</b>			<b>1,1</b>	<b>0,2</b>		<b>0,2</b>	<b>215,42</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>2.054,3</b>	<b>833,4</b>		<b>763,0</b>	<b>248,17</b>	

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo contém uma descrição detalhada das principais características dos projetos em construção da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

Projetos	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Contratada (MWm)	Preço (R\$/MWh) Dez/16	Tipo de contrato
Pedra Cheirosa I	CE	25,2	13,60	13,60	146,85	18º LEN 2014 (A-5)
Pedra Cheirosa II	CE	23,1	12,50	12,50	147,78	18º LEN 2014 (A-5)
<b>Subtotal EOL</b>		<b>48,3</b>	<b>26,10</b>	<b>26,10</b>	<b>147,30</b>	
Boa Vista II	MG	26,5	14,41	14,00	228,67	21º LEN 2015 (A-5)
<b>Subtotal PCH</b>		<b>26,5</b>	<b>14,41</b>	<b>14,00</b>	<b>228,67</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>74,8</b>	<b>40,51</b>	<b>40,10</b>	<b>176,24</b>	

Na data desse relatório, todos os projetos em operação e construção representam 2.129,1 MW de Capacidade Instalada, possuem energia contratada e a previsão para entrada em operação dos projetos em construção é até 2020, o que assegura alta previsibilidade de geração de caixa para a Companhia.

A CPFL Renováveis acredita estar bem posicionada para continuar aproveitando as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis, além de crer que a capacidade para aquisições de ativos e projetos de qualidade e o portfólio robusto de projetos em desenvolvimento suportará o crescimento rentável.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma equipe composta por 432 colaboradores, altamente qualificada, com larga experiência na otimização de projetos de engenharia e condução de processos de licenciamento ambiental, bem como na contratação e gestão de contratos de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos de geração de energia.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

**7.2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

**a. produtos e serviços comercializados;**

A receita operacional da Companhia é proveniente da atividade de venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis pelas suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2016, a CPFL Renováveis tinha uma capacidade instalada de geração de energia em operação de 2.054,3 MW, 1.799,3 MW em 2015 e 1.773,7 MW em 2014.

**b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor;**

A receita operacional consolidada da Companhia, proveniente da venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis, está apresentada no quadro abaixo:

<b>Período</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
(em milhões de R\$)			
Receita Operacional Líquida	1.646,6	1.499,4	1.247,6

Em 31 de dezembro de 2016 a receita estava segregada entre as fontes de geração da Companhia, sendo: 59% em Parques Eólicos, 28% em PCH e 14% em Usinas Termelétricas a Biomassa e 0,02% em Usinas Solares.

**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.**

O resultado líquido consolidado da CPFL Renováveis, tendo sua receita operacional proveniente da venda de energia elétrica gerada, está apresentado no quadro abaixo:

<b>Período</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
(em milhões de reais R\$)			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período/Exercício	(143,7)	(48,7)	(167,4)

As demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas considerando somente o segmento operacional de geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representa integralmente a receita da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, eólica, PCHs e solar).

Você pode saber mais sobre o nosso resultado na página mundial de computadores [www.cpfrenovaveis.com.br/ri](http://www.cpfrenovaveis.com.br/ri)

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### 7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

##### a. Características do processo de produção;

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma capacidade instalada de 2.054 MW e possuía um portfólio de ativos em construção com capacidade instalada de 75 MW, além de um portfólio de projetos em desenvolvimento de 2.564MW. A atuação da CPFL Renováveis abrange desde o desenvolvimento de projetos até a construção e operação de PCHs, Parques Eólicos, Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica.

O conceito atrelado aos projetos da CPFL Renováveis é o de emissões evitadas de carbono. Ou seja, a geração por matriz renovável, evita, ou minimamente atrasa, a necessidade da entrada em operação de uma planta de energia não renovável no cenário energético nacional. Por contribuir positivamente para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, seus projetos são elegíveis à obtenção de créditos de carbono, tanto no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo como nos padrões voluntários de mercado. Em substituição ao protocolo de Kyoto foi assinado por 171 países o “Acordo climático de Paris”, dependendo ainda da ratificação do documento, dentro dos mecanismos previstos nas legislações nacionais dos países. Neste acordo, os países estabeleceram suas próprias metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, prazo estendido até 21 de abril de 2017 sendo que as metas devem ser atualizadas a cada 5 anos.

Formalmente, para entrar em vigor, o acordo depende da ratificação por 55 países que sejam responsáveis por 55% das emissões mundiais de gases de efeito estufa. Esse novo acordo climático poderá alterar os moldes atuais do mercado de carbono. Dentre as INDCs (Contribuição Nacional Determinada) apresentadas pelo Brasil está o aumento da participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.

As características de cada fonte de geração de energia renovável que utilizada estão listadas a seguir:

##### *Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)*

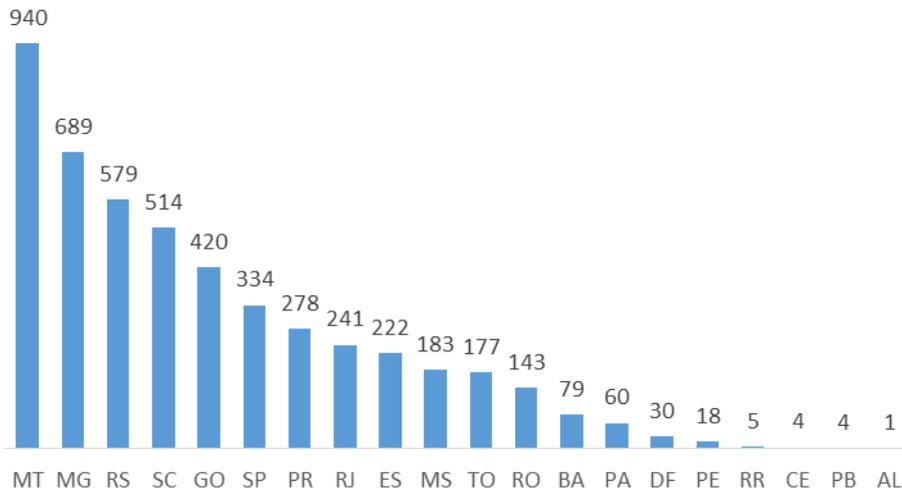
PCHs são usinas hidrelétricas de pequeno porte cuja capacidade instalada é superior a 5<sup>1</sup> MW e inferior a 30 MW e cuja área ocupada por seu reservatório é inferior a 3 Km<sup>2</sup>. O reservatório de uma PCH típica não permite o armazenamento do fluxo da água e convencionalmente interpreta-se que a PCH opera “a fio d’água”. Em PCHs, são comuns as situações em que a vazão disponível é menor do que a capacidade das turbinas, causando ociosidade. Em outras situações, as vazões são maiores do que a capacidade das máquinas, “vertendo” água, dada a impossibilidade de armazenamento da água. Observa-se que, por conta da possibilidade de as PCHs participarem do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), a quantidade de energia comercializada pela usina depende somente do seu certificado de garantia física, independentemente, portanto, de sua produção individual de energia. As PCHs são construídas, em sua maioria, em rios de médio porte que possuem desníveis significativos em seu percurso, gerando energia potencial suficiente para movimentar pequenas turbinas.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o setor de PCHs no Brasil é composto por 441 usinas, localizadas predominantemente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, cuja capacidade instalada total corresponde a 4.928 MW. Além das PCHs, as CGHs somam 0,5 MW, distribuídas em 609 empreendimentos.

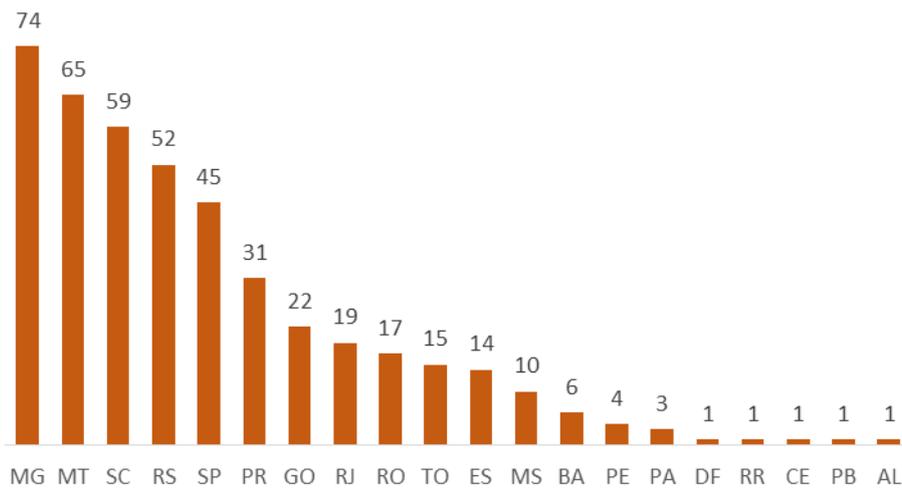
<sup>1</sup> A Lei 13.360, de 18 de dezembro de 2016, alterou o limite inferior da capacidade das PCH, passando de acima de 3.000 kW para acima de 5.000 kW. Com isso, as usinas hidrelétricas com 5.000 kW ou menos e que atendam às restrições de reservatório passarão a ser denominadas Central de Geração Hidrelétrica – CGH.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

PCH - Potência Instalada por Estado (MW)



PCH - Números de Usinas por Estado



#### Parques Eólicos

A energia eólica é, basicamente, obtida por meio da energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim, produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica transferida reflete o potencial de energia elétrica a ser produzida, o qual está, portanto, diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador.

A construção de um parque eólico é menos complexa em comparação à construção de PCHs, consistindo basicamente na preparação de fundações e posterior montagem dos aerogeradores, os quais são montados pelos fornecedores no local. O prazo de construção de uma usina eólica é mais curto do que o de uma PCH (entre 1 ano e meio a 2 anos, em média), e o investimento necessário por MW instalado para a construção de um parque eólico é inferior ao investimento para construção de uma PCH.

Algumas regiões do Brasil são favorecidas em termos de ventos, por apresentarem alta velocidade média e baixa volatilidade (oscilação da velocidade), garantindo uma elevada produção energética. Algumas “bacias eólicas” apresentam complementaridade com a operação das usinas hidrelétricas, em especial do Sudeste do País, visto que a velocidade dos ventos costuma ser maior e mais constante nos períodos em que as hidrelétricas dessa região estão em seu período de estiagem. Assim, a geração das eólicas pode atender à demanda em substituição às hidrelétricas, uma forma de preservar a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas. A operação

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

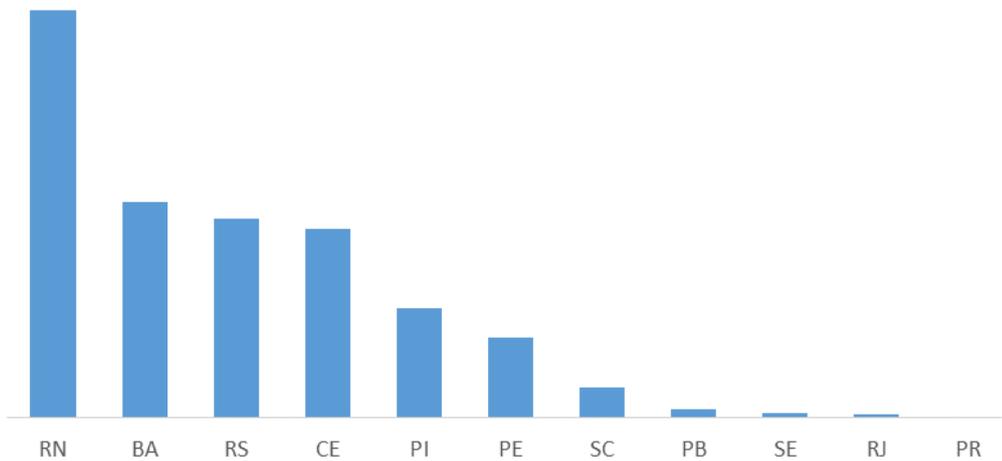
simultânea de usinas eólicas e PCHs permitiria o aproveitamento do sinergismo entre essas fontes, contribuindo para a otimização dos recursos e, adicionalmente, ao armazenamento da energia elétrica nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Por fim, estimativas constantes do Atlas do Potencial Eólico de 2001 (último estudo realizado a respeito) apontam para um potencial de energia eólica de 143 GW de capacidade instalada no Brasil, volume significativamente superior à atual potência instalada total no país, de 10.169 MW em 31 de dezembro de 2016, de acordo com dados oficiais da ANEEL, mostrando um alto potencial de crescimento deste segmento no Brasil.

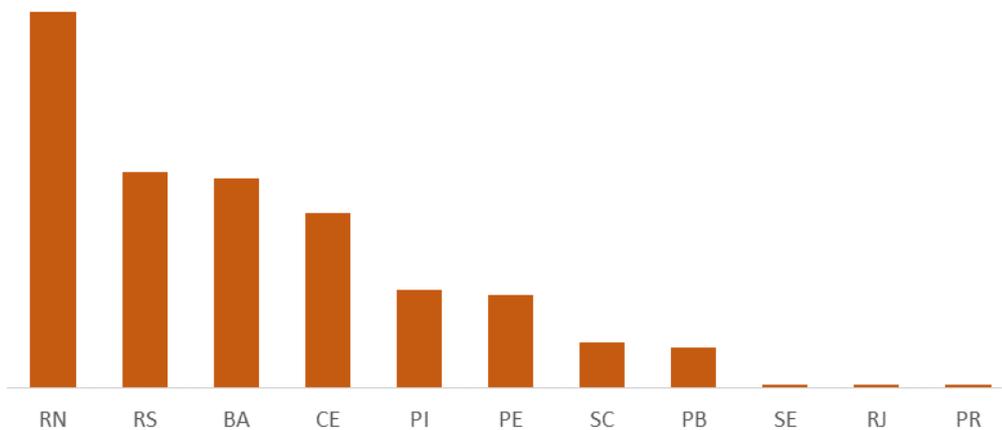
Ainda, de acordo com a ANEEL, atualmente há 4 parques eólicos em operação ou aptos. Além disso, na mesma data, a ANEEL registrava a existência de 137 projetos de energia eólica em construção com total de 3.137 MW de capacidade. De acordo com dados do Banco de Informações da Geração (BIG) da ANEEL, em dezembro de 2016, já havia cerca de 202 empreendimentos outorgados, com potência total de 4,7 GW, porém sem obras iniciadas.

Assim como nas PCHs os Parques Eólicos são elegíveis ao MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

EOL - Potência Instalada por Estado (MW)



EOL - Números de Parques em Operação por Estado



Fonte: ANEEL – dezembro de 2016

Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa

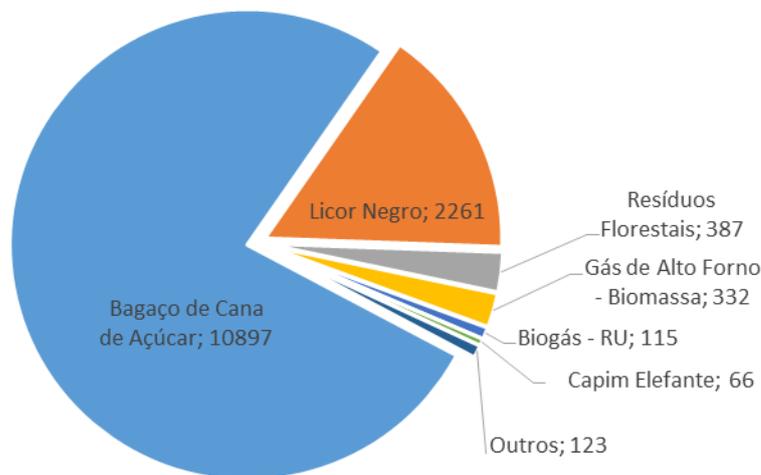
### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa são geradoras que utilizam a combustão de material orgânico para produção de energia. Alguns exemplos desse tipo de material orgânico são: bagaço de cana, carvão vegetal, biogás, licor negro, casca de arroz e resíduos de madeira. A geração de energia movida à biomassa é renovável, permitindo o reaproveitamento de resíduos, além de ser menos poluente que outras formas de energia, como aquelas obtidas a partir da utilização de combustíveis fósseis como petróleo e carvão mineral. Isso porque o CO<sub>2</sub> liberado na queima da biomassa já fora absorvido durante a vida da planta. A construção de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa tem prazo mais curto do que as PCHs (entre 1 e 2 anos, em média). O investimento necessário por MW instalado para a construção de uma Usina Termelétrica Movida a Biomassa é proporcionalmente inferior ao investimento para construção de uma PCH. Por outro lado, seu modelo de operação é mais complexo, por envolver a aquisição, logística e operação de material orgânico utilizado para geração de energia. Por esta razão, os custos operacionais de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa tendem a ser maiores do que os custos de operação das PCHs.

Apesar da maior complexidade de operação, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa beneficiam-se de: (i) licenciamentos ambientais mais céleres, (ii) combustível abundante no Brasil, podendo vir de subproduto de outras atividades (ex.: resíduos de madeira) e (iii) localização mais próxima aos centros de consumo, reduzindo os custos de transmissão. Em Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, o custo de aquisição e logística do combustível, em comparação com outras usinas térmicas (de fontes não renováveis) é significativamente inferior. Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, embora sejam elegíveis ao MDL, e, portanto, com potencial de geração de créditos de carbono, vem encontrando dificuldades quanto à aprovação dos projetos devido à metodologia aplicada. Alternativamente, a CPFL Renováveis vem buscando desenvolver projetos com foco no mercado voluntário, buscando agregar valor aos empreendimentos.

Segundo a ANEEL, dados do BIG de 31 de dezembro de 2016, existem atualmente em operação 533 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa totalizando 14.180 MW de capacidade instalada, que são divididas de acordo com o tipo de insumo utilizado no processo de produção de energia. As usinas nacionais de bioenergia utilizam dez tipos de biomassa no processo de geração de energia, sendo eles: (i) bagaço de cana-de-açúcar; (ii) biogás (resíduos animais, urbanos e agroindustriais); (iii) capim elevante; (iv) casca de arroz; (v) carvão vegetal; e (vi) gás de alto-forno (biomassa); (vii) lenha; (viii) licor negro; (ix) óleos vegetais, (x) resíduos florestais e (xi) etanol.

Matriz Energética Biomassa (MW)



#### Usinas Solares Fotovoltaicas

A energia do sol é a fonte indireta de muitos combustíveis, como a própria biomassa. Mas foi na década de 70, marcada pelos choques do petróleo que elevaram de forma acentuada os preços desse combustível, afetando em efeito dominó as economias dos países ao redor do mundo, que as pesquisas com o uso da energia solar para a produção de energia deslançaram. Com os preços do petróleo - que dominava as matrizes energéticas dos países industrializados - subindo sem escalas, era necessário buscar alternativas que reduzissem a dependência desta *commodity*.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No Brasil, a energia solar fotovoltaica possui um grande potencial e o governo estima uma capacidade instalada de 7,0 GWp para 2024 (dados do PDE 2024), o que equivale a um incremento de 0,7 GWp ao ano a partir de 2015. A ANEEL registra hoje 23 MW em operação comercial, distribuídos em 42 empreendimentos. Maiores volumes são esperados para os próximos anos, em virtude da entrada em operação de parques vendedores dos leilões de energia de 2015. A evolução da tecnologia e a consolidação de uma cadeia produtiva serão determinantes na mudança desse cenário dentro dos próximos anos. Soma-se a isso o grande potencial para expansão da fonte através de geração distribuída, com a instalação de painéis solares em centros urbanos.

#### **b. características do processo de distribuição;**

Em 31 de dezembro de 2016 os contratos de venda de energia firmados pela Companhia representavam uma segregação de aproximadamente 36% no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e 64% no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") a um prazo médio ponderado de 20,8 anos, o que mostrar a capacidade da Companhia de explorar ativamente os dois mercados. Do total de contratos negociados no ACL, aproximadamente 74,3% estavam celebrados com a CPFL Brasil. Para maiores informações acerca de cada um desses mercados, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

A estratégia da Companhia é manter a exploração das duas alternativas de comercialização de energia, mercado regulado e mercado livre, de forma a viabilizar o crescimento sustentável do portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando em melhores taxas de retorno.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado, dos quais a Companhia participou, são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos três anos foram realizados 11 leilões de energia nova, reserva e fontes alternativas, nos quais foram contratados 9,4 GW de capacidade instalada de novas fontes renováveis.

Em paralelo, a Companhia busca de forma contínua uma alternativa para os leilões no mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como, desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. Os contratos têm como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. A Companhia procura manter um volume mínimo de 60% comercializado no ACR e no máximo de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo a Companhia realizará uma cotação de mercado para o volume acordado com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, a CPFL Renováveis pode aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, a Companhia ficará livre para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço.

O mecanismo de montante estabelece que a proposta da CPFL Brasil perde validade caso a CPFL Renováveis não venda energia no leilão organizado pelo governo. Caso a CPFL Renováveis venda energia no leilão, o montante da proposta da CPFL Brasil será ajustado para baixo, visando manter a relação originalmente acordada. O mecanismo de preço estabelece que caso o preço do leilão seja superior ao da proposta da CPFL Brasil, a Companhia fica livre para vender até 100% no referido leilão sendo que, neste caso, a CPFL Brasil fará jus a um prêmio pela opção disponibilizada, de 2% (dois por cento) sobre seu preço ofertado. Caso o preço do leilão seja inferior ao da proposta da CPFL Brasil, o preço da proposta da CPFL Brasil será ajustado para refletir a média aritmética entre o preço no leilão e o preço da proposta da CPFL Brasil.

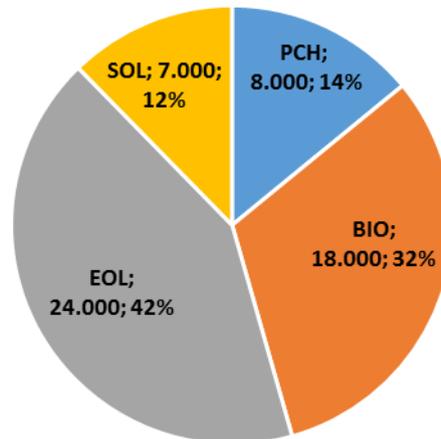
#### **c. características dos mercados de atuação, em especial:**

A matriz energética brasileira é constituída predominantemente de fontes de energia limpa, baseando-se particularmente na geração de energia através de hidrelétricas. A escolha desta fonte como base do parque gerador brasileiro está relacionada à abundância de recursos hídricos e à existência de um relevo favorável. O Brasil possui algumas das maiores usinas hidrelétricas do planeta, como Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.370 MW), cuja instalação na década de 1970 foi fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico nacional. O foco na geração de energia a partir do aproveitamento de rios é uma lógica que permeia as políticas públicas brasileiras há várias décadas, e vem sendo mantida pelo governo atual, em especial através do desenvolvimento de grandes projetos na região Amazônica. Dentre esses projetos destaque para Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em Rondônia, e Belo Monte (11.233 MW), que teve a sua licença ambiental de instalação emitida e sua construção iniciada no Rio Xingu, no Pará. Entretanto, o relevante impacto socioambiental da construção de usinas de grande porte, cujos reservatórios demandam o alagamento de áreas extensas muitas vezes cobertas de vegetação nativa ou habitadas, tem levado à revisão da classificação de tais empreendimentos na categoria de fontes renováveis de energia. Atualmente, as fontes de energia alvo de incentivos do Governo Federal são denominadas como

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

“outras renováveis”, uma forma de distinção de fontes que aliam insumos renováveis a reduzidos impactos sociais e ambientais, tais como PCHs, usinas eólicas, térmicas a biomassa, solar fotovoltaicas e resíduos, das tradicionais usinas hidrelétricas de grande porte.

Outras Renováveis: Capacidade Instalada Projetada 2024 (MW)



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia - 2024

Embora as PCHs estejam presentes no país há mais de um século (a primeira foi instalada em Diamantina, Minas Gerais, no reinado de Dom Pedro II), as duas últimas décadas presenciaram a instalação da grande maioria dos projetos de PCHs atualmente em operação, em especial após a reforma do setor energético brasileiro iniciada em 1995. Com a abertura do mercado à participação de agentes privados, uma grande quantidade de empresas de pequeno e médio porte, muitas de caráter familiar e ligadas a empresas de construção, investiram na construção de PCHs e, mais recentemente, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa. Duas iniciativas do governo foram fundamentais para o crescimento e consolidação deste mercado: o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e os Leilões de Fontes Alternativas (“LFAs”).

O PROINFA foi um programa do governo federal, instituído em 26 de abril de 2002 pela Lei 10.438, para aumentar a participação da energia renovável na matriz energética brasileira. O PROINFA tinha como meta promover a entrada de 3.300 MW de energias renováveis (divididos igualmente entre as três fontes) até dezembro de 2008 através de contratos de longo prazo (20 anos) entre os geradores e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). O programa foi um marco no desenvolvimento do setor de energia eólica no país, ao possibilitar o estabelecimento de alguns dos primeiros Parques Eólicos comercialmente viáveis do Brasil. O investimento nestes parques criou condições para a instalação, no Brasil, de indústrias estrangeiras, produtoras de componentes para Parques Eólicos (aerogeradores), reduzindo, assim, o custo de geração através da fonte, aumentando sua competitividade e criando um ciclo virtuoso que perdura até hoje. Empreendimentos de biomassa e PCHs também foram beneficiados, embora os resultados tenham sido comparativamente inferiores. A tecnologia para construção e operação de PCHs e de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é largamente dominada por empresas de engenharia e fornecedores de equipamentos no Brasil, e os equipamentos necessários estão amplamente disponíveis no mercado nacional.

Os LFAs foram organizados exclusivamente para contratação de energia de fontes renováveis não convencionais, ou seja, sem a presença de UHs, para venda no mercado regulado. Assim como o PROINFA, os LFAs obtiveram êxito no desenvolvimento do setor de energia renovável no Brasil, particularmente no setor de energia eólica. Ao garantir a compra da energia gerada através de contratos de longo prazo (até 30 anos) com grupos de distribuidoras, os LFAs aumentaram a previsibilidade e segurança dos empreendimentos vencedores e permitiram que os mesmos obtivessem condições favoráveis de financiamento para construção dos parques eólicos.

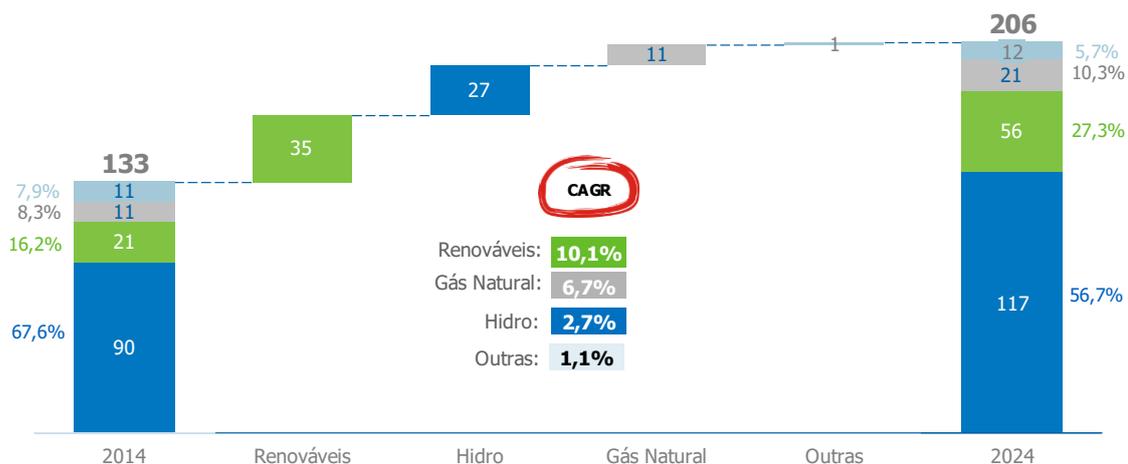
Com o objetivo de complementar a energia contratada no ambiente regulado e garantir maior segurança no fornecimento de energia, a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, foi regulamentada a contratação de energia de reserva por meio de leilões regulados, o Leilão de Energia de Reserva (“LER”). O Ministério de Minas e Energia define o montante de energia a ser comercializado no leilão, sendo que os custos decorrentes são rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica. A contabilização e liquidação desta energia pode ocorrer apenas no mercado de curto prazo da CCEE. Surgido no contexto no Novo Modelo do Setor Elétrico de 2004, o ACL é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente, ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada por meio de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes. Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa). Dentre estes incentivos, os principais são:

- Empreendimentos recebem autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de licitação para venda de energia no ACL (ex: os projetos não são leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);
- Desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores;
- “Reserva de Mercado”: consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (“CFURH”), Uso do Bem Público (“UBP”) e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES para empreendimentos com contratos de longo prazo, como os firmados no ACR.

Os resultados da política oficial de incentivo às fontes renováveis são visíveis no aumento da participação das mesmas no total de energia gerada no país. Em 2007, PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa representavam 2,85% da matriz ou 2.801 MW, em comparação a 19% ou 29,8 GW de acordo com dados da ANEEL para dezembro de 2016 (um valor dez vezes maior do que aquele registrado em 2007). Este ritmo de crescimento deve ser mantido nos próximos anos, já que, segundo a ANEEL, existem hoje cerca de 190 empreendimentos de fontes renováveis em construção. Quando concluídas, estas usinas irão adicionar ao parque gerador brasileiro uma capacidade instalada de de 4,4. De acordo com o Plano Decenal de Expansão (2025) da Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), estas fontes passarão a representar 28% da capacidade instalada do Brasil em 2024, em comparação com o valor atual%.



(1) *Potencial: PDE 2024*

(2) *Inclui a estimativa de importação da UHE Itaipu não consumida pelo sistema elétrico Paraguai*

O crescimento do mercado de geração de energia renovável no Brasil, observado nos últimos anos, e a estabilidade do marco regulatório do setor, têm atraído um considerável fluxo de investimentos privados, com forte participação de agentes estrangeiros como empresas de energia e fundos de investimento em participação. Ao contrário do cenário observado para o setor de geração como um todo, o segmento de energias renováveis é predominantemente controlado pela iniciativa privada.

#### i) Participação em cada um dos mercados

Em 31 de março de 2016, os contratos de venda de energia firmados pela Companhia representavam uma segregação de aproximadamente 36% no ACL e 64% no ACR. Para maiores informações acerca de cada um desses mercados, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

#### ii) Condições de competição nos mercados

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Enfrentamos concorrência em duas diferentes esferas de nossa atuação: (i) a concorrência na obtenção de contratos de venda de energia (PPAs) e (ii) a concorrência na prospecção e/ou aquisição de projetos para investimentos.

A comercialização de energia elétrica no ACR dá-se por meio de leilões públicos. Neste sentido, concorremos com todas as demais geradoras qualificadas para cada leilão, inclusive, em determinados casos, grandes hidrelétricas. Já no ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. A competição, neste caso, é exercida entre as geradoras, os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia elétrica no mercado livre e os comercializadores de energia elétrica. Para Consumidores Livres com consumo entre 0,5 MW e 3 MW, as nossas usinas concorrem somente com outras usinas classificadas como “fontes de energia especial”, que incluem as fontes sujeitas a desconto na tarifa da uso dos sistemas de distribuição e transmissão (PCH, Biomassa, Eólica e Solar com energia injetada na rede até 30MW) ou, para novos projetos negociados a partir da promulgação da Lei 13.203/2015, Biomassa, Eólica e Solar com potência injetada até 300 MW), e as fontes sem desconto associado, mas que podem conferir lastro para os referidos consumidores especiais (UHEs sem característica de PCH, Biomassa, Eólica e Solar com energia injetada que não atenda aos requisitos de desconto conforme artigo 26 da Lei 9.427/1996).

No desenvolvimento de projetos de PCHs pode haver uma disputa entre dois ou mais empreendedores interessados em explorar um mesmo local. Nestes casos, concorremos apenas com os demais empreendedores que estão no processo formal de disputa por aquele aproveitamento na ANEEL. Já nos casos de PCHs em fases mais avançadas de desenvolvimento (após a fase em que pode haver disputas), concorremos com outros empreendedores apenas quanto a possíveis aquisições.

No caso de projetos eólicos e solares, a competição por projetos ocorre, principalmente, na disputa entre os empreendedores e desenvolvedores pelas terras onde se encontram os melhores potenciais de ventos e onde existem conexões disponíveis para o escoamento da energia.

A competição no caso de biomassa ocorre na prospecção de usinas com potencial para exportar energia. Dentre os itens de maior relevância, quando na competição pelos empreendimentos, há o tema relacionado a solidez financeira do parceiro fornecedor da biomassa, tradição no setor de atuação e sólido conhecimento do processo agrícola. Na maioria dos negócios de biomassa há uma parceria entre o investidor e o fornecedor da biomassa (ex.: usina de açúcar e álcool) onde o fornecedor da biomassa detém o conhecimento do processo industrial para a industrialização da matéria prima e o investidor detém o conhecimento do mercado de energia e a capacidade de investimento. Outra fonte de competição ocorre quando o próprio fornecedor da biomassa opta por realizar o investimento na implantação/ampliação da planta de geração de energia.

Considerando o mercado de energias renováveis como um todo, com base na energia contratada, os nossos principais concorrentes são a Renova Energia S.A., Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., a Energimp S.A., a Queiroz Galvão Energias Renováveis S.A. e a Brookfield Energias Renováveis S.A.

#### **d. eventual sazonalidade;**

No que se refere aos Parques Eólicos, as receitas e seus resultados poderão ser influenciados de forma significativa pelo regime de ventos, pois o resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada, enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto.

Os contratos de comercialização de energia firmados pela CPFL Renováveis no ambiente regulado possuem mecanismos de mitigação da variação anual no regime de ventos.

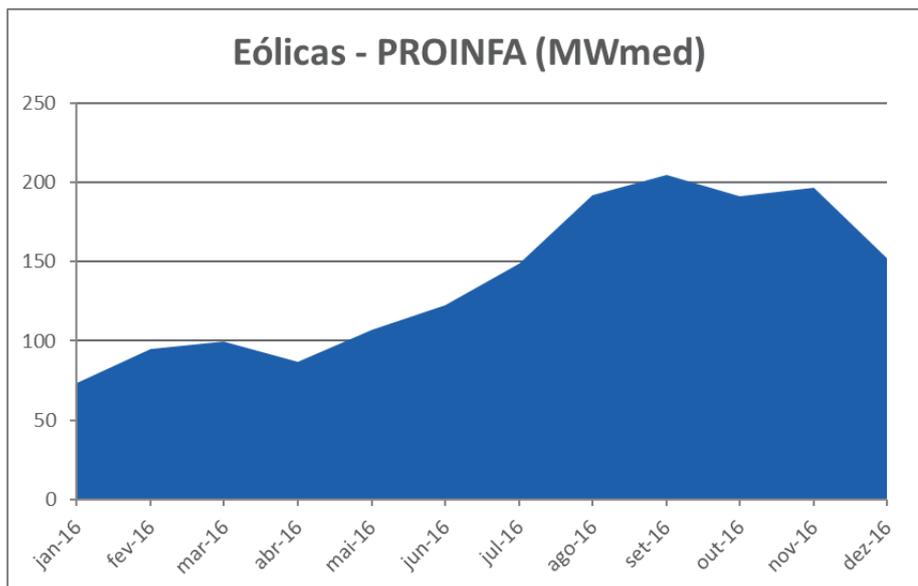
No Contrato de Energia de Reserva (“CER”) é estabelecida uma banda inferior (-10%) e superior (30%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A geração é verificada anualmente e os ciclos de revisão contratual são de quatro anos. Nos casos em que a geração anual acumulada fica entre 90% e 100% da energia contratada, não há ressarcimento relativo à diferença entre energia gerada e contratada e o saldo negativo é alocado para o ano seguinte, na forma de um déficit inicial. Já nos casos em que a geração anual fica entre 100% e 130% do montante contratado, o saldo positivo será alocado para o ano seguinte, na forma de um superávit inicial. A geração anual abaixo de 90% do montante contratado deverá ser ressarcida à Conta de Energia de Reserva (CONER), até o limite de 90% do montante contratado, ao valor de 115% do preço do contrato. A geração anual acima de 130% do montante contratado será liquidada a 70% do preço do contrato. Na apuração quadrienal, a geração entre 90% e 100% do montante contratado para o período é ressarcida à CONER ao preço de contrato do próximo ano. Caso haja saldo positivo ao final do quadriênio (geração entre 100% e 130%), esse montante poderá: i) ser alocado para o primeiro ano do quadriênio seguinte, na forma de um superávit inicial; ii) recebimento pelo preço contratual do próximo ano ou; iii) ser transferido para outro empreendimento do mesmo leilão, mesma fonte e mesmo submercado, através de cessão bilateral. Por fim, ao final de cada quadriênio, a energia contratada pode ser revisada para refletir a energia entregue nos quatro anos (reconciliação quadrienal).

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) do Leilão de Fontes Alternativas (“LFA”), é definida uma banda inferior fixa (-10%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A banda superior varia conforme o ano dentro do ciclo quadrienal de verificação (30% no primeiro ano, 20% no segundo, 10% no terceiro, 0% no quarto). A geração efetiva é apurada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Nos casos de geração acumulada anual acima de 100%, há duas situações: (i) quando a geração acumulada anual está entre 100% e a banda superior, o saldo positivo é alocado para o ano seguinte; (ii) quando essa geração estiver acima da banda superior, o excedente é liquidado a PLD mensal. Analogamente, quando a geração acumulada for abaixo de 100%, há duas situações: (i) geração acumulada anual entre 90% e 100%: o déficit de energia é acumulado ao longo do quadriênio e será valorado ao preço de contrato do último mês do quadriênio; (ii) geração acumulada anual abaixo de 90%: déficit valorado empregando-se preço de contrato do último mês vigente do ano.

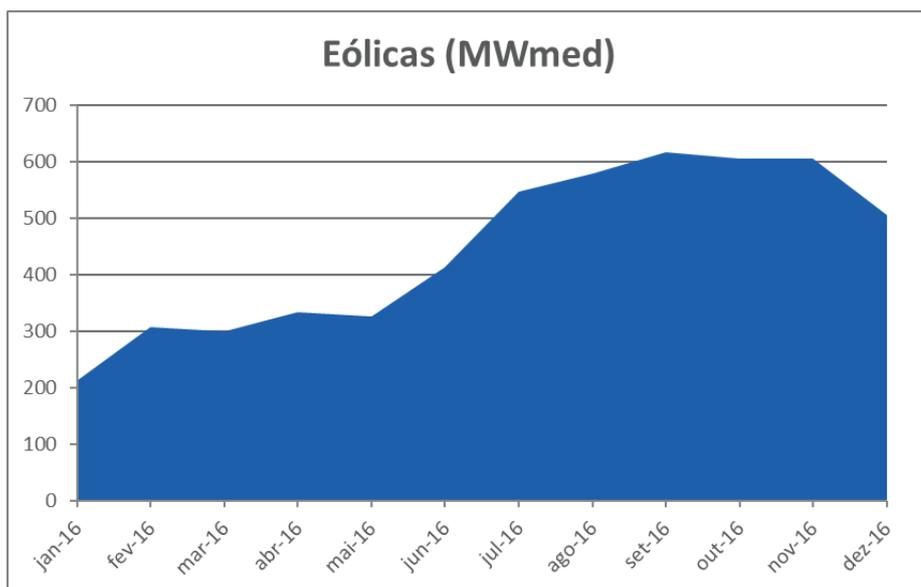
No Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) do Leilão de Energia Nova (“LEN”), é definida uma banda inferior fixa (-10%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A banda superior varia conforme o ano dentro do ciclo quadrienal de verificação (30% no primeiro ano, 20% no segundo, 10% no terceiro, 0% no quarto). A geração efetiva é apurada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Nos casos de geração acumulada anual acima de 100%, há duas situações: (i) quando a geração acumulada anual está entre 100% e a banda superior, o saldo positivo é alocado para o ano seguinte; (ii) quando essa geração estiver acima da banda superior, o excedente é liquidado a PLD mensal. Analogamente, quando a geração acumulada for abaixo de 100%, há duas situações: (i) geração acumulada anual entre 90% e 100%: o déficit de energia é acumulado ao longo do quadriênio e será valorado ao maior valor entre PLD médio quadrienal e preço de contrato do último mês do quadriênio (para as usinas que venderam a partir do 18º LEN, é empregado o maior valor entre PLD médio quadrienal e preço de contrato atualizado com penalidade de 6%); (ii) geração acumulada anual abaixo de 90%: déficit valorado empregando-se o maior valor entre PLD médio anual e preço de contrato do último mês do ano.

O gráfico abaixo, demonstra a sazonalidade da fonte eólica das nossas usinas do Proinfa durante o ano de 2016:



Fonte: Geração Eólicas Proinfa da CPFL Renováveis 2016

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Geração Eólicas da CPFL Renováveis 2016

A taxa de eficiência média da Companhia totalizou 90,60%, 89,80% e 99,73% nos últimos 12, 24 e 36 meses, respectivamente. No primeiro ano do triênio de 2014/2015/2016, a taxa de eficiência foi afetada positivamente devido ao cenário positivo de ventos no Ceará e Rio Grande do Sul, associado à boa performance dos parques eólicos em operação. Por outro lado, houve instabilidade na performance inicial correspondente à entrada em operação de novos parques no Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, a taxa de eficiência foi afetada negativamente sobretudo devido a cenários de ventos abaixo do esperado nos estados do Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, aliados a problemas relacionados a reparos necessários de componentes dos aerogeradores. Outro fator relevante que afetou a performance do último biênio foi a instabilidade da performance inicial da entrada em operação dos novos parques do Rio Grande do Norte.

#### Fator de capacidade e taxa de eficiência dos parques eólicos nos últimos 12 meses:

Parque eólico	Estado	Fator de capacidade Certificado <sup>9</sup>	Fator de capacidade real últimos 12 meses	Taxa de eficiência
Complexo Eólico SIIF <sup>(1)</sup>	CE	36,7%	34,6%	94,3%
Complexo Eólico Bons Ventos <sup>(2)</sup>	CE	41,1%	39,0%	94,8%
Complexo Eólico Rosa dos Ventos <sup>(3)</sup>	CE	46,9%	43,2%	92,2%
Complexo Eólico Santa Clara <sup>(4)</sup>	RN	42,9%	36,7%	85,5%
Complexo Eólico Morro dos Ventos <sup>(5)</sup>	RN	46,8%	40,3%	86,1%
Complexo Eólico Atlântica <sup>(6)</sup>	RS	43,4%	37,8%	87,2%
Complexo Eólico Macacos I <sup>(7)</sup>	RN	47,5%	46,5%	97,8%
Campo dos Ventos II	RN	49,5%	42,6%	86,0%
Complexo Eólico Eurus <sup>(8)</sup>	RN	49,3%	44,2%	89,7%
Morro dos Ventos II	RN	51,3%	50,2%	97,8%
<b>Total</b>		<b>43,2%</b>	<b>39,1%</b>	<b>90,6%</b>

#### Fator de capacidade e taxa de eficiência dos parques eólicos nos últimos 24 meses:

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Parque eólico	Estado	Fator de capacidade Certificado <sup>9</sup>	Fator de capacidade real últimos 24 meses	Taxa de eficiência
Complexo Eólico SIIF <sup>(1)</sup>	CE	36,7%	36,6%	99,8%
Complexo Eólico - Bons Ventos <sup>(2)</sup>	CE	41,1%	40,2%	97,7%
Complexo Rosa dos Ventos <sup>(3)</sup>	CE	46,9%	46,0%	98,0%
Complexo Eólico Santa Clara <sup>(4)</sup>	RN	42,9%	34,8%	81,0%
Complexo Eólico Morro dos Ventos <sup>(5)</sup>	RN	46,8%	38,6%	82,3%
Complexo Eólico Atlântica <sup>(6)</sup>	RS	43,4%	36,9%	85,1%
Complexo Eólico Macacos I <sup>(7)</sup>	RN	47,5%	45,1%	94,8%
Campo dos Ventos II	RN	49,5%	40,4%	81,7%
Complexo Eólico Eurus <sup>(8)</sup>	RN	49,3%	41,9%	85,1%
<b>Total</b>		<b>43,0%</b>	<b>38,4%</b>	<b>89,8%</b>

#### Fator de capacidade e taxa de eficiência dos parques eólicos nos últimos 36 meses:

Parque eólico	Estado	Fator de capacidade Certificado <sup>9</sup>	Fator de capacidade real últimos 36 meses	Taxa de eficiência
Complexo Eólico SIIF (1)	CE	36,7%	37,0%	100,8%
Complexo Eólico - Bons Ventos (2)	CE	41,1%	40,4%	98,3%
Complexo Rosa dos Ventos (3)	CE	46,9%	46,9%	100,1%
<b>Total</b>		<b>38,9%</b>	<b>38,8%</b>	<b>99,7%</b>

(1) Complexo SIIF é formado pelos parques eólicos Paracuru, Foz do Rio Choró, Icaraizinho e Praia Formosa.

(2) Complexo Bons Ventos é formado pelos parques eólicos Enacel, Bons Ventos, Taíba Albatroz e Canoa Quebrada.

(3) Complexo Rosa dos Ventos é formado pelos parques eólicos Canoa Quebrada e Lagoa do Mato. A taxa de eficiência anterior à março de 2014 considera o histórico de dados disponibilizados pelo antigo proprietário destas usinas.

(4) Complexo eólico Santa Clara é formado pelos parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus VI.

(5) Complexo Morro dos Ventos é formado pelos parques eólicos Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX.

(6) Complexo Atlântica é formado pelos parques eólicos Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V.

(7) Complexo Macacos I é formado pelos parques eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca.

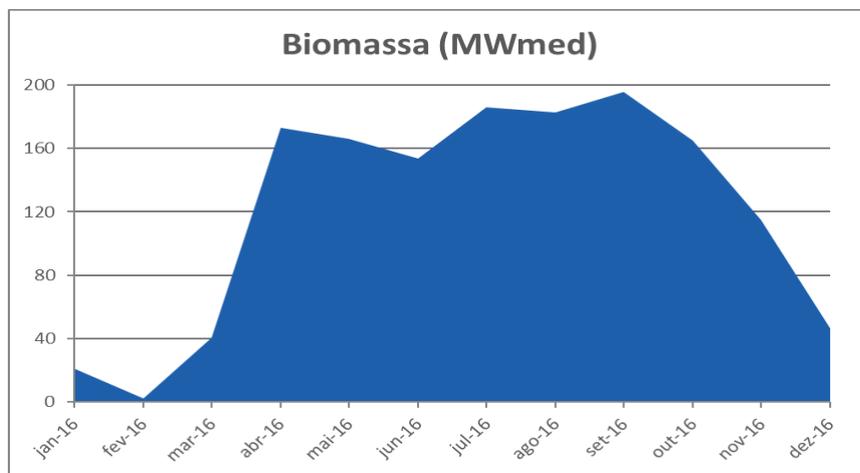
(8) Complexo Eurus é formado pelos parques eólicos Eurus I e Eurus II.

(9) O fator de capacidade considera perdas na rede básica para o P50, estimada em 2,5%.

No caso das Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, assim como nos Parques Eólicos, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana de açúcar, de maneira que o faturamento contábil tem relação com a energia efetivamente gerada (que é mais alta na safra e mais baixa na entressafra), enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. No Centro-Sul a safra normalmente vai de abril a novembro, já no Norte-Nordeste ocorre de agosto a março.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

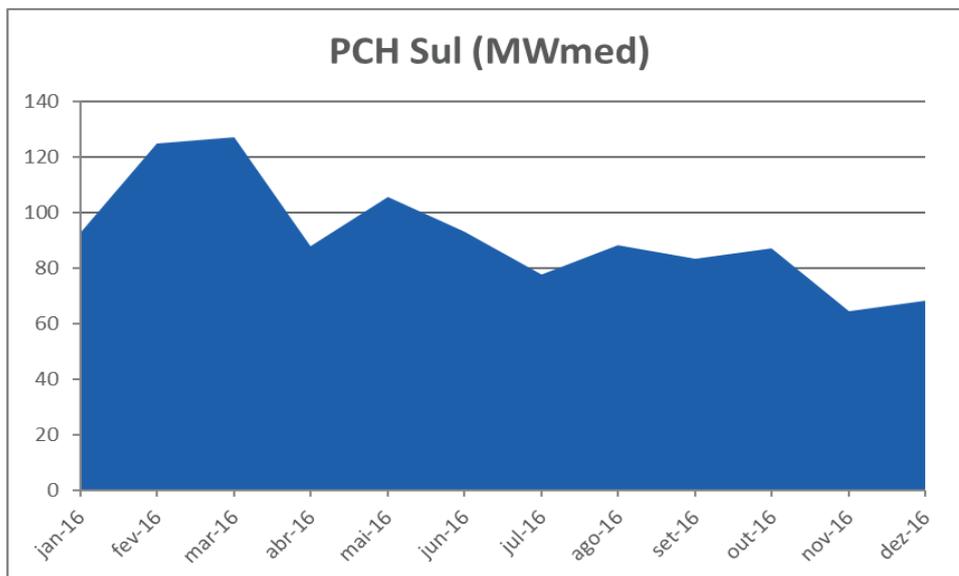
O gráfico abaixo demonstra a curva de geração de energia típica desta fonte:



Fonte: Geração das usinas a biomassa SE/CO da CPFL Renováveis 2016

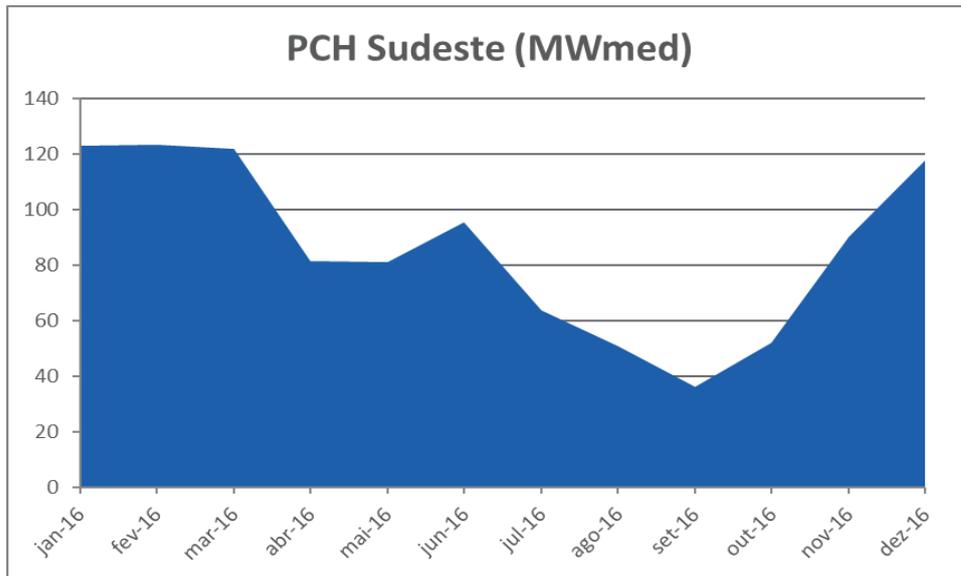
A energia gerada pelas PCHs sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, parte de nossas PCHs seguem o regime hidrológico das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro.

Os gráficos abaixo mostram a geração desta fonte para as regiões Sul e Sudeste/Centro-Oeste ao longo de 2016:



Geração das usinas PCHs do submercado Sul da CPFL Renováveis em 2016

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Geração usinas PCHs do submercado Sudeste da CPFL Renováveis em 2016

Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs não é auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo Poder Concedente, constando do respectivo contrato de concessão ou autorização. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE. O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pela sua garantia física, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. Em outras palavras, o MRE faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais, para aqueles que geraram abaixo delas. A geração efetiva é determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A energia transferida contabilmente de uma usina para outra é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador, na proporção da quantidade de energia doada ou recebida através do mecanismo. Tal mecanismo de compensação de receitas e despesas no âmbito do MRE acima descrito não se aplica aos parques eólicos e às usinas termelétricas movidas a biomassa, apenas às usinas de fonte hidráulica (incluindo PCHs e CGHs) pertencentes.

#### e. principais insumos e matérias primas, informando:

##### i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Os principais insumos utilizados em nossas atividades são materiais de construção civil, mecânica e elétrica, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica, eólica, a vapor ou gás (estas duas últimas no caso das termelétricas) e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica para a construção da infraestrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de nossos Parques Eólicos, barragens para nossas PCHs e instalação dos equipamentos nas nossas Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

Com a implantação de nossas usinas, é necessária a realização de manutenção dos nossos ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis. No caso das Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, as atividades operacionais e de manutenção ficam sob responsabilidade da usina com a qual foi firmada a parceria, ficando a responsabilidade pelos custos de recomposição dos ativos a ser analisada caso a caso. Para maiores informações sobre eventual volatilidade dos preços, vide o Fator de Risco “Atraso na construção e aumento do preço e custos relacionados à aquisição de equipamentos e às obras de construção civil, bem como intempéries, riscos geológicos e outros fatores não antecipados podem afetar adversamente a rentabilidade dos nossos projetos, ou mesmo torná-los inviáveis”, apresentado no item 4 deste Formulário de Referência.

Além de materiais aplicados na construção e manutenção dos ativos da companhia, a biomassa utilizada nas usinas termelétricas é item de matéria prima adquirido para geração excedente de energia.

## 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### **ii.eventual dependência de poucos fornecedores;**

Adquirimos equipamentos e serviços de diversos fornecedores, não possuindo dependência em relação a qualquer deles. Os principais fornecedores de aerogeradores para nossos Parques Eólicos são: Gamesa, GE, Alstom, Wobben/Enercon, Siemens, Acciona e Suzlon. A manutenção dos aerogeradores também é executada pelo próprio fabricante.

### **iii.eventual volatilidade em seus preços.**

Não possuímos volatilidade direta em nossos preços. Os contratos da Companhia são de longo prazo e ajustados pela inflação (IPCA ou IGPM). Há, conforme mencionado no item 4.1.g, risco associado à operação e ao setor de atuação, o qual poderá expor a Companhia à volatilidade de preço do PLD (preço de liquidação das diferenças).

**7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total****7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:****a. Montante total de receitas provenientes do cliente**

Cliente	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	Receita líquida (em R\$ MM)	% em relação a receita líquida do exercício	Receita líquida (em R\$ MM)	% em relação a receita líquida do exercício	Receita líquida (em R\$ MM)	% em relação a receita líquida do exercício
Eletrobras	557,1	33,8%	537,1	35,8%	461,9	37,0%
Grupo CPFL Energia	296,5	18,0%	228,1	15,2%	262,4	21,0%
CCEE	385,3	23,4%	340,8	22,7%	217,0	17,4%
Outros	407,7	24,8%	393,4	26,2%	306,4	24,6%
<b>Receita líquida total</b>	<b>1.646,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.499,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247,6</b>	<b>100,0%</b>

**b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

A Companhia só possui um segmento operacional que é a geração e comercialização de energia, que é afetado pela receita proveniente do cliente.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

<b>7.5</b>	<b>Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando:</b>
------------	---

**a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;**

**(A) Aspectos Regulatórios**

**(i) Fundamentos Históricos**

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, que alterou a Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) (Lei nº 9.427/95), a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, a transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração firmassem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais (contratos de longo prazo, firmados entre geradores e distribuidores, com preços da energia fixados pela ANEEL, e definidos e regidos por Leis e Decretos Federais), em geral compromissos do tipo *take or pay* (compromissos nos quais o comprador se obriga a pagar uma quantia mínima para certo volume de energia, independentemente se ocorrer o consumo da quantidade e no período estipulado), a preços e volumes aprovados pela ANEEL; (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); e (iv) o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas referidas regiões, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFRA”), visando diversificar a matriz energética nacional por meio de fontes alternativas de geração.

Ademais, o Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecidas como Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, que disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

**(ii) Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro**

**Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE**

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O CNPE é um órgão interministerial que presta assessoria à Presidência da República e que possui como atribuição principal a formulação de políticas energéticas e diretrizes destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

### **Ministério de Minas e Energia – MME**

O MME é a instituição do Governo Federal responsável pela implementação e condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME também é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

### **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**

Criada em agosto de 2004, a EPE é o braço do MME responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE são usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

### **Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE**

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela recomendação de ações preventivas para garantir a segurança do suprimento energético.

### **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL**

O setor de energia elétrica do Brasil é regulado pela ANEEL. A principal responsabilidade da ANEEL é regular e supervisionar o setor de energia elétrica, em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

(i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (ii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

### **Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS**

O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

### **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre; e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo; calcular o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### **(iii) Processo de Outorgas para Geração de Energia Elétrica**

A Constituição Federal prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor brasileiro de energia elétrica tem sido dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos governos Federal ou Estaduais. As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão obter a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representantes do Governo Federal.

### **Concessões**

Uma concessão é obtida através de licitação, nos termos da Lei nº 8.987 datada de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei 8.987/95”). Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

é normalmente de 35 (trinta e cinco) anos para novas concessões de geração e de 30 (trinta) anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes de geração anteriores a 11 de dezembro de 2003, poderão ser renovadas, a critério do Poder Concedente, por um período adicional de 20 (vinte) anos.

A Lei 8.987/95 estabelece, entre outros fatores, as condições que a concessionária deve cumprir ao prestar serviços relacionados ao mercado de energia elétrica, os direitos dos consumidores, bem como as obrigações das concessionárias e do Poder Concedente, dentre os quais (i) a obrigação de a concessionária prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente, acessível e seguro; (ii) a responsabilidade objetiva da concessionária pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de geração de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem que eventualmente causem perturbações ao sistema elétrico; (iii) a necessidade de obtenção de aprovação prévia do Poder Concedente a respeito de qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária; e (iv) a possibilidade do Poder Concedente intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias. Quando a concessão expira, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços outorgados de energia são revertidos ao Poder Concedente relativos à empreendimentos hidráulicos. A concessionária tem direito a indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados. O término do contrato de concessão também poderá ser antecipado por meio de encampação (término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público) ou de caducidade (término antecipado declarado em função de a concessionária ter deixado de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, não ter arcado com as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente ou não ter mais capacidade técnica, financeira ou econômica para prestar serviços adequados). A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo e terá direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e anos devidos pela concessionária.

No que se refere a PCHs, a Lei nº 11.943/09, de maio de 2009, introduziu modificações na disciplina do regime das concessões estabelecida pela Lei 9.427/06, ampliando os limites máximos de capacidade instalada de usinas hidrelétricas com permissão para comercializarem energia com os Consumidores Especiais. Assim, além das PCHs (capacidade instalada inferior à 30 MW) o atendimento ao mercado de “Energia Especial” também pode ser realizado por empreendimentos com capacidade instalada inferior à 50 MW. Atualmente, a CPFL Renováveis detém 17 usinas sob o regime de concessão, das quais 4 em regime de serviço público e 13 em regime de produção independente, localizadas no estado de São Paulo.

### *Autorizações*

No total, atualmente, a Companhia possui 76 usinas sob regime de autorização, localizadas em São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Ceará e Rio Grande do Norte. Os processos para obtenção de autorização para Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa são mais céleres quando comparados ao processo de usinas hidrelétricas (“UHEs”). Os prazos são relativamente menores e a documentação técnica e ambiental é menos complexa.

### *Autorizações para PCHs.*

Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões tradicionais, dispensando a necessidade de licitações para venda de energia no ambiente de contratação livre. O processo de autorização para o desenvolvimento de PCH é regulamentado por resoluções estabelecidas pela ANEEL, e suas principais etapas compreendem:

- (i) Inventário: Os procedimentos para a realização dos estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas, as condições gerais para a elaboração dos estudos, os critérios da ANEEL para a análise, seleção dos interessados e aprovação dos estudos, estão dispostos na Resolução Normativa ANEEL nº672, de 04 de agosto de 2015; e
- (ii) Aprovação do Projeto Básico e Obtenção da Outorga de Autorização: Os requisitos e procedimentos para a aprovação do projeto básico de PCHs, assim como para a obtenção da outorga de autorização junto a ANEEL, estão dispostos na Resolução Normativa ANEEL nº673, de 04 de agosto de 2015.

No caso de PCHs, de um total de 30 em operação comercial, 17 são autorizadas, outorgadas à título gratuito, e 13 são Concessionárias, outorgadas à título oneroso, via pagamento de Uso do Bem Público por cinco anos (2013 a 2018), sendo que destas, quatro pagam pela Compensação Financeira de Uso do Recurso Hídrico (CFURH).

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das PCHs e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações das PCHs são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, mediante prévia autorização da ANEEL.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. As PCHs têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação das PCHs, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos são outorgadas a título precário pela União Federal, em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações estabelecem direitos e obrigações do autorizatário incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implementação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas.

As autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pelo Poder Concedente quando o interesse público assim o exigir, independentemente de ser editada nova legislação. Além disso, a autorização estabelece a obrigação de o autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente, que pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros, inclusive o valor das tarifas que poderá ser cobrada.

No caso das PCHs, ao término das outorgas, não havendo prorrogação do prazo, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica poderão passar a integrar o patrimônio da União Federal, a seu exclusivo critério, mediante indenização somente dos investimentos realizados subsequentemente à realização do projeto original (Decreto Lei ANEEL nº 2003, art. 20), desde que tais investimentos tenham sido previamente autorizados e ainda não amortizados. A ANEEL também pode exigir que as autorizadas restabeleçam o livre escoamento das águas do rio no qual está implantada a PCH. Atualmente, a CPFL Renováveis detém 23 (vinte três) PCHs, sob o regime de autorização, localizadas em Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina.

### *Autorizações para Usinas Eólicas*

O processo de autorização para Parques Eólicos é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009 (com alterações dadas pela Resolução ANEEL nº 675, de 28 de agosto de 2015), a qual estabelece os pré-requisitos necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de centrais geradoras eólicas. Como no caso de PCHs, os Parques Eólicos dispõem da necessidade de licitação para venda de energia no ACL.

Para fins de registro e implantação de parque eólicos com capacidade igual ou inferior a 5 MW, o empreendedor deverá cadastrar as informações sobre o seu projeto junto a ANEEL, tendo em vista as determinações disponíveis no sítio oficial da referida Agência na internet. O registro a ser obtido não isenta o empreendedor das obrigações ambientais e exigências requeridas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, não gerando qualquer imputação de responsabilidades à ANEEL ou ao Poder Concedente.

A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras eólicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação das medições de vento e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente e as licenças ambientais.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Assim como nas PCHs, as autorizações aos Parques Eólicos são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, a instituição de servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção das instalações de transmissão de interesse restrito das usinas Eólicas.

As autorizações dos Parques Eólicos são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente. Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações tem o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Os Parques Eólicos com capacidade instalada de até 30 MW tem direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação dos Parques Eólicos, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL. O Poder Concedente poderá extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa determinadas infrações, tais como, a comercialização de energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações, a transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL, o não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração e o descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração dos Parques Eólicos etc.

Atualmente, a CPFL Renováveis detém 45 (quarenta e cinco) Parques Eólicos sob o regime de autorização, localizados no Rio Grande do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte.

### *Autorizações para Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa*

O processo de autorização para Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é regulado por meio da Resolução ANEEL nº390, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os pré-requisitos necessários para a obtenção dos registros (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para exploração destas centrais. O processo de obtenção de registro e outorga de autorização para implantação de usinas termelétricas movidas à biomassa também é mais simples quando comparado ao processo que envolve PCHs. Assim como para os parques eólicos, para fins de registro e implantação das usinas termelétricas com capacidade igual ou inferior a 5 MW, o empreendedor deverá cadastrar as informações sobre o seu projeto junto a ANEEL, tendo em vista as determinações disponíveis no sítio oficial da referida Agência na internet. O registro a ser obtido não isenta o empreendedor das obrigações ambientais e exigências requeridas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, não gerando qualquer imputação de responsabilidades à ANEEL ou ao Poder Concedente. Para obtenção da outorga de autorização, deverão ser apresentados à ANEEL os documentos técnicos referentes ao projeto, bem como a licença ambiental. Os demais dispositivos acima mencionados, referentes a alteração de titularidade e modificação das usinas, declarações de utilidade pública das áreas, acesso ao sistema de transmissão, prazo de vigência das outorgas, etc., também podem ser aplicados às usinas termelétricas.

Atualmente, a Companhia detém 8 (oito) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa sob o regime de autorização, localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte e Paraná.

### *Autorizações para Usinas Solares Fotovoltaicas*

O processo de autorização para Usinas Solares Fotovoltaicas passou a ser regulado especificamente por meio da Resolução ANEEL nº676, a partir de sua publicação em 01 de setembro de 2015. Até então, os requisitos básicos para a obtenção dos registros e dos atos autorizativos das usinas solares fotovoltaicas eram tratados de forma conjunta com as usinas termelétricas, por meio da Resolução ANEEL nº390/2009. Assim como para os parques eólicos e usinas termelétricas, para fins de registro e implantação das usinas solares fotovoltaicas com capacidade igual ou inferior a 5 MW, o empreendedor deverá cadastrar as informações sobre o seu projeto junto a ANEEL, tendo em vista as determinações disponíveis no sítio oficial da referida Agência na internet. O registro a ser obtido não isenta o empreendedor das obrigações ambientais e exigências requeridas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, não gerando qualquer imputação de responsabilidades à ANEEL ou ao Poder Concedente. Para obtenção da outorga de autorização, deverão ser apresentados à ANEEL os documentos técnicos referentes ao projeto, a certificação das medições solarimétricas, bem como a licença ambiental. Os demais dispositivos acima mencionados, referentes a alteração de titularidade e modificação das usinas, declarações de utilidade pública das áreas, acesso ao sistema de transmissão, prazo de vigência das outorgas, etc., também podem ser aplicados às usinas solares fotovoltaicas.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Considerando as quatro fontes de atuação (PCH, Parque Eólico, Usina Termelétrica Movida a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica), a CPFL Renováveis detém, atualmente, 76 (setenta e seis) usinas sob regime de autorização, localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte. Os ativos de geração sob regime de autorização não são revertidos ao final da autorização e não tem direito à indenização.

### *Penalidades*

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, inclusive: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e (iii) mudanças no controle societário do detentor da autorização ou concessão. Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.

### *Término Antecipado das Autorizações*

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo Poder Concedente. No entanto, o Poder Concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;
- descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;
- transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;
- não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;
- descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração da central geradora eólica ou das PCHs;
- solicitação das respectivas autorizadas; ou
- desativação da central geradora eólica ou das PCHs.

## **(B) Comercialização de Energia Elétrica**

### **(i) Ambientes de Contratação**

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

A energia gerada por (i) geração distribuída; (ii) usinas sob o PROINFA; (iii) usinas nucleares (Angra I e Angra II); (iv) usinas hidrelétricas sob o regime de Cotas (resultado da renovação das concessões conforme MP 579/2012); e (v) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao ACR.

### *Ambiente de Comercialização Regulada ("ACR")*

O ACR é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL e operacionalizados pela CCEE. Os contratos de compra resultantes dos leilões ACR, denominados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), poderão ser de dois tipos: (i) por Quantidade de Energia, e (ii) por Disponibilidade de Energia.

Nos CCEAR por Quantidade, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco hidrológico referente à operação energética. Nos CCEAR por Disponibilidade, o gerador compromete sua garantia física, cabendo à parte compradora (Distribuidoras) a assunção dos riscos hidrológicos, que podem resultar em desvios entre produção energética e garantia

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

física. Os contratos por Disponibilidade podem ser oriundos de geradores com custo de combustível (denominado Custo Variável Unitário - CVU), como as térmicas a carvão e gás natural, ou de geradores sem CVU, como as termelétricas a biomassa e as usinas eólicas. No caso de geradores com CVU, as distribuidoras pagam uma Receita Fixa a essas usinas, que reflete o custo de retorno e manutenção da disponibilidade do empreendimento e, caso essas usinas sejam despachadas pelo Operador, as distribuidoras também devem arcar com o custo do combustível, através do pagamento de uma Receita Variável à geradora. Esse custo será, posteriormente, repassado aos consumidores cativos através da tarifa de energia.

No ACR a energia pode ser adquirida da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARS;
- Contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos de Itaipu;
- Contratos de Cota de Garantia Física;
- Contratos de Leilão de Ajuste;
- Contratos de Cotas de Energia Nuclear.

A contratação de Geração Distribuída deve ser realizada por meio de chamada pública. O volume de consumo atendido por esse tipo de geração deve estar limitado a 10% da carga da distribuidora. A Geração Distribuída é considerada a única forma, no atual modelo do Setor Elétrico, de aquisição de energia por parte das distribuidoras fora do ACR.

O Poder Concedente, com vistas a garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A Energia de Reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do MME. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva (“CER”) entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os Consumidores Livres, Especiais e os Autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada exclusivamente no mercado de curto prazo.

### *Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)*

No ACL a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres e especiais. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW e em qualquer nível de tensão, caso conectados após a promulgação da Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, ou com nível de tensão igual ou superior a 69kV, caso conectados anteriormente à Lei referida acima. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por rescindir o contrato de energia regulado com a distribuidora com vistas à migração para o ACL, desde que a denúncia do contrato seja feita com 6 (seis) meses de antecedência ao término da vigência, cabendo à distribuidora aceitar um prazo inferior. Caso contrário, o contrato será renovado automaticamente. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão se tornar consumidores especiais, contratando energia no ACL exclusivamente de fontes energéticas com potência injetada inferior a 50MW.

### *Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação*

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente, denominado Mercado de Curto Prazo, ou mercado Spot, é administrado pela CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados, utilizando o preço resultante da otimização hidrotérmica, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW e distribuidoras que comercializam menos que 500 GWh/ano.

### *Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica do SIN deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu mercado no ACR.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas Distribuidoras.

### (ii) Leilões de Energia

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) 5 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-5”), e (ii) 3 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-3”). Os leilões de fontes alternativas, também voltados à contratação de novos projetos, poderá ocorrer entre os anos A-1 e A-5. Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados no ano da data de entrega ou 1 ano antes da data da entrega inicial (chamados de leilões “A” e “A-1”), e (ii) realizados aproximadamente 4 meses antes da data de entrega (chamados de “Leilões de Ajuste”). Os editais dos leilões são publicados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME. A operacionalização do leilão deve considerar o critério de menor tarifa na determinação dos proponentes vendedores vencedores do certame. Cada empresa geradora que venda de energia por meio do leilão firmará um CCEAR com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora. Os CCEARs dos leilões “A-5” e “A-3” terão uma vigência de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado, e os CCEAR dos leilões “A-1” terão um prazo variando entre 1 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado estarão limitados ao prazo de 2 anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004 estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência (“VR”), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões A-5 e A-3, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões A-5, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões A-3 e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

#### *Leilões de Energia Existente*

Os leilões de energia existente (“EE”) complementam os contratos de energia nova para cobrir 100% da carga das distribuidoras. Seu objetivo é recontratar periodicamente a EE, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 1 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano do leilão, neste caso denominado leilão “A” ou a partir do ano seguinte ao leilão, neste caso denominado leilão “A-1”. A regulamentação para a realização de leilões de energia existente no ano “A” foi recentemente estabelecida por meio do Decreto 8.213, de 21 de março de 2014. e, por esta razão, este leilão é chamado de A-1. Os leilões de energia existente (EE) possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

Além da duração, os contratos de EE têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de EE contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

#### *Leilões de Energia Nova*

Os leilões de energia nova (“EN”) têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

A cada ano, dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) **Leilão Principal** (“A-5”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação no 5º ano a partir do ano de realização do leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o *project finance*, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) **Leilão Complementar** (“A-3”), que oferece CCEARs para uma demanda adicional, não identificada no leilão A-5, também com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação no 3º ano após o ano de realização do leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5, realizado 2 anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

A Companhia negociou energia no 3º, 13º, 16º, 18º e 21º Leilões de Energia Nova, realizados, respectivamente, em 10/10/2006, 20/12/2011, 29/08/2013, 13/12/2013 e 30/04/2015.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### *Leilões de Ajuste*

Os Leilões de Ajuste têm o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e podem ser realizados diversas vezes ao ano, com entrega, inclusive, para o mesmo ano. Por esta razão, esses leilões são também conhecidos como “A0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio desses leilões. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados, para efeitos de repasse para os consumidores cativos, pelo VR (descrição da metodologia para obtenção desse valor será feita a seguir).

### *Leilões de energia alternativa*

Além dos leilões de EN e EE, o MME poderá organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. A Companhia teve energia de usinas negociadas no 1º leilão, ocorrido em junho de 2007 e no 2º leilão, ocorrido em agosto de 2010.

### *Leilão de Geração Distribuída (“GD”)*

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade instalada de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

### *Leilões Especiais*

A legislação atual também permite ao Governo realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico.

### *Leilão de Projeto Estruturantes*

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, e da usina de Belo Monte, de abril de 2010.

### *Leilão de Reserva*

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões para contratação de energia de reserva. O montante a ser contratado, bem como as premissas de fonte e prazo de vigência são definidos pelo governo. Foram vendidas energia no 2º e 3º Leilões de Energia de Reserva. O 2º LER ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em 2012, por um período de 20 anos e o 3º LER ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2010 e contratou energia proveniente de PCHs, usinas Eólicas e térmicas a Biomassa, com entrega a partir de 2013, por um período de 30 anos para PCHs, 20 anos para eólicas e 15 anos para biomassas.

A Companhia possui empreendimentos vencedores em diferentes modalidades de leilões e tem habilitado seus projetos para concorrer nos últimos leilões promovidos pelo Governo. Os projetos vencedores nos leilões regulados são:

- Leilão de Energia Nova – A-5/2006: UTE Baía Formosa;
- Leilão de Fontes Alternativas de 2007: PCH Varginha, PCH Arvoredo, PCH Santa Luzia Alto e UTE Ester.
- Leilão de Reserva 2009: EOL Morro dos Ventos I, EOL Morro dos Ventos III, EOL Morro dos Ventos IV, EOL Morro dos Ventos VI, EOL Morro dos Ventos IX, EOL Santa Clara I, EOL Santa Clara II, EOL Santa Clara III, EOL Santa Clara IV, EOL Santa Clara V, EOL Santa Clara VI e Eurus VI;
- Leilão de Fontes Alternativas 2010: EOL Juremas, EOL Macacos, EOL Pedra Preta, EOL Costa Branca, EOL Atlântica I, EOL Atlântica II, EOL Atlântica IV, EOL Atlântica V e PCH Salto Góes;
- Leilão de Reserva 2010: EOL Eurus I, EOL Eurus III, EOL Campo dos Ventos II e UTE Bio Pedra;

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Leilão de Energia Nova – A-5/2011: EOL Morro dos Ventos II;
- Leilão de Energia Nova – A-5/2013: EOL Pedra Cheirosa I e EOL Pedra Cheirosa II;
- Leilão de Energia Nova – A-5/2013: PCH Mata Velha; Leilão de Energia Nova – A-5/2015: PCH Boa Vista II.

### (C) Encargos Regulatórios

Os principais encargos do setor elétrico são:

A **Reserva Global de Reversão (RGR)** é um encargo setorial criado para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Ao longo dos anos, porém, diversas outras destinações para esses recursos foram autorizadas, como por exemplo, a sua utilização na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, na geração de energia a partir de fontes eólica, solar, biomassa e PCHs, desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, dentre outros. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, esse encargo agora é devido apenas pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, excetuando-se aquelas licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, e, pelas concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica não prorrogadas ou licitadas nos termos da citada Lei.

A **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)** é um encargo setorial destinado à promoção do desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Os recursos desse fundo setorial também são utilizados para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, o recurso destinado às fontes alternativas citadas foi limitado a 30% do recolhimento anual desse encargo. Esse recurso é recolhido por quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel, e, dos aportes realizadas pela União de créditos oriundos de Itaipú. **Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos ("CFURH")**: é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).

**ONS** – É uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa da ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradoras, transmissoras e distribuidoras.

**Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")**: encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

**PROINFA**: Como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo às fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST e TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

**Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")**: encargo setorial para cobrir os custos de atividade a ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

**Encargo de Serviço de Sistema ("ESS")**: pago por todos os consumidores para cobrir os custos de redespacho (despacho fora da ordem de mérito) e serviços ancilares.

**Uso do Bem Público ("UBP")**: corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

Aplicam-se às concessões de geração os seguintes encargos: RGR, UBP (no caso de hidroelétricas), CFURH, P&D, TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica). Às autorizações, aplicam-se: TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica).

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### (D) Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais

Nos termos da redação do Decreto nº 6.460, editado em 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fontes renováveis não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada ("ICG"). Os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas. São classificadas como ICGs, nos termos da Resolução nº 320 da ANEEL, as instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração. A conexão de nova central de geração ou concessionária ou permissionária de distribuição à ICG, para acesso à Rede Básica, será permitida mediante o pagamento de encargo deverá ser precedida de Parecer de Acesso a ser emitido pelo ONS, de celebração de CCT, com proprietária das instalações e interveniência do ONS, CUST, com o ONS.

As centrais de geração e as concessionárias ou permissionárias de distribuição serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, de acordo com as regras de comercialização.

### (E) Mecanismo de Realocação de Energia

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE é um mecanismo financeiro desenvolvido por um processo de 5 etapas, que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN. Tais etapas são detalhadas abaixo:

(1) aferição se a produção total líquida de energia das usinas dentro do MRE alcança os níveis totais de garantia física dos membros do MRE como um todo;

(2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de garantia física, conforme determinados pelo ONS;

(3) caso determinadas geradoras, participantes do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de garantia física, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada "energia otimizada", é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de um mesmo submercado e, depois, entre os diferentes submercados, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de energia assegurada;

(4) se, após a etapa (3) acima descrita ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física (ou sua energia contratada, para aqueles membros do MRE que não tiverem contratado 100% de sua energia assegurada), e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada "energia secundária", deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo PLD calculado pela CCEE na região em que tiver sido gerada; e (5) se, após a etapa (3) ou (4) acima, a energia total gerada pelas usinas do MRE não tenha atingido o nível de 100% de garantia física, esta será reduzida para cada gerador na proporção da insuficiência energética, para fins de apuração da CCEE, e a exposição será liquidada no mercado Spot ao PLD do respectivo submercado.

#### *Energia Otimizada*

As geradoras, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de garantia física são compensados por custos variáveis de Operação e Manutenção ("O&M") e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de garantia física devem pagar custos de O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de garantia física durante o mesmo período. Em 2015, a TEO paga pelas geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R\$ 11,25/MWh para todas as geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE (conforme determinado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.840, de 09 de dezembro de 2014).

**b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;**

### (A) Licenciamento Ambiental

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs, Centrais de Geração de Energia Eólica, solar e Termelétricas, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”) nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

**Licença Prévia:** solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.

**Licença de Instalação:** autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.

**Licença de Operação:** solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”). Nestes casos também é obrigatória uma compensação ambiental, conforme definido pela art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, exigindo a aplicação de recursos financeiros em Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo valor será definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento, conforme os parâmetros previstos no Decreto Federal 6.848/09, porém limitados a 0,5% do valor do empreendimento licenciado.

O processo de licenciamento de PCHs possui algumas especificidades definidas pela Resolução CONAMA nº. 279/01. De acordo com essa Resolução, os empreendimentos elétricos de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que pressupõe a apresentação de estudos simplificados (“Relatório Ambiental Simplificado – RAS”) junto com o registro na ANEEL, para o requerimento da emissão da Licença Prévia. Porém, apesar desta possibilidade, observa-se atualmente que os órgãos ambientais têm exigido o desenvolvimento dos EIA, por considerarem as PCHs como empreendimentos de alto impacto ambiental. A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de seus empreendimentos.

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendedores que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, estão sujeitos ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal (“CTF”), do IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”).

As controladas da Companhia estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 39 PCHs em operação, distribuídas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que destas, 27 possuem Licença de operação e as demais são isentas de licenciamento. Empreendimentos cujos licenciamento foram dispensados por temporalidade encontram-se sob regularização junto aos órgãos ambientais competentes.

Da mesma forma, possuem Licença de Operação as 8 usinas de cogeração em operação, sendo que destas, 5 situam-se no Estado de São Paulo, 1 no Estado do Paraná, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no estado do Rio Grande do Norte. Adicionalmente, também possuem Licença de Operação referente às 10 usinas eólicas em operação no Ceará, 29 no Rio Grande do Norte e 4 usinas no Rio Grande do Sul. Há também 1 Licença de Operação referente à um Parque Solar em operação no estado de São Paulo.

Encontram-se em fase de licenciamento outros 51 empreendimentos dos quais 16 já obtiveram Licença Prévia e 3 Licenças de Instalação.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Abaixo segue uma tabela indicando as PCHs, Parques Eólicos, Parques Solares e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, que já possuem Licença de Operação (“LO”), Licença de Instalação (“LI”) e Licença Prévia (“LP”).

Abaixo segue uma tabela indicando as PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, que já possuem Licença de Operação (“LO”), Licença de Instalação (“LI”) e Licença Prévia (“LP”).

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)		
LP	1	Cherobim (IAP-PR)
LI	4	Boa Vista II (SUPRAM-MG) e Santa Cruz, Cachoeira Grande e Mata Velha (SUPRAM-MG)
LO / Autorização Ambiental	39	Alto Irani, Plano Alto, Arvoredo, Salto Góes, Santa Luzia e Ludesa (FATMA/SC); Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha, Várzea Alegre e Mata Velha (SUPRAM/MG); Andorinhas, Saltinho, Guaporé e Pirapó (FEPAM/RS); Capão Preto, Chibarro, Gavião Peixoto, Lençóis, Pinhal, Socorro, Esmeril, Dourados, Buritis, São Joaquim, Jaguari, Eloy Chaves, Monjolinho, Americana, Três Saltos, Santana, Salto Grande(CETESB/SP); Diamante e Figueirópolis (SEMA/MT) e Novo Horizonte (IAP-PR)
Parques Eólicos		
LP	15	Iraúna IX, Iraúna X, Iraúna XI, Iraúna XV(IDEMA/RN); Complexo Serra dos Ventos Complexo Saloá e Complexo Bom Conselho (CPRH/PE) e Curral Velho I a V (SEMACE/CE)
LI	10	Campo dos Ventos I,e V, São Domingos, São Dimas , São Benedito, São Martinho, Santa Mônica, Santa Úrsula, (IDEMA/RN), Pedra Cheirosa I e II (SEMACE/CE)
LO	36	Paracuru, Foz do Rio Choró, Icaraizinho, Praia Formosa, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, Taiba-Albatroz, Rosa dos Ventos-Canoa Quebrada e Rosa dos Ventos-Lagoa do Mato (SEMACE/CE); Campos dos Ventos III, ,Morro dos Ventos II, Santa Clara I a VI, Eurus I, III e VI, Macacos, Costa Branca, Juremas, Pedra Preta, Campo dos Ventos II, III e V e Morro dos Ventos I, II, III, IV, VI e IX (IDEMA/RN) e Atlântica I,II,IV e V (FEPAM/RS)
Usinas Solares		
LP	2	Complexo Híbrido Ouro* e Lagoa do Morro (INEMA/BA)
LO	1	Tanquinho (CETESB/SP)
Usinas Termoelétricas movidas à Biomassa		
LO	8	Bio Ipê, Bio Buriti, Baldin, Bio Pedra e Bio Ester (CETESB/SP), Bio Formosa (IDEMA/RN), Bio Alvorada (SUPRAM/MG) e Bio Coopcana (IAP/PR)

\*O Complexo Híbrido Ouro é composto por 3 Parques Eólicos e 10 Usinas Solares, sendo que por hora, existe uma apenas um Licença Prévia para todo o Complexo.

### (B) Uso de Recursos Hídricos

A exploração de recursos hídricos, compreendida em (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d’água, depende da obtenção de outorga de uso, que será concedida pelo Poder Público Federal ou Estadual, conforme o domínio do curso d’água. A outorga visa controlar e possibilitar a acessibilidade aos recursos hídricos, sem implicar em alienação, uma vez que tais recursos possuem caráter de bem público.

#### Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto às secretarias estaduais de recursos hídricos ou no caso de lagos e rios sob domínio federal, junto à ANA. A sua obtenção é feita

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCHs.

A DRDH será transformada automaticamente, pelo respectivo poder outorgante, em outorga de uso dos recursos hídricos após a empresa detentora da Declaração receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

### (C) Proteção da Flora

A implantação de determinados empreendimentos, como PCHs e Parques Eólicos, normalmente necessitam de autorização para supressão de vegetação em Área de Proteção Permanente ("APP"). As APPs são áreas que por sua importância para os ecossistemas, independente da vegetação ali existente, tem sua proteção garantida por determinação legal, não podendo ser alteradas. A proteção das APPs tem por objetivo geral preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, além de proteger o solo e o bem-estar da população humana.

A legislação, no entanto, possibilita a supressão de vegetação em APPs, dentre outros, para os empreendimentos considerados de utilidade pública e interesse social, desde que demonstrada a inviabilidade de alternativa locacional para instalação do empreendimento pretendido. Além das APPs, a legislação brasileira estabelece outros instrumentos para a proteção dos recursos naturais, criando áreas consideradas de relevante interesse e ambiental, com restrições ao uso desses recursos, como é o caso das unidades de conservação. No desenvolvimento de seus projetos a CPFL Renováveis tem buscado otimizar a utilização dos recursos naturais desde a concepção até a operação de seus empreendimentos, com a implantação de projetos com o melhor custo benefício ambiental e social, além de evitar a implantação dos mesmos nas áreas protegidas que apresentam maiores restrições ambientais. Por entender a sua importância na preservação dos ecossistemas fruto desta política de atuação, somente a PCH Ninho da Águia foi construída na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira que, apesar de ser uma área protegida, permite a implantação de empreendimentos hidrelétricos, desde que previamente autorizados pelo Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade ("ICMbio"), órgão gestor das unidades de conservação federais.

### (D) Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a sociedade a sanções administrativas, civis e criminais.

#### *Administrativa*

A Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, foi regulamentada pelo Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.686 de 10 de dezembro de 2008 e Lei nº 7.029, de 11 de dezembro de 2009 que estabelece as sanções e infrações ao meio ambiente. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa simples ou diária, cujo montante pode variar entre R\$ 50,00 e R\$ 50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

#### *Cível*

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais co-responsáveis.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

### *Criminal*

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa; (ii) restritiva de direitos; e (iii) restritivas de liberdade. As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) prestação de serviços à comunidade; (ii) suspensão parcial ou total da atividade; (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

### **(E) Geração de Créditos de Carbono**

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão de certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL"), descrito no art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas. Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissão ("RCE") em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de Gases de Efeito Estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas desses certificados.

Importante ressaltar que, especificamente com relação aos projetos referentes à PCHs, o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PROINFA serão de titularidade da Eletrobrás.

Abaixo segue uma tabela indicando o potencial de créditos de carbono do portfólio de projetos da Companhia na data deste formulário de referência.

#### **Projetos registrados junto a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima ("CQNUMC")**

A Repotenciação de Pequenas Centrais – Hidrelétricas no estado de São Paulo, Brasil."

Potencial de créditos.....18.583 CERs/ano

Total histórico de Emissões Certificadas Emitidas para este projeto.....117.263 CERs

"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas Arvoredo e Varginha."

Potencial de créditos.....29.254 CERs/ano

"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas Barra da Paciência, Ninho da Águia, Corrente Grande, Paiol, São Gonçalo e Várzea Alegre."

Potencial de créditos.....138.331 CERs/ano

"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parques Eólicos Santa Clara I a VI e Eurús VI."

Potencial de créditos.....149.358 CERs/ano

"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parques Eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca."

Potencial de créditos.....68.632 CERs/ano

"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parque eólico Campo dos Ventos II."

Potencial de créditos.....51.922 CERs/ano

"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequena Central Hidrelétrica Salto Goes Potencial de créditos.....30.094 CERs/ano

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Morro dos Ventos I e II”	
Potencial de créditos.....	222.616 CERS/ano
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Eurus I e III”	
Potencial de créditos.....	105.846 CERS/ano
<b>Potencial total de CERs dos projetos registrados.....</b>	<b>1.215.405 CERS/ano</b>

Em linha com sua estratégia de garantir retorno aos seus acionais, hoje, a CPFL Renováveis mantém os seus projetos preparados para a comercialização de crédito de carbono. Em 2016 não foram comercializados créditos devido às condições desfavoráveis do mercado.

### (F) Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com o International Finance Corporation (“IFC”), subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

A resolução do Banco Central 4327/2014 reforçou a forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

A Companhia adota em suas atividades os elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador. Esse é um relevante indicativo de seu respeito ao meio ambiente e do cumprimento de normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável.

A CPFL Renováveis considera que a ética, a transparência e a responsabilidade são a chave para a condução de seus negócios junto às comunidades onde seus empreendimentos estão localizados.

Deste modo, enfatiza a importância de suas relações com entidades governamentais e com as comunidades onde opera ou planeja operar, possibilitando uma atuação de “cidadania empresarial” positiva. Essa cidadania empresarial inclui o respeito pelo meio-ambiente e pelas pessoas nas áreas abrangidas pelos atuais e futuros projetos. A Companhia espera, desse modo, que os seus projetos de geração de energia elétrica possibilitem uma melhoria na qualidade de vida nessas regiões, gerando mais empregos e desenvolvendo suas atividades econômicas em harmonia com o meio ambiente.

### (G) Políticas e Padrões Ambientais Internacionais de Sustentabilidade

No Brasil, a adoção de políticas e padrões ambientais internacionais não é obrigatória, sendo que empresas poderão aderir a tais padrões a qualquer momento, de forma voluntária. Atualmente, a Companhia adota as seguintes políticas e padrões ambientais:

*IFC Standards.* Os princípios dos Padrões de Desempenho IFC podem ser representados, de forma não exaustiva, pelos seguintes princípios gerais:

*Trabalho e Condições de Trabalho.* (i) estabelecer, manter e aprimorar a relação entre trabalhador e gerência; (ii) promover o tratamento justo, a não-discriminação e a igualdade de oportunidade dos trabalhadores e o cumprimento das legislações empregatícia e trabalhista nacionais; (iii) rejeitar o trabalho infantil e o trabalho forçado; (iv) promover condições de trabalho seguras e saudáveis, proteger e promover a saúde de seus colaboradores.

*Prevenção e Redução da Poluição.* (i) evitar ou minimizar impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente, evitando ou minimizando a poluição oriunda das atividades; (ii) promover a redução das emissões que contribuem para a mudança climática.

*Segurança e Saúde da Comunidade.* (i) evitar ou minimizar os riscos e os impactos à saúde e à segurança da comunidade local durante a execução dos projetos, sob todas as circunstâncias; (ii) garantir que a proteção dos colaboradores e da propriedade seja realizada de maneira legítima e que evite ou minimize riscos à segurança da comunidade.

*Aquisição de Terras e Reassentamento de Populações.* (i) evitar ou minimizar o reassentamento involuntário de populações sempre que possível; (ii) mitigar os impactos adversos da aquisição de terras; (iii) melhorar, ou ao menos preservar, o padrão de vida e as moradias das populações afetadas.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

*Conservação da Biodiversidade e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais.* (i) proteger e conservar a biodiversidade; (ii) promover o gerenciamento sustentável do uso de recursos naturais conciliando as necessidades de conservação com as prioridades de desenvolvimento.

*Populações Nativas.* (i) garantir que o processo de implantação dos projetos estimule o respeito pela dignidade, os direitos humanos, as aspirações, culturas e a subsistência natural das populações nativas; (ii) evitar ou minimizar impactos adversos dos projetos em comunidades nativas ou, quando isso não for possível, compensando tais impactos com oportunidades de desenvolvimento culturalmente apropriadas; (iii) estabelecer e manter relações com as populações nativas durante a vida do projeto; (iv) estimular a negociação de boa fé e a participação informada das populações nativas; (v) respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das populações nativas.

*Patrimônio Cultural.* Proteger o patrimônio cultural contra os impactos negativos das atividades.

GRI – *Global Reporting Initiative* – CPFL Renováveis adota as diretrizes do IIRC (*International Integrated Reporting Council*), juntamente com o direcionamento da GRI (*Global Reporting Initiative*) para o reporte das informações em seu relatório anual, o que possibilita uma divulgação de resultados, atrelados às formas de gestão da Companhia, para todos os seus públicos de interesse, de forma integrada e transparente. O padrão GRI conta com Diretrizes e princípios para a consolidação de relatos de sustentabilidade, permitindo que diferentes organizações, independentemente do porte ou setor, possam reportar suas informações dentro de um padrão que se comunique com o mercado, facilitando o registro e comparabilidade das informações. O GRI traz indicadores gerais sobre a empresa relacionadas à governança, estratégia, perfil organizacional e *stakeholders*, assim como informações relacionadas às dimensões ambiental, social, econômica. Para a elaboração do relatório, são considerados os temas mais relevantes para os principais *stakeholders* e a alta administração da organização, os quais são consolidados na matriz de materialidade da companhia, o que direciona os principais indicadores a serem reportados.

A Companhia considera ainda no dia a dia de suas operações o cumprimento à acordos internacionais que atestam critérios de sustentabilidade, como o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os indicadores de sustentabilidade da Companhia são medidos através de Sistema de Monitoramento e Gestão. Ademais, a Companhia possui Política de Sustentabilidade e de Investimento Social Privado, aplicáveis a todos os negócios, atividades, processos, produtos e serviços da CPFL Renováveis.

### **(H) World Commission on Dams (“WCD”)**

O relatório da WCD representa um marco na evolução das barragens como opção de desenvolvimento. Em seu estudo global do desempenho das barragens, a WCD apresenta uma avaliação integrada de quando, como e porque as barragens conseguem ou não atingir os objetivos de desenvolvimento, oferecendo uma base racional para introdução de mudanças fundamentais na forma de avaliar opções e nos ciclos de planejamento e projeto de aproveitamento de recursos hídricos e energéticos.

O modelo da WCD propõe uma abordagem de direitos e riscos que sirva de base prática e justa para identificar todos os legítimos grupos de interesse envolvidos na negociação de opções de desenvolvimento e acordos. Foram estabelecidas sete prioridades estratégicas e princípios políticos correspondentes para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos, sendo eles: (i) a aceitação pública; (ii) a avaliação abrangente das opções; (iii) o aproveitamento das barragens existentes; (iv) a preservação de rios e meios de subsistência; (v) o reconhecimento de direitos adquiridos e compartilhamento de benefícios; (vi) a garantia de cumprimento e compartilhamento dos rios para o desenvolvimento; e (vii) a segurança.

As recomendações do WCD oferecem espaços para avanços, assegurando que a tomada de decisões sobre o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos reflita uma abordagem abrangente capaz de integrar as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento. A WCD tem um compromisso com transparência e certeza para todos os envolvidos, de modo a aumentar o nível de confiança na capacidade das nações e das comunidades de terem atendidas suas necessidades futuras de água e energia.

Dos empreendimentos desenvolvidos pela Companhia somente a PCH Barra da Paciência, com potência de 23 MW, localizada no estado de Minas Gerais atinge a linha de corte dos empreendimentos objeto de análise conforme estabelecido pelo WCD, que é de 20MW.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Por esse motivo, essa PCH foi submetida à Auditoria específica para verificação da conformidade aos preceitos do WCD, a cargo da BRTUV AVALIAÇÕES DA QUALIDADE S.A.

### (I) Certificações

A CPFL Renováveis atua em diferentes regiões do Brasil, e tem como padrão um único Sistema de Gestão Integrado - SGI, certificada desde setembro de 2011, nas normas NBR ISO 9001:2008, NBR ISO 14001:2004 e a OHSAS 18001:2007, respectivamente relacionadas à gestão da qualidade, do meio ambiente e da segurança e saúde ocupacional certificada pela “Fundação Carlos Alberto Vanzolini”, acreditada pelo Inmetro e pela IQNet (The International Certification Network). Os certificados são válidos por três anos, a próxima recertificação será em março de 2020.

O Sistema de Gestão Integrada da CPFL Renováveis tem como objetivo o atendimento a sua Política de Gestão Integrada elaborada com base na sua Missão, Visão e Princípios.

Essas certificações comprovam a capacidade de atender às expectativas das partes interessadas, o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a eficiência operacional, a busca na melhoria contínua dos processos, a preservação do meio ambiente e a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

A norma NBR ISO 9001 trata do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ e tem por objetivo atender aos requisitos do cliente de maneira a aumentar sua satisfação, obter uma visão da organização utilizando a abordagem de processos, medir e avaliar os resultados do desempenho, a eficácia e monitorar continuamente a satisfação das partes interessadas.

A norma NBR ISO 14001 trata do Sistema Gestão Ambiental - SGA e tem por objetivo o atendimento aos requisitos legais aplicáveis, o monitoramento e controle dos aspectos ambientais, a proteção do meio ambiente, incluindo a proteção do meio ambiente e a melhoria contínua, como parte do ciclo normal de gestão empresarial.

A norma OHSAS 18001 trata do Sistema Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional - SGSSO e tem por objetivo o atendimento aos requisitos legais aplicáveis, identificação dos perigos e riscos das atividades, a prevenção de acidentes e a melhoria da saúde ocupacional dos colaboradores através de um ambiente de trabalho agradável, seguro e saudável.

Todas as suas atividades são executadas segundo estas diretrizes e abrangem os seguintes escopos:

- Prospecção, aquisição, desenvolvimento de pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, usinas termelétricas movidas a biomassas, usinas solares e análise de novas tecnologias focadas na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis.
- Concepção e gerenciamento da engenharia e construção dos empreendimentos de pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, usinas termelétricas movidas a biomassa e usinas solares.
- Suprimentos, gerenciamento e monitoramento das atividades ligadas à operação e manutenção das nossas usinas de geração e ativos de transmissão (subestações, linhas de distribuição e linhas de transmissão de posse da CPFL Renováveis).

#### a) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não depende de nenhuma patente, franquias ou contrato de *royalties*.

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia utiliza algumas marcas, como “CPFL Renováveis” e “CPFL Bioenergia”, que se encontram atualmente em fase de registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) e a DESA, que se encontra atualmente registrada no INPI.

## **7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

Adicionalmente, todas as PCHs, parques eólicos, parque solar e usinas termelétricas movidas à biomassa da Companhia e suas controladas dependem de autorização ou concessão da ANEEL para operar, além de licenças ambientais, conforme já detalhado neste item 7 do Formulário de Referência.

## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

**7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar (as informações devem referir às últimas demonstrações financeiras):**

**a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;**

As Receitas Operacionais Líquidas da CPFL Renováveis auferidas em território brasileiro em 2016, 2015 e 2014 foram R\$ 1.646,6, R\$ 1.499,4 e R\$ 1.247,6, em milhões de reais, respectivamente.

**b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;**

Nenhuma das receitas da Companhia é proveniente de outros países que não o Brasil. As atividades da CPFL Renováveis estão restritas ao território nacional.

**c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.**

Nenhuma das receitas da Companhia é proveniente de outros países que não o Brasil. As atividades da CPFL Renováveis estão restritas ao território nacional.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

<b>7.7</b>	<b>Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.</b>
------------	--

A Companhia não tem receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Suas atividades estão restritas ao território nacional.

## 7.8 - Políticas socioambientais

**7.8** Em relação a políticas socioambientais, indicar: a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais; b) A metodologia seguida na elaboração dessa informações; c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente; e d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

### Relatório de Anual e de Sustentabilidade

A CPFL Renováveis utiliza as diretrizes do IIRC (*International Integrated Reporting Council*), juntamente com o direcionamento da GRI (*Global Reporting Initiative*) para o reporte das informações socioambientais, consolidadas no relatório anual da Companhia. O objetivo de utilizar essas duas metodologias reconhecidas internacionalmente é tornar a divulgação de resultados, atrelados às formas de gestão da Companhia, cada vez mais objetivos e claros para todos os seus públicos de interesse, de forma integrada e transparente. Todos os indicadores, excluindo os financeiros, contidos no relatório são monitorados e geridos por um sistema terceiro de acompanhamento de indicadores de sustentabilidade. Desta forma, é possível acompanhar a evolução dos indicadores com mais clareza e garantir a consistência e das informações reportadas ao mercado.

As informações socioambientais contidas no relatório anual da Companhia não são auditadas ou revisadas por entidade independente.

Mais informações relativas aos resultados econômicos, sociais e ambientais da CPFL Renováveis estão disponíveis no Relatório de Anual e de Sustentabilidade, publicado em <http://www.cpfrenovaveis.com.br> e em [www.cpfrenovaveis.com.br/ri](http://www.cpfrenovaveis.com.br/ri).

## 7.9 - Outras informações relevantes

### 7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

#### Visão Geral

A CPFL Renováveis é líder no setor brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis provenientes de Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica, em termos de capacidade instalada em operação, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio de ativos totalizava 5.518 MW de capacidade instalada, sendo 2.054 MW de projetos em operação, 75 MW de projetos em construção, além de 2.564 MW de projetos em desenvolvimento. Atualmente, a Companhia detém 2.129 MW de capacidade instalada contratada, com energia já vendida em contratos de longo prazo. A Companhia está inserida no mercado brasileiro, um dos mercados de maior crescimento e que acredita reunir boas condições para o desenvolvimento de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no mundo.

A CPFL Renováveis possui experiência em aquisição, desenvolvimento, construção e operação de usinas e parques de geração de energia a partir de fontes renováveis, além de contar com um portfólio diversificado entre as quatro principais fontes, com empreendimentos localizados em oito estados brasileiros e 57 municípios.

Todos os ativos e projetos em operação e em construção da Companhia possuem contratos de venda de energia celebrados por longo prazo, reajustados pela inflação, o que assegura alta previsibilidade de geração de caixa.

A Companhia acredita estar posicionada de forma estratégica no mercado e devido à isso consegue aproveitar as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis e que nossa capacidade em adquirir ativos e projetos de qualidade juntamente com o portfólio robusto de projetos em desenvolvimento deverão suportar crescimento rentável da Companhia.

Desde a concepção, o desenvolvimento sustentável é um princípio essencial para a estratégia do negócio da Companhia que está claramente expresso na nossa visão – *“Energia é essencial ao bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento da sociedade. Nós acreditamos que produzir e utilizar energia de forma sustentável é vital para o futuro da humanidade”*, e na nossa missão *“Gerar energia a partir de fontes renováveis, em harmonia com o meio ambiente e a sociedade, promovendo o amadurecimento do mercado de energia limpa”*.

#### Oportunidades no Setor de Energias Renováveis

Mundialmente, o setor de energias renováveis tem aumentado sua relevância na matriz energética dos países. Dados da *United Nations Environment Programme* (“UNEP”) indicam que o investimento global em energias renováveis alcançou volume recorde em 2015, atingindo US\$ 285,9 bilhões. Adicionalmente, segundo o mesmo estudo, energias renováveis excluindo, grandes hidroelétricas, correspondeu 53,6% da capacidade de todas as tecnologias instaladas em 2015, o que denota a importância que esta modalidade de geração vem adquirindo em âmbito global. Destaca-se que a maior parte dos novos investimentos em energia renovável foi realizada pelos países em desenvolvimento.

A Companhia acredita que o crescimento do setor de energia renovável está diretamente relacionado a alguns fatores, entre os quais estão destacados: (i) a preocupação global em relação aos impactos que a geração de energia através de fontes não renováveis tem sobre o meio-ambiente com a consequente substituição de combustíveis fósseis, (ii) incentivos governamentais através de legislações nacionais favoráveis, (iii) queda, nos últimos anos, dos custos de instalação de novas plantas, em especial, de parques eólicos e, por fim, (iv) retornos atrativos com poder de atrair grandes volumes de investimentos tanto de investidores privados como de governos, com prazos menores e implantações mais simples, quando comparadas às fontes tradicionais de geração.

Estima-se que no período entre 2014 e 2024 a demanda por energia elétrica no Brasil irá crescer em média 3,9% por ano e, para acompanhar o crescimento da demanda, a capacidade instalada de geração de energia elétrica deverá crescer cerca de 7,35 GW por ano, representando uma taxa média de crescimento anual no período de 4,5%, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2024, divulgado pelo MME e pela EPE (<http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PDE%202024.pdf>). O segmento das novas energias renováveis representava, por sua vez, cerca de 16,2% da matriz energética brasileira no final do ano de 2014, de acordo com dados do Plano Decenal de Expansão de Energia 2024, divulgado pela EPE. Em 2024, o Plano Decenal projeta que essas fontes de energia representarão cerca de 27,3% da matriz energética brasileira, representando um crescimento médio anual de 10,2%.

Além de retornos atrativos, o setor de geração a partir de fontes renováveis no Brasil conta com algumas vantagens relevantes em relação à geração de energia a partir de outras fontes e em outros países, dentre as quais destacamos:

☑ *Potencial de crescimento e condições técnicas favoráveis*: potencial único para geração de energia eólica e solar, com ventos e índices de radiação que proporcionam fatores de capacidade favoráveis em relação a mercados mais desenvolvidos, como o Europeu; potencial hidráulico vasto, inclusive para pequenas centrais hidrelétricas; indústria de açúcar e álcool desenvolvida e com escala para fornecimento de biomassa economicamente viável como combustível para geração de energia elétrica.

## 7.9 - Outras informações relevantes

☒ *Processo de licenciamento ambiental célere e processo regulatório simplificado:* por possuírem impacto ambiental inferior às fontes convencionais de geração, as plantas de energias renováveis gozam de processos de licenciamentos céleres e simplificados para construção e operação. Além disto, os projetos de energia renovável são atualmente regulados sob um regime de Autorização da ANEEL, que é outorgada ao desenvolvedor do projeto, ao invés de Concessão, que é obtida através de licitações ou leilões públicos.

☒ *Incentivos fiscais e regulatórios como parte de políticas públicas de longo prazo:* devido ao tamanho individual de seus empreendimentos, as PCHs, os Parques Eólicos, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e as plantas de geração solar beneficiam-se do regime de tributação pelo lucro presumido e contam com descontos de pelo menos 50% nas tarifas cobradas pelo uso das linhas de transmissão e distribuição. O setor de energia eólica, especificamente, conta atualmente com isenção de ICMS nas operações de equipamentos que estão relacionados ao convênio 101/97, e redução de base de cálculo do ICMS para equipamentos relacionados ao convênio 52/91. Outros incentivos fiscais ficam restritos a particularidade de cada estado.

☒ *Nicho exclusivo no mercado livre:* o mercado livre conta com consumidores denominados “especiais”, com consumo de 500 KW a 3.000 KW, que caso optem por se tornar consumidores livres, devem adquirir energia de empreendimentos de fontes renováveis.

☒ *Financiabilidade:* disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) em moeda local, a custos atrativos, e representando até 70% dos investimentos realizados, para o caso de projetos eólicos, biomassa ou PCHs, e até 80% dos investimentos realizados para o caso de projetos solares.

☒ *Geração de créditos de carbono:* a geração através de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Solares Fotovoltaicas pode proporcionar potencial de receita adicional a partir da venda de créditos de carbono obtidos pelos ativos, desde que o projeto seja submetido a uma avaliação prévia e atenda aos requisitos legais para ser elegível para geração de créditos de carbono.

Ademais, o setor de energias renováveis no Brasil é extremamente fragmentado e possui poucas empresas capitalizadas e com suporte de grandes grupos estratégicos que podem atuar como agentes consolidadores. A CPFL Renováveis acredita que este segmento continuará a apresentar uma tendência de consolidação ao longo dos próximos anos.

### Os Pontos Fortes

A Companhia acredita estar posicionada para se beneficiar das oportunidades de crescimento e sinergias no setor de geração de energia a partir de fontes renováveis no Brasil e aumentar retornos para os acionistas, especialmente devido aos pontos fortes abaixo listados.

#### ***Sólida e previsível geração de caixa, com altas margens operacionais e alta capacidade de alavancagem***

As receitas são auferidas por meio de contratos de venda de energia de longo prazo com preços atraentes e reajustados anualmente com base na inflação. Em 31 de dezembro de 2016, todos os nossos ativos em operação e em construção totalizavam 2.129 MW de capacidade instalada e possuíam contratos de venda de energia de longo prazo no mercado livre ou no mercado regulado de energia, com um prazo médio ponderado de 20,8 anos e um preço médio de R\$ 187,98/MWh. Tratam-se de contratos com uma base de clientes pulverizada e que acreditamos possuir boa qualidade de crédito, representando um importante fator de mitigação de riscos. A capacidade instalada e as receitas apresentarão um crescimento significativo até 2020, dado que a Companhia possui atualmente 75 MW de capacidade instalada em construção e com alta previsibilidade daí em diante. A estabilidade de receita e de fluxo de caixa por prazos longos faz com que o retorno sobre os investimentos seja estável e previsível. Além disto, uma vez em operação, os custos das atividades são reduzidos, gerando uma alta margem EBITDA. Em razão disso e devido às características de longo prazo e de custo atrativo das linhas de financiamento do BNDES, principal financiador do setor elétrico brasileiro, os projetos da Companhia permitem a obtenção de volumes substanciais de financiamento em relação ao valor total do investimento, garantindo o aumento de retorno para os acionistas.

#### ***Liderança no crescente mercado de energias renováveis no Brasil***

Atualmente, a CPFL Renováveis é a maior companhia brasileira de geração de energia a partir de fontes renováveis, com 2.054 MW de capacidade em operação, de acordo com dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>), cuja energia encontra-se comercializada através de contratos de longo prazo. Ademais, na data desse relatório, a Companhia possuía 2.564 MW de projetos em desenvolvimento e mais

## 7.9 - Outras informações relevantes

de 4 GW de projetos em análise para fusões ou aquisições. A CPFL Renováveis acredita possuir uma escala que permite aproveitar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como resultado de sinergias de custos, relacionamento com fornecedores, operação integrada e capacidade de gerenciamento de projetos. A Companhia acredita também que a estimativa de forte crescimento da demanda de energia e a consequente previsão de expansão da capacidade instalada no País, notadamente nas fontes renováveis, conjugados ao posicionamento da empresa no setor e ao portfólio robusto de projetos, coloca a CPFL Renováveis em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de crescimento do mercado de energias renováveis brasileiro.

### ***Portfólio de ativos de qualidade e diversificado entre fontes, sendo um player que captura o crescimento nas quatro fontes de energias renováveis***

O portfólio de ativos da Companhia em operação e em construção em termos de capacidade instalada é composto por 21% de PCHs, 61% de Parques Eólicos, 18% de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, além de uma Planta Solar já em operação com 1,1 MW de capacidade instalada. A diversificação do portfólio entre as quatro fontes nos permite aproveitar o crescimento em cada uma delas e minimizar riscos associados à dependência de uma única fonte, além daqueles riscos relativos à expansão do portfólio no caso de uma fonte específica apresentar dificuldades de competir pela sua viabilização perante as outras fontes. Adicionalmente, os ativos da Companhia estão diversificados geograficamente em oito estados brasileiros e 57 municípios, o que minimiza riscos associados a (i) problemas climáticos ou hidrológicos específicos de uma determinada região e (ii) riscos associados a condições adversas de sub-mercados regionais, melhorando a condição média de operação e manutenção de nossas usinas. No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida está segregada de forma equilibrada entre as quatro fontes de atuação, sendo: 28% em PCH, 59% em Parques Eólicos, 14% em Usinas Termelétricas a Biomassa e 0,02% em Solar.

Adicionalmente, os contratos de venda de energia encontram-se diversificados entre as duas categorias de consumidores, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 31% foram firmados no mercado livre e 69% no mercado regulado. A Companhia segue critérios rigorosos no desenvolvimento, na construção e na operação de seus ativos, buscando excelência técnica e operacional na gestão de todas as fases em que atua. A CPFL Renováveis procura se associar a fornecedores e parceiros de reconhecida capacidade técnica, de forma a assegurar a qualidade dos equipamentos e serviços aplicados em seus projetos.

### ***Experiência destacada e integrada no ciclo de desenvolvimento de projetos, capturando valor em toda a cadeia***

A Companhia atua de forma integrada em todas as fases do ciclo de um projeto, ou seja, na prospecção e identificação, no desenvolvimento, na construção, na operação e na comercialização de energia a partir de fontes renováveis. Para isto, contava, em 31 de dezembro de 2016, com 432 profissionais, dentre os quais 187 engenheiros, técnicos e especialistas em energia, compondo um time com experiência na otimização e na gestão de projetos de engenharia, condução de processos de licenciamento ambiental e regulatório de projetos, contratação e gestão de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos, bem como na operação e manutenção das usinas. Essa atuação permite aumentar a qualidade técnica dos projetos, minimizando os riscos de execução e mantendo custo reduzido de desenvolvimento e implantação, capturando valor em todas as etapas da cadeia de forma a maximizar retornos aos dos acionistas.

A CPFL Renováveis acredita, ainda, que essa atuação integrada pode ser comprovada pelo nosso histórico de construção e aquisição de empreendimentos. Contamos com um portfólio de 91 ativos em 31 de dezembro de 2016, sendo 39 PCHs, 43 parques eólicos, 8 termelétricas movidas à biomassa e 1 planta solar. Até o momento já construímos 13 (treze) PCHs, 7 (sete) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 26 (vinte e seis) parques eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, que somadas ao total de projetos em operação da companhia, inclusive os adquiridos, totalizam em 31 de dezembro de 2016, 2.054 MW de capacidade instalada.

### ***Comprovado histórico na execução, desenvolvimento de projetos e operação de ativo***

A Companhia possui comprovado histórico em execução e desenvolvimento de projetos, notadamente:

*Construção de ativos nas quatro fontes:* Desde o início das atividades da Companhia até 31 de dezembro de 2016 foram construídos 134 (treze) PCHs, 7 (sete) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 26 (vinte e seis) Parques Eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, representando 1.325 MW de capacidade instalada. Para tanto, a Companhia tem uma rigorosa e dedicada equipe de gestão de projetos e engenharia, com 29 profissionais. Ademais, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha em construção 1 (um) complexo eólico e 1 (uma) PCH, totalizando mais 75 MW de capacidade instalada, o que comprova

## 7.9 - Outras informações relevantes

a experiência da Companhia na construção e implementação de projetos no setor. Em maio de 2016, ocorreu a entrada em operação da PCH Mata Velha, com 24,0 MW de capacidade instalada em Minas Gerais. Em dezembro de 2016, ocorreu a entrada em operação comercial integral dos complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito. Juntos, os complexos totalizam 231,0 MW de capacidade, distribuídos em 9 parques eólicos com um total de 110 aerogeradores. Os primeiros aerogeradores entraram em operação comercial em maio de 2016.

- *Crescimento da capacidade instalada:* A Companhia aumentou a capacidade instalada em operação, de 47 MW em 2009 para 2.054 MW em 31 de dezembro de 2016, principalmente através da implementação de projetos, da associação com outras empresas do setor e da aquisição de ativos e companhias em diversas etapas de desenvolvimento. Além de crescer através de estratégia orgânica, onde segue uma metodologia disciplinada de mapeamento do mercado para identificação e análise de projetos para aquisição e de potenciais associações, desde o início de 2011 foram realizadas diversas aquisições de ativos relevantes, que incluem os Empreendimentos eólicos SIIF, Bons Ventos e Rosa dos Ventos além da PCH Santa Luzia e da Usina de biomassa Ester, que agregaram mais de 447 MW de capacidade instalada ao nosso portfólio. Adicionalmente, em 01 de outubro de 2014, foi concluída a incorporação da DESA, adicionando 331 MW de capacidade contratada (278 MW em operação e 53 MW em construção).
- *Crescimento substancial do portfólio de ativos em desenvolvimento.* O portfólio de ativos em desenvolvimento expandiu de 562 MW em 2009 para 2.987 MW em 31 de dezembro de 2016. A Companhia entende que sua capacidade de desenvolver projetos é uma competência central da Companhia, sendo fundamental para seu contínuo crescimento, aproveitamento de ganhos de escala e diversificação por fontes de energia. Esta capacidade de desenvolvimento está fundamentalmente baseada na sólida experiência da equipe de desenvolvimento, que conta com 17 profissionais dedicados a esta função.
- *Capacidade de estruturar financiamentos para os projetos.* A capacidade de implementação de projetos é suportada por uma experiência diferenciada de viabilização de financiamentos. Desde o início das atividades da Companhia, foram captados mais de R\$ 6,0 bilhões em linhas de longo prazo para o financiamento de projetos e para reforço de capital da empresa, sendo que 63% do saldo atual destes financiamentos é referente a linhas com bancos de fomento, com destaque para o BNDES (principal financiador do setor elétrico brasileiro). Esses financiamentos com bancos de fomento possuem prazos de até 20 anos e taxas médias de TJLP + 2,5% ao ano. Desta forma, com uma equipe exclusivamente dedicada à estruturação financeira dos projetos, a Companhia alcançou uma alavancagem em novos projetos de até 70%, o que nos confere um incremento de rentabilidade em nossos projetos.
- *Comercialização de energia.* A Companhia conseguiu aproveitar condições atrativas de preço tanto no mercado regulado quanto no mercado livre para a contratação de energia de nossos projetos, o que resulta em taxas de retorno comparativamente mais altas que aquelas de projetos dependentes apenas dos leilões no mercado regulado. Da capacidade em operação da Companhia, aproximadamente 31% foram negociados em contratos bilaterais no mercado livre.

### **Administração competente e experiente e acionistas altamente reconhecidos no setor**

Os membros da administração da Companhia possuem extensa experiência no ramo de atividade. Dentre as principais competências da equipe, são destacadas: (i) capacidade comprovada na gestão, implementação e construção de projetos; (ii) identificação de oportunidades de mercado e aquisição de ativos e empresas; (iii) comercialização de energia dos projetos; (iv) otimização operacional dos ativos; (v) estruturação financeira dos projetos permitindo a otimização do retorno sobre capital investido.

O acionista controlador da CPFL Renováveis, é uma das maiores distribuidoras de energia elétrica no Brasil, com base nos 56.987 GWh de energia elétrica que distribuiu para mais de 9 milhões de consumidores em 2016. Em geração de energia elétrica, a capacidade instalada da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2016 era de 3.258 MW. Os negócios da CPFL Energia também envolvem à comercialização de energia elétrica e presta serviços relacionados à energia elétrica para empresas do grupo, assim como partes não relacionadas. A CPFL Energia adota as mais elevadas práticas de governança corporativa no Brasil possuindo ações listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa e ADRs na Bolsa de Nova Iorque.

Os acionistas provenientes da ERSA aportaram sólida experiência técnica no desenvolvimento de projetos, forte componente empreendedor na gestão da Companhia e foco em resultados.

Atualmente, está conjugada na equipe os melhores aspectos oriundos dos dois blocos de acionistas e tem permeado em todos os níveis da Companhia os principais conceitos que definem a estratégia e orientação a resultados. A CPFL Renováveis possui uma estrutura sólida de governança corporativa e uma rígida política de sustentabilidade.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### A Estratégia

A Companhia ocupa uma posição de liderança na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no Brasil e pretende manter e fortalecer esta posição, tanto em tamanho quanto em rentabilidade. A Companhia acredita estar em posição privilegiada para alcançar o seu objetivo de crescimento sempre buscando a maximização de retorno para os acionistas, aproveitando dos seus pontos fortes. Neste sentido, a CPFL Renováveis pretende executar de forma consistente seu plano de negócios e para alcançar seu objetivo tem como principais estratégias:

#### ***Executar o plano de crescimento por meio do desenvolvimento de projetos e da aquisição de ativos de energia renovável no Brasil***

A Companhia pretende aumentar ainda mais o crescimento rentável de seu negócio por meio de uma estratégia que busque combinar de maneira eficiente o crescimento orgânico, por meio do desenvolvimento de projetos, e o crescimento via aquisições de ativos e projetos, mantendo disciplina técnica e financeira de forma a criar e maximizar valor para os seus acionistas.

Em relação ao crescimento orgânico, a Companhia acredita estar posicionada para se beneficiar da forte expansão da capacidade instalada projetada no País, notadamente nas fontes renováveis, dada a sua posição de liderança no setor e seu portfólio robusto de projetos. A Companhia conta com um time interno de engenheiros e técnicos altamente qualificados, experientes e especializados na prospecção e no desenvolvimento de ativos de energia renovável.

A Companhia tem, ainda, uma dedicada e experiente estrutura interna de engenharia, suprimentos e construção, que é responsável pela gestão da construção dos projetos. A CPFL Renováveis pretende continuar desenvolvendo e explorando os projetos no setor de energia renovável com disciplina financeira e com foco na maximização do retorno aos acionistas. A Companhia acredita que o mercado brasileiro de geração de energia por meio de fontes renováveis possui diversas oportunidades de crescimento através de aquisições, dada sua alta fragmentação. Acredita ainda, que é capaz de continuar seu crescimento via aquisições selecionadas, visando à consolidação do setor dada a alta experiência e comprovado histórico de nossa equipe que atua no monitoramento, prospecção e avaliação de ativos, aliada à sua capacidade financeira.

#### ***Crescer através da capacidade diferenciada de comercialização de energia***

A estratégia da Companhia é manter a exploração das duas alternativas de comercialização de energia, mercado regulado (ACR) e mercado livre (ACL), de forma a viabilizar o crescimento sustentável de seu portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente, 39% da energia contratada da Companhia está vendida no mercado livre a um prazo médio ponderado remanescente de 11,7 anos e 61% no mercado regulado a um prazo médio remanescente de 15,2 anos, o mostra a capacidade da Companhia de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos 3 (três) anos foram realizados 11 (onze) leilões (Energia Nova, Reserva e Fontes Alternativas), nos quais foram contratados 9,4 GW de capacidade instalada de novas fontes renováveis. Em paralelo, a Companhia busca de forma contínua uma alternativa para os leilões no crescente mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, cuja demanda se encontra abaixo de seu potencial, e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. A CPFL Renováveis atua em parceria com a CPFL Brasil, que também é subsidiária do mesmo acionista controlador, a CPFL Energia, com foco no segmento de mercado livre. A CPFL Renováveis contribui com sua expertise na construção e operação de usinas, enquanto a CPFL Brasil comercializa essa energia proveniente de fontes alternativas para consumidores especiais. Para tanto, a CPFL Renováveis com a CPFL Brasil tem um acordo sobre comercialização de energia que tem por objetivo regular todas as operações de comercialização de energia entre as duas sociedades, de modo a assegurar que as referidas operações sejam sempre realizadas em bases comutativas. Os contratos têm como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. Onde deverá manter um volume de aproximadamente 60% comercializado no ACR e de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo será realizada uma cotação de mercado para 40% da energia dos projetos com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, a Companhia poderá aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, a CPFL Renováveis ficará livre para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço. Para maiores informações sobre o regulamento, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

***Continuar buscando maximizar a rentabilidade dos ativos através de ganhos de escala, captura de sinergias e utilização de alavancagem financeira***

## 7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia busca maximizar o retorno de seus ativos por meio da redução de custos através de ganhos de escala, da captura de sinergias entre ativos, dos ganhos de eficiência operacional e da alavancagem financeira. A Companhia acredita, que dada a sua posição de liderança e crescente escala de seu portfólio, será capaz de capturar sinergias operacionais e financeiras em diversas vertentes, como, por exemplo, negociação com fornecedores, compartilhamento de custos e despesas entre ativos geograficamente próximos e redução de custos financeiros. Como exemplo, a incorporação ao nosso portfólio do Complexo Eólico Bons Ventos (157,5 MW de capacidade instalada), localizados no Estado do Ceará e do Complexo eólico SIIF (210 MW de capacidade instalada), localizados no mesmo Estado, ocorrida em 2012 permitiu realizar sinergias através de reduções nas despesas gerais e administrativas desses ativos. Além disso, a Companhia vem trabalhando consistentemente para garantir maior eficiência de todos os ativos. Incrementos de tecnologias integradas aliados a um time de profissionais com mais experiência garantem que todos os nossos ativos tragam a melhor disponibilidade e rentabilidade aos acionistas.

### ***Explorar oportunidades em novas fontes de energia renovável com base em inovação e tecnologia***

Com uma atuação pioneira no desenvolvimento de projetos em geração de energia a partir de fontes renováveis alternativas, valorizamos a inovação e promovemos a difusão de conhecimento sobre tecnologias em geração de energia eólica, solar e por biomassa.

Assim, a inovação é desenvolvida com objetivo de assegurar a competitividade e a eficiência de nossos projetos e empreendimentos, em um mercado em constante evolução tecnológica, aproveitando o conhecimento interno e as oportunidades disponíveis no mercado, com foco em três frentes:

1. Projetos Estratégicos, com médio grau de inovação (tecnologias existentes, mas pouco ou ainda não exploradas no Brasil ou no setor), que possibilitem vantagens competitivas no médio e longo prazo. Exemplos: geração eólica com armazenamento, resíduos sólidos e outros.
2. Projetos de Excelência Operacional, buscando o aumento da eficiência de nossos ativos e processos através da Inovação Incremental, desenvolvendo e implantando tecnologias inovadoras, que possibilitem resultados no curto e médio prazo como redução de custos e eficiência operacional.
3. Promoção da cultura de inovação, ao criar um ambiente colaborativo, implantando ações que promovam o engajamento dos colaboradores e fomentem a inovação no nosso dia-a-dia.

Focados nas diferentes tecnologias limpas que proporcionam a geração de energia renovável, os projetos de inovação envolvem a concepção de novo produto, serviço ou processo, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto, serviço ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado. Além de sempre buscar inovações em suas fontes de atuação já consolidadas (PCH, parques eólicos, usinas termelétricas movidas a biomassa e plantas solares), a CPFL Renováveis também trabalha para se atualizar e analisar as oportunidades de mercado para plantas híbridas, ou seja, que utiliza mais de uma fonte em um mesmo local, além das usinas fotovoltaicas, unidades de energia solar fotovoltaica concentrada, de maneira isolada ou integrada a usinas termoeletricas movidas a biomassa, biogás advindo do processo de biodigestão da vinhaça da cana de açúcar e o aproveitamento de resíduos sólidos, entre outros.

Para isto, a Companhia monitora e testa outras tecnologias potencialmente viáveis, focando naquelas que se mostrarem mais competitivas e eficientes. Por exemplo, atualmente a Companhia possui um projeto em operação de energia solar que iniciou operação em novembro de 2012 com 1,1 MW de capacidade instalada.

Cenários de oferta limitada de energia e de alta nos preços favorecem a implementação de novos empreendimentos e fontes alternativas de energia renovável, uma vez que esses geram energia limpa e são incentivadas pelo Governo Federal de diversas formas. A intenção da Companhia é estar presente em todas as tecnologias que se mostrarem técnica e economicamente viáveis e, para tanto, continuar a investir no desenvolvimento de projetos piloto de energia, buscando sempre permanecer na vanguarda tecnológica no setor de atuação.

### **PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS**

A Companhia, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental, que tem como compromissos:

## 7.9 - Outras informações relevantes

**Compromisso com o desenvolvimento sustentável.** Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.

**Gerenciamento de emissões e resíduos.** Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.

**Conscientização de fornecedores.** Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.

**Recursos naturais.** Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes renováveis, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.

**Respeito às comunidades.** A CPFL Renováveis conta com o Programa Raízes ([www.cpfrenovaveis.com.br/raizes](http://www.cpfrenovaveis.com.br/raizes)), um amplo programa de investimento social privado. Todos os projetos apoiados nos territórios de atuação da Companhia, deverão estar relacionados às três linhas temáticas, que se constituem como pilares do Programa Raízes são elas: (i) Segurança Hídrica (apoiar projetos promovendo estruturas de inovações tecnológicas para o acesso à água nas residências e nas atividades produtivas), (ii) Compromisso com as Gerações Futuras (apoiar projetos que tem como o público alvo os representantes das próximas gerações, valorizando o vínculo mãe e filho, passando pela primeira infância até a adolescência) e (iii) Cadeias Produtivas (apoiar a estruturação de cadeias produtivas contribuindo para a geração de emprego e renda). Em 2016 foram lançados os seguintes projetos, com mais de mais de 7 mil beneficiários diretos.

1. Permacultura: Gerando mais Autonomia – CE
2. Cadeia produtiva - Produção comunitária - CE
3. Cadeia produtiva – Coco - CE
4. Cadeia produtiva – Leite - MG
5. Saúde Neonatal - RN
6. Permacultura: Gerando mais Autonomia - RN
7. Cadeia produtiva – Reciclagem - RN
8. Cadeia produtiva - Bolos e doces - RN
9. Segurança hídrica - RN
10. Inclusão Digital -RN

Total de investimento em 2016: R\$ 7 milhões

**Comunicação e transparência.** Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

Assim, em geral, os programas socioambientais são instrumentos para a implementação de medidas, obras e dispositivos hábeis que promoverão a mitigação dos impactos ambientais e a harmonização do empreendimento ao local de instalação, além de potencializar os impactos positivos previstos para a região.

A Companhia apresenta a seguir os principais programas socioambientais implantados durante a construção dos empreendimentos da Companhia.

### 1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os públicos-alvo da comunicação social são os proprietários de terra afetados, as comunidades onde o empreendimento está inserido, bem como representantes do poder público e de associações/entidades dos municípios onde os empreendimentos estão projetados, bem como em operação. Nesse âmbito são elaborados e distribuídos periodicamente folhetos, informativos, cartazes, além da formalização de contatos e reuniões com a comunidade para esclarecimento de dúvidas e divulgação das ações dos demais programas ambientais e do andamento das obras. Para obter uma maior integração das áreas no processo de comunicação social, a Companhia

## 7.9 - Outras informações relevantes

passará a contar com uma instrução de trabalho para o alinhamento do padrão, adotado na interlocução com as comunidades e definição do fluxo e controle das comunicações realizadas.

Desde o ano de 2016, a CPFL Renováveis tem executado projetos no âmbito da Comunicação Social. Para o projeto em desenvolvimento do Complexo Eólico Esplanada, localizado na cidade de Xique-Xique, no sertão Baiano, realizamos uma primeira reunião pública em dezembro de 2016, a fim de ouvir as impressões da população quanto à possibilidade de implantação do projeto na região. Tal ação, apesar de não ser obrigatória pelo enquadramento do processo de Licenciamento do empreendimento Esplanada, é uma importante ferramenta de diálogo e transparência que contribui para o bom relacionamento da empresa com as comunidades desde a fase de desenvolvimento do empreendimento. Participaram dessa reunião pública cerca de 130 pessoas do município e também da zona rural de Xique-Xique.

Ainda em 2016, durante os meses de obra no Complexo Eólico de Pedra Cheirosa, a companhia implantou o Centro de Comunicação Social, que juntamente com todos os outros instrumentos de comunicação, incluindo informativos impressos, visitas às comunidades e atendimento pessoal, atendeu cerca de 757 pessoas. Foram abertos 59 chamados, divididos em solicitações (26), reclamações (24) e dúvidas (9), sendo que cerca de 90% dos solicitantes se declararam satisfeitos com o atendimento e com a comunicação realizada durante as obras.

Já na PCH Boa Vista 2, nosso outro ativo em construção, em Varginha/MG, ainda no início de 2017, foram criados dois pontos de apoio à comunidade local: o Posto de Assistência Social (PAS), próximo ao local das obras, assistindo à comunidade do entorno, contanto com os profissionais de psicologia e assistência social; e o Centro de Comunicação (CEC), localizado no centro da cidade e de fácil acesso à população da área urbana, entidades, representantes do poder público, associações e demais interessados. Nos quatro primeiros meses de atendimento, foram registradas a abertura de 101 fichas de chamadas, dentre elas 63% solicitações, 19% dúvidas, 11% reclamações e 7% outras demandas. Cerca de 73% dos solicitantes se declararam satisfeitos com o atendimento.

### 2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O objetivo desse programa é transmitir à comunidade informações e conhecimento dos principais temas socioambientais atuantes na região de implantação e operação do empreendimento. Também é focada a importância da preservação do patrimônio natural da região. São realizados eventos educativos com a comunidade, com distribuição de cartilhas de educação ambiental, palestras com temas ligados ao meio ambiente local e participação nas escolas da comunidade para conscientização e educação dos alunos. Os temas mais frequentes são: lixo e reciclagem, conservação de solo, preservação da mata ciliar, assoreamento dos rios, uso e conservação da água, biodiversidade.

Desde as obras dos Complexos eólicos Campos dos Ventos e São Benedito (iniciadas em 2015 e concluídas em dezembro de 2016) e do Complexo Eólico Pedra Cheirosa (iniciada 2016), adotamos a prática de produzir manuais ilustrativos com informações sobre cuidados com o meio ambiente, respeito à comunidade local, segurança ocupacional, ética e convivência social. Estes materiais de comunicação são entregues para os funcionários alocados nas obras (próprios e terceiros) e visitantes. Em 2016 100% dos trabalhadores nas obras da empresa foram atendidos de forma satisfatória.

Esses manuais, em formato de guia de bolso, apresentam textos objetivos e ilustrações, com informações resumidas sobre o empreendimento que está sendo construído, marcos do processo de Licenciamento Ambiental, canais de comunicação com a companhia, e orientações com boas práticas no ambiente de obra.

Nas obras da PCH Boa Vista 2, além do guia de bolso de boas práticas a ser entregue aos trabalhadores, são realizadas oficinas de educação ambiental com a comunidade do entorno e com os alunos de 1ª à 5ª série da escola municipal mais próxima ao empreendimento.

### 3. PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este programa consiste na instalação de um Posto de Atendimento Social – PAS – à comunidade, onde um assistente social, um comunicador social e um psicólogo ficam à disposição para dar assistência e orientação à população. São realizadas atividades de cunho

## 7.9 - Outras informações relevantes

comunitário, como Atividades de Conscientização, Educação Ambiental, Saúde e Lazer. Também é no PAS que a comunidade se candidata aos postos de trabalho oferecidos durante a construção do empreendimento.

O PAS é uma exigência do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, e é um ponto de comunicação e relacionamento entre a população residente nas proximidades da obra e o empreendedor. O local é uma estrutura que serve de ponto de apoio e esclarecimentos sobre as principais questões da comunidade relacionadas à obra do empreendimento.

Os profissionais do PAS (psicólogo, assistente social e comunicador social) organizam quinzenalmente cafés da manhã com a comunidade, com vistas a discutir e esclarecer, em um momento informal, algumas questões sobre a obra, que naturalmente surgem durante a implantação do empreendimento.

Para atender a população do centro urbano de Varginha, bem como ONGs e veículos de comunicação locais, a CPFL Renováveis instalou o Centro de Comunicação que funciona, assim como o PAS, como um ponto de diálogo e comunicação de *stakeholders* com a empresa.

### 4. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Este projeto tem por objetivo acompanhar as possíveis mudanças socioeconômicas, no contexto de implantação e operação da PCH, enfatizando: estruturas produtivas e fundiárias, impactos na demanda a serviços sociais, na renda e emprego local, conflitos com a comunidade e o desenvolvimento da atividade do turismo, com intuito de verificar os impactos socioeconômicos ocasionados e formular ações junto à comunidade e ao poder público municipal.

### 5. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Este programa inclui avaliar e caracterizar a qualidade das águas do rio em questão, no trecho onde está sendo construído o empreendimento. O monitoramento dos cursos d'água na fase de implantação visa acompanhar as possíveis alterações na qualidade da água em função das obras. Nas PCHs, inclui também um levantamento dos Usos das Águas no Trecho de Vazão Reduzida, de forma a verificar junto aos moradores das propriedades possíveis interferências nos usos da água, recurso o qual dependem as propriedades localizadas neste trecho. Além de avaliar as condições de permanência das famílias em seus atuais locais de moradia e produção.

### 6. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE FAUNA

Este projeto visa acompanhar a sucessão de espécies animais nas diferentes fases do empreendimento (construção e operação). São utilizadas técnicas de inventário e monitoramento, como observação direta, armadilhas científicas, redes de neblina, levantamento de vestígios (pegadas), bio-vocalização, procurando amostrar as espécies ocorrentes e as alterações nas populações e comunidades. Também se verifica a presença de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção e a situação de conservação dessas espécies na região do empreendimento. Esse programa abrange os Projetos de Monitoramento da Herpetofauna (anfíbios e répteis), Monitoramento da Avifauna (aves), Monitoramento da Mastofauna (mamíferos) e Projeto de Resgate de Fauna. Esse último está voltado ao acompanhamento e resgate dos animais deslocados durante o desmatamento das áreas afetadas pelos empreendimentos e enchimento do reservatório, no caso das Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Durante a execução do Plano de Afugentamento e Resgate de Fauna foram identificados 1.066 indivíduos na área de supressão vegetal das obras do Complexo Eólico Pedra Cheirosa. Dentre esses, 849 foram registros de répteis, representando 79,7% do total, 111 foram de aves, contribuindo com 10,4%, 75 de anfíbios, equivalendo a 7,0% e 31 mamíferos, representando somente 2,9% do total dos registros.

### 4 PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE ICTIOFAUNA

O Programa de Monitoramento de Ictiofauna visa o acompanhamento das transformações ocorridas sobre a comunidade íctica em razão da alteração do regime hidráulico – lótico x lêntico na construção das PCHs. Os resultados fornecem subsídios para a adoção de medidas para a conservação da ictiofauna local. São feitas campanhas de monitoramento regulares, comparando resultados entre a

## **7.9 - Outras informações relevantes**

fase de implantação e a fase de operação da usina. Também se insere no âmbito desse programa o Projeto de Resgate de Peixes durante o desvio do rio e o enchimento do reservatório.

Durante as obras da PCH Boa Vista 2, localizada no município de Varginha, em Minas Gerais, foram resgatados e devolvidos para o Rio Verde, aproximadamente 10.000 peixes. Esse resgate foi feito durante o primeiro desvio do rio (ação de engenharia para construir o eixo da barragem).

### **5 PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE FLORA**

Assim como para a fauna, a vegetação existente na área do empreendimento é monitorada através da coleta de informações fitossociológicas, fenológicas e ecológicas das espécies ocorrentes na região. Também está inserido nesse programa o Projeto de Resgate de Flora, cujo escopo é a coleta e resgate de material vegetal (frutos, sementes, estacas) necessários à produção de novos indivíduos para o plantio em áreas de proteção permanente e entorno do empreendimento.

Neste contexto é importante lembrar o resgate das epífitas, que são realocadas das árvores que serão suprimidas para outras que lhe proporcionem plenas condições de sobrevivência.

Em 2016, durante as obras do Complexo Eólico Pedra Cheirosa, foram resgatados 10,0 kg de sementes, de 18 espécies diferentes, sendo 6 endêmicas e 2.803 mudas de 43 morfoespécies diferentes, sendo 6 endêmicas e 6 espécies entre cactos e epífitas.

### **6 PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

O programa de prospecção arqueológica tem como objetivo principal efetuar levantamentos preventivos, relativos ao patrimônio arqueológico da região, por meio de intervenções prospectivas, vistorias, escavações, entre outros. Após a realização da prospecção é feito um programa de educação patrimonial, que orienta a população da região quanto à importância da preservação do patrimônio histórico e arqueológico.

Durante as atividades de prospecção arqueológica do Complexo eólico Pedra Cheirosa foram encontradas 1.146 vestígios culturais com a seguinte composição tipológica: 289 líticos, 659 fragmentos cerâmicos, 78 fragmentos de louças domésticas, 51 fragmentos de olarias (restos construtivos), 62 fragmentos vítreos, 6 fragmentos ferrosos e 1 fragmento de grés.

Durante as obras da PCH Boa Vista 2, foram encontrados dois sítios arqueológicos. No local foram localizadas aproximadamente 500 peças indígenas que irão para o Museu de Lagoa Santa, no estado de Minas Gerais. Essa ação faz parte do nosso Programa de Patrimônio Arqueológico.

### **7 PROJETO DE SEGURANÇA E ALERTA**

Este projeto visa introduzir na comunidade posturas defensivas e estabelecer atividades que previnam a ocorrência de acidentes durante a construção e a operação dos empreendimentos. As atividades previstas envolvem cadastro dos transportadores, orientação aos motoristas, adequação de acessos e estradas, reforço na sinalização, divulgação de atividades através do Programa de Comunicação Social e distribuição de material informativo.

### **8 PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DO CANTEIRO DE OBRAS**

Este programa detalha as medidas a serem implementadas para minimizar os impactos que são causados no canteiro de obras e monitorar sua eficiência, reduzindo os riscos de instalação de processos erosivos, de contaminação das áreas dos aquíferos subterrâneos e superficiais. As medidas deste Programa visam controlar ações de desmatamento, conduzir adequadamente as águas pluviais, dispor corretamente os tipos de resíduos gerados durante as obras, promover o tratamento dos efluentes domésticos industriais, dentre outras medidas.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

### **9 PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Esse programa tem como objetivo estabelecer mecanismos para se proceder à mobilização e habilitação da mão-de-obra regional, visando seu aproveitamento nas obras de implantação. Nos empreendimentos construídos entre 2008 e 2010, a média de contratação de mão-de-obra local ficou em 58% do total de trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. Além da geração de empregos são desenvolvidos treinamentos e capacitações aos trabalhadores, a fim de especializar esta mão-de-obra, contribuindo também para a recolocação profissional após a conclusão das obras.

Atualmente nas obras da PCH Boa Vista 2, a quantidade de mão de obra local absorvida gira em torno de 52%. Serão oferecidos 10 cursos de capacitação à população local, sendo parte deles voltados à atividades exercidas na obra e outros voltados para áreas de gestão, a fim de deixar um legado futuro para a região.

### **10 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DANOS À SAÚDE**

O objetivo deste projeto é implementar as ações que minimizem ou neutralizem os impactos negativos causados pelo empreendimento sobre o quadro de saúde da região. Essas ações englobam o monitoramento e controle das endemias presentes na área e as consequências dessas endemias sobre os trabalhadores, seus dependentes, população local e indiretamente atraída. Inclui ainda a definição da infraestrutura dos serviços de saúde que serão responsáveis pela atenção médica aos trabalhadores da obra.

Faz parte do escopo do Programa de Prevenção de Danos à Saúde a interpretação dos dados do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, focando nos aumentos de demandas da área de saúde, ocasionadas pelo empreendimento. Entretanto, para que seja realizada verificação de pressão sobre os equipamentos de saúde pública, é fundamental o estabelecimento dos indicadores *base-zero*. Estes correspondem a uma fotografia do perfil da área da saúde no município antes do início das obras de implantação do empreendimento.

### **11 PROGRAMA DE LAZER E RECREAÇÃO**

O objetivo deste programa é compensar a perda do potencial de lazer turístico ou contemplativo de uma determinada atração com o estabelecimento de um novo atrativo ou melhoria de instalações e serviços já existentes. Outro objetivo é o fortalecimento das relações sociais através da criação de alternativas de lazer e recreação nas comunidades do entorno. Alguns exemplos: convênio com a Prefeitura de Antonio Dias para a construção de campo de futebol (arquibancadas e vestiários), projeto de parque aquático e de lazer (PCH Várzea Alegre).

### **12 PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E DE USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO - PACUERA**

Esse plano tem por objetivo geral organizar um aparato de diretrizes e proposições que busquem de forma gradual o disciplinamento da conservação, recuperação, uso e ocupação do entorno do reservatório. É construído com a participação da comunidade e atende a legislação ambiental específica (CONAMA 302/2002). Nele é elaborado o Plano Diretor, que estabelece os usos e atividades permitidos para as determinadas áreas do reservatório formado.

### **13 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – PRAD**

Com o objetivo de promover a recuperação florestal de todas as áreas degradadas em função da implantação do empreendimento como, canteiro de obras, áreas de bota-fora, áreas de empréstimo e a recomposição das áreas de preservação permanentes, o programa tem início com o isolamento total da área, seguido do plantio de mudas de árvores nativas pertencentes ao bioma no qual o empreendimento está localizado, e da condução da regeneração natural. A recuperação desses locais possibilita o reestabelecimento das funções ecológicas do ecossistema como a proteção do solo, evitando a erosão e o assoreamento de corpos hídricos, o aumento da área de infiltração de água no solo, a redução do escoamento superficial das águas da chuva, o aumento da incorporação de matéria orgânica no solo, entre outros.

### **14 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – PGRS**

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Abrangendo procedimentos e técnicas que garantem que os resíduos sejam adequadamente coletados, manuseados, armazenados, transportados e dispostos com o mínimo de riscos para os seres humanos e para o meio ambiente, a CPFL Renováveis realiza toda a destinação dos seus resíduos de acordo com sua classificação quanto à origem. Assim, os resíduos urbanos (papeis de escritório, resíduos sanitários, restos de alimentos, etc.) são destinados para aterros e cooperativas de reciclagem (apenas nos escritórios de São Paulo e Jundiaí) enquanto os resíduos industriais (óleos usados, materiais contaminados com óleo, lâmpadas fluorescentes e pilhas e baterias) são destinados para empresas que realizem a disposição final adequada como reutilização dos resíduos com valores energéticos (oleosos e contaminados) para o co-processamento, logística reversa das lâmpadas e baterias, entre outras formas.

## 8.1 - Negócios extraordinários

<b>8. Negócios extraordinários</b>
------------------------------------

<b>8.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor</b>
--

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos seus negócios.

As aquisições e alienações que se enquadram na operação normal do negócio podem ser conferidas no item 15.7.

## 8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

<b>8.2</b> <b>Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor</b>
--

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

<b>8.3</b>	<b>Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais (informações referentes aos 3 últimos anos)</b>
------------	---

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos relevantes não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

#### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

<b>8.4</b> <b>Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.</b>
--

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 8 do Formulário de Referência.

#### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

### 9 Ativos relevantes

9.1 Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Usina Eólica Atlântica I	Brasil	RS	Palmares do Sul	Arrendada
Usina Eólica Atlântica II	Brasil	RS	Palmares do Sul	Arrendada
Usina Eólica Atlântica IV	Brasil	RS	Palmares do Sul	Arrendada
Usina Eólica Atlântica V	Brasil	RS	Palmares do Sul	Arrendada
Usina Eólica UEE Taiba - Albatroz	Brasil	CE	São Gonçalo do Amarante	Arrendada
Usina Eólica Canoa Quebrada	Brasil	CE	Aracati	Arrendada
Usina Eólica Enacel	Brasil	CE	Aracati	Arrendada
Usina Eólica Bons Ventos	Brasil	CE	Aracati	Arrendada
Usina Térmica Lacenas	Brasil	SP	Cosmópolis	Arrendada
Usina Eólica Lagoa do Mato	Brasil	CE	Aracati	Arrendada
Usina Eólica Canoa Quebrada	Brasil	CE	Aracati	Arrendada
Usina Hidrelétrica Novo Horizonte	Brasil	PR	Campina Grande do Sul	Própria
Usina Hidrelétrica Figueirópolis	Brasil	MT	Indiavaí	Própria
Usina Eólica Eurus I	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Eurus III	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Morro dos Ventos I	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Morro dos Ventos III	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Morro dos Ventos IV	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Morro dos Ventos IX	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Morro dos Ventos VI	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Hidrelétrica Ludesa	Brasil	SC	Ipuçu	Própria
Usina Hidrelétrica Americana	Brasil	SP	Americana	Própria
Usina Hidrelétrica Buritis	Brasil	SP	Buritizal	Própria
Usina Hidrelétrica Chibarro	Brasil	SP	Araraquara	Própria
Usina Hidrelétrica Capão Preto	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Santana	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Eólica Morro dos Ventos II	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Hidrelétrica Três Saltos	Brasil	SP	Torrinha	Própria
Usina Hidrelétrica Eloy Chaves	Brasil	SP	Espírito Santo do Pinhal	Própria
Usina Hidrelétrica Jaguari	Brasil	SP	Pedreira	Própria

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Usina Hidrelétrica Monjolinho	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Pinhal	Brasil	SP	Espírito Santo do Pinhal	Própria
Usina Hidrelétrica Socorro	Brasil	SP	Socorro	Própria
Usina Hidrelétrica Dourados	Brasil	SP	Nuporanga	Própria
Usina Hidrelétrica Esmeril	Brasil	SP	Patrocínio Paulista	Própria
Usina Hidrelétrica Gavião Peixoto	Brasil	SP	Gavião Peixoto	Própria
Usina Hidrelétrica Lençóis	Brasil	SP	Macatuba	Própria
Usina Hidrelétrica São Joaquim	Brasil	SP	Guará	Própria
Usina Hidrelétrica Andorinhas	Brasil	RS	Bozano	Própria
Usina Hidrelétrica Guaporé	Brasil	RS	Guaporé	Própria
Usina Eólica São Domingos	Brasil	RN	São Miguel do Gostoso	Arrendada
Usina Eólica Campo dos Ventos I	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Campo dos Ventos III	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Campo dos Ventos V	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica São Martinho	Brasil	RN	Touros	Arrendada
Usina Eólica Ventos de Santa Mônica	Brasil	RN	Touros	Arrendada
Usina Eólica Ventos de Santa Ursula	Brasil	RN	Touros	Arrendada
Usina Eólica Ventos de Santo Dimas	Brasil	RN	São Miguel do Gostoso	Arrendada
Usina Eólica São Benedito	Brasil	RN	São Miguel do Gostoso	Arrendada
Usina Hidrelétrica Mata Velha	Brasil	MG	Unai	Própria
Usina Hidrelétrica Saltinho	Brasil	RS	Muitos Capões	Própria
Usina Hidrelétrica Pirapó	Brasil	RS	São Gonzales	Própria
Usina Hidrelétrica Santa Luzia	Brasil	SC	São Domingos	Própria
Usina Hidrelétrica Arvoredo	Brasil	SC	Arvoredo	Própria
Usina Hidrelétrica Barra da Paciência	Brasil	MG	Gonzaga	Própria
Usina Hidrelétrica Cocais Grande	Brasil	MG	Antônio Dias	Própria
Usina Hidrelétrica Corrente Grande	Brasil	MG	Açucena	Própria
Usina Hidrelétrica Ninho da Águia	Brasil	MG	Delfim Moreira	Própria
Usina Hidrelétrica Paiol	Brasil	MG	Frei Inocêncio	Própria
Usina Hidrelétrica São Gonçalo	Brasil	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	Própria

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Usina Hidrelétrica Varginha	Brasil	MG	Chalé	Própria
Usina Hidrelétrica Plano Alto	Brasil	SC	Xavantina	Própria
Usina Térmica Bio Energia	Brasil	SP	Pirassununga	Própria
Usina Térmica Bio Formosa	Brasil	RN	Baía Formosa	Própria
Usina Térmica Bio Buriti	Brasil	SP	Buritizal	Própria
Usina Eólica Paracuru	Brasil	CE	Paracuru	Arrendada
Usina Eólica Icaraizinho	Brasil	CE	Amontada	Arrendada
Usina Eólica Praia Formosa	Brasil	CE	Camocim	Arrendada
Usina Eólica Foz do Rio Choró	Brasil	CE	Beberibe	Própria
Usina Hidrelétrica Alto irani	Brasil	SC	Arvoredo	Própria
Usina Térmica Bio Alvorada	Brasil	MG	Araporã	Alugada
Usina Térmica Bio Coopcana	Brasil	PR	São Carlos do Ivai	Alugada
Usina Eólica Costa Branca	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Juremas	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Macacos	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Eólica Pedra Preta	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Hidrelétrica Salto Goes	Brasil	SC	Tangará	Própria
Usina Tanquinho	Brasil	SP	Campinas	Própria
Usina Hidrelétrica Várzea Alegre	Brasil	MG	Chalé	Própria
Usina Eólica Campo dos Ventos II	Brasil	RN	João Câmara	Arrendada
Usina Térmica Bio Ipê	Brasil	SP	Nova Independência	Alugada
Usina Térmica Bio Pedra	Brasil	SP	Serrana	Alugada
Usina Hidrelétrica Diamante	Brasil	MT	Nortelândia	Própria
Usina Eólica Eurus VI	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Hidrelétrica Salto Grande	Brasil	SP	Campinas	Própria
Usina Eólica Santa Clara I	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Santa Clara II	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Santa Clara III	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Santa Clara IV	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada
Usina Eólica Santa Clara V	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Usina Eólica Santa Clara VI	Brasil	RN	Parazinho	Arrendada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ersa" nº 829224360	Registro válido até 22/12/2019	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	"Ersa" nº 829238344	Registro válido até 03/11/2019	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"CPFL Bioenergia" nº 830290052	10 anos a contar da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Marca "Programa Raízes" – nº 911380574	10 anos a contar da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Programa Raízes" – nº 911380701	10 anos a contar da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	cpflrenovaveis.net.br	19/04/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	ersa.net.br	27/10/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	ersabrazil.com.br	20/12/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	ersabrazil.net.br	29/09/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	ersabrazil.com.br	20/12/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	energiasrenovaveis.net.br	27/10/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	energiasrenovaveissa.net.br	29/09/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	energiasrenovaveissa.com.br	05/08/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	cpflrenovavel.com.br	19/04/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	cpflrenovaveis.net	15/04/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cpflrenovaveis.com	15/04/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	"CPFL Bio Energia" nº 830291881	10 anos a contar da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	cpflrenovaveis.com.br	19/04/2021	não renovação	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"CPFL Bioenergia" nº 904753301	10 anos a contar da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	"CPFL Renováveis" nº 904753301	Registro válido até 02/03/2025	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.



**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2014	925,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bonanza Energética S.A.	10.389.289/0001-36	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Geração de energia elétrica	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	2.542.861,31		
31/12/2015	45,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-2,515389	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	317.826.523,58		
31/12/2015	2,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-0,100000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
BVP S.A.	08.973.545/0001-96	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-1,191196	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	354.695.129,17		
31/12/2015	1,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-3,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-81,605038	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	13.406.458,55		
31/12/2015	443,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	44,900000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,572044	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	48.335.409,29		
31/12/2015	-0,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-13,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	13.503.456,55		
31/12/2015	443,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	53,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-26,364522	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	21.328,98		
31/12/2015	35,800000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2014	-82,700000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	2,016852	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	12.799.749,76		
31/12/2015	-2,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	35,900000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Cherobim Energética S.A.	04.469.360/0001-98	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Geração de energia elétrica	89,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	1.566.675,29		
31/12/2015	-11,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-9,226560	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	133.922.505,26		
31/12/2015	10,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-0,600000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Companhia Energética Novo Horizonte	06.340.397/0001-47	-	Controlada	Brasil	PR	Campina Grande do Sul	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Exercício social</b>		<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>	<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,921647	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	96.985.700,78		
31/12/2015	-3,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	07.583.828/0001-69	-	Controlada	Brasil	MT	Indiavaí	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-6,443813	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2015	94.278.027,53		
31/12/2015	6,900000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Buriti Ltda.	11.631.681/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,855818	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	138.441.169,53		
31/12/2015	-0,800000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-6,700000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Ester Ltda.	14.205.729/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-25,723087	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	55.225.312,86		
31/12/2015	34,600000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2014	2,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Formosa Ltda.	11.352.989/0001-19	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	0,792111	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	87.922.155,83		
31/12/2015	-0,800000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-23,600000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Ipê Ltda.	11.631.679/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-9,222481	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	28.515.390,80		
31/12/2015	10,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	6,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Pedra Ltda.	11.631.680/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-9,446880	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	208.992.291,61		
31/12/2015	10,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica, manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e holdings de instituição não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-3,977129	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	29.239.344,18		
31/12/2015	4,100000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-31,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-12,292082	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	14.861.000,56		
31/12/2015	14,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-20,600000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Comercializadora de Energia S.A.	14.731.510/0001-43	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Comércio atacadista de energia elétrica, compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios, atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	13.234,45		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Eolicas S.A.	13.370.558/0001-00	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Holdings de instituições não-financeiras, comércio atacadista de energia elétrica, geração de energia elétrica e atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	2,518957	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	352.104.960,90		
<b>31/12/2015</b>	-3,700000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Eurus I S.A.	12.652.614/0001-37	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	11,325815	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	44.327.811,91		
<b>31/12/2015</b>	-15,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Eurus III S.A.	12.652.634/0001-08	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-4,148096	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	30.472.930,61		
<b>31/12/2015</b>	-10,600000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Morro dos Ventos I S.A.	11.686.050/0001-90	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	23,947861	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	50.158.874,41		
31/12/2015	-19,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Morro dos Ventos II S.A.	15.207.271/0001-90	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-39,510122	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	29.838.018,43		
31/12/2015	35,100000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Morro dos Ventos III S.A.	11.686.100/0001-30	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	34,242621	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	45.703.920,14		
31/12/2015	-25,500000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Morro dos Ventos IV S.A.	11.686.202/0001-55	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	40,470250	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	50.483.501,95		
31/12/2015	-28,800000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Morro dos Ventos IX S.A.	11.686.103/0001-73	-	Controlada	Brasil	RN	Parazinho	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	35,372741	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	54.166.536,50		
31/12/2015	-40,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
DESA Morro dos Ventos VI S.A.	11.686.150/0001-17	-	Controlada	Brasil	RN	João Câmara	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	41,796865	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	67.115.676,63		
31/12/2015	-12,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Distancia Energética S.A.	12.887.701/0001-73	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Distancia Energética S.A.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	2.539.369,32		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Dobrevê Energia S.A.	10.827.444/0001-59	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2016	-11,040834	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	705.832.650,04		
31/12/2015	10,900000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	1,512291	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	132.120.027,15		
31/12/2015	-1,500000	0,000000	0,00					
31/12/2014	17,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-4,526414	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	134.208.167,27		
31/12/2015	4,700000	0,000000	0,00					
31/12/2014	52,900000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-1,496294	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2015	99.312.219,94		
31/12/2015	1,500000	0,000000	0,00					
31/12/2014	12,700000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-6,738099	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	38.325.238,22		
<b>31/12/2015</b>	7,200000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-1,900000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-62,846853	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	15.311,15		
<b>31/12/2015</b>	169,200000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-86,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,469356	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	37.228.504,09		
<b>31/12/2015</b>	-0,500000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-10,100000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-23,432871	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	18.368.621,22		
31/12/2015	30,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-45,700000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Laranjinha Energética S.A.	10.389.249/0001-94	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Geração de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	869.965,87		
31/12/2015	43,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ludesa Energética S.A.	05.313.891/0001-50	-	Controlada	Brasil	SC	Ipuacu	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	60,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-14,597804	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	112.574.812,87		
31/12/2015	17,100000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Mata Velha Energética S.A.	11.083.857/0001-39	-	Controlada	Brasil	MG	Unaí	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	2,918277	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	28.429.650,25		
31/12/2015	-72,800000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-13,333453	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	65.728.174,73		
<b>31/12/2015</b>	15,400000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-1,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Morro do Vento Energias Renováveis S.A.	10.561.172/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	779.749,50		
<b>31/12/2015</b>	-0,700000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-255,317134	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	-44.800.840,02		
<b>31/12/2015</b>	-164,400000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	91,600000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2016	-2,933818	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	437.152.766,46			
31/12/2015	3,000000	0,000000	0,00						
31/12/2014	-2,300000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.									
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000	
<b>Valor mercado</b>									
31/12/2016	-0,545943	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	684.409.882,41			
31/12/2015	0,500000	0,000000	0,00						
31/12/2014	-4,600000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.									
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	10.883.378/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e distribuição de energia elétrica.	100,000000	
<b>Valor mercado</b>									
31/12/2016	-49,659602	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	11.506.459,45			
31/12/2015	98,600000	0,000000	0,00						
31/12/2014	16017,400000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.									
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	10.883.587/0001-88	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000	
<b>Valor mercado</b>									
31/12/2016	-49,337613	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	10.628.384,37			
31/12/2015	97,400000	0,000000	0,00						
31/12/2014	7072,100000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Renascer Centrais Elétricas S.A.	08.578.671/0001-46	-	Controlada	Brasil	MT	Indiavaí	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	584.240,82		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Rio Claro Energética S.A.	11.055.437/0001-49	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Geração de energia elétrica.	94,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	21.276,00		
<b>31/12/2015</b>	-97,100000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A.	04.768.465/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-4,790447	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	33.785.263,50		
<b>31/12/2015</b>	5,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	10.797.899/0001-79	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2016	-1,094230	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	142.843.299,73			
31/12/2015	1,100000	0,000000	0,00						
31/12/2014	-4,800000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.									
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	10.797.908/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000	
<b>Valor mercado</b>									
31/12/2016	1,334048	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	130.070.727,47			
31/12/2015	1,400000	0,000000	0,00						
31/12/2014	0,200000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.									
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	10.797.910/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000	
<b>Valor mercado</b>									
31/12/2016	-0,616912	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	131.885.131,03			
31/12/2015	0,600000	0,000000	0,00						
31/12/2014	1,000000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.									
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000	
<b>Valor mercado</b>									
31/12/2016	-1,293878	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	135.235.048,60			
31/12/2015	1,300000	0,000000	0,00						
31/12/2014	-0,200000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-0,841550	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	135.969.376,99		
<b>31/12/2015</b>	0,800000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda	10.797.906/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-0,542761	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	135.946.880,51		
<b>31/12/2015</b>	0,500000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,100000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-8,336847	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	113.442.878,22		
<b>31/12/2015</b>	9,100000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	1,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-81,940011	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	14.534.318,72		

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2015	453,700000	0,000000	0,00					
31/12/2014	74,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,493603	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	13.467.428,26		
31/12/2015	-0,500000	0,000000	0,00					
31/12/2014	74,700000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	1,693261	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	14.011.494,44		
31/12/2015	-1,700000	0,000000	0,00					
31/12/2014	79,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-81,111873	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	13.539.859,22		
31/12/2015	429,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	70,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Exercício social</b>								
	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
<b>Valor mercado</b>								
<b>31/12/2016</b>	-0,389273	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	33.437.016,29		
<b>31/12/2015</b>	-0,400000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	4,600000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras e atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
<b>31/12/2016</b>	10,481854	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	575.610,02		
<b>31/12/2015</b>	-9,500000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-101,900000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, distribuição de energia elétrica, holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
<b>31/12/2016</b>	-3,010608	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	347.930.135,88		
<b>31/12/2015</b>	3,100000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-18,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-3,202427	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	14.826.269,27		
31/12/2015	3,300000	0,000000	0,00					
31/12/2014	3,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-29,527520	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	30.096.952,02		
31/12/2015	41,900000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-34,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-3,375494	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	56.493.447,59		
31/12/2015	3,500000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	21,026505	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	253.731,91		
31/12/2015	-17,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-12,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	6,942251	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	61.888.313,46		
<b>31/12/2015</b>	-6,500000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	1,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-4,512136	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	114.598.612,15		
<b>31/12/2015</b>	4,700000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	325,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-29,512920	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	58.501.636,33		
<b>31/12/2015</b>	41,900000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	149,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-83,065631	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	2.959.441,13		

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2015	490,500000	0,000000	0,00					
31/12/2014	20,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,168479	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016	6.649.225,95			
31/12/2015	-0,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-12,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	1,797676	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016	501.422,86			
31/12/2015	-1,800000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-0,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-8,562112	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016	23.603.278,66			
31/12/2015	9,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-5,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-0,000105	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2016	44.886.067,37			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-11,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-6,458095	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2016	28.471.107,74			
31/12/2015	6,900000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-21,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	90,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	8,339561	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2016	899.549,43			
31/12/2015	-7,700000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-2,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	12.620.297/0001-77	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-0,682074	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2016	2.898.317,76			
31/12/2015	0,700000	0,000000	0,00					

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2014	-22945,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	90,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-0,919089	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	331.013,58		
31/12/2015	0,900000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-11,700000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-0,131901	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	142.221,76		
31/12/2015	0,100000	0,000000	0,00					
31/12/2014	26,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-1,582573	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	1.080.486,95		
31/12/2015	1,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-3,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-5,277652	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	17.705.539,51		
31/12/2015	5,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-29,700000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-12,542673	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	19.882.610,95		
31/12/2015	14,300000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-40,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-170,102208	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	-43.490,19		
31/12/2015	-242,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	160,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	2,435312	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	43.931.253,71		
31/12/2015	-2,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-1,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-0,872889	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	29.222.089,68		
<b>31/12/2015</b>	0,900000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-24,200000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-8,795102	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	21.468.465,39		
<b>31/12/2015</b>	9,600000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	-33,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,028989	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	1.818.108,64		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-6,728082	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	19.941.716,79		

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2015	7,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-41,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-3,661242	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	92.790.021,62		
31/12/2015	3,800000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-1,800000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-0,220372	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	5.805.507,94		
31/12/2015	0,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-7,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	4,346631	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	39.016.233,18		
31/12/2015	-4,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	6,900000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								



## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2014	-7,500000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,698591	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	30.264.664,38		
31/12/2015	-0,700000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-3,400000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
T-15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-26,983281	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	272.936.539,09		
31/12/2015	37,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	-16,100000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Varginha Energética S.A.	11.171.582/0001-95	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Geração de energia elétrica.	94,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	21.276,00		
31/12/2015	-93,600000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-82,530111	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	14.558.923,94		
31/12/2015	472,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	74,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-73,146868	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	11.420.269,20		
31/12/2015	272,400000	0,000000	0,00					
31/12/2014	43,300000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
WF 1 Holding S.A.	10.655.627/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	-22,423149	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	332.513,28		
31/12/2015	28,900000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
WF Wind Holding V S.A.	10.655.565/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	1,198450	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	172.906,65		
31/12/2015	-1,200000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
WF Wind Holding VII S.A.	10.655.486/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-3,655801	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	142.557,92		
<b>31/12/2015</b>	3,800000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
WF Wind Holding VIII S.A.	10.655.020/0001-54	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	143.967,94		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
WF Wind Holding X S.A.	10.655.481/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	-182,04		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
WF Wind Holding XI S.A.	10.655.497/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	-18,43		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

## 9.2 - Outras informações relevantes

<b>9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes</b>
--

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 9 do Formulário de Referência.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Todas as informações prestadas neste item são com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades e para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, a receita operacional da Companhia foi de R\$ 1.247,6 milhões, R\$ 1.499,4 milhões e R\$ 1.646,6 milhões, respectivamente.

Contribuíram para o aumento da receita na Companhia aos longos dos últimos três anos, principalmente ativos que foram incorporados por meio de aquisições, como DESA e Rosa dos Ventos e entrada de novas capacidades ao longo desses anos.

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) totalizaram R\$ 584,1 milhões em 2014, R\$ 498,0 milhões em 2015 e R\$ 653,5 milhões em 2016. Esses custos e despesas são compostos por custos com compras de energia, encargos do uso de sistema, pessoal, material, serviços de terceiros e outros. Os custos tendem a aumentar com o crescimento do portfólio, o que não é necessariamente o que acontece com as despesas, uma vez que várias sinergias são capturadas e a Companhia está bem estruturada para absorver o crescimento do portfólio, exceto quando ocorre algum item não recorrente que impacta as despesas.

Um custo importante é o custo com compra de energia. Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos para os geradores com o chamado GSF (Generating Scale Factor).

A ANEEL discutiu o tema por meio de audiência pública com diversos agentes e associações do setor. Como resultado, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina. A lei que foi sancionada em 2015, permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes de ano de baixa hidrologia.

A Companhia repactuou o risco hidrológico das suas PCHs que comercializaram energia no mercado regulado. Dessa maneira, em 2015 foi reconhecido um valor de R\$ 26,2 milhões no resultado (sem efeito caixa). Para essas usinas os gastos com GSF tendem a ser próximos de zero, mediante pagamento de seguro, que será reconhecido no resultado, porém só terá desembolso com efeito caixa, de acordo com os cálculos da Companhia, a partir de meados de 2020 (o montante foi compensado com o valor repactuado e reconhecido no resultado em 2015). O GSF amortizado no exercício de 2016 foi de R\$ 2,3 milhões.

Para fazer frente aos investimentos necessários para construção e implantação de novos ativos já contratados, a CPFL Renováveis utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade Project Finance, tomado principalmente junto ao BNDES. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 55% e 70% do total do investimento.

Para complementar os financiamentos, ou para fazer frente ao equity necessário para o início das obras, uma vez que o financiamento do BNDES funciona como reembolso, a Companhia também utiliza empréstimos-ponte junto a bancos comerciais. Esses empréstimos são quitados após o desembolso do financiamento de longo prazo.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$ 4.567,7 milhões, R\$ 4.752,5 milhões e R\$ 4.936,7 milhões, respectivamente.

#### b) Estrutura de capital

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 64,4% de recursos de terceiros (passivo) e 35,6% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento ligado aos investimentos efetuados até o ano de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 63,8% de recursos de terceiros (passivo) e 36,2% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento ligado aos investimentos efetuados até o ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 62,7% de recursos de terceiros (passivo) e 37,3% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento relativos aos investimentos efetuados até o ano de 2014.

A Diretoria entende que a Companhia mantém uma adequada estrutura de capital e ressalta que a construção dos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo.

A Companhia deve passar por um processo de desalavancagem através da geração de caixa operacional à medida que a capacidade instalada aumentar e os ativos entrarem em operação comercial.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2016, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 85,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 121,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 146,3 milhões.

Considerando a posição atual de caixa da Companhia, a geração de caixa proveniente de seus projetos e a possibilidade de obtenção de recursos no mercado financeiro, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos dos compromissos, conforme esperado, e não tem apresentado qualquer sinal de falta de liquidez. Caso a Diretoria entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições, a Companhia acredita ter capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento dos negócios.

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é via captação de empréstimos.

Para a implantação de seus projetos, a Companhia utiliza fontes de financiamento de longo prazo disponibilizadas por bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Nordeste, dentre outros. Esses financiamentos são estruturados preferencialmente na modalidade Project Finance. Além disso, a Companhia realiza captações de curto e longo prazo com bancos comerciais, via Corporate Finance. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento, vide seção 10.1(f) do Formulário de Referência.

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, diretamente ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto aos bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de Project Finance deve continuar a ser a mais importante.

### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional garante a capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Havendo eventuais necessidades de caixa no curto prazo, a Diretoria que pode ter acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no País.

Durante os períodos apresentados, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos ou que possuam derivativos embutidos. A Companhia não tem contratos com estas características, ou similares, que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

### Endividamento

#### Contratos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$ 4.310,6 milhões, R\$ 3.885,6 milhões e R\$ 3.909,9 milhões, respectivamente.

A seguir apresentamos informações e condições dos contratos de empréstimo bancário celebrados com os principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2016.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento nas datas indicadas:

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Mensuradas ao custo	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Moeda nacional			
BNDES/BNB/FINEP/NIB - Investimento			
FINEM I	262.224	290.445	321.089
FINEM II	22.210	25.308	28.605
FINEM III	495.912	528.528	565.890
FINEM V	80.362	90.679	101.723
FINEM VI	74.737	79.456	84.176
FINEM VII	138.474	156.737	176.253
FINEM IX	25.195	32.289	39.581
FINEM X	230	528	827
FINEM XI	105.670	115.676	126.670
FINEM XII	317.289	335.894	357.620
FINEM XIII	318.257	296.891	315.596
FINEM XIV	0	11.599	19.707
FINEM XV	27.305	31.227	35.392
FINEM XVI	6.418	8.500	10.581
FINEM XVII	460.426	490.786	525.541
FINEM XVIII	13.763	18.481	23.200
FINEM XIX	29.559	31.381	33.488
FINEM XX	44.650	52.091	59.533
FINEM XXI	40.281	42.765	45.636
FINEM XXII	39.281	45.828	52.375
FINEM XXIII	1.729	2.305	2.882
FINEM XXIV	109.580	136.528	163.476
FINEM XXV	87.492	79.010	-
FINEM XXVI	525.011	270.768	-
FINEM XXVII	70.532	-	-

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

FINAME I	2.857	3.327	3.773
FINEP I	1.397	1.890	2.382
FINEP II	10.445	10.383	10.366
FINEP III	5.232	6.374	6.945
Ponte BNDES IV	0	-	49.492
BNB I	100.323	108.835	117.517
BNB II	158.364	165.324	172.430
BNB III	29.020	30.837	32.591
Banco do Brasil	0	31.014	36.739
NIB	67.872	72.739	74.196
Instituições Financeiras:			
Banco Safra	208.547	-	-
Bradesco	250.363	290.679	322.336
Banco BBM - CCB	44.171	-	-
Banco ABC - CCB	44.217	-	-
Banco ABC - Nota Promissória	105.883	-	-
Gastos com captação	<u>(14.721)</u>	<u>(9.506)</u>	<u>(8.632)</u>
	<u>4.310.557</u>	<u>3.885.596</u>	<u>3.909.976</u>
Circulante	474.854	368.089	354.290
Não Circulante	3.835.703	3.517.507	3.555.686

Seguem principais características das dívidas de Empréstimos – Investimento Instituições Financeiras vigentes no ano de 2016.

Remuneração	Condições de Amortização	Principais garantias
anual		

---

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Moeda nacional

Investimento

FINEM I	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidaria, carta de fiança
FINEM II	TJLP + 1,90%,	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidaria.
FINEM VI	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis e cessão de recebíveis
FINEM VII	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 e setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM IX	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações. Cessão fiduciária. Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de Ações da SPE, Penhor de Máquinas e Equipamentos do projeto, Cessão Fiduciária.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

FINEM XIV	TJLP + 3,50%	120 prestações mensais a partir de junho 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com os recursos da operação.
FINEM XV	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVI	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVII	TJLP e TJLP + 2,18%	+ 192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013.	Penhor das ações da Interveniente, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, conta reserva das SPEs e da Interveniente Desa Eólica.
FINEM XVIII	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos Cessão fiduciária dos recebíveis Fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XX	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXI	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXII	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

FINEM XXIII	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir Penhor de Ações / Conta Reserva / de junho de 2011 Cessão de Receitas
FINEM XXIV	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a Fiança da CPFL Energia, bens vinculados partir de janeiro de 2012 a em alienação fiduciária e cessão Losto de 2020 fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINEM XXV	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir Penhor das ações da SPE, cessão de julho de 2016 a junho 2032 fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL.
FINEM XXVI	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir Penhor de Ações da T-16 e das SPEs, dos de julho de 2017 a junho 2033 aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios, conta Reserva serviço da dívida, conta reserva O&M e conta reserva especial.
FINEM XXVII	TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir Penhor de ações da interveniente, de novembro de 2016 a abril cessão dos direitos creditórios, penhor 2030 dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINAME I	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de Alienação Fiduciária e Aval da CPFL fevereiro 2015. Renováveis
FINEP I	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir Fiança Bancária de outubro de 2014
FINEP II	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir Fiança Bancária de junho de 2017
FINEP III	TJLP + 2%	73 parcelas mensais a partir Fiança Bancária de julho de 2015
Ponte BNDES IV	TJLP + 2,40 %	Parcela única em Janeiro de Fiança Bancária 2016
BNB I	Pré fixado 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	de 168 parcelas mensais a partir Alienação Fiduciaria, ação da controlada de janeiro de 2009 a 2028 e garantia da SIIF Energy.
BNB II	Pré fixado 10% adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir Fiança da CPFL Energia a.a. e bonus de de maio de 2010 a outubro de 2029

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

BNB III	Pré fixado de 228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	IGPM + 8,63% a.a. trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Instituições Financeiras		
Banco do Brasil	Pré fixado 10% a.a. e bonus de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária e seguros garantias e conta reserva da SPE.
Bradesco	CDI + 0,5% a.a. 8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco Safra	105% do CDI 14 parcelas a partir de agosto de 2016	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis
Banco BBM - CCB	CDI+3,40% a.a. Juros semestrais com amortização única em março de 2018	Não existem garantias
Banco ABC - CCB	CDI+3,80% a.a. Juros em 3 parcelas com amortização única em dezembro de 2017	Não existem garantias
Banco ABC - Promissória	Nota CDI+3,80% a.a. Juros e principal amortizados em 4 séries com vencimentos semestrais, a partir de fevereiro de 2017	Não existem garantias

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos não circulante está apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado
2018.....	536.827
2019.....	425.451
2020	434.418

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

2021			335.401
2022			340.505
2023 a 2027			1.211.629
2028 a 2032			458.899
2033 a 2037			16.226
Total	-	não	circulante3.759.356

A seguir estão descritas as principais movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Moeda nacional

Investimento:

FINEM XIII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas pertencentes ao Complexo Eólico Atlântica liberaram R\$ 38.873 do seu financiamento junto ao BNDES referente ao subcrédito ("A"). O custo do referido subcrédito é de TJLP e o saldo a liberar é de R\$ 3.800.

FINEM XIV - Em 14 de abril de 2016, a controlada Ludesa Energética S.A. efetuou a quitação do contrato de financiamento, no montante de R\$9.625. Esse contrato possuía vencimento em maio de 2017 e com custo de TJLP + 3,5% a.a.

FINEM XXVI - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas pertencentes ao Complexo Campo dos Ventos e São Benedito liberaram R\$ 219.028 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$25.975 referentes ao subcrédito ("A") e R\$ 193.053 ao subcrédito ("B"). O saldo a liberar é de R\$274.439.

FINEM XXVII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Mata Velha liberou R\$ 67.628 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$ 50.608 referentes ao subcrédito ("A") e R\$ 17.020 ao subcrédito ("B"). O saldo a liberar é de R\$ 1.475.

FINEM XXV - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Morro dos Ventos II liberou R\$6.676 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$ 559 referentes ao subcrédito ("A") e R\$ 6.117 ao subcrédito ("B"). O saldo a liberar é de R \$1.930.

Instituições financeiras:

Safra (Ações preferenciais resgatáveis) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas Alto Irani e Plano Alto captaram junto ao Banco Safra R\$ 130.000 na modalidade ações preferenciais resgatáveis. A operação possui custo de 105% do CDI a.a.

Banco BBM (Cédula de Crédito Bancário - CCB) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controladora captou junto ao Banco BBM R\$44.000 na modalidade cédula de crédito bancário, ao custo de CDI + 3,30% a.a. para

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

o montante de R\$ 30.000 e de CDI + 3,80% a.a. para o montante de R\$ 14.000. No mês de dezembro, foi realizado um aditamento destes contratos, ampliando o prazo e consolidando o custo em CDI + 3,40% a.a.

Banco ABC (Cédula de Crédito Bancário - CCB) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controladora captou junto ao Banco ABC R\$ 44.000 na modalidade cédula de crédito bancário. A operação possui custo de CDI + 3,80% a.a.

Banco ABC (Nota Promissória) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controladora emitiu a 2ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$100.000 junto ao Banco ABC. A operação possui custo de CDI + 3,80% a.a.

Safra (Ações preferenciais resgatáveis) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Figueirópolis captou junto ao Banco Safra R\$ 70.000 na modalidade ações preferenciais resgatáveis. A operação possui custo de 105% do CDI a.a.

Banco do Brasil (FCO) - Em 26 de setembro de 2016, a controlada Figueirópolis efetuou a quitação do contrato de financiamento, no montante de R\$ 26.711. Esse contrato possuía vencimento em maio de 2021, com custo de 10% a.a.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2018	208.345	2018	547.560
2019	80.451	2019	436.184
2020	80.061	2020	445.151
2021	54.960	2021	346.133
2022	53.177	2022	351.238
2023 a 2027	238.128	2023 a 2027	1.234.312
2028 a 2032	53.435	2028 a 2032	458.899
2033 a 2037	-	2033 a 2037	16.226
<b>Total</b>	<b>768.557</b>	<b>Total</b>	<b>3.835.703</b>

Condições Restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em 31 de dezembro de 2016 a SPE Ninho da Águia Energia S.A., a SPE Paiol Energia S.A. e a SPE Várzea Alegre Energia S.A. não atenderam o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) referente ao segundo semestre de 2016, cujo

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total das dívidas, de R\$ 87.375, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado das dívidas em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2016. Após 31 de dezembro de 2016, as Companhias obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao segundo semestre de 2016. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de crossdefault.

### FINEM II e FINEM XVIII

Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

### FINEM III

Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.

Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

### FINEM V

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### FINEM VI

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente.

### FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.

Distribuição de dividendos limitada ao Índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido menor que 2,33.

### FINEM IX

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### FINEM XI e FINEM XXIV

Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

### FINEM XII

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das controladas pertencentes ao Complexo Macacos maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

### FINEM XIII

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

### FINEM XIV

Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do Investimento total do Projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização. Em 14 de abril de 2016 este contrato de financiamento foi quitado.

### FINEM XV e FINEM XVI

Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.

Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

### FINEM XVII

Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida igual ou maior a 1,20, durante o período de amortização.

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

### FINEM XIX e FINEM XX

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

FINEM XXI e FINEM XXII

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

FINEM XXV

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.

FINEM XXVI

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das controladas pertencentes aos Complexos de São Benedito e Campo dos Ventos maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Turbina 16, durante a vigência do contrato.

FINEM XXVII

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato;

Manutenção anual do Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 39,5% (trinta e nove inteiros e cinquenta centésimos por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Bradesco

Obrigação a partir de 2014 de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

### NIB

Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70% durante o período de amortização.

Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

### Banco do Brasil

Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

### Debêntures

A tabela abaixo apresenta a composição das debêntures emitidas nas datas indicadas:

Empresas de emissão	Séries	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	504.014	507.329	513.767
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	371.660	415.079	435.795
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	141.435	150.109	216.184
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	311.486	311.894	309.603
1ª Emissão - WF2	Série Única	-	-	32.984
2ª Emissão - WF2	Série Única	-	-	142.581
1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	17.925	35.862	35.716
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	94.153	81.487	71.022

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

1ª Emissão - T-16	Série Única	-	279.010	-
1ª Emissão - Campo Ventos V	Série Única	-	42.374	-
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série Única	-	31.075	-
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.444	300.589	-
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série Única	58.875	300.589	-
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série Única	53.914	300.589	-
1ª Emissão - Boa Vista II	Série Única	56.395	300.589	-
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	207.925	300.589	-
Custos de Captação		(20.912)	(19.345)	(18.096)
		<u>2.097.314</u>	<u>2.135.463</u>	<u>1.739.558</u>

## Condições das debêntures emitidas:

Empresas de emissão	Séries	Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,60%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015	Fiança da CPFL Renováveis
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas pagas anualmente a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografária

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2013	Quirografária
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografária
1ª Emissão - T-16	Série Única	27.720	112,75% CDI	116,94% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e Juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Campo Ventos V	Série Única	4.200	112,75% CDI	116,94% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e Juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série Única	3.080	112,75% CDI	116,87% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e Juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	Principal com vencimento bullet em Maio 2020 e Juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirografária
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série Única	5.220	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em Setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série Única	4.780	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em Setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Boa Vista II	Série Única	5.000	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em Setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	134,22% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019 e Juros semestrais a partir de março de 2017	Aval CPFL Energia

O cronograma de pagamento das debêntures, classificadas na linha do não circulante está apresentado a seguir:

Consolidado	
Vencimento	Valor

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

2018	315.024
2019	348.643
2020	346.782
2021	317.804
2022	129.920
2023 a 2027	230.095
2028 a 2032	41.113
<b>Total</b>	<b>1.729.381</b>

Principais movimentações no exercício

Moeda nacional

1ª Emissão de Debêntures – SPE Boa Vista II - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 5.000 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$50.000 e remuneração equivalente à 2,85% mais as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

1ª Emissão de Debêntures – SPE Pedra Cheirosa I - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 5.220 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$52.200 e remuneração equivalente à 2,85% mais as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

1ª Emissão de Debêntures – SPE Pedra Cheirosa II - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 4.780 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$47.800 e

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

remuneração equivalente à 2,85% mais as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

### 4ª Emissão de Debêntures - CPFL Renováveis - Oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries. Na primeira série foram emitidas 20.000 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$200.000 e remuneração equivalente à variação acumulada de 126% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de cinco anos, com amortização anual a partir de 28 de setembro de 2019. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para reperfilamento de dívidas e para prover liquidez adicional em caso de cenário macroeconômico ou setorial adverso. Não houve a emissão das debêntures da segunda série.

### 1ª Emissão de Debêntures – SPE Turbina 16 – Resgate

Em 07 de junho de 2016, a controlada SPE Turbina 16 Energia S.A. efetuou o resgate antecipado das 27.720 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$14.270. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e com remuneração de 112,75% do CDI.

### 1ª Emissão de Debêntures – Campo dos Ventos V – Resgate

Em 01 de setembro de 2016, a controlada Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. efetuou o resgate antecipado das 4.200 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$43.517. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e com remuneração de 112,75% do CDI.

### 1ª Emissão de Debêntures – Santa Úrsula – Resgate

Em 09 de dezembro de 2016, a controlada Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. efetuou a liquidação integral das 3.080 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$33.189. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e com remuneração de 112,75% do CDI.

### Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 1ª emissão - CPFL Renováveis

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

A Companhia obteve anuência dos Debenturistas para os descumprimentos abaixo:

(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2015.

(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operação referente a apuração de junho de 2016, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2016.

### 2ª emissão - CPFL Renováveis

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

### 3ª emissão – CPFL Renováveis

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

### 4ª emissão – CPFL Renováveis

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017 e 4,0 a partir de 2018.

### 1ª emissão - PCH Holding 2

Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014.

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

### 2ª emissão – Dobrevê Energia

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

1ª emissão – Turbina 16 Energia

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015. A dívida foi liquidada em 07 de junho de 2016.

1ª emissão – Santa Úrsula

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015. A dívida foi liquidada em 09 de dezembro de 2016.

1ª emissão – Campos dos Ventos V Energias Renováveis

Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015. A dívida foi quitada em 01 de setembro de 2016.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2013 no montante de R\$ 115,7 milhões, destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada, CPFL Bio Coopcana e Bio Ester, 100% deste foi liberado até o final do exercício de 2014. Entretanto, Bio Ester apresenta o saldo remanescente a ser libertado é de R\$ 0,9 milhões.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2013 no montante de R\$ 391,2 milhões, destinados às controladas indiretas Campo dos Ventos II, Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, utilizamos até o momento R\$ 356,2 milhões. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 35,1 milhões.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2014 no montante de R\$ 314,9 milhões, destinado às controladas diretas, sendo elas do complexo eólico Atlântica, utilizamos até o momento R\$353,9 milhões e R\$ 26,1 milhões foram cancelados. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 3,8 milhões.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2015 no montante de R\$ 84,3 milhões, destinados à controlada indireta Morro dos Ventos II, utilizamos até o momento R\$ 82,4 milhões. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 1,9 milhões.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2015 no montante de R\$ 764,1 milhões, destinados à controlada indireta complexo ACL, utilizamos até o momento R\$ 489,7 milhões. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 274,4 milhões.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2015 no montante de R\$ 69,1 milhões, destinados à controlada indireta Mata Velha, utilizamos até o momento R\$ 67,6 milhões. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 1,5 milhão.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2015 no montante de R\$ 84,3 milhões, destinados à controlada indireta Morro dos Ventos II, utilizamos até o momento R\$ 75,7 milhões. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 8,6 milhões.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2015 no montante de R\$ 764,1 milhões, destinados à controlada indireta dos complexos Campo dos Ventos e São Benedito, utilizamos até o momento R\$ 270,6 milhões. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$ 493,5 milhões.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios e períodos indicados.

Demonstrações de Resultado dos exercícios sociais findos em

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

em milhares de R\$	Exercício Social encerrado		
	em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014 (*)
Receita de venda de energia	1.631.180	1.463.933	1.243.456
Outras receitas	15.408	35.423	4.171
Receita operacional líquida	1.646.588	1.499.356	1.247.627
Custo da geração de energia elétrica	(856.081)	(786.969)	(767.020)
Lucro bruto	790.507	712.387	480.607
Despesas operacionais	(350.547)	(251.615)	(249.326)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	439.960	460.772	231.281
Receitas financeiras	133.649	139.080	98.991
Despesas financeiras	(671.005)	(599.348)	(463.988)
Resultado antes dos impostos	(97.396)	504	(133.716)

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(46.310)	(49.221)	(33.645)
Prejuízo líquido do período	<u>(143.706)</u>	<u>(48.717)</u>	<u>(167.361)</u>

(\*) Saldos reapresentados no exercício de 2015

Demonstrações de Resultado dos exercícios sociais findos em

31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de R\$, exceto porcentagens)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	A.V.%	2015	A.V.%	Var. (%)
Receita de venda de energia	1.631.180	99	1.463.933	98	11
Outras receitas	15.408	1	35.423	2	-57
Receita operacional líquida	<u>1.646.588</u>	<u>100</u>	<u>1.499.356</u>	<u>100</u>	<u>10</u>
Custo da geração de energia elétrica	(856.081)	-52	(786.969)	-52	9
Lucro bruto	<u>790.507</u>	<u>48</u>	<u>712.387</u>	<u>48</u>	<u>11</u>
Despesas operacionais	<u>(350.547)</u>	<u>-21</u>	<u>(251.615)</u>	<u>-17</u>	<u>39</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	439.960	27	460.772	31	-4
Receitas financeiras	133.649	8	139.080	9	-4
Despesas financeiras	(671.005)	-41	(599.348)	-40	12
Resultado antes dos impostos	<u>(97.396)</u>	<u>-6</u>	<u>504</u>	<u>0</u>	<u>-19.425</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	(46.310)	-3	(49.221)	-3	-6

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Prejuízo líquido do período	(143.706)	-9	(48.717)	-3	195
-----------------------------	-----------	----	----------	----	-----

**Receita operacional líquida**

Em 2016, a receita líquida atingiu R\$ 1.646,6 milhão, crescimento de 9,8% quando comparado ao ano de 2015. Essa variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores:

Maior volume de energia gerada nas eólicas decorrente da maior velocidade dos ventos e reajuste de preço dos contratos no último trimestre de 2016;

Entrada em operação comercial e geração em teste dos parques que compõem os complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito;

Maior receita nas PCHs em função do reajuste de preço dos contratos e menor GSF no período;

Entrada em operação comercial da PCH Mata Velha, em abril de 2016; e

Menor receita das biomassas em 2016, pois em Bio Alvorada e Bio Coopcana, houve a necessidade de compra de energia para atendimento de média móvel no primeiro trimestre de 2015.

A variação também foi impactada pela repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas que atendem aos contratos do Proinfa no valor de R\$ 15,6 milhões.

**Custos de geração de energia**

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
Custo de compra de energia	(182.161)	(181.447)	0,4%
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	(2.359)	-	N/A
Encargos de uso de sistema	(89.964)	(78.645)	14,4%
PMSO (1)	(186.225)	(146.888)	26,8%
Subtotal	(460.709)	(406.980)	13,2%
Depreciação e amortização	(395.372)	(379.989)	4,0%
Total dos Custos	(856.081)	(786.969)	8,8%

(1) Refere-se a custos de Pessoal, Material, Serviços e Outros.

**Custo de compra de energia**

Em 2016, o custo de compra de energia totalizou R\$ 182,2 milhões estável em relação ao de 2015 (R\$ 181,4 milhões). O custo com compra de energia em 2016 deve-se, basicamente, aos seguintes fatores:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reconhecimento de indenização devida de R\$ 56,2 milhões, de acordo com condições contratuais, dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito;

Reconhecimento de R\$ 20,0 milhões referentes às apurações anual e quadrienal (findas em dezembro de 2016) dos contratos de venda de energia dos complexos eólicos Santa Clara, Atlântica e Morro dos Ventos. Cabe ressaltar que a geração foi impactada por eventos climatológicos, como o El Niño, que ocasionaram a redução da velocidade dos ventos na região desses parques; e

Compra de energia para atender exposição no mercado de curto prazo e hedge no valor de R\$ 25,5 milhões.

Já em 2015, ocorreram os seguintes fatores: (i) maiores gastos com a aplicação do GSF de R\$ 78,2 milhões versus R\$ 10,1 milhões em 2016; (ii) repactuação do risco hidrológico (GSF) para usinas contratadas no mercado regulado no valor positivo de R\$ 10,6 milhões; e (iii) compra de energia para atender a média móvel das usinas de biomassa Bio Coopcana e Bio Alvorada no valor de R\$ 45,8 milhões.

### Encargos de uso de sistema

Em 2016, os custos com encargos de uso de sistema totalizaram R\$ 89,9 milhões, aumento de 14,4% em relação a 2015. Tais variações são explicadas, principalmente, pelos seguintes itens:

Início dos compromissos contratuais de uso e conexão junto as distribuidoras, transmissoras e ONS devido à entrada em operação de ativos nos últimos 12 meses; e

Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

### PMSO

Em 2016, o custo com PMSO totalizou R\$ 186,2 milhões, aumento de 26,8% em relação a 2015. Tais variações são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

Crescimento do portfólio em operação e maior geração no período;

Reajuste de contratos com fornecedores de O&M de parques eólicos, fim do período de carência parcial dos primeiros anos de operação; e

Reconhecimento de indenização por indisponibilidade de fornecedor de R\$ 6,0 milhões no último trimestre de 2015.

### Depreciação e amortização

O custo com depreciação e amortização teve um aumento de 4,0% em 2016, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo dos últimos 12 meses.

### Despesas Gerais e Administrativas

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
Despesas com pessoal	(64.510)	(52.941)	21,9%
Serviços de terceiros	(39.136)	(38.669)	-16,8%
Outros	(89.104)	583	-1097,6%

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Subtotal	(192.750)	(91.027)	111,8%
Depreciação e Amortização	(5.326)	(3.280)	62,4%
Amortização do direito de exploração	(152.471)	(157.308)	-3,1%
Total das despesas G&A	(350.547)	(251.615)	39,3%

Em 2016, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 350,5 milhões, um aumento de 39,3% em relação a 2015. As principais variações, entre linhas, são justificadas pela baixa de inventário físico de projetos eólicos e de PCHs e provisão de baixa de projetos mencionadas anteriormente.

A variação também foi impactada pelos seguintes itens não recorrentes ocorridos em 2015:

Reconhecimento do seguro contra danos materiais e baixa de imobilizado referente à turbina sinistrada de Bio Pedra, gerando um valor positivo de R\$ 9,7 milhões em 2015; e

Reversão da provisão no valor de R\$ 3,4 milhões relativa à descontinuidade de projeto de PCH.

**Resultado Financeiro**

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
Receitas Financeiras	133.649	139.080	-3,9%
Receita de aplicação financeira	112.389	115.639	-2,8%
Outras receitas	21.260	23.441	-9,3%
Despesas Financeiras	(671.005)	(599.348)	12,0%
Juros de empréstimos e debentures	(674.484)	(582.531)	15,8%
Juros capitalizados no imobilizado	54.733	32.485	68,5%
Outras despesas financeiras	(51.254)	(49.302)	3,9%
Resultado Financeiro	(537.356)	(460.268)	16,7%

**Receitas financeiras**

Em 31 de dezembro de 2016, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.471,2 milhão ante R\$ 1.268,5 milhão em 31 de dezembro de 2015. Essa variação deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) novas captações do período; (ii) recebimento de adiantamento de futuro aumento de capital de acionista, sendo parcialmente compensada (iii) pelos investimentos realizados nos projetos em andamento; e (iv) pelas amortizações e custos dos empréstimos.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Despesas financeiras

Em 2016, as despesas financeiras totalizaram R\$ 671,0 milhões, 12,0% superior às de 2015 (R\$ 599,3 milhões). As variações são explicadas pelos seguintes fatores:

Aumento do CDI médio entre os períodos: 14,06% a.a. em 2016 versus 13,36% a.a. em 2015;

Aumento da TJLP entre os períodos: 7,5% a.a. em 2016 versus 6,25% a.a. em 2015; e

Adição de novas capacidades, pois com a entrada em operação comercial os custos dos financiamentos deixam de ser capitalizados.

O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo que, na medida em que as novas capacidades entram em operação ou que as aquisições passam a ser consolidadas na CPFL Renováveis, incrementam sua despesa financeira, afetando seus resultados líquidos. Por outro lado, o crescimento do portfólio também proporciona aumento da geração de caixa operacional e valor para a Companhia.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotam o regime de tributação com base no lucro real por usufruírem do benefício fiscal do lucro da exploração. Além delas, as SPEs Bioenergia, Campo dos Ventos I, III e V, Santo Dimas, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula e São Martinho adotam a tributação com base no lucro real pela vantagem econômica frente ao desembolso projetado, caso sua opção de tributação fosse com base no lucro presumido.

Em 2016, tais despesas foram de R\$ 46,3 milhões ante R\$ 49,2 milhões em 2015. Essas variações ocorreram principalmente devido aos seguintes fatores: (i) aumento das receitas operacionais nas SPEs tributadas pelo lucro presumido, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 3,08%; (ii) aumento das receitas financeiras nas mesmas SPEs, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%; compensadas pelo (iii) efeito positivo no imposto de renda e contribuição social diferidos devido às baixas de ativos no valor de R\$ 17,9 milhões.

### Prejuízo do período

Em 2016, a CPFL Renováveis apresentou prejuízo líquido de R\$ 143,7 milhões ante a um prejuízo de R\$ 48,7 milhões registrado em 2015. Essa variação se deve basicamente ao aumento das despesas gerais e administrativas por conta das baixas e provisão para baixa de ativos realizadas no último trimestre de 2016, além da maior despesa financeira líquida – consequência do cenário macroeconômico atual e das novas captações dos últimos 12 meses.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Demonstrações de Resultado dos exercícios sociais findos em  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de R\$, exceto porcentagens)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2015	A.V.%	2014 (*)	A.V.%	Var. (%)
Receita de venda de energia	1.463.933	98	1.243.456	100	18
Outras receitas	35.423	2	4.171	0	749
Receita operacional líquida	1.499.356	100	1.247.627	100	20
Custo da geração de energia elétrica	(786.969)	-52	(767.020)	-61	3
Lucro bruto	712.387	48	480.607	39	48
Despesas operacionais	(251.615)	-17	(249.326)	-20	1
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	460.772	31	231.281	19	99
Receitas financeiras	139.080	9	98.991	8	40
Despesas financeiras	(599.348)	-40	(463.988)	-37	29
Resultado antes dos impostos	504	0	(133.716)	-11	-100
Imposto de renda e contribuição social diferido	(49.221)	-3	(33.645)	-3	46
Prejuízo líquido do período	(48.717)	-3	(167.361)	-13	-71

(\*) Saldos reapresentados no exercício de 2015

**Receita operacional líquida**

Em 2015, a receita líquida atingiu R\$ 1.499,4 milhões, crescimento de 20,2% em comparação com 2014. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

Incorporação dos ativos em operação de DESA e Rosa dos Ventos, com 291 MW de capacidade em operação, em 2014;

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entrada em operação comercial antecipada do parque eólico Morro dos Ventos II, com 29,2 MW de capacidade, em abril de 2015;

Maior receita devido ao reconhecimento da geração efetiva do complexo eólico Macacos. Nos onze primeiros meses de 2014, a receita desse parque obedecia ao critério de rateio fixo da receita, já que a conexão com o sistema estava pendente (término da construção da ICG); e

Efeito positivo do reajuste anual dos contratos com base no IGP-M ou IPCA que ocorreram ao longo de 2015. A média dos preços de venda de energia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 231,4/MWh, 6,0% superior ao apurado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 218,3/MWh).

Também contribuíram para o aumento da receita líquida no ano, os principais itens extraordinários:

Efeito positivo de R\$ 15,6 milhões relativos à repactuação do risco hidrológico das usinas que atendem aos contratos do Proinfa; e

Reconhecimento do lucro cessante no valor de R\$ 3,6 milhões relativo ao sinistro de Bio Coopcana que ocorreu em maio de 2014.

Tais fatores foram parcialmente compensados pela menor velocidade dos ventos comparados a 2014 e também pelo maior reconhecimento do GSF nas receitas das usinas que atendem aos contratos do Proinfa no valor de R\$ 25,6 milhões em 2015 contra R\$ 16,7 milhões em 2014 (item extraordinário).

### Custos de geração de energia

(R\$ mil)	2015	2014	2015 vs 2014
Custo de compra de energia	(181.447)	(297.881)	-39,1%
Encargos de uso de sistema	(78.645)	(56.506)	39,2%
PMSO (1)	(146.888)	(110.306)	33,2%
Subtotal	(406.980)	(464.693)	-12,4%
Depreciação e amortização	(379.989)	(302.327)	25,7%
Total dos Custos	(786.969)	(767.020)	2,6%

(1) Refere-se a custos de Pessoal, Material, Serviços e Outros.

Custo de compra de energia

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2015, o custo de compra de energia totalizou R\$ 181,4 milhões, montante 39,1% inferior a 2014. Essa redução no custo com compra de energia se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

Menor penalidade pela não geração de energia em Bio Formosa. No acumulado de 2015 a penalidade foi de R\$ 2,1 milhões ante R\$ 23,0 milhões em 2014; e

Maior volume de compra de energia para atender a sazonalização dos contratos de venda de energia das PCH's de R\$ 33,0 milhões em 2014, efeito que não se repetiu em 2015.

A variação foi impactada também pelos seguintes itens extraordinários:

Menor compra de energia para atender ao lastro de contratos de venda de energia de PCH's. Em 2014, 3 PCH's não estavam no MRE (Três Saltos, Americana e Socorro) e a compra de energia totalizou R\$ 48,3 milhões. Já em 2015, houve a compra de energia no valor de R\$ 5,8 milhões para atender ao lastro de contrato de venda de energia das PCH's fora do MRE (Dourados, Guaporé, Três Saltos e Socorro);

Menor compra de energia para atender ao lastro de contratos de venda de energia do complexo eólico Atlântica que sofreu alterações de cronograma de obras e cujo último parque entrou em operação comercial em março de 2014, no montante de R\$ 26,4 milhões em 2014, efeito esse que não se repetiu em 2015. Além disto, em 2014, após acordo firmado com o fornecedor de equipamento, a Companhia contabilizou o recebimento de R\$ 29,0 milhões a título de reembolso de compra de energia de novembro de 2013 a março de 2014 para honrar os contratos do complexo eólico Atlântica;

Compra de energia para suprir o lastro do contrato de Bio Coopcana, em virtude do sinistro (queima da bobina do gerador) ocorrido em 2014 no valor de R\$ 11,8 milhões, efeito que não se repetiu em 2015; e

Efeito positivo da repactuação do risco hidrológico para usinas contratadas no mercado regulado no valor de R\$ 10,6 milhões.

Tais fatores foram parcialmente compensados pelos maiores gastos com a aplicação do GSF de R\$ 78,2 milhões em 2015 versus R\$ 72,7 milhões em 2014 e pela penalidade de R\$ 4,8 milhões decorrente das obrigações previstas nas regras do contrato do leilão de energia de reserva (LER) da Bio Pedra, que teve sua geração reduzida devido ao sinistro ocorrido em maio de 2015.

### Encargos de uso de sistema

Em 2015, os custos com encargos de uso de sistema totalizaram R\$ 78,6 milhões, aumento de 39,2% em relação a 2014. Tais variações são explicadas, principalmente, pelos seguintes itens:

Início dos compromissos contratuais de uso e conexão junto as distribuidoras, transmissoras e ONS devido à entrada em operação ou aquisição de ativos nos últimos 12 meses;

Maior geração de energia entre os exercícios comparados (+35,2% em 2015); e

Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

### PMSO

Em 2015, o custo com PMSO teve aumento de 33,2% em relação a 2014 devido aos seguintes fatores:

Crescimento do portfólio em operação e maior geração no exercício;

Reajuste dos contratos com fornecedores de O&M dos aerogeradores de SIIF, Bons Ventos e Rosa dos Ventos; e

Maior compra de cavaco de madeira para contribuir na geração de energia das biomassas.

Tais fatores foram parcialmente compensados pelo reconhecimento da indenização por indisponibilidade de geração com fornecedor de O&M de R\$ 6,0 milhões em 2015.

### Depreciação e amortização

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2015, o custo com depreciação e amortização apresentou variação positiva de 25,7% devido à incorporação dos ativos de DESA em outubro de 2014, adequação dos prazos de depreciação dos ativos dos complexos eólicos Atlântica, Macacos, Bio Coopcana, Bio Alvorada e do parque eólico Rosa dos Ventos, bem como pela entrada em operação de ativos ao longo dos últimos 12 meses e da reclassificação no valor de R\$ 8,0 milhões da rubrica de amortização do direito de exploração pertencente ao grupo de despesas gerais e administrativas para os custos com depreciação e amortização. Este efeito decorre da finalização do laudo de aquisição de DESA.

### Despesas Gerais e Administrativas

(R\$ mil)			2015
	2015	2014	vs 2014
Despesas com pessoal	(52.941)	(55.236)	-4,2%
Serviços de terceiros	(38.669)	(39.651)	-2,5%
Outros	583	(24.532)	-102,4%
Subtotal	(91.027)	(119.419)	-23,8%
Depreciação e Amortização	(3.280)	(4.074)	-19,5%
Amortização do direito de exploração	(157.308)	(125.833)	25,0%
Total das despesas G&A	(251.615)	(249.326)	0,9%

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 251,6 milhões em 2015, estáveis em relação a 2014. As principais variações, entre linhas, são justificadas pelos seguintes itens:

Decréscimo na linha de serviços de terceiros em 2015 devido, principalmente, às despesas com a incorporação de DESA (serviços de consultoria, honorários advocatícios e etc.) no valor de R\$ 6,0 milhões ocorridas em 2014 e que não se repetiram em 2015, parcialmente compensado pelos maiores custos de consultoria, projetos ambientais e honorários advocatícios decorrentes da entrada dos ativos da DESA (12 meses de 2015 versus um trimestre em 2014);

Decréscimo na linha de "Outros" explicado, basicamente, pelos seguintes efeitos não recorrentes:

Reconhecimento do seguro contra danos materiais no valor de R\$ 20,7 milhões referente à turbina de Bio Pedra (sinistro) em 2015, parcialmente compensadas pela provisão para perda do imobilizado, no montante de R\$ 11,0 milhões, referente ao valor contábil depreciado da turbina da Bio Pedra;

Registro da provisão para contingências no valor de R\$ 8,2 milhões, referente ao processo de arbitragem de projeto eólico descontinuado no Rio Grande do Norte em 2015;

Reversão da provisão no valor de R\$ 3,4 milhões relativa à descontinuidade de projeto de PCH; e

Baixas contábeis (sem efeito caixa) de R\$ 9,9 milhões referente a projetos descontinuados e créditos/adiantamentos, cuja expectativa de recebimento pela Companhia sofreu alteração.

Maiores despesas com amortização de ágio devido às incorporações e entrada em operação dos ativos ocorridas nos últimos 12 meses, parcialmente compensadas pela reclassificação de R\$ 8,0 milhões para a rubrica de custos com depreciação e amortização devido à conclusão do laudo de aquisição de DESA.

### Resultado Financeiro

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

(R\$ mil)	2015	2014	2015 vs 2014
Receitas Financeiras	139.080	98.991	40,5%
Receita de aplicação financeira	115.639	87.131	32,7%
Outras receitas	23.441	11.860	97,6%
Despesas Financeiras	(599.348)	(463.988)	29,2%
Juros de empréstimos e debentures	(582.531)	(416.188)	40,0%
Juros capitalizados no imobilizado	32.485	4.235	667,1%
Outras despesas financeiras	(49.302)	(52.035)	-5,3%
Resultado Financeiro	(460.268)	(364.997)	26,1%

**Receitas financeiras**

Em 31 de dezembro de 2015, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.268,5 milhões ante R\$ 1.081,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento reflete as captações realizadas no exercício para fazer frente aos investimentos previstos para 2016.

As receitas financeiras somaram R\$ 139,1 milhões em 2015, montante R\$ 40,1 milhões superior a 2014. Essa elevação é explicada, principalmente, pelos seguintes efeitos:

Acréscimo do CDI médio (14,14% a.a. em 2015 versus 10,96% a.a. em 2014);

Maior saldo médio de caixa<sup>1</sup> (R\$ 1.129,7 milhões em 2015 comparado a R\$ 895,0 milhões em 2014); e

Efeito não recorrente do recebimento, de atualização monetária sobre a devolução do adiantamento pela rescisão de contrato com fornecedor de equipamentos eólicos no valor de R\$ 1,7 milhão.

**Despesas financeiras**

Em 2015, as despesas financeiras totalizaram R\$ 599,3 milhões, com elevação de 29,2% em relação a 2014 explicadas pelos seguintes fatores:

Incorporação dos ativos de Desa em outubro de 2014;

Emissão de novas Debêntures durante o exercício de 2015;

Aumento do CDI médio entre os exercícios: 14,14 % a.a. em 2015 versus 10,96% a.a. em 2014;

Efeito não recorrente da reversão dos juros capitalizados do complexo eólico Atlântica ocorrida em 2014 decorrente da revisão da entrada em operação desse Complexo de R\$ 17,2 milhões (sem efeito no caixa). Efeito esse que não se repetiu nem 2015;

Efeito não recorrente referente ao registro de ajuste a valor presente no valor de R\$ 19,8 milhões (sem efeito no caixa) devido à aprovação do novo plano de recuperação judicial de Baldin Bioenergia S.A. em 2014, e que não se repetiu em 2015; e

---

<sup>1</sup> Saldo médio diário

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas financeiras do parque eólico Morro dos Ventos II concluído em 2015, dado que antes da entrada em operação os juros eram capitalizados.

O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo que, na medida em que as novas capacidades entram em operação ou que as aquisições passam a ser consolidadas na CPFL Renováveis, incrementam sua despesa financeira, afetando seus resultados líquidos. Por outro lado, o crescimento do portfólio também proporciona aumento da geração de caixa operacional e valor para a Companhia.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs: Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real em função de ultrapassarem o limite de faturamento exigido por lei para enquadramento no lucro presumido, que é de R\$ 78 milhões desde janeiro de 2014.

### Prejuízo do período

A Companhia registrou um prejuízo de R\$ 48,7 milhões em 2015 comparados aos R\$ 167,4 milhões no ano de 2014.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Balancos Patrimoniais dos exercícios sociais findos em

31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de R\$, exceto porcentagens) Exercício Social encerrado  
em 31 de dezembro de

	2016	A.V.%	2015	A.V.%	Var. (%)
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	908.982	7	871.503	7	4
Aplicações financeiras	85.029	1	23.190	0	267
Títulos e valores mobiliários	449	0	443	0	1
Contas a receber de clientes	273.373	2	229.326	2	19
Adiantamentos a fornecedores	6.312	0	10.666	0	-41
Impostos a recuperar	70.499	1	75.461	1	-7
Outros créditos	54.153	0	85.830	1	-37
	<u>1.398.797</u>	<u>11</u>	<u>1.296.419</u>	<u>11</u>	<u>8</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Depósitos judiciais	12.112	0	14.578	0	-17
Aplicações financeiras vinculadas	476.737	4	373.386	3	28
Outros créditos	66.004	1	79.520	1	-17
Impostos diferidos	260	0	1.422	0	-82
Impostos a recuperar	9.205	0	5.618	0	64
Empréstimos a receber	9.067	0	7.680	0	18
Imobilizado	7.466.547	60	6.888.333	58	8
Intangível	3.026.156	24	3.237.146	27	-7
	<u>11.066.088</u>	<u>89</u>	<u>10.607.683</u>	<u>89</u>	<u>4</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>12.464.885</u>	<u>100</u>	<u>11.904.102</u>	<u>100</u>	<u>5</u>

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	A.V.%	2015	A.V.%	Var. (%)
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	75.762	1	61.494	1	23
Empréstimos e financiamentos	551.201	4	368.089	3	50
Debêntures	338.780	3	485.952	4	-30
Dividendos a pagar	9.045	0	5.588	0	62
Contas a pagar de aquisições	9.492	0	29.935	0	-68
Obrigações trabalhistas	7.471	0	6.492	0	15
Obrigações tributárias	51.863	0	50.083	0	4
Adiantamento de clientes	164.679	1	136.533	1	21
Provisão para custos socioambientais	13.483	0	7.510	0	80
Outros passivos	91.692	1	23.189	0	295
	<u>1.313.468</u>	<u>10</u>	<u>1.174.865</u>	<u>10</u>	<u>12</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	633	0	633	0	0
Empréstimos e financiamentos	3.759.356	30	3.517.507	30	9
Debêntures	1.758.534	14	1.649.511	14	7
Adiantamento de clientes	6.156	0	7.999	0	-23
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	61.828	0	53.378	0	16
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	34.889	0	50.326	0	-31
Impostos diferidos	1.089.294	9	1.142.591	10	-5
Outros passivos	2.921	0	3.495	0	-16
	<u>6.713.611</u>	<u>54</u>	<u>6.425.440</u>	<u>54</u>	<u>5</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital integralizado	3.390.870	27	3.390.444	28	0

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Adiantamento para futuro aumento de capital	300.000	2	-	0	0
Reserva de capital	592.138	5	740.427	6	-20
Reserva de lucros	1.305	0	1.305	0	0
Ajuste de avaliação patrimonial	40.275	0	43.887	0	-8
Participação de não controladores	113.218	1	127.734	1	-11
Total do patrimônio líquido	<u>4.437.806</u>	<u>36</u>	<u>4.303.797</u>	<u>36</u>	<u>3</u>
TOTAL PASSIVO E PAT. LÍQUIDO	<u>12.464.885</u>	<u>100</u>	<u>11.904.102</u>	<u>100</u>	<u>5</u>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante aumentou 8%, passando de R\$ 1.296,4 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.398,8 milhão em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

a) o caixa e equivalentes de caixa aumentou 4%, de R\$ 871,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 908,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente do recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital da CPFL Energia no montante de R\$ 300,0 milhões parcialmente compensado pelos investimentos na construção dos Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito;

b) aumento 267% de aplicações financeiras, de R\$ 23,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 85,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente da não transferência de valores para a rubrica de caixa e equivalentes de caixa; e

c) redução de 37% de outros créditos, de R\$85,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$54,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente, em decorrência do recebimento de Lucros Cessantes do seguro de Bio Pedra no montante de R\$4 6,2 milhões, ocorrido no início do exercício de 2016.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante registrou um aumento de 5%, passando de R\$ 10.607,7 em 31 de dezembro de 2015 para R\$11.066,1 em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

a) aumento de 27,7% em aplicações financeiras vinculadas, de R\$ 373,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 476,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência, principalmente, da constituição de novas e integralização de garantias pré-existentes;

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) aumento de 8,4% em imobilizado, de R\$ 6.888,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 7.466,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da finalização da construção da PCH Mata Velha, Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito e início de construção dos ativos de Pedra Cheirosa I e II e Boa Vista 2; e

c) redução de 6,5% em intangível, de R\$ 3.237,1 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.026,1 em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da amortização do direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo dos últimos anos e da provisão para perda de direito de exploração do projeto de Aiuruoca pela incerteza na realização desse ativo no montante de R\$ 40,4 milhões.

### Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 12%, passando de R\$ 1.174,9 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.313,5 milhão em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

a) aumento de 49,8% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 368,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 551,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência principalmente da obtenção de novos empréstimos obtidos durante o exercício de 2016, para financiamento da construção de Mata Velha, Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito e início das obras dos projetos Pedra Cheirosa I e II e Boa Vista II;

b) redução de 30,3% em debêntures, de R\$ 485,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 338,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência, principalmente, da amortização da 1ª emissão de Debentures da Turbina 16, da CPFL Renováveis, do Complexo SIIF, da Dobrevê e da PCH Holding durante o exercício de 2016 no montante de R\$ 357,3 milhões, parcialmente compensados com a emissão de novas debêntures no montante de R\$ 350,0 milhões nos projetos Pedra Cheirosa I e II e Boa Vista II;

c) aumento de 20,6% em adiantamento a clientes, de R\$ 136,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 164,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da queda de geração dos parques eólicos; e

d) aumento de 295,4% em outros passivos, de R\$ 23,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 91,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência, principalmente, de indenização devida de R\$ 60,9 milhões, de acordo com condições contratuais, dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

### Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou em 4,5%, passando de R\$ 6.425,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 6.713,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

a) aumento de 7% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 3.517,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.759,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, principalmente, da obtenção de novos empréstimos obtidos durante o exercício de 2016, para financiamento da construção de Mata Velha, Complexo Eólico Campo dos

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ventos e São Benedito e início das obras dos projetos Pedra Cheirosa I e II e Boa Vista II, no montante de R\$ 699,7 milhões, parcialmente, compensados pelas amortizações no exercício;

b) aumento de 7% em debêntures, de R\$1.649,5 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.758,5 milhão em 31 de dezembro de 2016, em decorrência, principalmente, da emissão de debêntures no montante de R\$ 350,0 milhões, ocorrido durante o exercício de 2016, nos projetos Pedra Cheirosa I e II e Boa Vista II; e

c) redução de 5% em impostos diferidos, de R\$ 1.142,6 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.089,3 milhão em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da amortização do imposto diferido sobre o direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo dos últimos anos e da constituição de provisão para baixa do direito de exploração de Aiuruoca pela incerteza em sua realização, o impacto no imposto diferido foi de R\$ 17,9 milhões.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve um aumento de R\$ 134,0 milhões, passando de R\$ 4.303,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4.437,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência, basicamente, do recebimento da CPFL Energia de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 300,0 milhões, parcialmente compensado pelo prejuízo do exercício de 2016 no valor de R\$ 143,7 milhões.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Balancos Patrimoniais dos exercícios sociais findos em

31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de R\$, exceto porcentagens) Exercício Social encerrado  
em 31 de dezembro de

	2015	A.V.%	2014 (*)	A.V.%	Var. (%)
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	871.503	7	828.411	7	5
Aplicações financeiras	23.190	0	4.888	0	374
Títulos e valores mobiliários	443	0	436	0	2
Contas a receber de clientes	229.326	2	233.335	2	-2
Adiantamentos a fornecedores	10.666	0	7.105	0	50
Impostos a recuperar	75.461	1	70.875	1	6
Outros créditos	85.830	1	21.174	0	305
	<u>1.296.419</u>	<u>11</u>	<u>1.166.224</u>	<u>10</u>	<u>11</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Depósitos judiciais	14.578	0	8.006	0	82
Aplicações financeiras vinculadas	373.386	3	248.127	2	50
Outros créditos	79.520	1	76.108	1	4
Impostos diferidos	1.422	0	5.404	0	-74
Impostos a recuperar	5.618	0	15.416	0	-64
Empréstimos a receber	7.680	0	6.281	0	22
Imobilizado	6.888.333	58	6.755.248	58	2
Intangível	3.237.146	27	3.400.682	29	-5
	<u>10.607.683</u>	<u>89</u>	<u>10.515.272</u>	<u>90</u>	<u>1</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>11.904.102</u>	<u>100</u>	<u>11.681.496</u>	<u>100</u>	<u>2</u>

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Exercício Social encerrado  
em 31 de dezembro de

	2015	A.V.%	2014 (*)	A.V.%	Var. (%)
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	61.494	1	106.182	1	-42
Empréstimos e financiamentos	368.089	3	354.290	3	4
Debêntures	485.952	4	323.332	3	50
Dividendos a pagar	5.588	0	4.000	0	40
Contas a pagar de aquisições	29.935	0	70.994	1	-58
Obrigações trabalhistas	6.492	0	5.946	0	9
Obrigações tributárias	50.083	0	51.951	0	-4
Adiantamento de clientes	136.533	1	74.297	1	84
Provisão para custos socioambientais	7.510	0	6.816	0	10
Outros passivos	23.189	0	22.151	0	5
	<b>1.174.865</b>	<b>10</b>	<b>1.019.959</b>	<b>9</b>	<b>15</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	633		633		0
Empréstimos e financiamentos	3.517.507	30	3.555.686	30	-1
Debêntures	1.649.511	14	1.416.226	12	16
Adiantamento de clientes	7.999	0	23.843	0	-66
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	53.378	0	49.938	0	7
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	50.326	0	50.901	0	-1
Impostos diferidos	1.142.591	10	1.182.584	10	-3
Contas a pagar de aquisições	0	0	16.152	0	-100
Outros passivos	3.495	0	10.260	0	-66
	<b>6.425.440</b>	<b>54</b>	<b>6.306.223</b>	<b>54</b>	<b>2</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital integralizado	3.390.444	28	3.390.444	29	0

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Reserva de capital	740.427	6	878.903	8	-16
Reserva de lucros	1.305	0	1.292	0	1
Ajuste de avaliação patrimonial	43.887	0	47.501	0	-8
Prejuízos acumulados	-	0	(87.643)	-1	-100
Participação de não controladores	127.734	1	124.817	1	2
Total do patrimônio líquido	<u>4.303.797</u>	<u>36</u>	<u>4.355.314</u>	<u>37</u>	<u>-1</u>
TOTAL PASSIVO E PAT. LÍQUIDO	<u>11.904.102</u>	<u>100</u>	<u>11.681.496</u>	<u>100</u>	<u>2</u>

(\*) Saldos reapresentados no exercício de 2015

**Ativo Circulante**

O ativo circulante aumentou 11%, passando de R\$ 1.166,2 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.296,4 milhão em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

a) o caixa e equivalentes de caixa aumentou 5%, de R\$ 828,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 871,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente da captação de recursos obtida para construção dos Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito, no montante parcial liberado de R\$ 270,6 milhões, ocorrido em dezembro de 2015; e

b) aumento de 305% de outros créditos, de R\$ 21,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 85,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente, em decorrência do reconhecimento de Lucros Cessantes dos seguros de Bio Pedra e Bio Coopcana e de danos materiais do seguro de Bio Coopcana no montante de R\$ 50,1 milhões, ocorrido durante o exercício de 2015.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante registrou um aumento de 1%, passando de R\$ 10.515,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 10.607,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

a) aumento de 50% em aplicações financeiras vinculadas, de R\$ 248,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 373,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, principalmente, da integralização de garantias pré-existentes;

b) aumento de 2% em imobilizado, de R\$ 6.755,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.888,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da construção de diversos ativos de geração ao longo do exercício de 2015, como por exemplo: PCH Mata Velha, Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito; e

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c) redução de 5% em intangível, de R\$ 3.400,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3.237,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da amortização do direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo dos últimos anos e da finalização do laudo de avaliação de DESA.

### Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 15%, passando de R\$ 1.019,9 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.174,9 milhão em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

a) redução de 42% em fornecedores, de R\$ 106,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 61,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, basicamente, de encontro de contas entre fornecedores versus adiantamento de fornecedores de Morro dos Ventos II, Mata Velha e Desa, no montante de R\$ 30,4 milhões e baixa de valores indevidos oriundos da DESA no montante de R\$ 6,6 milhões;

b) aumento de 4% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 354,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 368,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente da obtenção de empréstimos dezembro de 2015, no montante de R\$ 270,6 milhões, junto ao BNDES para financiamento da construção do Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito;

c) aumento de 50% em debêntures, de R\$ 323,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 485,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, principalmente, da emissão de debêntures no montante de R\$ 646,6 milhões, ocorrido durante o exercício de 2015, na CPFL Renováveis (para reperfilamento de dívidas e liquidez) e na Turbina – 16, Campo dos Ventos V e Santa Úrsula (para financiamento da construção dos parques eólicos de Campo dos Ventos e São Benedito);

d) redução de 58% em contas a pagar de aquisições, de R\$ 70,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 29,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, principalmente, pelo pagamento de três parcelas da aquisição dos minoritários da WF2, dívida advinda da associação com DESA; e

e) aumento de 84% em adiantamento a clientes, de R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 136,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da queda de geração dos parques eólicos e PCHs das empresas com contrato com o Proinfa, ocorrida no exercício de 2015 e da não geração e penalidade da Usina de Pedra, no montante de R\$ 34,0 milhões, em consequência do sinistro ocorrido maio de 2015.

### Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou em 2%, passando de R\$ 6.306,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.425,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) aumento de 16% em debêntures, de R\$1.416,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.649,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, principalmente, da emissão de debêntures no montante de R\$ 646,6 milhões, ocorrido durante o exercício de 2015, na CPFL Renováveis (para reperfilamento de dívidas e liquidez) e na Turbina – 16, Campo dos Ventos V e Santa Úrsula (para financiamento da construção dos parques eólicos de Campo dos Ventos e São Benedito);

b) redução de 3% em impostos diferidos, de R\$ 1.182,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.142,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 em decorrência da amortização do imposto diferido sobre o direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo dos últimos anos e da finalização do laudo de avaliação de DESA; e

c) redução de 100% em contas a pagar de aquisições, em decorrência da transferência do montante de R\$ 16,1 milhões para o curto prazo, principalmente, pelo pagamento de três parcelas da aquisição dos minoritários da WF2, dívida advinda da associação com DESA.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve uma redução de R\$ 51,3 milhões, passando de R\$ 4.355,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 4.303,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência, basicamente, da apropriação do resultado do exercício de 2015.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios sociais findos em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	
	31/12/16	31/12/14
	(em milhões de reais)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	662,6	369,1
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.095,0)	(625,5)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	469,9	299,5
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37,5	43,1
Início do exercício	871,5	828,4
No fim do exercício	909,0	871,5
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37,5	43,1

**Atividades Operacionais**

A geração de caixa operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi de R\$ 662,6 milhões e de R\$ 369,1 milhões, respectivamente. O aumento da geração de caixa operacional em 2016 foi decorrente, principalmente, por: aumento da receita/contas a receber pela entrada em operação de novas capacidades (PCH Mata Velha/Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito); recebimento do montante de lucros cessantes do sinistro de Bio Pedra e redução dos juros pagos de empréstimos e financiamentos ocorrida nesse exercício.

**Atividades de Investimento**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi de R\$ 1.095,0 milhão e de R\$ 625,5 milhões, respectivamente. O aumento de aplicação de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, ao aumento de aplicações financeiras vinculadas para integralização de garantias pré-existentes dos empréstimos e financiamentos obtidos junto ao BNDES e dos investimentos efetuados em decorrência das obras de PCH Mata Velha, do Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito.

### Atividades de Financiamento

A geração de caixa das atividades de financiamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi de R\$ 469,9 milhões e de R\$ 299,5 milhões, respectivamente. O aumento de geração de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, as captações de financiamentos e ao adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela controladora em dezembro de 2016.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios sociais findos em  
31 de dezembro de 2015 e 2014

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
	(em milhões de reais)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	369,1	411,0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(625,5)	(72,7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	299,5	(241)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43,1	97,3
Início do exercício	828,4	731,1
No fim do exercício	871,5	828,4
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43,1	97,3

**Atividades Operacionais**

A geração de caixa operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de R\$ 369,1 milhões e de R\$ 411,0 milhões, respectivamente. A queda da geração de caixa operacional em 2015 foi decorrente, basicamente, do aumento dos juros pagos de empréstimos e financiamentos ocorrida nesse exercício.

**Atividades de Investimento**

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de R\$ 625,5 milhões e de R\$ 72,7 milhões, respectivamente. O aumento de aplicação de caixa entre os exercícios

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

refere-se, substancialmente, ao aumento de aplicações financeiras vinculadas para integralização de garantias pré-existentes dos empréstimos e financiamentos obtidos junto ao BNDES e dos investimentos efetuados em decorrência das obras de PCH Mata Velha, do Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito.

### Atividades de Financiamento

A geração/aplicação de caixa das atividades de financiamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de R\$ 299,5 milhões e de -R\$ 241 milhões, respectivamente. O aumento de geração de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, as captações de financiamentos e redução no pagamento dos mesmos ocorrido durante o exercício de 2015.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
	(em milhões de reais)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	411,0	247,2
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(72,7)	(839,3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(241)	683,1
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	97,3	91,0
Início do exercício	731,1	640,1
No fim do exercício	828,4	731,1
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	97,3	91,0

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi de R\$ 411,0 milhões e de R\$ 247,2 milhões, respectivamente. O incremento de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a maior quantidade de controladas em operação durante o exercício de 2014 e a associação com a DESA, ocorrida em 1º. de outubro de 2014.

### Atividades de Investimento

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi de R\$ 72,7 milhões e de R\$ 839,3 milhões, respectivamente. A redução de aplicação de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, as controladas que estavam em construção em 2013 terem entrado em operação no ano de 2014.

### Atividades de Financiamento

A geração de caixa das atividades de financiamento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi de (R\$ 241 milhões) e de R\$683,1 milhões, respectivamente. A redução de geração de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a redução na obtenção de empréstimos e financiamentos, os mesmos foram obtidos em 2013 financiar a construção de ativos de geração, que entraram em operação em 2014.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 – Os diretores devem comentar:

#### a) resultados das operações da Companhia, em especial:

##### i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2016, a CPFL Renováveis deu continuidade à execução de sua estratégia de crescimento, assegurando a liderança em geração de energia renovável no Brasil. A capacidade da Companhia totalizava 2.054,3 MW em dezembro de 2016, crescimento de 14,2% em relação a 2015. Esse aumento se deve à entrada em operação comercial da PCH Mata Velha (24,2 MW) e dos parques eólicos Campo dos Ventos e São Benedito (231 MW) que ocorreu o exercício de 2016.

Em 2015, a capacidade da Companhia totalizava 1.799,3 MW em dezembro de 2015, crescimento de 1,6% em relação a 2014. Esse aumento se deve à antecipação da entrada em operação comercial do parque eólico Morro dos Ventos II (29,2 MW) que aconteceu em abril de 2015.

Em 2014, o parque gerador da CPFL Renováveis atingiu 1.772,7 MW de capacidade em operação nas quatro fontes de energia renovável em que a Companhia atua. Esse crescimento ocorreu devido aos seguintes fatores:

- i. Conclusão da aquisição dos parques eólicos Canoa Quebrada e Lagoa do Mato (Rosa dos Ventos), com 13,7 MW de capacidade no Ceará - em fevereiro de 2014, com eficácia a partir de março de 2014;
- ii. Entrada em operação do último parque do complexo eólico Atlântica. O complexo soma 120,0 MW de capacidade no Rio Grande do Sul - em março de 2014;
- iii. Conclusão das obras do complexo eólico Macacos, com 78,2 MW de capacidade no Rio Grande do Norte - em maio de 2014. O complexo estava apto a operar desde o dia 01 de maio de 2014 e, de acordo com as regras do Leilão de Fontes Alternativas (LFA) 2010, passou a ter direito à receita correspondente à geração desde tal data. Entretanto, em dezembro de 2014, a ANEEL por meio dos despachos nos 4.656, 4.706 e 4.766 autorizou a entrada em operação comercial dos parques eólicos desse Complexo; e
- iv. Conclusão da associação com a DESA: incorporação de 277,6 MW em capacidade em operação – setembro de 2014, com eficácia a partir de outubro de 2014.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não teve a sua receita impactada materialmente pelo risco hidrológico (GSF), tendo em vista a repactuação que ocorreu em dezembro de 2015. Já nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a receita da foi impactada negativamente por conta do risco hidrológico (GSF) das usinas que atendem ao contrato do Proinfa. O detalhamento do risco hidrológico será feito no item (ii) abaixo.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O principal item que impactou os resultados operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 refere-se à redução de receita e custos do risco hidrológico (“GSF”), conforme segue:

Impacto	2016	2015	2014
GSF Receita	3.649	25.575	16.700
GSF Custo	2.359	78.168	72.700
<b>Total</b>	<b>6.008</b>	<b>103.743</b>	<b>89.400</b>

A contabilização das receitas provenientes das PCHs resulta da garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A diferença entre a energia gerada e a garantia física é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada de Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”), que cobre somente os custos variáveis de operação e manutenção das usinas. A TEO é reajustada anualmente. Esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador.

Caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas por condições hidrológicas desfavoráveis, as mesmas rateiam tal déficit de energia proporcionalmente às suas garantias físicas e a liquidação financeira é valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”). Este efeito é definido como GSF (“*Generation Scaling Factor*”).

Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um).

A ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF.

Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina.

Concomitante ao andamento da AP 032/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispõe sobre os critérios de repactuação do risco hidrológico. A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi resultado da conversão da referida MP e permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrologia.

Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despachos nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anuência à repactuação do risco hidrológico das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes,

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa. O montante repactuado corresponde a 93,8 MW médios de garantia física e o produto de adesão foi o SP100 conforme demonstrado na tabela abaixo.

PCH	Garantia Física (MW médios)	MW médios repactuados	Parcela ACR (%)	Produto*
Arvoredo	7,8	7,0	90%	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	100%	SP100
Varginha	5,4	4,0	74%	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	76%	SP100
Plano Alto	10,3	10,2	100%	SP100
Alto Irani	13,7	13,5	100%	SP100
Cocais Grande	5,1	5,0	100%	SP100
Figueirópolis	15,3	12,2	100%	SP100
Ludesa	21,2	16,7	79%	SP100

\* SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, conforme especificando pela REN 684/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR.

Os geradores que aderiram à repactuação do risco hidrológico das usinas deveriam cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para os ativos negociados no Proinfa e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado.

Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015.

Na Companhia, o impacto da repactuação do risco hidrológico foi de R\$ 26,2 milhões positivo em dezembro de 2015: R\$ 15,6 milhões contabilizado no resultado como receita líquida e R\$ 10,6 milhões como redutor no custo.

Os custos do risco hidrológico tiveram um impacto menor no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparativamente ao exercício de 2015, isto porque foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 6,0 milhões, referente a amortização do prêmio do risco hidrológico repactuado, sendo R\$ 2,4 milhões contabilizado com custo da geração de energia e R\$ 3,6 milhões como redutor de receita, referente aos contratos do Proinfa.

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Não houve nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 variações nas receitas decorrentes de modificações de preços ou taxas de câmbio. Vale mencionar que

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

os contratos de venda de energia são reajustados anualmente pelos Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e Índice Geral de Preços do Mercado (“IGPM”).

Todas as receitas da Companhia são denominadas em moeda local.

Com relação ao portfólio da Companhia, houve a adição das receitas advindas dos ativos de energias renováveis dos ativos do Complexo Macacos em maio de 2014, dos ativos da associação com DESA em outubro de 2014, de Morro dos Ventos II em abril de 2015, de Mata Velha em maio de 2016, de Campo dos Ventos III de maio a junho de 2016, de Campo dos Ventos I e Campo dos Ventos V de junho a julho de 2016, de São Domingos de agosto a setembro de 2016, de São Benedito de agosto a outubro de 2016, de Santo Dimas de outubro a novembro de 2016, de São Martinho em novembro de 2016, de Santa Úrsula de novembro a dezembro de 2016 e de Santa Mônica em dezembro de 2016.

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que a Companhia possui uma parcela relevante dos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices de inflação, tais como IGPM e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”). Especificamente, os custos com a folha salarial e com a terceirização de serviços, que são os mais relevantes, são influenciados, respectivamente, pela variação do INPC e pela variação do IGPM e sofreram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 aumentos advindos de tal correção.

O resultado operacional e financeiro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 não sofreu impactos relevantes de variação cambial.

A receita bruta também é afetada pela inflação, pois os contratos de compra e venda de energia são indexados a taxas de correção de inflação.

Os indicadores que impactam o endividamento são TJLP (BNDES-FINAME), CDI, IGPM e TR (empréstimos bancários e debêntures). Atualmente, a Companhia não possui endividamento bancário indexado em moeda estrangeira.

## 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

**10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia foi constituída para gerar energia elétrica a partir de fontes renováveis, atuando no desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Eólicas, Usinas Movidas a Biomassa e Usina Solar.

Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.054,3 MW de capacidade instalada em operação e 74,8 MW de capacidade em construção, sendo composto de 39 (trinta e nove) PCHs em operação (423,0 MW), 43 (quarenta e três) parques eólicos em operação (1.260,2 MW), 8 (oito) Usinas Termelétricas a Biomassa em operação (370,0 MW) e um projeto de energia solar em operação (1,1 MW).

Em 31 de dezembro de 2015, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 1.799,3 MW de capacidade instalada em operação e 303,3 MW de capacidade em construção, sendo composto de 38 (trinta e oito) PCHs em operação (399,0 MW), 34 (trinta e quatro) parques eólicos em operação (1.029,2 MW), 8 (oito) Usinas Termelétricas a Biomassa em operação (370,0 MW), e um projeto de energia solar em operação (1,1 MW).

Os números acima consideram que, em 2013 a Companhia celebrou contrato de aquisição de 100% ações da sociedade Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A., que detém autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para explorar os parques eólicos: (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW (“Parques Eólicos”). Os Parques Eólicos localizam-se no município de Aracati, no Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Essa transação foi concluída em 27 de fevereiro de 2014.

Ademais, os números acima também consideram a conclusão dos 4 (quatro) parques eólicos do Complexo Atlânticas (120 MW), 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW, 1 (um) parque eólico de Campo dos Ventos II, no total de 30 MW e 4 (quatro) parques eólicos do Complexo Macacos I, no total de 78,2 MW. Tais parques iniciaram a geração comercial durante o exercício de 2014.

Em 1º de outubro de 2014, foi concluída a associação da Companhia com a Dobrevê Energia S.A. (DESA), desta forma, foram acrescentados 12 ativos de geração ao portfólio, distribuídos em cinco estados nos quais a CPFL Renováveis já tem presença. Esse conjunto de usinas e parques eólicos totalizam 330,8 MW de capacidade instalada já contratada, dos quais 277,6 MW estavam em operação e 53,2 MW em construção, conforme segue (considerando a data de aquisição):

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### Em operação

Projeto	Fonte	U.F.	Município	Capacidade (MW)	Garantia física
PCH Figueiropolis	PCH	MT	Indiavaí	19,4	12,5
PCH Ludesa	PCH	SC	Ipuaçu	30,0	20,5
PCH Novo Horizonte	PCH	PR	Campina Grande do Sul	23,0	9,3
Complexo Morro dos Ventos	EOL	RN	João Câmara	145,2	68,5
Complexo Eurus	EOL	RN	Parazinho	60,0	31,6
<b>Total em operação</b>				<b>277,6</b>	<b>121,9</b>

#### Em construção

Projeto	Fonte	U.F.	Município	Capacidade (MW)	Garantia física
Parque Morro dos Ventos II	EOL	RN	João Câmara	29,2	15,3
PCH Mata Velha	PCH	MG	Unaí	24,0	13,1
<b>Total em construção</b>				<b>53,2</b>	<b>28,4</b>

Em 16 de abril de 2015, entrou em operação comercial o Parque Eólico Morro dos Ventos II, com 29,2 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte.

Durante o exercício de 2016, entrou em operação comercial a PCH Mata Velha, com 24,2 MW de capacidade instalada, localizada no município de Cabeceira Grande e Unaí em Minas Gerais e os parques eólicos Campo dos Ventos, com 115,5 MW de capacidade instalada, localizado nos municípios de João Câmara e Parazinho no Estado do Rio Grande do Norte e São Benedito, com 115,5 MW de capacidade instalada, localizado nos municípios de São Miguel do Gostoso e Touros, no Estado do Rio Grande do Norte.

Não houve alienação de qualquer ativo relevante ou introdução de novo segmento operacional na Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As transações descritas abaixo impactaram o resultado nos últimos três exercícios sociais.

Em 17 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a sua acionista controladora CPFL Geração, controlada da CPFL Energia, celebraram um acordo de associação com o Arrow - Fundo de Investimentos e Participações ("FIP Arrow"), WF2 Holding S.A. ("WF2") e Dobrevê Energia S.A. ("DESA"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a associação entre a DESA e a CPFL Renováveis. Em 24 de abril de 2014 esta associação foi autorizada pela ANEEL e, em 6 de maio de 2014 foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL Renováveis e DESA) no setor de energias renováveis e, desta forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passa a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos. Esta associação foi concluída em 1º de outubro de 2014.

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (RI) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações próprias. Em decorrência desta emissão de ações o patrimônio líquido da CPFL Renováveis sofreu um aumento de R\$833,7 milhões, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis, e que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 não houve constituição, aquisição e/ou alienação de participações societárias.

#### c) eventos ou operações não usuais

Associação entre CPFL Renováveis e DESA- 1º de outubro de 2014.

Conforme divulgado acima, a CPFL Renováveis e a sua acionista controladora CPFL Geração, controlada da CPFL Energia, celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a associação entre a DESA e a CPFL Renováveis.

Na associação descrita acima, a WF2 (controladora da DESA) foi a empresa adquirida e em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou os saldos contábeis da WF2, conforme segue:

	WF2 <u>Controladora</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	43
Impostos a recuperar	1.041
Ativos não circulantes:	
Investimento	719.665
Passivos circulantes:	
Debêntures	94.688
Contas a pagar de aquisições	83.484
Partes relacionadas	549
Passivos não circulantes:	
Debêntures	75.426
Impostos diferidos	13.518
Ativos líquidos adquiridos	<u>453.084</u>

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Informações adicionais à associação (Aquisição da WF2)

#### a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data aquisição

O valor da transação não-caixa (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis) foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos tangíveis relacionados a mais valia dos ativos imobilizados e os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 33 anos para os empreendimentos. Consequentemente, o valor da transação foi alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da Companhia não espera que os valores alocados como mais valia dos ativos imobilizados e direito de exploração dessa associação sejam dedutíveis para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados às diferenças entre os valores alocados e a base fiscal destes ativos.

Considerando o período de mensuração, a CPFL Renováveis ajustou retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição conforme demonstrado abaixo. A contabilização desta combinação de negócios foi concluída em 30 de setembro de 2015 e a alocação do valor da transação está baseada em laudo de avaliação econômico-financeiro com esta mesma data.

Segue a alocação final para todos os itens apresentados:

	WF2
	consolidado
	01.10.2014
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Contas a receber de clientes	23.576
Impostos a recuperar	3.753
Outros créditos	4.945
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	84.830
Depósito judicial	5.368

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

Imposto a recuperar	513
Outros créditos	7.555
Imobilizado	1.569.594
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	555.961
Passivos circulantes:	
Fornecedores	19.124
Empréstimos e financiamentos	52.691
Debêntures	50.305
Contas a pagar de aquisições	60.287
Obrigações trabalhistas	3.741
Obrigações tributárias	5.541
Outros passivos	17.405
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	647.576
Debêntures	224.411
Contas a pagar de aquisições	27.828
Impostos diferidos	13.518
Impostos diferidos sobre o direito de exploração e mais valia de ativos	282.227
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	31.550
Provisão para desmobilização de ativos	4.635
Outros passivos	9.686
Ativos líquidos adquiridos	952.800
Participação dos não controladores	(119.137)
Contrapartida transferida	833.663

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

A participação dos não controladores apresentada no quadro anterior, refere-se a 40% da participação da Ludesa Energética S.A. (PCH) a valores justos, avaliada utilizando o método de abordagem de receita.

#### b) Saldo de caixa líquido incorporado na associação com a DESA (controlada direta após a incorporação da WF2)

Como a aquisição foi efetuada a partir de troca de ações, não houve pagamento de caixa, apenas foi incorporado o saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa da WF2 no montante de R\$139.293.

#### c) Reclassificação dos saldos comparativos

De acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", a Companhia, baseada no laudo de avaliação econômico-financeiro final datado de 30 de setembro de 2015, reclassificou os saldos comparativos em 31 de dezembro de 2014, como se a contabilização da combinação de negócios tivesse sido completada na data da aquisição.

As reclassificações efetuadas não produziram efeito no prejuízo do exercício de 2014 nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como não produziram efeitos nos períodos comparativos anteriores a 1º. de janeiro de 2014.

As reclassificações efetuadas para os saldos consolidados estão resumidas a seguir:

Ativo

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em		
	31/12/2014	Ajustes	Valores ajustados
Ativo			
Circulante	1.166.224	-	1.166.224
Não circulante			

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

Realizável a longo prazo

Outros	359.342	-	359.342
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	(1) 6.483.826	271.422	6.755.248
Intangível	(2) 3.626.484	(225.802)	3.400.682
Total	11.635.876	45.620	11.681.496

Ajustes efetuados:

Reclassificação de Intangível – Direito de Exploração para Imobilizado no montante líquido de R\$271.422; e

(i) Reclassificação de Intangível – Direito de Exploração para Imobilizado no montante líquido de R\$271.422 e (ii) Aumento do Direito de Exploração no montante de R\$45.620.

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

## Passivo

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em 31/12/2014		Valores ajustados
		Ajustes	
Passivo			
Circulante	1.019.959	-	1.019.959
Não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(3) 33.608	17.293	50.901
Impostos diferidos	(4) 1.167.073	15.511	1.182.584
Outros	5.072.738	-	5.072.738
Total do não circulante	6.273.419	32.804	6.306.223
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	4.230.497	-	4.230.497
Não controladores	(5) 112.001	12.816	124.817

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Patrimônio líquido total	4.342.498	12.816	4.355.314
Total	11.635.876	45.620	11.681.496

Ajustes efetuados:

Registro de provisão para riscos cíveis;

Registro de Impostos Diferidos sobre provisão para riscos cíveis e ajuste do Intangível – Direito de Exploração de não controladores; e

Ajuste de Direito de Exploração de não controladores.

#### Demonstração do Resultado

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras 31/12/2014	em Ajustes	Valores reapresentados
Receita operacional líquida	1.247.627	-	1.247.627
Custos de geração de energia	(6) (764.323)	(2.697)	(767.020)
(Prejuízo) Lucro bruto	483.304	(2.697)	480.607

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Receitas operacionais	(despesas)		
Administrativas e gerais		(110.516)	(110.516)
Depreciação e amortização		(4.074)	(4.074)
Resultado da equivalência patrimonial		-	-
Amortização do direito de exploração		(6) (128.530)	2.697 (125.833)
Outras (despesas) receitas operacionais		(8.903)	(8.903)
		<hr/>	<hr/>
Prejuízo) Lucro operacional antes dos efeitos financeiros		231.281	231.281
			-
Despesas financeiras		(463.988)	(463.988)
Receitas financeiras		98.991	98.991
		<hr/>	<hr/>
Despesas Líquidas	Financeiras	(364.997)	(364.997)
			-
Prejuízo antes do imposto de renda			
e da contribuição social		(133.716)	(133.716)
			-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33.645)	(33.645)
		<hr/>	<hr/>
Prejuízo líquido do exercício		(167.361)	(167.361)

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Atribuível ao acionistas da controladora	(168.771)	-	(168.771)
Atribuível aos não controladores	1.410	-	1.410

Ajustes efetuados:

Reclassificação da depreciação da Mais Valia do Imobilizado.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em 31/12/2014	Ajustes	Valores ajustados
Capital social	3.390.444	-	3.390.444
Reserva de capital	878.903	-	878.903
Reserva de lucros	1.292	-	1.292
Ajuste de avaliação patrimonial	47.501	-	47.501
Prejuízos acumulados	(87.643)	-	(87.643)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	4.230.497		4.230.497
Participação de não controladores	(7) 112.001	12.816	124.817

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

			4.355.3
Patrimônio líquido total	4.342.498	12.816	14

Ajustes efetuados:

Ajuste de Direito de Exploração de não controladores.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 não houve eventos ou operações não usuais.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **10.4 – Os diretores devem comentar:**

#### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

#### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 não houve alterações nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia que gerassem efeitos significativos.

#### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 não há ressalvas e ênfases no parecer dos auditores independentes.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

### ***PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS***

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam risco de resultar ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Impostos a recuperar;
- Imobilizado;
- Intangível;
- Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos;
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Instrumentos financeiros.

### ***PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS***

Principais práticas contábeis aplicadas de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

#### **Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição, quando incorridos, são geralmente reconhecidos no resultado.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

*Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis:* são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

#### Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

#### Benefícios a empregados

##### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

### **Plano de pagamento baseado em ações**

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

### **Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

### **Outros benefícios de longo prazo a empregados**

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do exercício.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

### Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 3% a 18%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

### Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que determinadas controladas, parques eólicos com contratos de arrendamento do terreno, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

### Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

#### Ágio – Direito de Exploração de concessões

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

### Outros ativos intangíveis

São ativos adquiridos pela Companhia, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Redução ao valor recuperável (“impairment”)

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente materiais são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

*Custo amortizado:* pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*Disponíveis para venda:* pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

### Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “*impairment*” anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

### Provisões

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

### Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

### Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos diluídos e de instrumentos conversíveis em ações.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamento**

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

## 10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no tem 10.6, os diretores devem comentar:

*a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

*b. natureza e o propósito da operação*

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

*c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

## 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

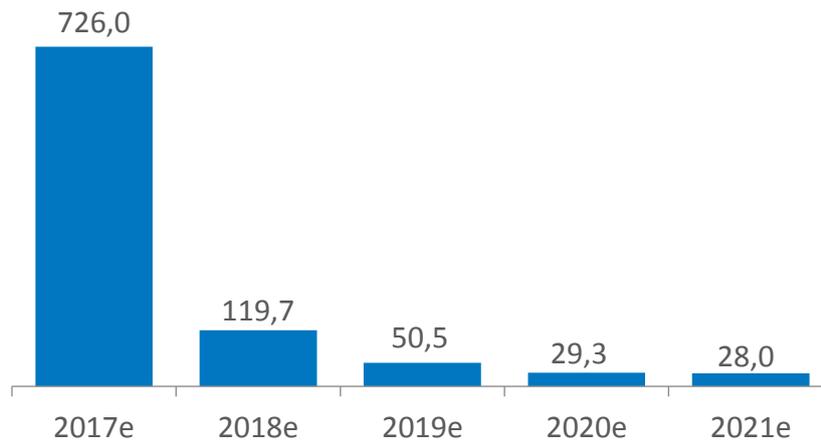
**a. investimentos, incluindo:**

*i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

O Plano de Crescimento da CPFL Renováveis mantém o foco nas quatro fontes nas quais a Companhia opera atualmente. Atualmente, a Companhia possui projetos com energia contratada que somam 2.129 MW de capacidade instalada, sendo que desse total 2.054 MW já estão em operação. O restante será proveniente do Complexo Eólico Pedra Cheirosa (48 MW) e PCH Boa Vista II (27 MW) que já estão com obras em andamento. Todos estes projetos com energia contratada estarão operando até final do ano de 2020.

Para os anos de 2017 a 2021, a Companhia planeja investir R\$ 953,5 milhões<sup>1</sup>, conforme demonstrado abaixo:

### Investimentos projetados para os próximos 5 anos (R\$ MM)



<sup>1</sup>Moeda constante

*ii. fontes de financiamento dos investimentos; e*

A Companhia pretende obter os recursos necessários ao desenvolvimento dos seus projetos por meio de dívida e de aportes de capital. A parcela de dívida desses investimentos será contratada no nível das controladas na modalidade de *project finance* e poderá ser obtida junto ao BNDES, BID, IFC, Caixa Econômica Federal e demais bancos de fomento nacionais e internacionais, instituições multilaterais e outras instituições financeiras. Adicionalmente, a dívida poderá ser obtida via emissão de debêntures de infraestrutura para distribuição no mercado.

*iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

## 10.8 - Plano de Negócios

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

***b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor***

Em 2014, a Companhia celebrou acordo de associação com a Dobrevê Energia S.A. (DESA), que detém autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica para explorar as seguintes PCHs: PCH Figueiropolis, com 19,4 MW de capacidade instalada, localizada em Mato Grosso; PCH Ludesa, com 30 MW de capacidade instalada, localizada em Santa Catarina; PCH Novo Horizonte, com 23,0 MW de capacidade instalada, localizada no Paraná; PCH Mata Velha (em fase de construção na data da divulgação deste formulário), localizada em Minas Gerais; e os seguintes parques eólicos: Complexo Morro dos Ventos, com 145,2 MW de capacidade instalada, localizado no Rio Grande do Norte; Complexo Eurus, com 60 MW de capacidade instalada, localizado no Rio Grande do Norte; e Parque Eólico Morro dos Ventos II, localizado no Rio Grande do Norte.

O acordo da associação foi firmado em fevereiro de 2014, prevendo a incorporação da WF2 Holdings S.A. (WF2), empresa detentora da totalidade das ações de emissão da DESA. Em contrapartida, os acionistas controladores da DESA receberam novas ações de emissão da CPFL Renováveis, representativas de 12,3% do capital social total da Companhia. Com essa associação foram acrescentados 12 ativos de geração ao portfólio da Companhia. Esse conjunto de usinas e parques eólicos totalizam 330,8 MW de capacidade instalada já contratada.

Em 2016 e em 2015, não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

***c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

## **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 não ocorreram despesas relevantes com publicidade, patrocínio, parcerias e convênios e não influenciam o desempenho operacional da CPFL Renováveis. Além de não ocorrer outros fatores que influenciaram de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia, nos respectivos exercícios, que não tenham sido comentados nos itens anteriores a essa seção.

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### 11. Projeções

#### 11.1 As projeções devem identificar:

**a) objeto da projeção;**

A Companhia divulga para o mercado projeções dos Investimentos (Capex) para os próximos cinco anos.

**b) período projetado e o prazo de validade da projeção;**

Compreende os anos de 2017 a 2021. Não existe prazo de validade definido, porém a Companhia atualizará anualmente suas projeções de investimento.

**c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.**

Os valores projetados estão em moeda constante.

Os investimentos citados baseiam-se, principalmente, nos cronogramas de desembolso dos projetos conforme o cronograma físico de execução das obras e consideram os projetos: Complexo São Bendito e Complexo Campo dos Ventos, PCH Mata Velha, Complexo Eólico Pedra Cheirosa e da PCH Boa Vista II.

As premissas que ultrapassam ao controle da Companhia e poderiam impactar o cumprimento dos cronogramas dos empreendimentos em construção estão relacionadas aos projetos básicos (licenças para a execução do projeto) e executivos (detalhamento do projeto básico para a construção). Os riscos associados à construção de novos projetos também estão relacionados na sessão de riscos desse Formulário de Referência.

**d) Valores dos indicadores que são objeto de previsão.**

Capex (R\$ milhões)	2017e	2018e	2019e	2020e	2021e
Total	726,0	119,7	50,5	29,3	28,0

## 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

**11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;**

A Companhia revisa anualmente suas projeções de investimento, considerando os novos empreendimentos que são adquiridos, as alterações em cronogramas de obras e necessidades de expansão.

**b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;**

<b>Investimento (R\$ Milhões)</b>	<b>2016</b>
Realizado	930
Previsto	1506
Desvio % (realizado/previsto)	-38%
Desvio R\$ (realizado/previsto)	-576

Com relação aos investimentos realizados em 2016, comparado com a previsão divulgada para o mesmo exercício, a variação negativa de 38% (R\$ 576 milhões) refere-se principalmente à otimização de Capex e à postergação dos desembolsos nos projetos (Complexos São Benedito e Campo dos Ventos), sem comprometimento do avanço físico.

**c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Foram atualizadas as projeções para o período 2017-2021. Nessa atualização, as alterações nos valores projetados são em função de ajustes nos cronogramas das obras dos nossos projetos em construção.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### 12. Assembleia geral e administração

#### 12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

##### a) atribuições de cada órgão e comitê, indicando se possuem regimento interno próprio

Nossa administração é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, regidos pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e pelo Estatuto Social da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração criar comitês para o seu assessoramento, devendo aprovar as atribuições e regras para as suas composições e funcionamento.

##### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é atualmente composto de 9 (nove) membros efetivos e 8 (oito) suplentes, sendo que 20% dos efetivos são obrigatoriamente Conselheiros Independentes, ou seja, caracterizados por: (1) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (2) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (3) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (4) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (5) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (6) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (7) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelos §§ 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Para informações sobre os membros que compõem o nosso Conselho de Administração, vide o item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração é o órgão máximo de deliberação colegiada da nossa Companhia e tem as seguintes competências fixadas pelo seu Estatuto Social, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei: (1) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral; (2) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais; (3) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (4) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia; (5) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou pelo Estatuto Social; (6) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício; (7) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto no Estatuto Social; (8) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo; (9) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor; (10) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia; (11) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal; (12) definir lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X do Estatuto Social; (13) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 47.507.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sete mil reais), sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 3.535.000,00 (três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil reais) da Companhia ou de suas controladas; (14) aprovação dos termos e

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

condições de eventual oferta pública de ações da Companhia, observada a competência da Assembleia Geral; (15) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R\$ 11.913.000,00 (onze milhões, novecentos e treze mil reais); (16) aprovar prévia e expressamente a celebração, por si ou por suas controladas, de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R\$ 47.507.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sete mil reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios; (17) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações e de negociação de valores mobiliários; (18) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; (19) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação; (20) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos; (21) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido no Estatuto Social da Companhia, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria; (22) deliberar sobre a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$47.507.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sete mil reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia e/ou de sociedades direta ou indiretamente controladas; e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$3.535.000,00 (três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia e/ou de sociedades direta ou indiretamente controladas; (23) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia; (24) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio; (25) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência; (26) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados; (27) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (28) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas; (29) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e (30) resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou o Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Os valores monetários referidos acima são corrigidos, no início de cada exercício social, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

O nosso Conselho de Administração não possui regimento interno próprio, sendo observado o disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação vigente aplicável.

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrem bimestralmente, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite.

Nos termos do parágrafo quinto, do artigo 26 do nosso Estatuto Social vigente, os membros do Conselho Fiscal devem participar de reuniões conjuntas com o Conselho de Administração, nas quais sejam apreciadas as seguintes matérias: o relatório anual da administração, propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia e demonstrações financeiras do exercício social.

### Diretoria Executiva

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

De acordo com o nosso Estatuto Social vigente, a Diretoria, cujos membros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta por até sete membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo (1) um Diretor Presidente; (2) um Vice Diretor Presidente; (3) um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (4) um Diretor de Operação e Manutenção; (5) um Diretor de Engenharia e Obras; (6) um Diretor de Novos Negócios; e (7) um Diretor de Relações Institucionais.

Para informações sobre os membros que compõem a nossa Diretoria Executiva, vide o item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

A Diretoria da Companhia é seu o órgão de representação, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Observados os valores de alçada da Diretoria, que são fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no Estatuto Social, e os limites previstos em lei, compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais da Companhia, inclusive aqueles previstos em seu plano de negócios e no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva não possui regimento interno próprio, sendo observado o disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação vigente aplicável.

### Comitês

De acordo com o artigo 18, alínea (y) do nosso Estatuto Social vigente, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência e em assuntos relacionados à Companhia, suas controladas e/ou coligadas.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é assessorado por dois comitês: Comitê Operacional e Comitê Financeiro ("Comitês").

Os Comitês possuem regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de outubro de 2014 ("Regimento Interno dos Comitês").

De acordo com o Regimento Interno dos Comitês, os Comitês são compostos por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, os quais são membros nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. Do total de membros, três são indicados pelos acionistas controladores da Companhia, um é indicado pelos acionistas do Bloco ERSA e um é indicado pelo acionista FIP Arrow, com prazo de mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. Os Comitês possuem um Coordenador, que é escolhido de comum acordo entre seus respectivos membros. Os membros dos Comitês não terão suplentes a eles vinculados.

Os Comitês possuem funções técnicas e consultivas, e suas orientações e/ou sugestões não vinculam os votos dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

**Comitê Operacional.** O Comitê Operacional possui como atribuições avaliar e acompanhar (1) a viabilidade do desenvolvimento e exploração de potenciais de geração de energia (novos projetos); (2) execução das obras de implantação dos empreendimentos da Companhia; e (3) energia gerada e comercializada pelos empreendimentos da Companhia.

**Comitê Financeiro.** O Comitê Financeiro possui como atribuições: (1) elaboração de propostas de melhoria dos processos de gestão de negócios; (2) avaliação das principais áreas de risco dos negócios da Companhia, suas controladas ou coligadas; (3) avaliação e acompanhamento do fluxo de caixa da Companhia, de suas controladas ou coligadas; (4) avaliação e acompanhamento da política de endividamento e da estrutura de capital da Companhia, suas controladas ou coligadas; (5) avaliação e acompanhamento da viabilidade econômico/financeira dos planos e programas de investimentos da Companhia, suas controladas ou coligadas e das políticas de investimento da Companhia, suas controladas ou coligadas; (6) orientação dos trabalhos de auditoria interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e (7) acompanhamento da execução orçamentária da Companhia, suas controladas ou coligadas.

### Auditoria Interna

Contamos ainda com uma área de Auditoria Interna, criada durante o exercício de 2011, que tem a responsabilidade de desenvolver seus trabalhos em todos os processos empresariais e locais aplicáveis, em caráter permanente, devendo para tanto adotar as seguintes práticas:

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (i) cumprir o Plano Anual de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração;
- (ii) assegurar que os riscos são devidamente identificados e gerenciados através da implantação de controles mitigantes e que não comprometam o planejamento estratégico da Companhia;
- (iii) assegurar que as informações financeiras, gerenciais e operacionais significativas são precisas, confiáveis e oportunas;
- (iv) assegurar que as ações dos funcionários estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
- (v) avaliar se os ativos da empresa são adquiridos otimizando recursos, se são usados eficientemente e adequadamente salvaguardados;
- (vi) avaliar se os aspectos legais ou regulatórios que impactam a Companhia são reconhecidos e tratados adequadamente.

A área de Auditoria Interna possui metas específicas anuais, definidas com a aprovação do presidente da Companhia, destacando-se dentre estas o cumprimento do Plano Anual de Auditoria, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, o desempenho da área é avaliado no decorrer do ano pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração.

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CPFL Renováveis é um órgão colegiado, eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, de caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Para informações sobre os membros que compõem o nosso Conselho Fiscal, vide o item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral: (1) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (2) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (3) opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (4) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (5) convocar a Assembleia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das Assembleias as matérias que considerarem necessárias; (6) analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria; (7) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (8) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; e (9) exercer as atribuições acima durante a liquidação da Companhia.

### **b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

O Conselho Fiscal da Companhia, de caráter permanente, foi instalado em 28 de abril de 2014.

O Comitê Operacional foi criado em 23 de setembro de 2011.

O Comitê Financeiro foi criado em 19 de outubro de 2010.

### **c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado**

#### Mecanismos de avaliação de desempenho de órgãos e comitês

Conselho de Administração: Não é utilizado mecanismo ou método específico de avaliação de desempenho do Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal: Não é utilizado mecanismo ou método específico de avaliação de desempenho do Conselho Fiscal da Companhia.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitês: Não é utilizado mecanismo ou método específico de avaliação de desempenho dos Comitês da Companhia.

Diretoria Estatutária: A Diretoria Estatutária é avaliada anualmente com base no desempenho dos negócios da Companhia e no alcance das metas individuais de cada Diretoria, fixadas no início de cada ano. As principais métricas compreendem o alcance de metas corporativas - Resultado Operacional (EBITDA), Custo (PMSO), Estrutura de Capital (Dívida Líquida / EBITDA; ), específicas (com indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicadores específicos para desenvolvimento da equipe).

### Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros de órgãos e comitês

Conselho de Administração: Não é realizada avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal: Não é realizada avaliação de desempenho dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Comitês: Não é realizada avaliação de desempenho dos membros dos Comitês da Companhia.

Diretoria Estatutária: Com relação à Diretoria Estatutária da Companhia, os mesmos critérios utilizados para avaliação do órgão como um todo são aplicados para cada um dos Diretores, ou seja, os Diretores são avaliados anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas compreendem o alcance de metas corporativas (tais como referente ao resultado operacional do EBITDA e Lucro Líquido), específicas (com indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicadores específicos para desenvolvimento da equipe).

### **d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

Diretor Presidente. (1) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (2) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (3) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (4) solicitar autorização do Conselho de Administração para a realização de determinados atos e operações mencionadas no Estatuto Social da Companhia, conforme aplicável.

Vice Diretor Presidente. (1) auxiliar o Diretor Presidente a dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; (2) auxiliar o Diretor Presidente a supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (3) auxiliar o Diretor Presidente a comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (4) auxiliar o Diretor Presidente a solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização de determinados atos e operações mencionados no Estatuto Social da Companhia, conforme aplicável.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (1) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; (2) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que seus títulos forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei; e (3) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas.

Diretor de Operação e Manutenção. Dirigir o negócio de geração de energia elétrica, respondendo pelas operações e pela manutenção das unidades geradoras da Companhia e de suas controladas e coligadas.

Diretor de Engenharia e Obras. Propor, examinar, avaliar, planejar e implantar projetos das unidades geradoras atuais e futuras da Companhia e de suas controladas e coligadas.

Diretor de Novos Negócios. Dirigir e liderar a avaliação do potencial e o desenvolvimento de novos negócios na área de geração de energia renovável e negócios correlatos.

Diretor de Relações Institucionais. Representar a Companhia nos fóruns setoriais de energia, liderar a agenda regulatória, planejar e executar a comercialização de energia dos empreendimentos de geração de energia detidos direta ou indiretamente pela Companhia,

## **12.1 - Descrição da estrutura administrativa**

liderar, planejar e implementar os processos de licenciamento ambiental e os programas socioambientais das unidades geradoras da Companhia e de suas controladas e coligadas.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### 12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

#### a) prazos de convocação

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas específicas relativas aos prazos de convocação de suas Assembleias Gerais, utilizando aquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM, sendo as suas Assembleias Gerais convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência.

A regulamentação estabelece ainda que a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvindo a Companhia: (1) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (2) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral e, se for o caso, informar à companhia aberta, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia geral viola dispositivos legais ou regulamentares.

#### b) competências

Assembleia Geral: (1) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social; (2) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal; (3) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (4) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; (5) eleger os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; (6) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal; (7) deliberar sobre a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão; (8) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes; (9) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (10) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e (11) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no Estatuto Social, dentre uma lista tríplice de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

#### c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estarão disponíveis na sede da Companhia, localizada na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004 e nos endereços eletrônicos: [www.cpflrenovaveis.com.br/ri](http://www.cpflrenovaveis.com.br/ri), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

#### d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

#### e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas relativas à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, utilizando-se daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM. A Companhia e sua administração não solicitam e não tem por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

**f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido, este representante poderá votar em nome do acionista da Companhia. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico. De acordo com seu Estatuto Social e com a Lei das Sociedade por Ações, o acionista poderá ser representado em Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. O acionista deverá apresentar a procuração para sua representação em Assembleia Geral, com antecedência mínima de dois dias úteis de antecedência da data designada para realização da respectiva Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido da procuração e de documentos que comprovem sua identidade.

As procurações outorgadas no exterior deverão ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público devidamente habilitado para este fim, legalizados em consulado brasileiro ou apostilados, traduzidas para o Português por tradutor juramentado e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

**g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

A Companhia atualmente não adota votação à distância, nos termos do artigo 11, inciso III, da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015.

**h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação à distância.

**i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A Companhia atualmente não adota votação à distância, nos termos do artigo 11, inciso III, da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015.

**j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

**k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

A Companhia atualmente não adota votação à distância, nos termos do artigo 11, inciso III, da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015.

## 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

### 12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 13 (treze) membros, e respectivos suplentes, selecionados dentre indivíduos experientes e idôneos, inclusive dentre sócios e executivos seniores de acionistas da Companhia e de suas afiliadas, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de um ano, permitida a reeleição e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

#### a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrem a cada 2 (dois) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou videoconferência.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 10 (dez) dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo acima.

No último exercício social (2016) foram realizadas 15 reuniões do Conselho de Administração da Companhia, sendo que 6 (seis) foram reuniões ordinárias e 9 (nove) foram reuniões extraordinárias.

#### b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Para informações sobre as disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração da Companhia, vide itens 15.5.d.(iii) e 15.5.g deste Formulário de Referência.

#### c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com os da Companhia. A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe o dever de identificar o seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores da Companhia que também forem seus acionistas, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista nessas condições não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador da Companhia, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e, nesse caso, o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

## **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

<b>12.4</b>	<b>Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.</b>
-------------	---

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida perante a Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alessandro Gregori Filho	07/12/1978	Pertence apenas à Diretoria	23/03/2017	2 anos	4
745.346.106-53	Economista	19 - Outros Diretores	01/05/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.		Diretor de Novos Negócios			
Adriano Martins Vignoli	23/04/1970	Pertence apenas à Diretoria	23/03/2017	2 anos	2
783.151.316-72	Engenheiro Elétrico	19 - Outros Diretores	01/05/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor		Diretor de Operação e Manutenção			
Alberto dos Santos Lopes	20/11/1973	Pertence apenas à Diretoria	23/03/2017	2 anos	2
908.881.464-34	Diretor de Engenharia e obras	19 - Outros Diretores	01/05/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor		Diretor de Engenharia e Obras			
Vitor Fagali de Souza	13/04/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	4
260.735.068-99	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	7.00%
Membro do Comitê Financeiro.					
Rodolfo Coli da Cunha	28/12/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	3
962.391.316-87	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos e funções no emissor					
José Roberto de Mattos Curan	09/09/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	0
046.258.838-65	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Chen Xinjian	19/02/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	0
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Eduardo dos Santos Soares	04/07/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	4
141.374.928-32	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Sim	7.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
Marcelo Antonio Gonçalves Souza	16/05/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	2
745.346.106-53	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017	Não	50.00%

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
Gustavo Estrella 037.234.097-09	11/03/1974 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Sim	6 93.00%
Não exerce outros cargos ou função no emissor.					
Andre Franco Sales 277.990.458-50	15/10/1973 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Não	6 57.00%
Não exerce outros cargos ou função no emissor.					
Fernando Mano da Silva 690.436.121-20	18/12/1977 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Sim	3 0.00%
Membro do Comitê Operacional.					
Bruno Alberto Lima Franco 072.991.427-59	12/05/1977 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Não	2 0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
William Schmidt Ogalha 118.327.728-88	01/07/1973 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Não	4 43.00%
Membro dos Comitês Financeiro e Operacional					
Karin Regina Luchesi 219.880.918-45	28/10/1976 Engenheira	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Sim	4 100.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
Guilherme Weege 006.163.099-37	16/08/1980 Administrador de empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Não	4 43.00%
Não exerce outros cargos e funções no emissor.					
Andre Dorf 170.751.778-93	27/03/1973 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2017 27/04/2017	1 ano Sim	2 91.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
Oderval Esteves Duarte Filho	30/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	8

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
767.880.596-91	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2017	Não	100.00%
Não exerce outros cargos e funções no emissor.					
Futao Huang	28/02/1971	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	01/06/2017	1 ano (a data da posse está condicionada à concessão do respectivo visto de trabalho)	0
000.000.000-00	Engenheiro	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.		Sim	0.00%
Coselheiro Efeito Eleição: 27/04/2017 Posse: 27/04/2017 Prazo: 1 ano Número de Mandatos: 2					
Gustavo Henrique Santos de Sousa	11/12/1976	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2017	1 ano	0
018.831.394-06	Administrador de Empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	27/04/2017	Sim	0.00%
Diretor Financeiro e Relações com Investidores (Interino) Eleição: 23/03/2017; Posse: 01/05/2017; Prazo Mandato: 2 ano; Número de Mandatos: 2					
Yuehui Pan	18/07/1981	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano	1
000.000.000-00	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Ran Zhang	23/02/1983	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano	0
000.000.000-00	Contadora	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Chenggang Liu	09/01/1976	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano	0
000.000.000-00	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
Jia Jia	26/10/1982	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano	0
000.000.000-00	Publicitário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
André Ricardo Toledo Saretta	07/08/1980	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano	0

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
304.995.158-38	Engenheiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2017	Não	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
André Figueira	09/11/1983	Conselho Fiscal	27/04/2017	1 ano	0
102.822.937-28	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2017	Não	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Alessandro Gregori Filho - 745.346.106-53

O Sr. Gregori Filho atuou como Especialista em Planejamento Financeiro na Brasileira Energia de 2006 a 2007 e como Analista de Mercado Sênior na CPFL Energia de 2002 a 2006. Ocupou o cargo de Gerente de Fusões e Aquisições e Desenvolvimento de Negócios de Energias Renováveis na CPFL Energia de 2007 até o início de 2011. Alessandro é graduado em Ciências Econômicas pela PUC-Campinas, e possui mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Adriano Martins Vignoli - 783.151.316-72

graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora desde 1998 e cursou MBA em Gestão Empresarial e Direção Estratégica na Fundação Getúlio Vargas em 2006. Possui 27 anos de experiência na área de geração de energia, adquirida em empresas de grande porte no segmento de Energia. De 11/2005 a 10/2008 foi Diretor de Operações – Grupo BRASCAN - Brascan Energética, sendo responsável pelo desempenho operacional das usinas no Brasil. De 04/2009 a 02/2013 foi Diretor de Operações do Grupo Energisa – Energisa Soluções, sendo responsável pelos resultados operacionais da empresa Energisa Soluções e pela gestão dos ativos de geração pertencentes ao Grupo Energisa. De 03/2013 a 11/2015 foi Diretor Executivo de Operações – Statkraft Energias Renováveis, sendo responsável pelas áreas de operação e gestão dos ativos de geração, envolvendo operação, manutenção e serviços, totalizando 350 MW consistentes em PCH, UHE, Biomassa e Parques Eólicos. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Alberto dos Santos Lopes - 908.881.464-34

Sr. Santos Lopes é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1997, com Mestrado em Energias Renováveis pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Na Vale desenvolveu carreira em O&M na planta de minério de ferro de Carajás, com participação em projetos de expansão (brownfield) de capacidade para até 85Mtpa (milhões de toneladas por ano) daquela unidade. Na MMX liderou projetos greenfield desde as etapas de engenharia até sua operação: Projeto Ferro Corumbá, MS e Projeto Ferro Amapá, AP. Pela empresa Manabi, liderou a engenharia industrial e de infraestrutura do mine site do Projeto Morro do Pilar, MG. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Vitor Fagali de Souza - 260.735.068-99

Formado em Administração de Empresas pela PUC de Campinas. Cursou MBA em Finanças pela FGV. Atuou como Auditor na Arthur Andersen / Deloitte de 1999 a 2003. Atua na CPFL Energia desde 2003, passando pelas áreas de Relação com Investidores, Análise de Investimentos, Planejamento Financeiro e Controladoria. Atualmente é membro do conselho de administração das empresas CPFL Energias Renováveis S.A. (suplente), Campos Novos Energia S.A. – ENERCAN, Foz do Chapecó Energia S.A., Chapecoense Geração S.A., Centrais Elétricas da Paraíba – EPASA, Companhia Energética Rio das Antas – CERAN. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Rodolfo Coli da Cunha - 962.391.316-87

Formado em Engenharia Elétrica – UNIFEI, Bacharel em Direito e Mestre pela POLI-USP. Possui especialização no setor elétrico pelas universidades UNIFEI, USP e UNICAMP. Atualmente é Diretor de Comercialização e Regulação da Geração na CPFL Energia. Sua trajetória profissional está inserida no setor elétrico nacional, onde atuou na ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica desde 2002, participando da consolidação do mercado livre de energia no país. Em 2009 integrou-se ao Grupo CPFL, na CPFL Brasil e posteriormente, na CPFL Renováveis. Posteriormente atuou no ambiente regulatório e de comercialização do segmento de distribuição de energia. Atualmente é Diretor de Gestão de Energia da CPFL Geração de Energia S.A., é membro do Conselho de Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (suplente), BAESA – Energética Barra Grande S.A. (suplente), Campo Novos Energia S.A. – ENERCAN (suplente), Foz do Chapecó Energia S.A. (suplente), Chapecoense Geração S.A. (suplente), Companhia Energética Rio das Antas - CERAN (suplente). Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

---

José Roberto de Mattos Curan - 046.258.838-65

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado, com Especialização em Finanças. Executivo com carreira desenvolvida na área financeira, com mais de 29 anos de vivência em instituições bancárias de grande porte (Bancos Francês e Brasileiro, Itaú e Votorantim), tendo atuado em vários segmentos do setor financeiro e desenvolvido relacionamento institucional com os órgãos locais de fomento. Experiente no gerenciamento de áreas comerciais, produtos e operações estruturadas, simultaneamente envolvidas com gestão de riscos. Contato com todo tipo de produtos bancários locais, inclusive os mais sofisticados na área de Banco de Investimento. Implantação e gestão de novos negócios, bem como gerenciamento de áreas já desenvolvidas. Envolvimento com áreas de vendas e relação com clientes. Liderança de equipes de diferentes níveis, grupos superiores a 100 colaboradores, por mais de 24 anos. Em paralelo, atuou em Conselhos de Administração e Fiscal de várias companhias, adquirindo uma visão das necessidades do setor empresarial. Entre 2011 e 2014 foi sócio do escritório Latin Finance Advisory & Research, atuando como advisor e responsável pela área de Assessoria em "Project Finance". Desde 2014 voltou ao mercado financeiro para o projeto de implantação do "Investment Banking" do Banco Original S.A., onde atua atualmente. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Chen Xinjian - 000.000.000-00

Formado em Engenharia do Controle de Automação pela Universidade de Energia Elétrica (SUEP), de Shanghai, na China. Possui mestrado em Gestão pela Zhongnan Universidade de Economia e Direito (ZUEL), da China. Trabalha no setor de energia da China há quase 14 anos, iniciando sua carreira na StateGrid Jinshuitan Hydropower. Trabalhou na empresa Jinshuitan Hydropower, Shitang Hydropower e Liandu Fornecimento de Energia. Possui experiência em diferentes áreas, tais como gestão de empresas hidrelétricas, gestão administrativa, board operation, relações com investidores e capital operation. Ocupou os seguintes cargos nos últimos 14 anos: Gerente de Escritório da Jinshuitan Hydropower, Secretário da Diretoria da Shitang Hydropower, Membro do Conselho de Administração da Ouneng Electric Power Group e da Oulong Real Estate Investment Group, Gerente de Manutenção da Jinshuitan Hydropower. Ele também detém três patentes nacionais na China. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

---

Eduardo dos Santos Soares - 141.374.928-32

Graduado em Administração de Empresas pela UNIFAC em 1998. É pós-graduado em Gestão Empresarial pela FGV em 2002. Ingressou no Grupo CPFL Energia em 1994. Foi Gerente de Desenvolvimento de Projetos, Fusões e Aquisições de 2010 a 2012 e Diretor de Desenvolvimento de Negócios de 2012 a 2015. Atualmente é Diretor Presidente da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A., CPFL Total Serviços Administrativos Ltda., membro do conselho de administração da Sul Geradora Participações S.A., da CPFL Energias Renováveis S.A. (suplente), da Campos Novos Energia S.A. - ENERCAN (suplente), da Foz do Chapecó Energia S.A. (suplente), Centrais Elétricas da Paraíba – EPASA, Companhia Energética Rio das Antas – CERAN (suplente). Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Marcelo Antonio Gonçalves Souza - 745.346.106-53

Economista e contador formado pela PUC-Belo Horizonte. Possui pós-graduação em Gestão e Finanças Corporativas pela FGV e MBA pela Universidade de Ohio (EUA). Atuou como Vice-Presidente de Novos Negócios da Eonergy de 2006 a 2008; Diretor Financeiro do Grupo Alliant Energy de 2001 a 2006, holding do Sistema Energisa; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energias Renováveis S.A. de 2008 a 2014. Desde 2014 é Diretor do Pátria Investimentos na área de Infraestrutura, responsável pela estruturação de investimentos em energia na América Latina. É membro conselheiro de administração da Oceana Offshore S.A. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Gustavo Estrella - 037.234.097-09

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Trabalhou no Grupo Lafarge e nas empresas Light e Brasil Telecom. Pós-graduado (MBA) em Finanças pela IBMEC-RJ. Está no Grupo CPFL Energia desde 2001, tendo atuado neste período como gerente de Planejamento Econômico-Financeiro, Diretor de Relações com o Mercado Investidor e Diretor de Planejamento e Controle. Desde fevereiro de 2013, é Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia, Diretor Financeiro das empresas CPFL Jaguariúna Participações LTDA., Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Piratininga de Força e Luz, Rio Grande Energia S.A., Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Jaguari de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia, Companhia Luz e Força de Mococa, CPFL Comercialização Brasil S.A., CPFL Brasil Varejista S.A., Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., CPFL Comercialização Cone Sul S.A., CPFL Planalto Ltda., Nect Serviços Administrativos Ltda., TI Nect Serviços de Informática Ltda., CPFL Eficiência Energética S.A., CPFL GD S.A., CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A., CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos Ltda., CPFL Total Serviços Administrativos Ltda., CPFL Telecom S.A., CPFL Transmissão Piracicaba S.A., CPFL Transmissão Morro Agudo S.A., CPFL Geração de Energia S.A., CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda., Paulista Lajeado Energia S.A., CPFL Centrais Geradoras Ltda. É membro do conselho de administração das empresas Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Piratininga de Força e Luz, Rio Grande Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. (vice-presidente do Conselho de Administração). Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Andre Franco Sales - 277.990.458-50

Bacharel em engenharia de produção pela Escola Politécnica de São Paulo (USP). É sócio e membro do Comitê de Gestão do Pátria Investimentos. Foi co-fundador e co-presidente da ERSA, empresa que deu origem à CPFL Renováveis. Foi assessor da Diretoria do BNDES entre 2001 e 2002 e gerente geral de gestão e operação de energia da Vale. Trabalhou por quatro anos na área de fusões e aquisições do JP Morgan, em São Paulo e Nova York. Atualmente ocupa os seguintes cargos: Diretor do Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda. e do Pátria Investimentos Ltda., Diretor e Conselheiro da Administração da Pare Bem Participações S.A. e da P2 Brasil Investimentos VIII S.A., Conselheiro da Administração da Hidrovias do Brasil S.A., da Highline do Brasil Infr. de Telecom. S.A., da Oceana Offshore S.A., da Vogel Participações S.A., da Odata S.A. e da Tecnogera – Locação e Transformação de Energia S.A. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Fernando Mano da Silva - 690.436.121-20

Formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Tem pós MBA em Gestão da Inovação pelo Insper e especialização no INSEAD na França. Trabalhou por 8 anos na consultoria alemã Roland Berger, onde foi responsável pela coordenação e execução de vários projetos em empresas do setor de energia, telecomunicações, automotivas, setor bancário e outras. Fernando trabalhou por 2 anos como Diretor de Planejamento Estratégico da Vivo. Neste período ele coordenou a elaboração e implementação do Plano Estratégico do Grupo, bem como seu desdobramento para toda a Organização. Por 6 anos, Fernando Mano foi o Diretor de Estratégia e Inovação do Grupo CPFL Energia, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e acompanhamento do Plano Estratégico do Grupo, além de coordenar todas as ações de inovação da CPFL Energia. Em maio de 2014, assumiu a Diretoria de Planejamento Energético e Gestão de Contratos, onde foi responsável por todas as avaliações e projeções de cenário energético e crescimento de mercado e pela elaboração e discussão com o governo de propostas para os temas energéticos críticos no setor. Atualmente é Diretor Presidente da CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda., da Paulista Lajeado Energia S.A., da CPFL Centrais Geradoras Ltda., membro do Conselho de Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (suplente), da BAESA - Energética Barra Grande S.A., Campos Novos Energia S.A. – ENERCAN, da Foz do Chapecó Energia S.A., da Chapecoense Geração S.A. e da Companhia Energética Rio das Antas – CERAN. Desde julho de 2015 é o Diretor Presidente da CPFL Geração, sendo responsável pela operação dos ativos de geração hídrica e térmica do Grupo e pela gestão das questões regulatórias de geração. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Bruno Alberto Lima Franco - 072.991.427-59

Economista formado pela UFRJ. Atualmente é Executive Director do BTG Pactual, atuando como gestor de fundos de Infra Estrutura do BTG Pactual. Foi CFO da Latin American Power, empresa focada em ativos de geração renovável no Chile e no Peru, entre 2012 e 2015. Anteriormente atuava na gestão de ativos de energia do BTG Pactual (2004 a 2011). Atualmente é membro do Conselho de Administração das empresas TEVISA – Termelétrica Viana S.A., PCH Rio do Braco S.A. e GERA Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S.A., pertencentes ao FIP Brasil Energia. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

William Schmidt Ogalha - 118.327.728-88

Mestre em Administração de Empresas pela FGV, pós-graduado pela Universidade de São Paulo – FEA USP, tendo participado de diversos programas executivos de extensão, como Wharton Business School (University of Pennsylvania - Estados Unidos), Kellogg School of Management (Northwestern University – Estados Unidos) entre outros. Atuou por mais de 19 anos no mercado financeiro. Atuou de 2009 a 2013 como CFO da Dobrevê Energia S.A. (DESA), que atua no ramo de geração de energia elétrica, e no ano de 2014 como CEO da mesma companhia. Foi membro do Conselho de administração da DESA entre 2011 e 2014. Atualmente é CFO do Grupo Malwee, além de Sócio da WPEC Investimentos responsável pela gestão dos investimentos do Grupo Dobrevê, participando do Comitê Estratégico e de Novos Negócios da Holding. É membro dos seguintes conselhos de administração: CPFL Renováveis e IMB Textil (Puket). Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

---

Karin Regina Luchesi - 219.880.918-45

Formada em Engenharia de Produção de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos e possui MBA Executivo em Finanças pelo Insper. Sua carreira foi iniciada em 2000 no Mercado Atacadista de Energia-MAE, atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Está na CPFL Energia desde setembro de 2001, tendo atuado, durante sete anos, como Gerente de Gestão de Contratos de Compra e Venda de Energia. Em junho de 2011 assumiu a Diretoria de Comercialização de Energia da Distribuição, tendo, de janeiro a maio de 2014, respondido pela Diretoria de Planejamento Energético e de Gestão de Energia. Ocupou o cargo de Diretora-Presidente da controlada CPFL Geração e de membro do Conselho de Administração das sociedades CPFL Renováveis (suplente), CERAN, CHAPECOENSE, Foz do Chapecó, ENERCAN, BAESA e EPASA. Em maio de 2015 foi eleita Vice-Presidente de Operações de Mercado da Holding CPFL Energia. É Diretora Presidente da CPFL Brasil Comercialização de Energia S.A., diretora estatutária da CPFL Brasil Varejista S.A., Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., Sul Geradora Participações S.A., CPFL Comercialização Cone Sul S.A., CPFL Planalto Ltda., CPFL Eficiência Energética S.A., CPFL GD S.A., CPFL Telecom S.A. É membro do Conselho de Administração da Paulista Lajeado Energia S.A. (presidente do conselho de administração), da Centrais Elétricas da Paraíba – EPASA, da Sul Geradora Participações S.A., da CPFL Geração de Energia S.A. e da CPFL Renováveis. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Guilherme Weege - 006.163.099-37

Formado em Administração pela Fundação Armando Álvares Penteado – SP, OPM em Harvard, tendo participado de diversos programas executivos de extensão: Wharton (Philadelphia), Insead (Fontainebleau), e UCI (Califórnia). Foi ex-Presidente e membro do Conselho de administração da DESA desde 2010 até a sua fusão com a CPFL Renováveis. Atuou em Equity Research por 2,5 anos no Grupo Santander, ingressando em 2004 como Administrador do Grupo Malwee. Em 2005, paralelamente, iniciou investimentos na área de energia, fundando e presidindo a Dobrevê Energia (DESA), abrangendo diversas unidades de geração (fonte hidráulica e eólica). Atualmente é Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Dobrevê Participações S.A. e da WF Tech Holding S.A., Presidente do Conselho de Administração da IMB Têxtil Ltda., membro do Conselho de Administração da Infracommerce, LTD. e Diretor Presidente das empresas Dobrevê Empreendimentos Ltda., LMG Roupas Ltda., Malwee Malhas Ltda., Malwee Malhas Blumenau Ltda., Malwee Malhas Pomerode Ltda., Confecções Camacan Ltda., WF Franchising Ltda. e, WF Leblon Participações Ltda. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Andre Dorf - 170.751.778-93

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Iniciou sua carreira em bancos de investimento, onde trabalhou de 1996 a 2003 em instituições financeiras como Banco Patrimônio de Investimento (joint venture com Salomon Brothers), Chase Manhattan Bank e JP Morgan (escritórios de São Paulo e Nova York). Entre 2003 e 2010, ocupou posições sêniores na Suzano Papel e Celulose, onde atuou como Presidente da Suzano Energia Renovável (2010 a 2013), Diretor Executivo de Estratégias, Novos Negócios e Relações com Investidores (2008 a 2010), Diretor Executivo da Unidade de Negócio Papel (2005 a 2008) e Diretor Executivo de Desenvolvimento, Novos Negócios e TI (2003 a 2005). Foi Diretor presidente da CPFL Renováveis de 2013 a 2016 e assumiu o cargo de Diretor Presidente da CPFL Energia em 2016. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Oderval Esteves Duarte Filho - 767.880.596-91

Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. É gestor do Fundo Brasil Energia. Desde 2004 é responsável pela originação, análise, seleção, estruturação, execução e monitoramento de oportunidades de investimento, além de ser presidente do conselho de administração de várias de suas empresas investidas. De 1999 a 2004 foi executivo da Southern Company, atuando na gestão de seus investimentos no setor elétrico Brasileiro, quando atuou como membro do conselho de administração da CEMIG. Antes de se juntar ao Pactual, trabalhou cinco anos na PricewaterhouseCoopers. Atualmente é membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Geradora de Energia do Amazonas S.A., Geradora de Energia do Norte S.A., Integração Transmissora de Energia S.A., Pequena Central Hidrelétrica Rio do Braço S.A., Termelétrica Viana S.A., Linhares Geração S.A., Linhares Brasil Energia Participações S.A., Redentor Energia S.A., Parati S.A. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Futao Huang - 000.000.000-00

Ele é formado em Engenharia de Comunicação de Sistemas de Energia no Instituto de Energia Elétrica de Pequim e Mestrado em Sistemas de Energia Elétrica e Automação pela Universidade de Shandong. Começou sua carreira na State Grid Group e se tornou o gerente do Departamento de Marketing da Shandong Nuclear Power Engineering Co., Ltd em Shenzhen (2007-2008), Engenheiro Chefe da Renewable Energy Company of Shandong Luneng Group Co., Ltd. (2011-2014), Vice Presidente da Shenzhen Energia International Trade Co., Ltd. e Diretor do escritório na Austrália da Shandong Luneng Group Co., Ltd. (2014 -2015), desde 2016, é o Diretor do Escritório Australiano de Luneng (Shenzhen). Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Gustavo Henrique Santos de Sousa - 018.831.394-06

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com MBA em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, MBA no Programa Executivo da Columbia Business School de Nova York e mestrado em Gestão Econômica de Negócios pela Universidade de Brasília - UnB. Trabalhou no Banco do Brasil no período de 2000 a 2014, tendo atuado, entre outras funções, como Diretor/Head no Banco do Brasil Securities em Nova Iorque, Gerente Geral de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria. Desde maio de 2014, ocupava o cargo de Diretor Executivo na CSN, sendo responsável pelas áreas de controladoria, tesouraria, relações com investidores e tributário. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Yuehui Pan - 000.000.000-00

Ele é formado em Administração Financeira pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Changsha (2000-2004) e mestre em administração de empresas pela North China Electric Power University. Começou sua carreira no Departamento de Finanças da China Power Technology Importação e Exportação Company (2007-2009) e Diretor Assistente do Departamento de Ativos Financeiros Departamento da State Grid International Development Co., Ltd (2009-2010). Atualmente é Diretor do Departamento de Ativos Financeiros da State Grid Brasil Holding S.A. (2016), tendo já ocupado, no mesmo departamento, os cargos de Gerente (2011-2013) e Diretor Adjunto (2013-2016). Atuou também como Presidente do Comitê de Auditoria da Belo Monte Transmissora de Energia S.A. Ele é certificado pelo American Institute of Chartered Financial Analyst e pelo Instituto Chinês de Contadores Públicos Certificados. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Ran Zhang - 000.000.000-00

Ela é graduada em Contabilidade pela London South Bank University (2002-2004) e mestre em Contabilidade pela Universidade de Tecnologia e Administração de Pequim. Gerente do Departamento de Ativos Financeiros da China Electric Power Technology Import and Export Corporation (2009 a 2010), sendo responsável pela contabilidade e controle de custos neste setor. De 2010 a 2012, foi responsável pela tributação e pelo controle de risco interno da State Grid International Development Co., Ltd., onde também foi responsável pela consolidação contábil do grupo e gestão de orçamentos de grupo do Departamento de Ativos Financeiros (2012-2016). Atualmente, é Diretora Assistente do Departamento Financeiro da State Grid Brasil Holding S.A. e Diretora Financeira da Belo Monte Transmissora de Energia S.A. Ela é certificada pela The Association Of Chartered Certified Accountants of the Chartered Certified Accountant. Ela não é considerada uma pessoa politicamente exposta. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Chenggang Liu - 000.000.000-00

Ele é formado em Contabilidade pela Hunan University of Finance and Economics e possui mestrado pela Escola de Negócios da Universidade de Montreal. Atuou como Diretor de Operações Financeiras e Contador -Chefe (2001-2004) da Changde Electric Power Industry Development Corporation e também como Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro (2005-2007) da Changde Real Estate Development Company. De 2008 a 2015, foi gerente do Departamento de Recursos Humanos da State Grid Hunan Electric Power Company, pertencente ao grupo State Grid. Desde 2015, ocupa o cargo de Diretor Financeiro da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

Jia Jia - 000.000.000-00

Graduado em Marketing e Finanças Internacionais pela Swinburne University of Technology (2002-2005) e mestrado em Contabilidade e Direito Empresarial pela Universidade Deakin (2005-2008), ambos na Austrália. De 2008 a 2010, começou sua carreira no Departamento de Microfinanças do Citibank em Melbourne, na Austrália. Ele atuou como Gerente de Project Finance (2010-2013) e como Supervisor de Finanças (2013-2015) na Hubei Transmission and Transformation Engineering Company, pertencente ao grupo State Grid. Ele é atualmente o Supervisor de Finanças da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

André Ricardo Toledo Saretta - 304.995.158-38

Ele é formado em Engenharia pela Escola Politécnica da USP. Trabalhou para o Pátria Investimentos de 2007 a 2017 como um Investment Officer. Durante este período atuou em duas companhias investidas - CFO da Vogel Telecom de 2014 a 2018 e como Superintendente de Finanças da CPFL Renováveis de 2007 a 2013. Antes de se juntar ao Pátria, trabalhou no Citibank de 2005 a 2007 onde participou do programa de Trainee e trabalhou na Área de Risco de Crédito. Antes disso, trabalhou como consultor na Integration Consultoria de 2004 a 2005. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

---

André Figueira - 102.822.937-28

Ele é bacharel em Administração de Empresas pela PUC-Rio e possui MBA pela London Business School. Atualmente é CFO da Argo Energia, empresa focada no desenvolvimento de ativos de linhas de transmissão no Brasil. Antes de sua posição na Argo Energia, o Sr. Figueira foi diretor da equipe de investimentos do Pátria Infraestrutura. De 2012 a 2015, trabalhou na divisão de investment banking do Bank of America Merrill Lynch, sendo responsável pela cobertura das indústrias de energia, agronegócio, bens de consumo e educação. O Sr. Figueira também trabalhou na Divisão de Finanças Corporativas do Grupo Czarnikow, sediada no Rio de Janeiro, Londres e Cingapura, onde participou de operações de fusões e aquisições na indústria de açúcar e etanol. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

**12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Marcio Antonio Severi	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	29/09/2016	1 ano	0.00%
149.528.488-33			12/03/1971	29/09/2016	1	
Membro do Comitê Operacional						
Sergio Luis Felice	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	29/09/2016	1 ano	91.00%
119.410.838-54			13/08/1967	29/09/2016	2	
Não exerce outro cargo ou função no emissor						
Vitor Fagali de Souza	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	29/09/2016	1 ano	81.00%
260.735.068-99			13/04/1977	29/09/2016	3	
Membro Suplente do Conselho de Administração						
William Schimidt Ogalha	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	29/09/2016	1 ano	64.00%
118.327.728-88			01/07/1973	29/09/2016	2	
Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê Operacional (Comitê Operacional - Número de mandatos: 1 e percentual de participação nas reuniões: 73%)						
Zhou Kebin	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	23/03/2017	1 ano	0.00%
000.000.000-00			02/02/1982	01/05/2017	0	
Não possui outro cargo ou função no emissor						
Chen Xinjian	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	23/03/2017	1 ano	0.00%
000.000.000-00	Comite Operacional		19/02/1981	01/05/2017	0	
Não exerce outro cargo ou função no emissor						
Fernando Mano da Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	29/09/2016	1 ano	86.00%
690.436.121-20	Comite Operacional		18/12/1977	29/09/2016	1	
Membro Suplente do Conselho de Administração						
Rodolfo Nardez Sirol	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Oceanógrafo	29/09/2016	1 ano	73.00%
526.633.880-68	Comite Operacional		15/09/1969	29/09/2016	2	
Não exerce outro cargo ou função no emissor						

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Marcio Antonio Severi - 149.528.488-33

O Sr. Márcio Severi é graduado em Engenharia Mecânica, com especialização em energia pela Universidade Federal de Engenharia de Itajubá – UNIFEI e MBA Executivo pelo Instituto de Ensino e Pesquisas – INSPER, possuindo 20 anos de experiência no setor elétrico. Foi pesquisador do CNPQ, proprietário da M7 Engenharia, gerente de projetos nas empresas Eletroriver, Araguaia Centrais Elétricas e Brasil PCH. Trabalhou na ERSA, nas áreas de engenharia, planejamento, novos negócios, regulação e comercialização de energia. Foi diretor Institucional, de Regulação, Comercialização de Energia e Sustentabilidade da CPFL Renováveis, período em que acumulou a presidência do Conselho de Administração da ABEEólica. Foi Presidente Executivo da Abragel e atualmente é Diretor de Relações Institucionais da Argo Transmissão de Energia. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Sergio Luis Felice - 119.410.838-54

Diretor de Contabilidade e Planejamento Fiscal da CPFL Energia. Iniciou sua carreira na área contábil e fiscal. Atuou como Gerente de Auditoria na Arthur Anderson por quatorze anos. Em 2002 foi para a Deloitte Touche Tohmatsu como Gerente de Auditoria e Outsourcing e em Janeiro de 2004 ingressou no Grupo CPFL. Por dez anos atuou no Comitê Gestor da Fundação Cesp e atualmente faz parte do Conselho Fiscal da mesma Fundação. Sérgio é formado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Vitor Fagali de Souza - 260.735.068-99

Diretor de Planejamento Financeiro e Controladoria da CPFL Energia. Atua na CPFL Energia desde 2003, passando pelas áreas de Relação com Investidores, Análise de Investimentos, Planejamento Financeiro e Controladoria. Vitor Fagali é Formado em Administração de Empresas pela PUC de Campinas. cursou MBA em Finanças pela FGV. Atuou como Auditor na Arthur Andersen / Deloitte de 1999 a 2003. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

William Schimidt Ogalha - 118.327.728-88

Sócio da WPEC Investimentos responsável pela gestão dos investimentos do Grupo Dobrevê, participando do Comitê Estratégico e de Novos Negócios da Holding. Atuou por mais de 19 anos no mercado financeiro. Atuou de 2009 a 2013 como CFO da Dobrevê Energia S.A. (DESA), que atua no ramo de geração de energia elétrica, e no ano de 2014 como CEO da mesma companhia. Foi membro do Conselho de administração da DESA entre 2011 e 2014. Atualmente é Sócio da WPEC Investimentos responsável pela gestão dos investimentos do Grupo Dobrevê, participando do Comitê Estratégico e de Novos Negócios da Holding. É membro dos seguintes conselhos de administração: CPFL Renováveis e IMB Textil (Puket). Mestre em Administração de Empresas pela FGV, pós-graduado pela Universidade de São Paulo – FEA USP, tendo participado de diversos programas executivos de extensão, como Wharton Business School (Univ. Pennsylvania - Estados Unidos), Kellogg School of Management (Northwestern Univ. – Estados Unidos) entre outros. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Zhou Kebing - 000.000.000-00

Formado em Contabilidade pela Universidade de Xiantan, na China. Possui mestrado em Contabilidade pela Universidade de Xiantan, da China. Trabalha no setor de energia da State Grid desde 2012. Participou da aquisição da maior empresa de distribuição do Brasil. 2012.5-2012.8 - Participou do Projeto Teles no Brasil; 2012.8-2016.12 - Enviado para a África do Sul. Participou da implementação da SGCC na África. Como CFO, participou do projeto MPNK&STE, em Moçambique, do Projeto Inga, no Congo, do projeto de aquisição da Powertech, na África do Sul, dentre outros; 2011-2012 – JiuDing Capital, Gerente Sênior de Investimentos. Participou no processo de Due Diligence e Avaliação da YONGQI Beauty, NEWSMY e outros 10 projetos. 2008-2011 – PwC Assurance Shanghai, Associado Sênior. Responsável pela análise e teste de controles internos, e pela maior parte do trabalho de informações contábeis das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria. Participou da auditoria de diversas empresas listadas e de IPOs (Sinotruk, XEMC, etc.) Participou da auditoria de diversas empresas da indústria para financiamento privado. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Chen Xinjian - 000.000.000-00

Formado em Engenharia do Controle de Automação pela Universidade de Energia Elétrica (SUEP), de Shanghai, na China. Possui mestrado em Gestão pela Zhongnan Universidade de Economia e Direito (ZUEL), da China. Trabalha no setor de energia da China há quase 14 anos, iniciando sua carreira na StateGrid Jinshuitan Hydropower. Trabalhou na empresa Jinshuitan Hydropower, Shitang Hydropower e Liandu Fornecimento de Energia. Possui experiência em diferentes áreas, tais como gestão de empresas hidrelétricas, gestão administrativa, board operation, relações com investidores e capital operation. Ocupou os seguintes cargos nos últimos 14 anos: Gerente de Escritório da Jinshuitan Hydropower, Secretário da Diretoria da Shitang Hydropower, Membro do Conselho de Administração da Ouneng Electric Power Group e da Oulong Real Estate Investment Group, Gerente de Manutenção da Jinshuitan Hydropower. Ele também detém três patentes nacionais na China. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Fernando Mano da Silva - 690.436.121-20

Diretor Presidente da CPFL Geração, desde julho de 2015, é responsável pela operação dos ativos de geração hídrica e térmica do Grupo e pela gestão das questões regulatórias de geração. Trabalhou por 8 anos na consultoria alemã Roland Berger, onde foi responsável pela coordenação e execução de vários projetos em empresas do setor de energia, telecomunicações, automotivas, setor bancário e outras. Fernando trabalhou por 2 anos como Diretor de Planejamento Estratégico da Vivo. Neste período ele coordenou a elaboração e implementação do Plano Estratégico do Grupo, bem como seu desdobramento para toda a Organização. Por 6 anos, Fernando Mano foi o Diretor de Estratégia e Inovação do Grupo CPFL Energia, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e acompanhamento do Plano Estratégico do Grupo, além de coordenar todas as ações de inovação da CPFL Energia. Em maio de 2014, assumiu a Diretoria de Planejamento Energético e Gestão de Contratos, onde foi responsável por todas as avaliações e projeções de cenário energético e crescimento de mercado e pela elaboração e discussão com o governo de propostas para os temas energéticos críticos no setor. Formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Tem pós MBA em Gestão da Inovação pelo Insper e especialização no INSEAD na França. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

---

Rodolfo Nardez Sirol - 526.633.880-68

Diretor de meio ambiente do Grupo CPFL, no qual ingressou em 2008, seu principal papel é atuar como Guardião da Política de Meio Ambiente para as empresas do Grupo, onde atua na viabilização de premissas de Novos Negócios, operação do Sistema de Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas, além de atuar como membro suplente do conselho de diversas SPEs e em associações Setoriais. Iniciou no setor elétrico em 2001 na Duke Energy, onde atuou como gerente na gestão estratégica e operacional de meio ambiente. Rodolfo é Graduado em Oceanografia na FURG, possui Mestrado e Doutorado pela UFV, na FGV concluiu Especialização em Negociação, MBA em Gestão de Pessoas e Gestão Empresarial, e possui Pós MBA em Inovação pela HSM. Ele não é considerado uma pessoa politicamente exposta. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e os membros da Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da Administração da Companhia ou de suas controladas e com seus acionistas controladores.

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2016****Administrador do Emissor**

Gustavo Henrique Santos de Sousa

018.831.394-06

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)

**Pessoa Relacionada**

SPE Baixa Verde Energia S.A.

10.401.241/0001-04

Diretor Financeiro

**Observação****Administrador do Emissor**

Gustavo Henrique Santos de Sousa

018.831.394-06

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)

**Pessoa Relacionada**

SPE Costa das Dunas Energia S.A.

10.401.225/0001-03

Diretor Financeiro

**Observação****Administrador do Emissor**

Gustavo Henrique Santos de Sousa

018.831.394-06

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)

**Pessoa Relacionada**

SPE Farol de Touros Energia S.A.

10.369.836/0001-11

Diretor Financeiro

**Observação****Administrador do Emissor**

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
<b>Pessoa Relacionada</b> SPE Juremas Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.446/0001-00		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
<b>Pessoa Relacionada</b> SPE Macacos Energia S.A. Diretor Financeiro	07.091.059/0001-81		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
<b>Pessoa Relacionada</b> SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.392/0001-82		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.234/0001-02		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.342/0001-03		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Financeiro	10.369.840/0001-80		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor Financeiro	07.319.868/0001-06		
<b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
T-15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Cherobim Energética S.A.	04.469.360/0001-98		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Rio Claro Energética S.A.	11.055.437/0001-49		
Diretor Financeiro			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Varginha Energética S.A.	11.171.582/0001-95		
Diretor Financeiro			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ludesa Energética S.A.	05.313.891/0001-50		
Diretor Presidente Executivo			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Gustavo Henrique Santos de Sousa	018.831.394-06	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores (Interino)			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	07.583.828/0001-69		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diretor Financeiro <b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> T-15 Energia S.A. Diretor de Novos Negócios <b>Observação</b>	12.620.252/0001-00		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor de Geração <b>Observação</b>	09.076.926/0001-35		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Geração <b>Observação</b>	10.401.225/0001-03		
<hr/>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Cargo/Função</u></b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.836/0001-11		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Geração	10.401.234/0001-02		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.840/0001-80		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cherobim Energética S.A. Diretor de Geração	04.469.360/0001-98		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rio Claro Energética S.A. Diretor Institucional	11.055.437/0001-49		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Geração	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Varginha Energética S.A. Diretor de Geração	11.171.582/0001-95		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.446/0001-00		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Adriano Martins Vignoli  
Diretor de Operação e Manutenção

783.151.316-72

Subordinação

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

SPE Macacos Energia S.A.  
Diretor de Geração

07.091.059/0001-81

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Adriano Martins Vignoli  
Diretor de Operação e Manutenção

783.151.316-72

Subordinação

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

SPE Costa Branca Energia S.A.  
Diretor de Geração

09.665.392/0001-82

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Adriano Martins Vignoli  
Diretor de Operação e Manutenção

783.151.316-72

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SPE Pedra Preta Energia S.A.  
Diretor de Geração

09.665.342/0001-03

ObservaçãoAdministrador do Emissor

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b> <b>Cargo/Função</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> T-15 Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	12.620.252/0001-00		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor de Geração	07.319.868/0001-06		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor de Geração	07.319.993/0001-08		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Indireta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Companhia Hidroelétrica Figueirópolis Diretor de Geração	07.583.828/0001-69		
---	--------------------	--	--

**Observação****Administrador do Emissor**

Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Indireta
---	----------------	--------------	---------------------

**Pessoa Relacionada**

Ludesa Energética S.A. Diretor Vice Presidente Executivo	05.313.891/0001-50		
---	--------------------	--	--

**Observação****Exercício Social 31/12/2015****Administrador do Emissor**

Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

**Pessoa Relacionada**

T-15 Energia S.A. Diretor de Novos Negócios	12.620.252/0001-00		
--	--------------------	--	--

**Observação****Administrador do Emissor**

Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

**Pessoa Relacionada**

SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
------------------------------	--------------------	--	--

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diretor de Geração <u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.401.225/0001-03		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.369.836/0001-11		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.401.234/0001-02		
<hr/>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Cargo/Função</u></b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.840/0001-80		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
T-15 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	12.620.252/0001-00		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Cherobim Energética S.A. Diretor de Geração	04.469.360/0001-98		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Bonanza Energética S.A. Diretor de Geração	10.389.289/0001-36		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rio Claro Energética S.A. Diretor de Geração	11.055.437/0001-49		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alberto dos Santos Lopes Diretor de Engenharia e Obras	908.881.464-34	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Varginha Energética S.A. Diretor de Geração	11.171.582/0001-95		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.446/0001-00		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Geração	07.091.059/0001-81		
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.392/0001-82		
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.342/0001-03		
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b> <b>Cargo/Função</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> T-15 Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	12.620.252/0001-00		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor de Geração	07.319.868/0001-06		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Adriano Martins Vignoli Diretor de Operação e Manutenção	783.151.316-72	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor de Geração	07.319.993/0001-08		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b>Exercício Social 31/12/2014</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor de Novos Negócios			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
T-15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Novos Negócios			
<b><u>Observação</u></b>			

## 12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

**12.11** Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da CPFL Renováveis, bem como os administradores de suas controladas, estão segurados por uma apólice de seguro D&O (*"Directors and Officers Liability Insurance"* - Responsabilidade Civil dos Administradores) do grupo CPFL Energia, na qual o limite máximo de indenização cobre todas as suas controladas, sob o pagamento proporcional do prêmio total da apólice. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seus patrimônios pessoais sejam atingidos em decorrência de atos praticados no exercício regular de seus respectivos cargos na Companhia e/ou suas controladas. A cobertura da apólice é limitada ao valor global de US\$50 milhões (cinquenta milhões de dólares americanos). No exercício social de 2016, o valor do prêmio referente à apólice mencionada foi de R\$ 42.540,72 para a Companhia.

**Especificamente sobre as despesas que podem ser suportadas pelos administradores a apólice versa o que se segue:**

### **"1.11. Custo de Defesa**

A parte da Perda que consiste em custos, custas, encargos, honorários (advocatórios, de assistentes técnicos e periciais), depósitos recursais (incluindo os custos de recursos e garantias necessários à defesa do Segurado, considerados, também, os custos para a eventual contratação de seguro garantia) e todas as demais despesas necessárias e razoáveis, incorridas, conforme os termos desta Apólice na defesa ou investigação de uma Reclamação coberta por esta Apólice.

(...)

### **1.24. Perda**

Significa a quantia cujo pagamento um Segurado seja legalmente obrigado a realizar em decorrência de uma Reclamação coberta pela presente Apólice incluindo:

1.24.1 Custo de Defesa;

1.24.2 Indenização(ões) devida(s) a Terceiros por conta de decisão final irreversível em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, bem como acordos em processos judiciais ou extrajudiciais realizados com o consentimento prévio, expresso e por escrito da Seguradora."

## 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

<b>12.12</b>	<b>Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo</b>
--------------	--

A Companhia segue as regras de governança corporativa determinadas pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado. A Companhia não segue qualquer outro código de boas práticas de governança corporativa além das regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

## 12.13 - Outras informações relevantes

### 12.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

De modo a garantir acesso a informações relevantes sobre as nossas práticas, segue tabela com informações a respeito de nossas assembleias gerais realizadas nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente:

Assembleia	Data de Realização	Instalação em Segunda Convocação	Quórum de Instalação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2017	Não	86,40%
Assembleia Geral Extraordinária	27/03/2017	Não	79,30%
Assembleia Geral Extraordinária	16/02/2017	Não	68,89%
Assembleia Geral Extraordinária	27/07/2016	Não	75,54%
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2016	Não	93,17%
Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2015	Não	91,03%
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2014	Não	72,18%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Não	87,91%

As informações a que se refere o item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado já foram prestadas no item 12.6/8.

Conforme indicado no item 12.1, a Companhia possui dois comitês não-estatutários de aconselhamento ao Conselho de Administração, cujas atribuições encontram-se descritas a seguir.

**Comitê Operacional.** Assessora o Conselho de Administração da Companhia nos seguintes temas: (i) avaliação e acompanhamento da viabilidade do desenvolvimento e exploração de potenciais de geração de energia (novos projetos); (ii) avaliação e acompanhamento da execução das obras de implantação dos empreendimentos da Companhia; e (iii) avaliação e acompanhamento da energia gerada e comercializada pelos empreendimentos da Companhia.

**Comitê Financeiro.** Assessora o Conselho de Administração da Companhia nos seguintes temas: (i) elaboração de propostas de melhoria dos processos de gestão de negócios; (ii) avaliação das principais áreas de risco dos negócios da Companhia, suas controladas e/ou coligadas; (iii) avaliação e acompanhamento do fluxo de caixa da Companhia, suas controladas e/ou coligadas; (iv) avaliação e acompanhamento da política de endividamento e da estrutura de capital da Companhia, suas controladas e/ou coligadas; (v) avaliação e acompanhamento da viabilidade econômico/financeira dos planos e programas de investimentos da Companhia, suas controladas e/ou coligadas e das políticas de investimento da Companhia, suas controladas e/ou coligadas; (vi) orientação dos trabalhos de auditoria interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e (vii) acompanhamento da execução orçamentária da Companhia, suas controladas e/ou coligadas.

No que diz respeito às reuniões do Conselho de Administração, as pautas são enviadas aos conselheiros com 10 (dez) dias de antecedência, de forma que ele possa analisar as matérias antes de sua votação.

## 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

### **a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A política de remuneração dos administradores com função executiva praticada pela CPFL Renováveis tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com o padrão de excelência.

A remuneração fixa Diretoria estatutária da CPFL Renováveis é baseada em pesquisa de mercado realizada por consultoria especializada, que, periodicamente, apresenta as suas avaliações sobre a remuneração desses cargos praticada no mercado. A última pesquisa de mercado foi realizada pela Towers Watson Consultoria.

A remuneração variável dos diretores estatutários é baseada em metas contratadas com base no planejamento estratégico da Companhia.

### **b) composição da remuneração, indicando:**

#### ***(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.***

Conselho de Administração e Conselho Fiscal: conforme aprovação em Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2016, 1 (um) membro do Conselho de Administração, e os membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, fazem jus apenas aos honorários fixos mensais, os quais foram estabelecidos de acordo com o padrão de mercado, sendo diferenciado o valor da remuneração do membro do Conselho de Administração dos demais, devido ao diferencial das atribuições inerentes ao cargo. O objetivo da remuneração fixa é atrair e reter os conselheiros.

Com exceção do membro do Conselho de Administração mencionado acima, os demais membros do Conselho de Administração não receberam remuneração em função de tal cargo em exercícios anteriores.

Diretoria Estatutária: os membros da Diretoria estatutária da CPFL Renováveis, além da remuneração fixa recebida mensalmente, fazem jus a (i) benefícios, (ii) incentivos de curto prazo e (iii) incentivos de longo prazo.

Os benefícios são o conjunto de programas e serviços oferecidos para os membros da Diretoria estatutária da CPFL Renováveis, validados pelas práticas de mercado, que podem ser pagos totalmente ou parcialmente pela Companhia, com o objetivo de retenção, satisfação e produtividade. Consideramos os seguintes benefícios: Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Previdência Privada, Veículo e Vale Refeição.

Os incentivos de curto prazo têm por objetivo central direcionar o comportamento dos executivos ao aperfeiçoamento da estratégia de negócios e ao atingimento de resultados, e os incentivos de longo prazo têm como objetivos fortalecer a visão e comprometimento de longo prazo.

Comitês: os membros dos Comitês não fazem jus a remuneração exclusivamente pelo cargo que ocupam em tais comitês.

#### ***(ii) em relação aos últimos 3 exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total***

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- 2016

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária*
Honorários fixos	100%	100%	63%
Benefícios (inclui benefícios pós emprego) <sup>1</sup>	-	-	7%
Incentivos de curto prazo	-	-	22%
Incentivos de longo prazo	-	-	8%
TOTAL	100%	100%	100%

\* Os percentuais informados para a Diretoria Estatutária poderão variar tendo em vista, especialmente, a composição baseada em elementos variáveis.

- 2015

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária*
Honorários fixos	100%	100%	67%
Benefícios (inclui benefícios pós emprego)	-	-	6%
Incentivos de curto prazo	-	-	26%
Incentivos de longo prazo	-	-	1%
TOTAL	100%	100%	100%

\* Os percentuais informados para a Diretoria Estatutária poderão variar tendo em vista, especialmente, a composição baseada em elementos variáveis.

- 2014

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária*
Honorários fixos	100%	100%	62%
Benefícios (inclui benefícios pós emprego)	-	-	6%
Incentivos de curto prazo	-	-	31%
Incentivos de longo prazo	-	-	1%
TOTAL	100%	100%	100%

\* Os percentuais informados para a Diretoria Estatutária poderão variar tendo em vista, especialmente, a composição baseada em elementos variáveis.

*(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

Os membros titulares do Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais. Os conselheiros suplentes não recebem honorários. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é feito com base em pesquisa de mercado, realizado por empresa especializada ou através de reajuste inflacionário apurado para o período em análise.

A proposta de remuneração definida pelo Conselho de Administração da Companhia para os diretores estatutários, bem como eventual reajuste, baseia-se em pesquisa de mercado realizada por consultorias especializadas, ou através de reajuste inflacionário apurado para o período em análise. A última pesquisa de mercado foi realizada pela Towers Watson Consultoria, baseando-se em companhias do setor de energia elétrica e outros setores comparáveis, de portes semelhantes ou menores que o da Companhia.

#### ***(iv) razões que justificam a composição da remuneração***

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções equivalentes em companhias do setor de energia elétrica e outros setores comparáveis, de portes semelhantes ou menores que o da Companhia.

#### ***(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato***

A Companhia possui membros não remunerados em seu Conselho de Administração, os quais são eleitos individualmente pelos acionistas para representar a Companhia em fórum específico, portanto não fazem jus à remuneração exclusivamente pelo cargo que ocupam no Conselho de Administração.

Em 2016 a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal não possuíam membros não remunerados.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Com relação à remuneração variável dos diretores estatutários, a Companhia realiza a avaliação do órgão, verificando o desempenho de seus membros, conforme metas corporativas, individuais e de gestão de pessoas, estabelecidas de acordo com o plano estratégico da Companhia.

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos da remuneração dos administradores da Companhia compreendem o alcance de metas corporativas (tais como EBITDA e PMSO), específicas (com até quatro indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe). Com exceção de tais indicadores, aplicáveis para recebimento do bônus, a Companhia não aplica metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho, portanto não utilizamos indicadores de desempenho para a determinação de remuneração fixa.

#### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Os honorários dos Diretores estatutários são revisados por meio de pesquisa de mercado e possíveis ajustes poderão ser validados pelo Conselho da Administração. Os possíveis ajustes não são realizados em função dos indicadores de desempenho explicitados no item (c) acima.

A remuneração variável é totalmente baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia. Essas metas que são aprovadas no âmbito do Conselho de Administração são definidas

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

anualmente baseada em indicadores de desempenho que sejam condizentes para a Companhia e para os administradores em cada ano.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia e às metas definidas em seu plano estratégico, isto porque se fundamenta em critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

É previsto o pagamento de indenização especial e única aos executivos da Companhia caso ocorram alterações significativas dos acionistas que compõem o bloco do controle majoritário, que impliquem na extinção do cargo, destituição unilateral por parte do Conselho de Administração ou alteração das condições de exercício do cargo

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,75	3,00	16,75
Nº de membros remunerados	1,00	4,75	3,00	8,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	185.043,60	4.041.977,50	326.750,16	4.553.771,26
Benefícios direto e indireto	0,00	545.216,18	0,00	545.216,18
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	37.008,72	1.131.753,70	65.350,08	1.234.112,50
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a INSS	Outros refere-se a INSS e FGTS	Outros refere-se a INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.131.753,70	0,00	1.131.753,70
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.326.962,92	0,00	1.326.962,92
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros refere-se a INSS, FGTS e ILP.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2017	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2017	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2017	
Total da remuneração	222.052,31	8.269.299,37	392.100,24	8.883.451,93

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,33	3,00	17,33
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	170.351,04	4.433.893,27	301.071,79	4.905.316,10
Benefícios direto e indireto	0,00	562.243,34	0,00	562.243,34

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	34.070,21	1.402.035,57	60.214,36	1.496.320,14
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a INSS	Outros refere-se a INSS e FGTS	Outros refere-se a INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.774.671,55	0,00	1.774.671,55
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	496.908,04	0,00	496.908,04
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros refere-se a INSS e FGTS		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	13.000,00	0,00	13.000,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2012.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2012.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2012.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>204.421,25</b>	<b>8.696.133,86</b>	<b>361.286,15</b>	<b>9.248.841,26</b>

### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	6,00	3,00	16,50
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	162.528,00	4.282.740,62	191.328,00	4.636.596,62
Benefícios direto e indireto	0,00	556.406,52	0,00	556.406,52
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	32.505,60	1.216.195,44	38.265,60	1.286.966,64
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a INSS	Outros refere-se a INSS e FGTS	Outros refere-se a INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.131.123,22	0,00	2.131.123,22
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	596.714,50	0,00	596.714,50
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros refere-se a INSS e FGTS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	121.000,00	0,00	121.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2012.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2012.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2012.	
Total da remuneração	195.033,60	8.904.180,30	229.593,60	9.328.807,50

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### 13.2 Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	
Ano 2017	Administração	Estatutária	Fiscal	Total
<b>b. Número Total de Membros.....</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>2,66</b>	<b>18</b>
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>06</b>
<b>d. Em relação ao bônus: .....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	1.340.632,13	0	
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	2.681.264,25	0	
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as		1.787.509,50		
Metas Fossem Atingidas .....	0		0	
<b>e. Em relação à participação no resultado:.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	0	0	0
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	0	0	0
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as				
iv. Metas Fossem Atingidas .....	0	0	0	0

a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	
Ano 2016	Administração	Estatutária	Fiscal	Total
<b>b. Número Total de Membros .....</b>	<b>9</b>	<b>4,75</b>	<b>3</b>	<b>16,75</b>
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>4,75</b>	<b>0</b>	<b>4,75</b>
<b>d. Em relação ao bônus: .....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	2.255.926,03	0	2.255.926,03
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	4.511.852,06	0	4.511.852,06
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as				
Metas Fossem Atingidas .....	0	3.007.901,38	0	3.007.901,38
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado*.....	0	1.565.938,02	0	1.565.938,02
<b>e. Em relação à participação no resultado:.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	0	0	0
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	0	0	0
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas .....	0	0	0	0
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado*				

<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho</b>	
<b>Ano 2015</b>	<b>Administração</b>	<b>Estatutária</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>b. Número Total de Membros .....</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>18</b>
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>d. Em relação ao bônus: .....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	2.696.075,93	0	2.696.075,93
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	4.044.133,90	0	4.044.133,90
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas .....	0	3.370.094,92	0	3.370.094,92
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado*	0	2.271.579,59	0	2.271.579,59
<b>e. Em relação à participação no resultado:.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	0	0	0
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	0	0	0
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas .....	0	0	0	0
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado*	0	0	0	0

<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho</b>	
<b>Ano 2014</b>	<b>Administração</b>	<b>Estatutária</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>b. Número Total de Membros .....</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>c. Número de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>d. Em relação ao bônus: i.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	1.855.122,04	0	1.855.122,04
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	2.782.683,05	0	2.782.683,05

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as				
* O valor	Metas Fossem Atingidas .....	0	2.318.902,54	0	2.318.902,54
	iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado*	0	2.727.837,72	0	2.727.837,72
	<b>e. Em relação à participação no resultado:.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração ....	0	0	0	0
	ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0	0	0	0
	iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as				
	Metas Fossem Atingidas .....	0	0	0	0
	iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado*	0	0	0	0

efetivamente reconhecido refere-se ao montante porvisionado no ano, uma vez que o bônus de um determinado ano só é pago no ano subsequente.

## 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

### 13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía em vigor o Plano de Compra de Ações ("Plano") aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009.

Conforme mencionado no item "g" abaixo, o Plano estabelecia que poderiam ter sido emitidas Opções (conforme abaixo definido) que correspondiam até no máximo 1% das ações representativas do capital social total da Companhia. Desde a aprovação do Plano, o Conselho de Administração aprovou três Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), quais sejam: o Programa de 2009, em 29 de outubro de 2009, o Programa de 2010, em 9 de março de 2010 e o Programa de 2011, em 1º de março de 2011. Por decisão da Companhia e seus acionistas o Plano foi descontinuado, motivo pelo qual não houve novas outorgas de Opções (conforme abaixo definido) com base no Plano.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de dezembro de 2015, foi aprovado um Plano de Incentivo de Longo Prazo – "ILP", baseado na modalidade de *Phantom Performance Units*, que consiste na concessão de ações virtuais ("phantom stocks") para os membros da Diretoria estatutária, que, após um prazo de carência (vesting), e se atingido, no mínimo, 80% do EBITDA planejado para a CPFL Renováveis, conforme previsto em plano específico e revisado ano a ano, poderão ser convertidas em bônus em espécie, não sendo conferidas, em nenhuma hipótese, a concessão de ações físicas.

O ILP baseado em *phantom stocks*, não se aplica aos membros do Conselho de Administração da Companhia.

#### a. termos e condições gerais

**Plano de opção de ações (Plano)** - Cada 5 (cinco) opções de compra atribuí ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano ("Opção").

O Plano era administrado pelo Conselho de Administração.

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, periodicamente, Programas, nos quais foram definidos os Participantes (conforme abaixo definido), o número de Opções, o preço de exercício, a distribuição das Opções, a data de vigência e as demais respectivas regras específicas de cada Programa, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano.

O Conselho de Administração poderia ter agregado novos Participantes (conforme abaixo definido) aos Programas, determinando o número de ações que o teria direito de adquirir e ajustando o preço de exercício.

Quando do lançamento de cada um dos Programas, o Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada Opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), que foram celebrados entre a Companhia e cada Participante, com referência aos Programas estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os Contratos definiram pelo menos as seguintes condições: (a) o número de ações que o Participante (conforme abaixo definido) teve direito de adquirir com o exercício da Opção e o preço por ação; (b) o prazo durante o qual a Opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial da Opção e em que os direitos decorrentes da Opção expirarão; (c) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações adquiridas; e (d) quaisquer outros termos e condições em consonância com o Plano ou o respectivo Programa.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Os administradores e empregados de nível gerencial da Companhia eram elegíveis ao Plano. Em cada um dos Programas, o Conselho de Administração indicou, dentre os elegíveis, aqueles aos quais foram oferecidas Opções (“Participantes”). A indicação do Participante em determinado ano não implicava sua indicação como Participante em qualquer outro ano.

O Participante que tivesse interesse em participar do Programa para o qual tenha sido designado deveria firmar o competente Termo de Adesão, no prazo fixado em cada Programa.

As Opções objeto do Plano foram outorgadas aos Participantes em caráter pessoal, não podendo ser empenhadas, comunicadas, cedidas ou transferidas a terceiros, salvo na hipótese de falecimento expressamente prevista no Plano.

As ações adquiridas pelos Participantes das Opções farão jus aos dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia a partir da data da liquidação física do exercício das Opções, com a transferência das ações para o Participante.

**Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP)** - O ILP é acompanhado anualmente pelo Conselho de Administração, através de análises e pareceres, e que tem poderes para a interrupção do plano a qualquer momento.

A elegibilidade ao plano é direta a profissionais que ocupem cargo estatutário de Diretor Presidente ou Diretor da Companhia (“Executivos”), e condicionada a desempenho para o Grupo de Superintendentes estando, ainda, limitado a, no máximo, 10% do quadro de Superintendentes, ativos na empresa e exercendo a função na data de outorga aprovada pelo Conselho de Administração, prevista para ocorrer até o mês de junho de cada ano.

O desempenho dos Superintendentes é mensurado observando-se o posicionamento na matriz de avaliação de potencial e desempenho (*nine box*), ou, caso este venha a ser substituído, por outro instrumento de distribuição forçada. O atual instrumento em prática apura não só a aderência às competências exigidas para o exercício da função, como também o atingimento de metas individuais e o potencial do profissional.

O valor inicial das *phantom stocks* é calculado com base em três pilares sendo: (i) Cotação da ação CPRE3; (ii) Valor econômico em múltiplos EBITDA; e (iii) Valor Econômico - fluxo de dividendos descontado, sendo que a quantidade de ações virtuais concedidas a cada elegível se baseia em targets definidos pelas melhores práticas de mercado, sempre em número de remunerações, posteriormente validados e aprovados em Reunião do Conselho de Administração.

#### **b. principais objetivos do plano**

**Plano:** Tinha por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados de nível gerencial, com os seguintes objetivos: (a) estimular a expansão e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos participantes com os acionistas da CPFL Renováveis; (b) nos possibilitar atrair e manter os participantes, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas, nos termos, condições e formas previstos no Plano; (c) promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte dos participantes; e (d) proporcionar aos participantes uma participação no valor criado com o desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com os interesses dos acionistas.

**ILP:** O desenho do ILP se estruturou de forma a alinhar os interesses dos Executivos e Superintendentes elegíveis aos interesses dos acionistas, com objetivo de comprometimento de longo prazo e criação de valor constante e sustentável. Da mesma forma, por se

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

tratar de apuração de resultados a longo prazo, tem como finalidade também a retenção dos talentos da empresa que mais agregam valor por meio do seu desempenho individual apurado pela matriz de avaliação de potencial e desempenho.

#### **c. forma como o plano contribui para esses objetivos**

**Plano:** O Plano visava despertar nos participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

**ILP:** Para o ILP o atingimento da meta de valorização estabelecida para a empresa em seu plano estratégico de longo prazo sinaliza os objetivos traçados no programa foram reconhecidos pelo mercado e que também as metas estabelecidas no plano estratégico foram alcançadas.

#### **d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

**Plano:** O Plano se inseria numa política de remuneração que visava premiar os participantes que haviam se destacado por contribuir significativamente para o desempenho, ou cuja contratação fosse de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da CPFL Renováveis.

**ILP:** O ILP se insere no mix de remuneração dos elegíveis de forma a estabelecer maior participação no pacote variável, não incorporável à remuneração, e condicionado a resultados que proporcionam a criação de valor econômico para a empresa.

#### **e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

**Plano:** O Plano se alinhava com os interesses dos Participantes e da Companhia na medida em que visava despertar neles o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e dos acionistas no curto, médio e longo prazo.

**ILP:** O ILP visa estimular o comprometimento dos elegíveis a longo prazo, levando em consideração que o plano foi desenhado para atender as expectativas do plano estratégico da Companhia. No curto prazo o alinhamento desses interesses se dá por instrumento específico, através da contratação de metas individuais e de gestão de pessoas, além de parcela atribuída a resultados corporativos, não vinculado ao ILP.

#### **f. número máximo de ações abrangidas**

**Plano:** O Plano estava limitado a um máximo de Opções que resultasse em uma diluição de até 1% no total de ações de emissão da Companhia na data de criação de cada Programa. A diluição correspondia ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano, já exercíveis ou não, dividido pela atual quantidade total de ações de emissão da Companhia adicionadas às Opções outorgadas no Plano. O limite total de diluição foi verificado na data de criação de cada Programa, levando em conta as Opções já anteriormente exercidas.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em 31 de dezembro de 2013, considerando as Opções outorgadas no âmbito do Plano e que ainda são passíveis de serem exercidas (vide item “g” abaixo), as Opções poderão resultar na emissão de até 460.218 novas ações de emissão da Companhia, caso a totalidade das Opções outorgadas ainda passíveis de exercício sejam exercidas. Não haverá outorgas adicionais de Opção com base no Plano.

**ILP:** Para o ILP foram concedidas 212.134 *phantom stocks*, sendo 76.997 *phantom stocks* referentes a outorga do ano de 2016, 93.892 *phantom stocks* referentes a outorga do ano de 2015 e 82.893 *phantom stocks* referentes a outorga do ano de 2014, levando em consideração a fórmula de cálculo específica. Este valor foi utilizado para apuração das *phantoms stocks* concedidas aos elegíveis conforme detalhado no item 13.4. (a) deste Formulário de Referência.

#### g. número máximo de opções a serem outorgadas

**Plano:** Para o Plano, em 31 de dezembro de 2013, das 4.685.729 opções outorgadas aos Diretores Estatutários e aos empregados em nível gerencial desde o início do Plano, 1.828.904 opções foram canceladas, devido ao desligamento do respectivo membro, nos termos do Plano.

**ILP:** Para o ILP, o número de *phantom stocks* outorgadas é fixo e sua conversão em bônus em espécie se dá exclusivamente pelo valor apurado através de fórmula específica considerando os resultados financeiros do ano anterior ao ano de conversão. A efetivação da conversão só será possível após aprovação formal do Conselho de Administração.

#### h. condições de aquisição de ações

**Plano:** No Plano, a aquisição do direito ao exercício das Opções (“*Vesting*”) está sujeita aos prazos de carência de cada Programa. O *Vesting* das Opções ocorreu em quatro etapas anuais, sendo a primeira parcela a partir do primeiro aniversário de vigência do Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes, conforme indicado na tabela abaixo:

#### **Vesting das Opções (a partir da data de vigência de cada Programa) Percentual de Opções Vested**

Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	Até 25%
A partir do segundo aniversário	Até 25%, mais eventual sobra não exercida no período antecedente
A partir do terceiro aniversário	Até 25%, mais eventuais sobras não exercidas nos períodos antecedentes
A partir do quarto aniversário	Até 25%, mais eventuais sobras não exercidas nos períodos antecedentes

**ILP:** Para o ILP, conforme detalhado no item 13.4. (a), para concessão das *phantom stocks*, os outorgados, mediante elegibilidade e desempenho, deverão estar ativos na empresa e exercendo a função na data de outorga aprovada pelo Conselho de Administração, prevista para ocorrer até o mês de junho de cada ano.

#### i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

**Plano:** Para o Plano, o preço base de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes titulares das Opções (“Preço de Exercício”) foi definido pelo Conselho de Administração em cada um dos Programas, quais sejam: (i) para o Programa de 2009, o Preço de

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Exercício foi de R\$1,23 por Opção; (ii) para o Programa de 2010, o Preço de Exercício foi de R\$1,84 por Opção; e (iii) para o Programa de 2011, o Preço de Exercício foi de R\$1,84. Os Preços de Exercício são atualizados pelo IPCA desde (i) 1 de janeiro de 2009 para o Programa de 2009; e (ii) 8 de outubro de 2009 para os Programas de 2010 e de 2011.

**ILP:** Para o ILP, O valor inicial das *phantom stocks* é calculado com base em três pilares sendo: (i) Cotação da ação da Companhia (CPRE3); (ii) Valor econômico em múltiplos EBITDA; e (iii) Valor Econômico - fluxo de dividendos descontado, sendo que a quantidade de ações virtuais concedidas a cada elegível se baseia em targets definidos pelas melhores práticas de mercado, sempre em número de remunerações, posteriormente validados e aprovados em Reunião do Conselho de Administração.

#### j. critérios para fixação de prazo de exercício

**Plano:** Para o Plano, observados os prazos de carência acima, as Opções poderão ser exercidas pelo Participante titular das Opções durante o prazo a ser fixado pelo Conselho de Administração para cada Programa, que deverá ser de no máximo dez anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato ("Prazo da Opção"). O exercício de cada Opção será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Opção ("Termo de Exercício") devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Participantes em caso de ocorrência de um dos eventos a seguir ("Condições para Exercício das Opções"): (a) oferta pública inicial (primária ou secundária) para ações ordinárias, preferenciais ou *units*, resultando na negociação de ações da Companhia em mercado público brasileiro ou internacional ("IPO"); ou (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionistas ("Acionista Alienante") da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social, a terceiro adquirente ("Adquirente"), antes da ocorrência de um IPO.

No caso do item (b) acima, o Adquirente terá o direito, a ser exercido a seu exclusivo critério, de comprar dos Participantes, que terão a obrigação de vender, as ações oriundas dos exercícios das Opções *Vested* (conforme abaixo definido), pelo mesmo preço por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante. Se o Adquirente não desejar adquirir as ações dos Participantes do Plano, mas os Participantes desejarem vender suas ações, os Participantes terão o direito, a ser exercido a exclusivo critério de cada Participante, de vender ao Adquirente, que terá a obrigação de comprar, pelo mesmo valor por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante, as ações oriundas do exercício das Opções *Vested* (conforme abaixo definido). Nas hipóteses acima, o exercício das Opções e a respectiva subscrição das ações pelos Participantes fica condicionada à venda imediata das ações pelos Participantes ao Adquirente, na mesma data do exercício das Opções.

Ainda na hipótese do item (b) acima, caso a alienação seja de um número de ações que implique alteração do controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas ("Alienação de Controle"), o Adquirente terá o direito, a ser exercido a seu exclusivo critério, de (i) comprar dos Participantes, que terão a obrigação de vender, as ações oriundas dos exercícios das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido), pelo mesmo preço por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante; e (ii) declarar o vencimento antecipado de todos os prazos de carência das Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido) de que os Participantes forem titulares para que estes, se assim desejarem, possam fazer a subscrição de novas ações. Se o Adquirente não desejar adquirir as ações dos Participantes do Plano, mas os Participantes desejarem vender suas ações, os Participantes terão o direito, a ser exercido a exclusivo critério de cada Participante, de vender ao Adquirente, que terá a obrigação de comprar, pelo mesmo valor por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante, as ações oriundas do exercício das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido). Nas hipóteses acima, o exercício das Opções e a respectiva subscrição das ações pelos Participantes fica condicionada à venda imediata das ações pelos Participantes ao Adquirente, na mesma data do exercício das Opções.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

No caso da ocorrência de um IPO, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, aprovar que as Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e as Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido) sejam liberadas para serem exercidas no todo ou em parte pelos Participantes. O Conselho de Administração poderá estabelecer regras especiais que permitam que as ações objeto das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido) possam ser vendidas no IPO.

As Opções não exercidas pelo Participante durante o Prazo da Opção, seja pela não ocorrência das Condições para Exercício da Opção, ou por intenção do Participante em não exercê-las, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Caso a última data fixada para exercício durante o Prazo da Opção coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da Política de Negociação de Valores Mobiliários ou da legislação aplicável, o Prazo da Opção será prorrogado até a próxima data fixada pelo Conselho de Administração para o exercício das Opções.

**ILP:** Para o ILP, o prazo de carência total será de 4 anos para exercício da seguinte forma:

- 1/3 das *phantom stocks* outorgadas poderão ser convertidas em premiação no segundo ano após o ano de outorga;
- 1/3, ou 2/3, caso a primeira conversão não tenha sido exercida, das *phantom stocks* outorgadas poderão ser convertidas em premiação no terceiro ano após o ano de outorga;
- 100% das *phantom stocks* outorgadas e ainda não convertidas poderão ser convertidas no quarto ano após o ano de outorga.
- Por opção do outorgado, 100% das *phantom stocks* outorgadas e ainda não convertidas após o vencimento do quarto ano poderão ser convertidas ainda no quinto e sexto ano após o ano de outorga.

#### k. forma de liquidação

**Plano:** O pagamento do Plano deverá ser feito à vista, no ato da aquisição das ações, na forma determinada pelo Conselho de Administração em cada Programa, salvo na hipótese de o Participante optar por vender imediatamente, em bolsa de valores, parte ou a totalidade das ações adquiridas, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo Participante de nota promissória *pró-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até a data da liquidação do exercício das Opções, com a transferência das ações para os Participantes.

**ILP:** No ILP, atingido, no mínimo, 80% do EBITDA planejado para a CPFL Renováveis, a liquidação das ações virtuais (*phantom stocks*) em premiação (após o prazo de carência), consiste na apuração da (i) cotação média diária da ação da CPFL Renováveis em bolsa, calculada pela divisão do volume financeiro pela quantidade de títulos negociados nos meses de novembro e dezembro do ano anterior ao ano de conversão, além dos dividendos distribuídos no período, (ii) valor econômico representado por múltiplos de EBITDA, proporcionais ao número de ações virtuais e (iii) valor econômico representado pelo fluxo de dividendos descontado.

#### l. restrições à transferência das ações

**Plano:** O Plano prevê que eventuais restrições à transferência das ações adquiridas no âmbito do Plano serão decididas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato.

**ILP:** Tendo em vista que o ILP não prevê efetiva entrega de ações, este item não se aplica.

#### m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

**Plano:** Para o Plano, caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Companhia, envolvendo aumento, diminuição, desdobramento, agrupamento, bonificações em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas ações da Companhia, ficará resguardado ao Conselho de Administração o direito de também poder ajustar essas modificações às Opções não exercidas pelos seus titulares. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da Opção, mas com ajuste do preço de exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e as Opções até então concedidas extinguir-se-ão, a não ser que, em conexão com tal operação, o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício das Opções dos Programas em vigência, ou estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das Opções até então concedidas com a substituição de tais Opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista. Os ajustes efetuados no Plano quando da substituição das Opções originais por novas opções serão vinculativos. Os Participantes que discordem dos ajustes no Plano terão o direito de renunciar às suas Opções.

Os ajustes segundo as condições do item acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderá levar à sua revisão parcial ou integral, ou mesmo sua suspensão ou extinção, a critério do Conselho de Administração da Companhia.

**ILP:** Em caso de eventos extraordinários, para o ILP, o Conselho de Administração, a seu julgamento, tem o poder de alterar, suspender ou até mesmo extinguir o plano de incentivo de longo prazo.

#### **n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

**Plano:** O Plano prevê: Em caso de Desligamento Involuntário do Participante (conforme abaixo definido), todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis ("Opções Não-vested") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Não obstante, caberá ao titular o direito de exercer imediatamente as Opções já exercíveis na data do Desligamento Involuntário ("Opções Vested"), caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento Involuntário**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do titular da Opção conosco, tal como substituição ou não reeleição como administrador estatutário ou rescisão sem justa causa de contrato de trabalho, exceto Desligamento Voluntário (conforme abaixo definido), Desligamento por Justa Causa (conforme abaixo definido), falecimento, invalidez permanente ou Desligamento Especial (conforme abaixo definido).

Em caso de Desligamento Voluntário do Participante, todas as Opções Não-vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Não obstante, caberá ao titular o direito de exercer imediatamente as Opções Vested caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento Voluntário**" significa qualquer ato praticado de forma voluntária pelo titular da Opção que ponha fim à relação jurídica conosco, tal como pedido de demissão, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia, ou renúncia ao cargo, no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em caso de Desligamento por Justa Causa, todas as Opções que Lhe tenham sido concedidas, sejam elas Opções *Vested* ou Opções *Não-vested*, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Para fins do Plano, o termo “**Desligamento por Justa Causa**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do titular da Opção conosco por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia e, no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador ou contrato de prestação de serviços; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem ou situação financeira, de sócios, ou de quaisquer empresas controladas ou coligadas, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário ou contrato de prestação de serviços celebrado pelo Participante conosco ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; (f) descumprimento do Estatuto Social da Companhia, Código de Ética e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador ou prestador de serviços; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei das Sociedades por Ações, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei, obrigações essas que serão também aplicáveis por analogia aos prestadores de serviços.

No caso de Desligamento Especial do Participante, todas as Opções *Vested* poderão ser exercidas imediatamente, mediante pagamento à vista, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções, e todas as Opções *Não-vested* poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de *Vesting*.

Para efeitos do Plano, o termo “**Desligamento Especial**” significa o encerramento da carreira do Participante, mediante aprovação caso-a-caso do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Caso o pedido de Desligamento Especial seja de iniciativa do próprio Participante, ao avaliar o pedido o Conselho de Administração levará em consideração (i) a antecedência do pedido; (ii) o eventual plano de atividade profissional pós-desligamento do Participante; (iii) outras circunstâncias aplicáveis ao caso. A decisão do Conselho de Administração será discricionária e desvinculada das regras para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, nos termos das regras da previdência oficial (INSS) ou das regras para suplementação de aposentadoria de qualquer plano privado eventualmente patrocinado por nós.

No caso de falecimento do Participante, todas as Opções *Não-vested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções. As Opções *Vested* ou *Não-vested* estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas imediatamente, no todo ou em parte, pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, mediante pagamento à vista, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

No caso de invalidez permanente do Participante, todas as Opções *Não-vested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções. O Participante ou seu responsável legal terá o direito de exercer as Opções *Vested* ou *Não-vested* imediatamente, mediante pagamento à vista.

**ILP:** Para o ILP, caso ocorra **Rescisão Voluntária do Executivo**, todas as *phantom stocks* não exercíveis (“*unvested*”) são canceladas, e todas as *phantom stocks* exercíveis (“*vested*”) podem ser convertidas, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração e em até 30 dias após o anúncio do desligamento.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Em caso, de **Rescisão por Justa Causa**, todas as *phantom stocks* não exercíveis ("*unvested*") e *phantom stocks* exercíveis ("*vested*") são canceladas.

Em **Rescisão unilateral por iniciativa da empresa**, sem Justa Causa, antecipada ou no Término de Contrato sem renovação, todas as *phantom stocks* não exercíveis ("*unvested*") são canceladas, e todas as *phantom stocks* exercíveis ("*vested*") poderão ser convertidas, desde que manifestada a intenção de conversão em até 30 dias após o desligamento, informando-se Conselho de Administração.

Em caso de **Morte ou Aposentadoria por por Invalidez permanente**, todas as *phantom stocks* não exercíveis ("*unvested*") terão o prazo de carência antecipado e as *phantom stocks* serão pagas aos dependentes com base no último valor de conversão apurado. As *phantom stocks* exercíveis ("*vested*") serão convertidas com base no último valor de conversão apurado e pagas aos dependentes. No caso de invalidez, o pagamento poderá ser realizado para o próprio outorgado.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### 13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2016	
Órgão	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5 membros
Número de membros remunerados	5 membros
<b>Outorga de opções de compras de ações:</b>	
Data de outorga	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	76.997
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	<i>Vesting</i> previsto de 4 anos, com opção de antecipação de 1/3 das <i>phantom stocks</i> outorgadas, que poderão ser convertidas em premiação no segundo ano após o ano de outorga (2018).
Prazo máximo para exercício das opções	Quarto ano após o ano de outorga (2020)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não haverá transferência de ações
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	14,32
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Valor justo das opções na data da outorga	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não há emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2015	
Órgão	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5,33 membros
Número de membros remunerados	1 membro
<b>Outorga de opções de compras de ações:</b>	

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Data de outorga	29/10/2009
Quantidade de opções outorgadas	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de restrição à transferência das ações	
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	12.500
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Valor justo das opções na data da outorga	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2014</b>	
Órgão	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6 membros
Número de membros remunerados	1 membro
<b>Outorga de opções de compras de ações:</b>	
Data de outorga	29/10/2009
Quantidade de opções outorgadas	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de restrição à transferência das ações	
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>	

**13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

(a) Das opções em aberto no início do exercício social	60.425
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	25.729
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Valor justo das opções na data da outorga	11,70
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,14%

(\*) Não houve remuneração baseada em ações de emissão da Companhia para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

#### **13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social**

No exercício social findo em 31/12/2016 não existiam opções em aberto para o Conselho de Administração ou para a Diretoria Estatutária.

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### 13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 a Companhia realizou remuneração baseada em ações para o Diretoria Estatutária. Adicionalmente, não houve *phantom stocks* exercidas em 2015.

<b>Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2016</b>	
<b>Stocks Options</b>	
	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	4,83
<b>Nº de membros remunerados</b>	1
<b>Opções exercidas</b>	-
Número de ações	-
Preço médio ponderado de exercício	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-
<b>Ações entregues</b>	
Número de ações entregues	42.832
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 9,939316
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$ 0,81

14

<b>Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015</b>	
<b>Stocks Options</b>	
	<b>Diretoria Estatutária</b>

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

<b>Nº total de membros</b>	5,33
<b>Nº de membros remunerados</b>	1
<b>Opções exercidas</b>	
Número de ações	-
Preço médio ponderado de exercício	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-
<b>Ações entregues</b>	
Número de ações entregues	-
Preço médio ponderado de aquisição	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-

15

<b>Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014</b>	
<b>Stocks Options</b>	
	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	6
<b>Nº de membros remunerados</b>	1
<b>Opções exercidas</b>	
Número de ações	25.729
Preço médio ponderado de exercício	8,43
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	4,55

**13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

<b>Ações entregues</b>	
Número de ações entregues	25.729
Preço médio ponderado de aquisição	8,43
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	4,55

## **13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

**13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

### **a. Modelo de precificação**

Precificamos as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

### **b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

As informações abaixo foram ajustadas para refletir o grupamento das ações da Companhia aprovado em 31 de maio de 2012.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2011 é fixo em R\$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 1º de março de 2011. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de emissão da Companhia adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos demais acionistas da Companhia.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2010 é fixo em R\$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 9 de março de 2010. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de emissão da Companhia adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos demais acionistas da Companhia.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2009 é fixo em R\$1,23 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 1º de janeiro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 29 de outubro de 2009. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de emissão da Companhia adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos demais acionistas da Companhia.

### **c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Com relação ao Programa, não é aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização do Conselho de Administração, que então, definirá os métodos e as premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada**

Não aplicável no modelo do plano, tendo em vista que a volatilidade das ações não foi considerada no cálculo para apuração do valor da bonificação.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não há outras características das opções incorporadas na mensuração de seu valor.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

<b>VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.</b>	
<b>Órgão</b>	<b>Ações Ordinárias</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	0
<b>Conselho de Administração</b>	112.334
<b>Conselho Fiscal</b>	0

Data base: 31/12/2016

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

#### 13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração. Quanto aos diretores estatutários, a partir de julho de 2012, a CPFL Renováveis contratou a Bradesco Vida e Previdência, para administração do plano de previdência privada. A regra de contribuição para os diretores estatutários é de até 7% do salário, descontado em folha de pagamento. Em contrapartida, a CPFL Renováveis contribui com a mesma porcentagem. Além disso, os diretores estatutários, que desejarem acelerar a captação de recursos para a aposentadoria terão a opção de realizar contribuições voluntárias, sendo estas sem a contrapartida da Companhia. Um dos administradores da Companhia possui um plano de previdência com a Fundação CESP, nos mesmo moldes do plano do Bradesco.

a. Órgão	Diretoria Estatutária	
	Plano I	Plano II
b. Número total de membros	4 diretores	4 diretores
c. Número de membros remunerados	3,5 diretores	1 diretor
d. Nome do plano	PGBL Bradesco	Fundação CESP
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	00	00
f. Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 546.561,47	R\$ 222.029,95
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 180.957,17	R\$ 49.546,87

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

---

i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O valor referente à parte do participante poderá ser resgatado a qualquer momento, porém, o resgate da parcela da empresa segue as regras estabelecidas em contrato (cláusula de <i>vesting</i> ).	O valor referente à parte do participante poderá ser resgatado a qualquer momento, porém, o resgate da parcela da empresa segue as regras estabelecidas em contrato (cláusula de <i>vesting</i> ).
---	--	--

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A eficácia do presente item 13.11 encontra-se suspensa em relação aos associados do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro ("IBEF-RJ"), e, por consequência, às sociedades às quais estejam associados, em razão da liminar deferida pela 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da Ação Ordinária nº 2010.510102888-5 ajuizada pelo IBEF.

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

#### **13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, bem como as consequências financeiras para o emissor**

O desfazimento da relação jurídica com os administradores, qualquer que seja a forma, será objeto de deliberação ou ciência pelo Conselho de Administração, que determinará a adoção dos procedimentos impostos pela legislação societária vigente.

A relação jurídica entre as partes será considerada extinta, em razão do término do mandato, e desde que não haja recondução ao cargo. Neste caso, pagaremos aos administradores: (a) honorários integrais do mês de extinção do mandato; (b) dias de descanso vencidos e não realizados, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) bônus proporcionais, de curto prazo, a critério do Conselho de Administração da Companhia.

A relação jurídica entre as partes será considerada extinta, antes do término do prazo do mandato, se ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) extinção do cargo para o qual o administrador foi eleito; (b) destituição promovida por deliberação do Conselho de Administração; e (c) destituição promovida por deliberação do Conselho de Administração, por descumprimento, pelo administrador, de qualquer cláusula do respectivo contrato de trabalho, ou pela não observação das obrigações impostas pelas leis aplicáveis para o exercício das funções inerentes ao cargo de administração, ou por qualquer outro motivo que, a critério do mencionado órgão, seja considerado justo.

Caso a extinção da relação jurídica se dê pelas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” acima, pagaremos ao administrador, a título de indenização, 50% a 100%, conforme o caso, dos honorários mensais do tempo restante deste contrato, respeitando o valor mínimo relativo a um honorário mensal, além das verbas abaixo: (a) honorários integrais do mês de destituição; (b) dias de descanso vencidos e não usufruídos, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) 13<sup>a</sup> honorário proporcional ao número de meses em exercício do cargo no ano; (d) indenização das parcelas conversíveis do Incentivo de Longo Prazo (“ILP”), conforme previsto na norma específica, sendo abrangidas todas as unidades que ultrapassarem o período de *vesting* e ainda não tenham sido convertidas. Já na hipótese prevista na alínea “c” acima, pagaremos ao administrador, exclusivamente, as seguintes verbas: (a) honorários proporcionais referentes ao mês de destituição; (b) dias de descanso vencidos e não usufruídos, considerados, se necessário, *pro rata die*.

A relação jurídica entre as partes poderá ser considerada extinta antes do término do prazo do mandato por renúncia expressa apresentada pelo administrador. Neste caso, o administrador perderá o direito de converter as parcelas de ILP, conversíveis e a converter, de acordo com norma específica. Neste caso, serão abrangidas todas as unidades do ILT, tanto pós como pré *vesting*. O administrador ainda fará jus: (a) honorários integrais do mês da renúncia; (b) dias de descanso vencidos e não realizados, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) 13<sup>o</sup> honorário proporcional ao número de meses trabalhados no ano.

Asseguramos ao administrador, de forma suplementar aos demais direitos, o recebimento de uma indenização especial e única, correspondente ao valor de seis honorários, caso ocorram alterações significativas dos acionistas que compõem o bloco de controle majoritário, que impliquem em: (a) extinção do cargo, objeto do respectivo contrato de trabalho; ou (b) destituição do administrador unilateral por parte do Conselho de Administração, ou (c) alterações das condições de exercício do cargo, que tornem menos atraente o desempenho da função, tais como: remuneração, benefícios, funções, atribuições, autoridade ou responsabilidades. Em tal hipótese, o administrador poderá pleitear ao Conselho de Administração a rescisão do seu contrato de trabalho, apresentando, por escrito, os fundamentos do seu pedido, e fará

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

jus à indenização aqui mencionada caso o referido órgão entenda, por maioria, que se caracterizou a hipótese aqui mencionada.

Em relação a seguros contratos, a apólice de D&O contratada, mencionada no item 12.11 deste formulário, prevê extensão de cobertura para administradores aposentados e/ou destituídos ao longo da vigência da apólice e por prazo complementar de 120 meses para apresentação de reclamações à Seguradora. Reclamações essas, motivadas por atos de administradores já aposentados e/ou destituídos.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

**13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

<b>Órgão</b>	<b>2016 (%)</b>	<b>2015 (%)</b>	<b>2014 (%)</b>
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	66,67%	66,67%	66,67%

### **13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

**13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não há valores reconhecidos nos resultados de 2016, 2015 e 2014 de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

<b>Órgão</b>	<b>Exercícios Sociais encerrados em 2016, 2015 e 2014</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Controles diretos e indiretos	-	-	-
Controladas da Emissora	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a qual título tal valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não existem valores reconhecidos nos resultados de 2016, 2015 e 2014 de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

**13.16 - Outras informações relevantes****13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº001/2017, conforme detalhado nas planilhas abaixo em cada exercício social:

	<b>Conselho de Administração</b>		
	<b>Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Janeiro.....	7	9	9
Fevereiro.....	7	9	9
Março.....	7	9	9
Abril.....	7	9	9
Maió.....	7	9	9
Junho.....	7	9	9
Julho.....	7	9	9
Agosto.....	7	9	9
Setembro.....	7	9	9
Outubro.....	9	9	9
Novembro.....	9	9	9
Dezembro.....	9	9	9
Total.....	90	108	108
<b>Média.....</b>	<b>7,50</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

	<b>Diretoria Estatutária</b>		
	<b>Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Janeiro.....	6	5	6
Fevereiro.....	6	5	6
Março.....	6	5	7
Abril.....	6	5	5
Maió.....	6	6	5
Junho.....	6	6	5
Julho.....	6	6	4
Agosto.....	6	5	4
Setembro.....	6	5	4
Outubro.....	6	5	4
Novembro.....	6	5	4
Dezembro.....	6	6	4
Total.....	72	64,00	58,00
<b>Média.....</b>	<b>6,00</b>	<b>5,33</b>	<b>4,83</b>

**13.16 - Outras informações relevantes**

	<b>Conselho Fiscal</b>		
	<b>Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Janeiro.....	-	3	3
Fevereiro.....	-	3	3
Março.....	-	3	3
Abril.....	-	3	3
Maió.....	3	3	3
Junho.....	3	3	3
Julho.....	3	3	3
Agosto.....	3	3	3
Setembro.....	3	3	3
Outubro.....	3	3	3
Novembro.....	3	3	3
Dezembro.....	3	3	3
Total.....	24,00	36,00	36,00
<b>Média.....</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****14. Recursos Humanos****14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:****a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

	Com base na atividade desempenhada		
	Em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Administrativo	239	217	196
Operacional	193	180	161
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>397</b>	<b>357</b>

	2016	2015	2014
Região Sudeste	306	296	265
Região Sul	26	25	26
Região Nordeste	98	76	66
Região Centro Oeste	02	0	0
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>397</b>	<b>357</b>

**b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

	2016	2015	2014
Unidade em Operação	901	725	555
Unidades em Construção	475	969	0
Unidades Administrativas	47	48	7
Projetos em desenvolvimento	0	25	19
<b>Total</b>	<b>1423</b>	<b>1.767</b>	<b>581</b>

	2016	2015	2014
Minas Gerais	133	161	95
Santa Catarina	75	36	72
São Paulo	271	233	156
Ceará	590	176	130
Paraná	4	49	18
Mato Grosso	22	17	7
Rio Grande do Sul	56	65	6
Rio Grande do Norte	272	1.005	78
<b>Total</b>	<b>1423</b>	<b>1.742*</b>	<b>562*</b>

\* a diferença entre o valor da base por atividade e geográfica são terceiros que realizam suas atividades em projeto em desenvolvimento, ou seja, sem implementação, sem ter uma localização específica.

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****c) índice de rotatividade**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Índice de Rotatividade	1,83	1,79	1,65

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

**14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.**

Não houve motivos substanciais para o crescimento do quadro de funcionários, além do aumento da capacidade em operação da Companhia.

## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### 14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

#### a) Política de salários e remuneração variável.

A política tem por objetivo viabilizar a gestão da área de remuneração na CPFL Renováveis, com devida atenção às necessidades de consistência interna, competitividade de mercado, motivação profissional e transparência administrativa.

A estrutura salarial da CPFL Renováveis é baseada em pesquisa de mercado realizada por consultoria especializada, e que através de suas avaliações possibilitam a gestão sobre a remuneração dos cargos existentes em sua estrutura. A linha mestra da estrutura salarial é a mediana, que corresponde a 100% ou ponto médio da tabela salarial.

A Tabela Salarial é estruturada da seguinte forma:

Inicial	Mediana	Final
80%	100%	120%

- As faixas que compõem a tabela salarial são utilizadas para dar flexibilidade aos gestores na gestão dos salários, principalmente levando em conta o desempenho e potencial dos colaboradores; e
- As correções das faixas salariais são realizadas de acordo com os ajustes em função de mercado, quando da realização de pesquisa salarial. A pesquisa salarial será realizada a cada dois anos.

#### b) Política de benefícios.

Oferecemos aos nossos colaboradores um pacote de benefícios alinhado as melhores práticas de mercado, dentre os quais destacamos: vale-refeição, vale-natal, vale-transporte, seguro de vida e assistência médica hospitalar, para o colaborador e seus dependentes, sendo estes integralmente custeados pela Companhia. A partir de julho de 2012, a CPFL Renováveis contratou a Bradesco Vida e Previdência para administração do plano de previdência privada, somando-se mais um benefício ao pacote. A regra de contribuição para todos os colaboradores está de acordo ao plano de cargos da empresa sendo descontado em folha de pagamento, a parcela correspondente a contribuição e em contrapartida, a CPFL Renováveis contribui com a mesma porcentagem. Além disso, os colaboradores que desejarem acelerar a captação de recursos para a aposentadoria terão a opção de realizar contribuições voluntárias, sendo estas sem a contrapartida da empresa.

#### c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

##### *i. grupos de beneficiários*

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

##### *ii. condições para exercício*

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

##### *iii. preços de exercício*

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

##### *iv. prazos de exercício*

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

##### *v. quantidade de ações comprometidas pelo plano*

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

## 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

### 14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os instrumentos coletivos celebrados com as entidades sindicais representam para a CPFL Renováveis um instrumento fundamental que rege as relações de trabalho e suas disposições são integralmente cumpridas pela empresa no período de sua vigência.

A CPFL Renováveis considera indispensável para o desenvolvimento saudável das relações com os Sindicatos, o permanente respeito mútuo entre as partes e a lisura nos procedimentos, garantindo total imparcialidade, seja qual for a entidade sindical.

Abaixo segue a lista de todos os sindicatos com os quais a Companhia mantém relações:

- Sindicato dos eletricitários de São Paulo;
- STIEEC / Campinas;
- Senergisul / RS; e
- Sindeletró / CE.

Nos três últimos exercícios sociais, não houveram paralisações e greves na Companhia.

## 14.5 - Outras informações relevantes

<b>14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes</b>
---

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores desse Formulário de Referência.

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Arrow Fundo de Investimento em Participações</b>						
08.486.528/0001-24	Brasileira-SP	Sim	Não	01/06/2017		
Não						
	61.651.682	12,248242%	0	0,000000%	61.651.682	12,248242%
<b>Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI</b>						
33.754.482/0001-24	Brasileira-SP	Sim	Não	13/07/2016		
Não						
	31.960.220	6,349486%	0	0,000000%	31.960.220	6,349486%
<b>CPFL Geração de Energia S.A.</b>						
03.953.509/0001-47	Brasileira-SP	Sim	Sim	15/06/2015		
Não						
	259.748.799	51,603883%	0	0,000000%	259.748.799	51,603883%
<b>Banco BTG Pactual S.A</b>						
30.306.294/0001-45	Brasileiro-SP	Não	Não	06/07/2017		
Não						
	30.552.617	6,069840%	0	0,000000%	30.552.617	6,069840%
<b>FIP Brasil Energia (BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos)</b>						
07.032.374/0001-38	Brasileira-SP	Sim	Não	15/06/2016		
Não						
	31.439.288	6,245994%	0	0,000000%	31.439.288	6,245994%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>OUTROS</b>						
	87.998.665	17,482555%	0	0,000000%	87.998.665	17,482555%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
<b>TOTAL</b>						
	503.351.271	100,000000%	0	0,000000%	503.351.271	100,000000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>CPFL Geração de Energia S.A.</b>				<b>03.953.509/0001-47</b>		
<b>CPFL Energia S.A.</b>						
02.429.144/0001-93		Não	Não	29/03/2013		
Não						
693.038.168	100,000000	0	0,000000	693.038.168	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
2	0,000000	0	0,000000	2	0,000000	
TOTAL						
693.038.170	100,000000	0	0,000000	693.038.170	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CPFL Energia S.A.				02.429.144/0001-93	
<b>Antares Holdings Ltda.</b>					
07.341.926/0001-90		Não	Não	29/04/2016	
Não					
16.967.165	1,666855	0	0,000000	16.967.165	1,666855
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>BNDES Participações S.A.</b>					
00.383.281/0001-09		Não	Não	29/04/2016	
Não					
68.592.097	6,738491	0	0,000000	68.592.097	6,738491
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Brumado Holdings Ltda.</b>					
08.397.763/0001-20		Não	Não	29/04/2016	
Não					
36.497.075	3,585475	0	0,000000	36.497.075	3,585475
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CPFL Energia S.A.				02.429.144/0001-93	
<b>Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI</b>					
33.754.482/0001-24		Não	Não	21/01/2017	
Não					
98.589.229	9,685411	0	0,000000	98.589.229	9,685411
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>ESC Energia S.A.</b>					
15.146.011/0001-51		Não	Sim	23/01/2017	
Não					
234.086.204	22,996641	0	0,000000	234.086.204	22,996641
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
241.104.363	23,686107	0	0,000000	241.104.363	23,686107
<b>State Grid Brazil Power Participacoes Ltda.</b>					
26.002.119/0001-97		Não	Sim	23/01/2017	
Não					
322.078.613	31,641020	0	0,000000	322.078.613	31,641020
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CPFL Energia S.A.				02.429.144/0001-93	
<b>TOTAL</b>					
1.017.914.746	100,000000	0	0,000000	1.017.914.746	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Antares Holdings Ltda.</b>				<b>07.341.926/0001-90</b>	
<b>Bradespar S.A.</b>					
03.847.461/0001-92		Não	Sim	30/09/2015	
Não					
326.999.999	100,000000	0	0,000000	326.999.999	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
326.999.999	100,000000	0	0,000000	326.999.999	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Brumado Holdings Ltda.</b>				<b>08.397.763/0001-20</b>	
<b>Antares Holdings Ltda.</b>					
07.341.926/0001-90		Não	Sim	30/09/2015	
Não					
983.227.791	100,000000	0	0,000000	983.227.791	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	0,000000
TOTAL					
983.227.791	100,000000	1	100,000000	983.227.792	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ESC Energia S.A.				15.146.011/0001-51	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
State Grid Brazil Power Participacoes Ltda.					
26.002.119/0001-97		Não	Sim	23/01/2017	
Não					
1.042.392.615	100,000000	0	0,000000	1.042.392.615	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.042.392.615	100,000000	0	0,000000	1.042.392.615	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Bradespar S.A.</b>				<b>03.847.461/0001-92</b>	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	27/04/2017
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	172
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	13
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	29

**Ações em Circulação**

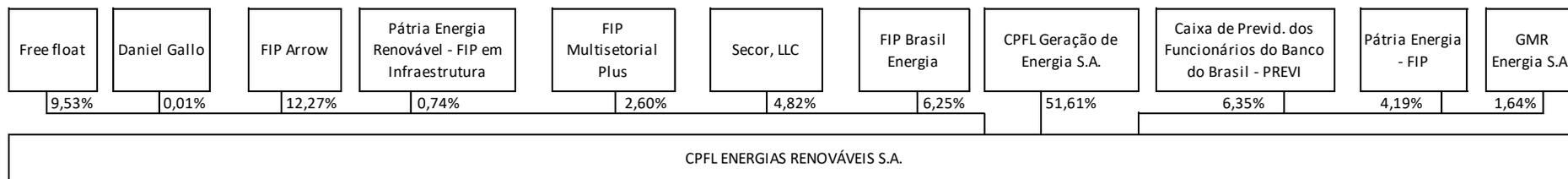
*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	243.553.192	48,386327%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	243.553.192	48,386327%

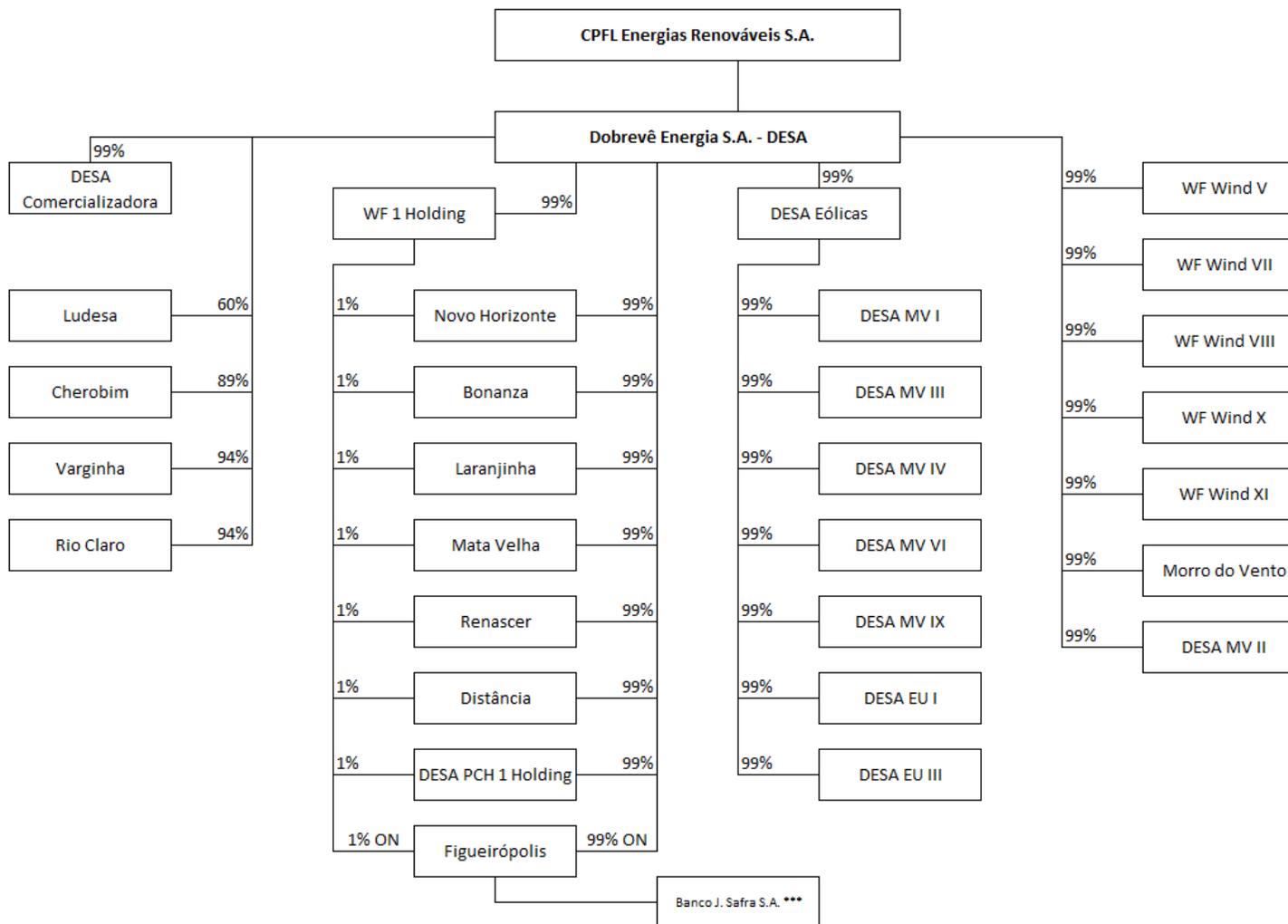
**15.4 Inserir organograma dos acionistas do emissor, e do grupo em que se insere, indicando:**

**Diagrama do Grupo Econômico**

**CPFL Renováveis**

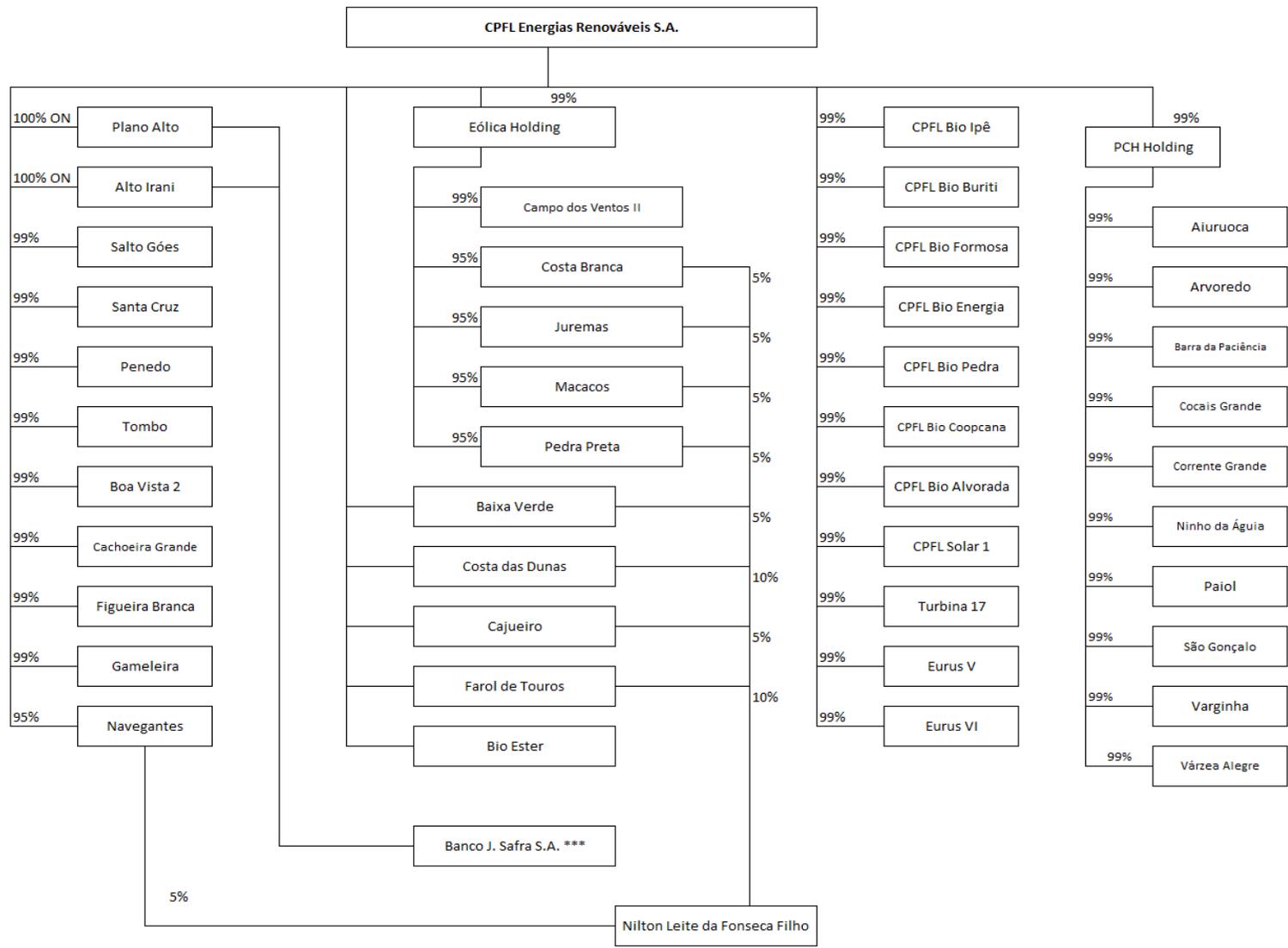


### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



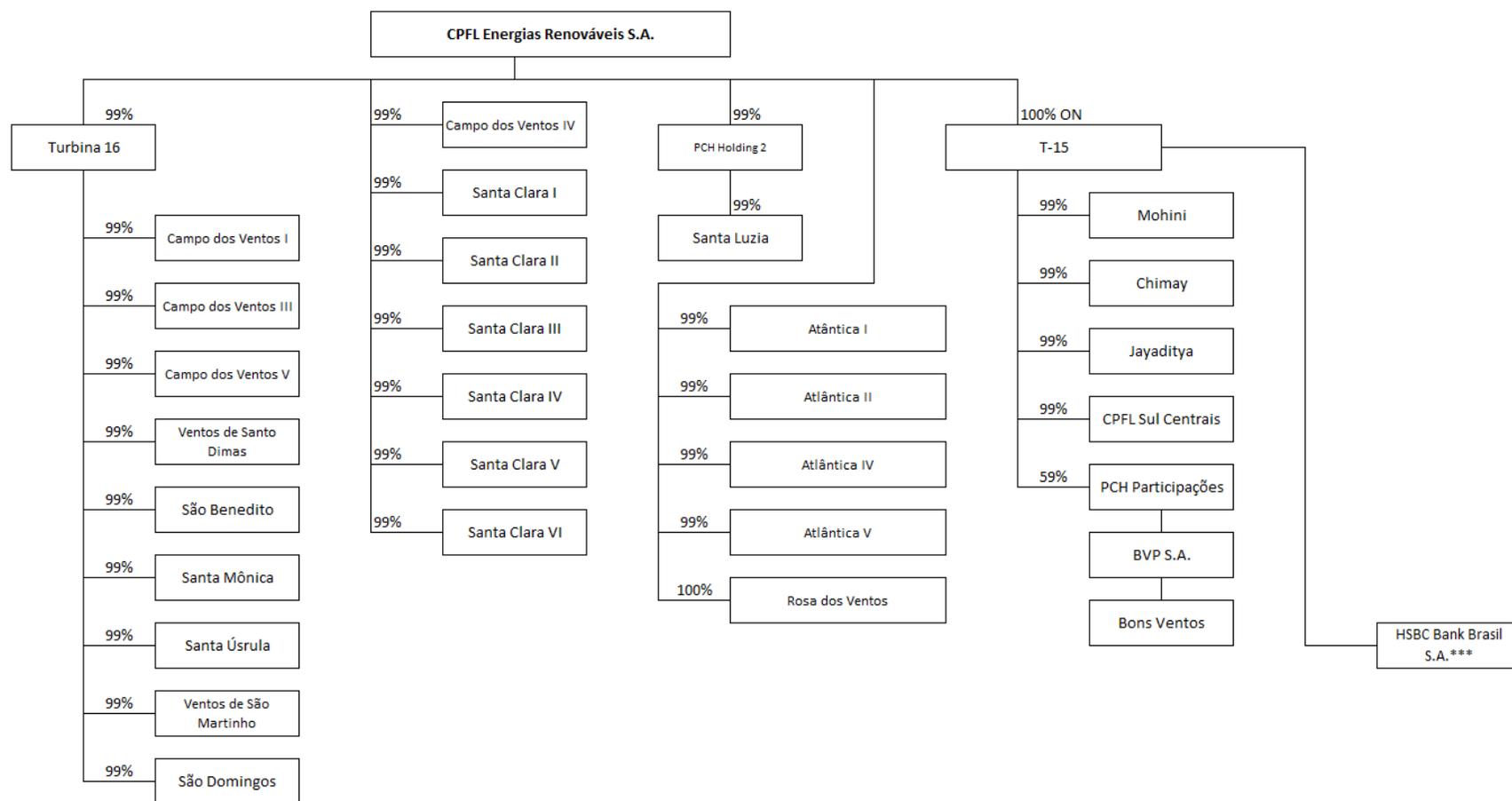
Continuação...

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



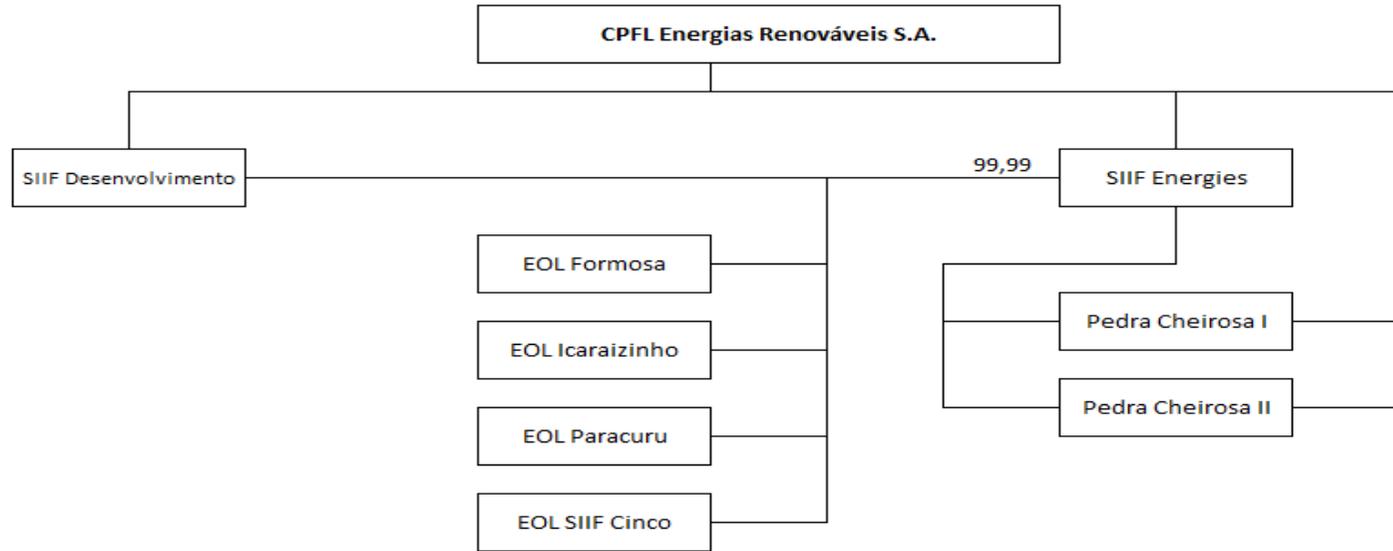
Continuação...

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Continuação...

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



\*\*\* Acionista detentor de ações preferenciais sem direito a voto.  
 Estrutura já contemplando as pretensas controladas.

## 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

### CPFL Renováveis

COMPOSIÇÃO ACIONARIA									Trim/Ano: 1T2017		Data da última alteração
CPFL ENERGIA S/A									Por unidade de ações		
#	QUADRO 1 - Empresa: CPFL Energia S.A.	CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL	% Total	
	<b>Controladores</b>		556.164.817	54,637662%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	556.164.817	54,637662%	
1.1	Esc Energia S.A.	15.146.011/0001-51	234.086.204	22,996641%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	234.086.204	22,996641%	23-jan-17
1.2	State Grid Brazil Power Participações Ltda.	26.002.119/0001-97	322.078.613	31,641020%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	322.078.613	31,641020%	23-jan-17
	<b>Não Controladores</b>		461.749.929	45,362338%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	461.749.929	45,362338%	
1.3	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	33.754.482/0001-24	98.589.229	9,685411%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	98.589.229	9,685411%	23-jan-17
1.4	BNDES Participações S.A.	00.383.281/0001-09	68.592.097	6,738491%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	68.592.097	6,738491%	29-abr-16
1.5	Brumado Holdings Ltda.	08.397.763/0001-20	36.497.075	3,585475%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	36.497.075	3,585475%	29-abr-16
1.6	Antares Holdings Ltda.	07.341.926/0001-90	16.967.165	1,666855%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	16.967.165	1,666855%	29-abr-16
1.7	Membros do Conselho de Administração		-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	29-abr-16
1.8	Membros da Diretoria Executiva		34.250	0,003365%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	34.250	0,003365%	31-jul-16
1.9	Demais Acionistas		241.070.113	23,682741%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	241.070.113	23,682741%	
	<b>Total</b>		1.017.914.746	100,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1.017.914.746	100,000000%	
	<b>QUADRO 2 - Empresa: 1.1 ESC Energia S.A.</b>	<b>CNPJ ou CPF</b>	<b>COTAS / AÇÕES ON</b>	<b>% ON</b>	<b>% Total</b>	<b>AÇÕES PN</b>	<b>% PN</b>	<b>% Total</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% Total</b>	
	<b>Controladores</b>		1.042.392.615	100,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1.042.392.615	100,000000%	
1.1.1	State Grid Brazil Power Participações Ltda.	26.002.119/0001-97	1.042.392.615	100,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1.042.392.615	100,000000%	23-jan-17
	<b>Não Controladores</b>		-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	
1.1.2	Demais Acionistas		-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	
	<b>Total</b>		1.042.392.615	100,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1.042.392.615	100,000000%	
	<b>QUADRO 3 - Empresa: 1.5 Brumado Holdings Ltda.</b>	<b>CNPJ ou CPF</b>	<b>COTAS / AÇÕES ON</b>	<b>% ON</b>	<b>% Total</b>	<b>AÇÕES PN</b>	<b>% PN</b>	<b>% Total</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% Total</b>	
	<b>Controladores</b>		983.227.791	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	983.227.791	0,000000%	
1.5.1	Antares Holdings Ltda.	07.341.926/0001-90	983.227.791	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	983.227.791	0,000000%	30-set-15
	<b>Não Controladores</b>		1	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1	0,000000%	
1.5.2	Demais Acionistas		1	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1	0,000000%	
	<b>Total</b>		983.227.792	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	983.227.792	0,000000%	
	<b>QUADRO 4 - Empresa: 1.6 Antares Holdings Ltda.</b>	<b>CNPJ ou CPF</b>	<b>COTAS / AÇÕES ON</b>	<b>% ON</b>	<b>% Total</b>	<b>AÇÕES PN</b>	<b>% PN</b>	<b>% Total</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% Total</b>	
	<b>Controladores</b>		326.999.999	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	326.999.999	0,000000%	
1.6.1	Bradespar S.A.	03.847.461/0001-92	326.999.999	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	326.999.999	0,000000%	30-set-15
	<b>Não Controladores</b>		1	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1	0,000000%	
1.6.2	Demais Acionistas		1	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	1	0,000000%	
	<b>Total</b>		327.000.000	0,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	327.000.000	0,000000%	

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.		CNPJ: 03.953.509/0001-47			Código: 00443			Por unidade de ações		Data da última alteração	
QUADRO 1 - ACIONISTAS/COTISTAS DA CONCESSIONÁRIA		CNPJ ou CPF	COTAS / AÇÕES ON	% ON	% Total	AÇÕES PN	% PN	% Total	TOTAL		% Total
	<b>Controladores</b>		693.038.168	100,000000%	100,000000%	-	100,000000%	0,000000%	693.038.168	100,000000%	
1	CPFL ENERGIA S/A	02.429.144/0001-93	693.038.168	100,000000%	100,000000%	-	0,000000%	0,000000%	693.038.168	100,000000%	28-mar-13
	<b>Não Controladores</b>		2	0,000000%	0,000000%	-	100,000000%	0,000000%	2	0,000000%	
2	Membros do Conselho de Administração		2	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	0,000000%	2	0,000000%	
3	Demais Acionistas		-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	0,000000%	-	0,000000%	
	<b>Total</b>		693.038.170	100,000000%	100,000000%	-	100,000000%	0,000000%	693.038.170	100,000000%	

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

<b>15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:</b>
--

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas a voto em Assembleias Gerais e em reuniões do Conselho de Administração, participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos; direito de preferência em relação à aquisição das ações de emissão da Companhia e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade delas; e direito de preferência nos aumentos de capital social.

Destaca-se que o Acordo de Acionistas é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas ao acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA.

### a. partes.

São partes no Acordo de Acionistas: (i) CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"); (ii) Bloco ERSA (Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações ("Pátria Energia"), Secor – LLC ("Secor"), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus ("Bradesco FIP"), GMR Energia S.A. ("GMR Energia"), Daniel Gallo ("Daniel Gallo"), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia ("FIP Brasil Energia"), Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP Pátria"); e (iii) Arrow – Fundo de Investimento em Participações ("ARROW").

### b. data de celebração.

O atual Acordo de Acionistas da Companhia foi celebrado por meio do 8º Aditivo e Consolidação do Acordo de Acionistas em 01 de outubro de 2014.

### c. prazo de vigência.

O Acordo de Acionistas permanecerá em vigor: (i) em relação a todos os Acionistas, até a expiração do prazo de todas as outorgas aos empreendimentos de titularidade da Companhia (sob forma de concessão, autorização, ou outras), a não ser que de outra forma acordado, por escrito, por todos os Acionistas; (ii) em relação aos Acionistas do Bloco ERSA, enquanto detiverem, em conjunto, 15% (quinze por cento) ou mais do capital social votante da Companhia; (iii) em relação ao acionista ARROW, enquanto detiver 6,5% (seis vírgula cinquenta por cento) ou mais do capital social votante da Companhia. Em todo caso, o Acordo de Acionistas deverá ser extinto em relação a um Acionista se tal Acionista, nos termos do Acordo, deixar de ser acionista da Companhia.

### d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

O Acordo de Acionistas não estabelece cláusulas relativas ao exercício do poder de controle, que é exercido isoladamente pela CPFL Geração de Energia S.A.

### e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores.

O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) a 13 (treze) Cnselheiros, sendo a fixação do número de conselheiros e a eleição pelos acionistas realizadas conforme o disposto no Acordo de Acionistas. Os integrantes do Conselho de Administração serão selecionados dentre indivíduos experientes e idôneos, inclusive dentre sócios e executivos seniores dos acionistas e de suas afiliadas.

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Os conselheiros serão eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral para mandatos unificados de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição, conforme o disposto abaixo.

A CPFL Geração terá o direito de indicar ao menos a metade mais um dos membros do Conselho e os respectivos suplentes, dentre eles o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Os Acionistas integrantes do Bloco ERSA terão, em conjunto, o direito de indicar até 2 (dois) conselheiros e os respectivos suplentes. Para tanto, cada um dos acionistas integrantes do Bloco ERSA terá o direito de nomear 1 (um) conselheiro e o respectivo suplente, enquanto for titular de ações em quantidade igual ou superior a uma participação no capital social total e votante da Companhia igual ou superior a 6,5% (seis e meio por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da respectiva eleição ("Participação Mínima"). Caso mais de 2 (dois) integrantes do Bloco ERSA possuam em seu nome a Participação Mínima na data da respectiva eleição, os acionistas que tiverem as duas maiores participações no capital social total e votante da Companhia na data da respectiva eleição terão o direito de nomear cada um, 1 (um) conselheiro e o respectivo suplente.

Caso um acionista do Bloco ERSA perca o direito de nomear um membro do Conselho de Administração, os demais acionistas do Bloco ERSA poderão, por deliberação da maioria dos demais acionistas (por quantidade de ações), destituir o membro do Conselho de Administração que aquele acionista do Bloco ERSA não tiver mais o direito de nomear. O assento do Conselho de Administração ao qual um acionista do Bloco ERSA não tenha mais o direito de nomear poderá ser preenchido conforme o disposto abaixo ou, caso tal preenchimento não seja possível, permanecerá vago, a não ser se de outro modo acordado por escrito por todos os acionistas.

Caso, na data da respectiva eleição, não haja pelo menos 2 (dois) acionistas integrantes do Bloco ERSA com participação no capital social total e votante da Companhia igual ou superior a 6,5% (seis e meio por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que desejem indicar conselheiros, os acionistas integrantes do Bloco ERSA poderão combinar entre si suas participações no capital da Companhia. Nesse caso, cada bloco de ações do Bloco ERSA representando participação conjunta igual ou superior à Participação Mínima na data da respectiva eleição ("Bloco para Conselho") dará direito a indicar 1 (um) Conselheiro e seu respectivo suplente, até o limite de 2 (dois) conselheiros que o Bloco ERSA tem o direito de indicar.

Um mesmo acionista do Bloco ERSA (seja ele minoritário do Bloco ou não) poderá participar em mais de um Bloco para Conselho, por meio da alocação de ações em Blocos para Conselho diferentes.

Caso mais de 2 (dois) Blocos para o Conselho possuam a Participação Mínima na data da respectiva eleição, os Blocos para o Conselho que tiverem as duas maiores participações no capital social total e votante da Companhia na data da respectiva eleição, terão o direito de nomear cada um, 1 (um) Conselheiro e o respectivo suplente.

A saída de um acionista do Bloco ERSA de determinado Bloco para Conselho não representa, por si só, a perda do direito de tal Bloco para Conselho de nomear 1 (um) conselheiro e o respectivo suplente, desde que referido Bloco para Conselho ainda mantenha uma Participação Mínima.

Ainda que um Bloco para Conselho possua uma participação no capital social total e votante da Companhia na data da respectiva eleição superior a de um acionista isoladamente, o Bloco para o Conselho somente poderá indicar 1 (um) Conselheiro e seu respectivo suplente, caso esse acionista que possua Participação Mínima abdique seu direito de indicar 1 (um) conselheiro e seu respectivo suplente.

Não obstante o acima disposto, o total de conselheiros que poderão ser eleitos pelos acionistas integrantes do Bloco ERSA, conforme o Acordo de Acionistas não excederá, em qualquer hipótese, a 2 (dois) conselheiros.

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O ARROW terá o direito de indicar 1 (um) conselheiro e o respectivo suplente, enquanto for titular de ações em quantidade igual ou superior a uma participação no capital social total e votante da Companhia igual ou superior a 6,5% (seis e meio por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da respectiva eleição ("Participação Mínima"). Caso o ARROW perca o direito de nomear um membro do Conselho de Administração, os demais Acionistas poderão, por deliberação da maioria, destituir o membro do Conselho de Administração anteriormente indicado pelo ARROW. O assento do Conselho de Administração ao qual o ARROW não tenha mais o direito de nomear, permanecerá vago, a não ser se de outro modo acordado por escrito por todos os acionistas.

Ao menos 1 (um) conselheiro deverá ser eleito como membro independente e/ou representante de acionistas minoritários, consoante as leis brasileiras e as exigências de registro pertinentes, e não poderá ser indicado nem pelos acionistas do Bloco ERSA e nem pelo ARROW. Em qualquer hipótese, o Conselho terá tantos membros quantos necessários de forma a assegurar que (i) a CPFL Geração mantenha o direito de indicar a maioria dos Conselheiros, inclusive o Presidente e o Vice-Presidente, enquanto mantiver a maioria das ações; (ii) os acionistas do Bloco ERSA mantenham o direito de indicar até 2 (dois) conselheiros, nos termos do Acordo de Acionistas; e (iii) a ARROW mantenha o direito de indicar 1 (um) conselheiro, nos termos do Acordo de Acionista; e (iv) a Companhia tenha 1 (um) ou mais conselheiros independentes, com sólida e comprovada experiência em questões inerentes ao desenvolvimento do negócio, sendo que pelo menos 1 (um) deles não poderá ser eleito nem pelo Bloco ERSA e nem pelo ARROW. A independência do referido Conselheiro deverá ser caracterizada conforme a definição de conselheiro independente estabelecida no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e o *Policy Agreement* firmado com o *International Finance Corporation – IFC* ("Conselheiro Independente").

Cada acionista enviará aos demais acionistas o nome e sucinto currículo dos indivíduos indicados para ocupar o cargo de membros do Conselho de Administração, tão logo possível (preferencialmente até antes da convocação da Assembleia Geral que deliberará sobre a eleição de Conselheiros), mas em todo caso até 2 (dois) dias úteis da data da Assembleia Geral que deliberará sobre a eleição de conselheiros.

Nos casos de indisponibilidade temporária ou vacância no cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Conselho de Administração, este será substituído por um dos membros titulares do Conselho de Administração indicados pela acionista CPFL Geração, até que se realize a Assembleia Geral subsequente. Nos casos de indisponibilidade temporária ou vacância no cargo de conselheiro, poderá o Conselho de Administração preencher o cargo com um conselheiro indicado pelo acionista que houver indicado o conselheiro substituído; ressalvado, no entanto, que em ambos os casos os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral com a finalidade de preencher o cargo em questão.

Cada um dos acionistas ou Bloco para o Conselho, se aplicável, terá o direito de destituir e substituir os membros do Conselho de Administração por ele indicados a qualquer tempo e por qualquer razão. Os acionistas concordam em tomar todas as medidas, inclusive exercer seu respectivo direito de voto em Assembleia Geral, para aprovar a destituição e substituição de um conselheiro, conforme solicitação do respectivo acionista ou Bloco para o Conselho que o houver indicado.

Nenhum acionista ou acionistas que fizerem parte de um Bloco para o Conselho poderá exercer seu direito de voto para destituir ou substituir qualquer dos conselheiros indicados por outro acionista ou Bloco para o Conselho, exceto em caso de descumprimento, por um conselheiro indicado por outro acionista ou Bloco para o Conselho, das disposições do Acordo ou do Estatuto Social, ou na hipótese de violação dos deveres legais de tal conselheiro para com a Companhia, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destituição ou substituição de um conselheiro somente poderá ser aprovada por deliberação da maioria dos Acionistas (por quantidade de Ações), com exclusão do acionista ou Bloco para o Conselho que houver indicado o conselheiro em questão, em cujo caso o mencionado acionista ou Bloco para o Conselho substituirá o conselheiro assim destituído.

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Os acionistas, neste ato, se comprometem a não exercer o seu direito de requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo ou, se for o caso, de voto em separado, para a eleição de membros do Conselho de Administração. Na hipótese de o procedimento de voto múltiplo ou de voto em separado vir a ser adotado e outros acionistas da Companhia virem a propor a eleição de membro do Conselho de Administração, os acionistas exercerão os seus direitos de voto de forma a assegurar o seguinte: (i) eleição, pelos acionistas, do maior número possível de conselheiros, conforme necessário para permitir o atendimento, nesta ordem de preferência, dos itens (ii), (iii), (iv) e (v) que se seguem; (ii) a indicação, pela CPFL Geração, enquanto esta detiver a maioria das ações, da metade mais um dos membros do Conselho; (iii) a indicação, pelos acionistas do Bloco ERSA, de 1 (um) membro do Conselho, conforme o disposto no Acordo de Acionistas; (iv) a indicação de um membro do Conselho indicado pelo ARROW; (v) a indicação, pelos acionistas do Bloco ERSA, de mais 1 (um) membro do Conselho, conforme o disposto no Acordo de Acionistas; e, na medida que os Acionistas possam eleger mais conselheiros além dos mencionados nos itens (ii), (iii), (iv) e (v) precedentes, (vi) a indicação, pela CPFL Geração, enquanto esta detiver a maioria das Ações, de tais membros do Conselho.

### f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

#### Restrições à Transferência

Não será permitido a qualquer acionista, direta ou indiretamente, vender, transferir, doar, ceder, empenhar, onerar, gravar ou alienar de qualquer outro modo (sendo quaisquer dessas ações designadas como “Transferência”) ações, equivalentes a ações do capital ou outros direitos deles decorrentes em favor de qualquer pessoa física ou jurídica, salvo (a) nas hipóteses de (i) Transferência a um adquirente autorizado (ii) Direito de Preferência nos Aumentos de Capital, (iii) Direito de Preferência na Transferência de Ações, (iv) Criação de Ônus; (v) Ingresso de Novos Acionistas do Acordo de Acionistas; (b) no caso de Transferências Públicas; ou (c) em razão do pagamento de eventuais indenizações conforme o disposto na Cláusula 9 do Acordo de Associação celebrado em 19 de abril de 2011 entre os então acionistas da Companhia, a CPFL, a CPFL Geração, a CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) e a Companhia.

Se qualquer dos acionistas realizar a Transferência de ações ou de direitos equivalentes a ações do capital (ou outros direitos deles decorrentes) violando o Acordo de Acionistas, a referida Transferência será considerada nula e sem efeito, e não será registrada pela Companhia em seus livros de registro nem a ela se dará efeito para qualquer outra finalidade. Além disso, por opção dos Acionistas que permaneçam adimplentes aos termos do Acordo de Acionistas, o acionista que houver realizado a Transferência violando o Acordo de Acionistas perderá os direitos antes a ele assegurados pelo Acordo de Acionistas (sendo certo que tal acionista permanecerá obrigado às obrigações assumidas nos termos do Acordo de Acionistas) e os outros acionistas poderão exercer outras medidas disponíveis em lei ou no Acordo de Acionistas com relação à referida violação.

O ARROW se comprometeu a não negociar, oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, até 10 de fevereiro de 2015, de quaisquer ações, bem como quaisquer derivativos nelas lastreados.

#### Transferência a um Adquirente Autorizado

Os acionistas poderão, a qualquer tempo, realizar a Transferência de suas ações ou equivalentes a ações do capital sem as restrições estabelecidas no Acordo de Acionistas a um adquirente autorizado, inclusive em razão de reestruturações societárias dos acionistas, desde que, no entanto, (i) o acionista que transferir suas ações para um adquirente autorizado deverá fazer com que tal adquirente autorizado se vincule às disposições do Acordo de Acionistas (incluindo-se aqui as restrições com respeito a Transferências), e que (ii) tal acionista e tal adquirente autorizado deverão se tornar solidariamente responsáveis pelas suas obrigações a cumprir consoante os termos do Acordo de Acionistas, desde que tal responsabilidade solidária não seja proibida pela lei ou pela regulamentação aplicável da CVM. Se um adquirente autorizado deixar de ser uma afiliada do acionista que lhe tiver transferido ações, o referido adquirente

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

autorizado, antes de deixar de ser uma afiliada, deverá transferir todas as suas ações ao mesmo acionista ou outro adquirente autorizado do acionista em questão.

### Direito de Preferência nos Aumentos de Capital

Exceto em função de qualquer Oferta Pública Subsequente e do disposto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão Direito de Preferência para participar de qualquer aumento de capital da Companhia por meio da emissão de novas ações pela Companhia, bem como participar de qualquer emissão de equivalentes a ações do capital, na proporção do número de ações que cada Acionista detiver no capital social da Companhia.

O prazo para exercício do Direito de Preferência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Caso qualquer Acionista deseje exercer seu Direito de Preferência, deverá enviar notificação por escrito à Companhia no prazo para o exercício do Direito de Preferência, conforme estipulado na respectiva reunião que aprovar tal aumento de capital ou emissão de equivalentes a ações do capital, manifestando o interesse em subscrever o número de ações ou equivalentes a ações do capital que couber em razão da participação que detiver no capital social da Companhia, inclusive manifestando o seu interesse em participar da subscrição de ações ou equivalentes a ações do capital remanescentes, caso aplicável.

Omitindo-se qualquer acionista de exercer seu Direito de Preferência no prazo inicial de 30 (trinta) dias, o referido Direito de Preferência será transferido, de modo proporcional, livre e desembaraçado de ônus, aos demais acionistas que houverem manifestado seu interesse na subscrição de ações ou equivalentes a ações de capital remanescentes, se houver, os quais terão prazo de 5 (cinco) dias para exercer o mencionado direito após a expiração do prazo inicial de 30 dias.

Se o exercício do Direito de Preferência pelo Grupo CPFL e/ou pelo ARROW, combinado com o não exercício do Direito de Preferência por um ou mais integrantes do Bloco ERSA, resultar em uma diluição da participação do Bloco ERSA para um percentual inferior a 20% (vinte por cento), os acionistas integrantes do Bloco ERSA que tiverem subscrito a emissão de ações ou equivalentes a ações de capital terão um Direito de Preferência prioritário para subscrever todas as sobras de ações ou equivalentes de ações de capital não subscritas, na medida do necessário para manter a participação total do Bloco ERSA em 20% (vinte por cento) do capital total e votante da Companhia. Uma vez assegurada a participação de 20% (vinte por cento) do Bloco ERSA, as ações ou equivalentes de ações de capital que ainda sobraem serão rateados proporcionalmente aos acionistas que tenham manifestado seu interesse de subscrevê-los.

Os acionistas não poderão transferir seus Direitos de Preferência para qualquer pessoa, exceto (i) para adquirentes autorizados, conforme definido no Acordo, (ii) para evitar a diluição prevista acima ou (iii) com a prévia aprovação, por escrito, dos demais acionistas. O acionista que não participar da subscrição de novas Ações em razão de um aumento de capital ou da subscrição de Equivalentes a Ações do Capital, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, terá diluída sua participação no capital social da Companhia.

### Direito de Preferência na Transferência de Ações

Se um acionista (“Acionista Ofertante”) receber uma proposta por escrito (“Proposta”) de terceiro que não seja acionista participante do Acordo de Acionistas (“Proponente”) e desejar Transferir a totalidade ou parte de suas ações ou equivalentes a ações do capital, o Acionista Ofertante enviará aviso (“Aviso de Oferta”) por escrito aos demais acionistas (“Acionistas Ofertados”), detalhando todos os termos e condições da Proposta e inclusive fornecendo, entre outras informações, o nome do Proponente, o número e tipo de ações e/ou equivalentes a ações do capital objeto da Proposta (“Valores Ofertados”), o preço oferecido pelos valores ofertados e a sua intenção, como Acionista Ofertante, quanto à aceitação da Proposta em questão.

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Os Acionistas Ofertados terão Direito de Preferência quanto à aquisição dos Valores Ofertados de acordo com os termos e condições da Proposta. O exercício desse Direito de Preferência estará sujeito aos procedimentos descritos adiante e terá validade somente se abranger a totalidade dos Valores Ofertados. O Aviso de Oferta constituirá uma oferta irrevogável, irretroatável e vinculante de venda de todos (e não menos que todos) os Valores Ofertados aos Acionistas Ofertados sob os mesmos termos e condições da Proposta, independentemente da eventual retirada, revogação ou retratação da oferta do Proponente.

No prazo de 30 (trinta) dias da data em que receberem o Aviso de Oferta enviado pelo Acionista Ofertante, os Acionistas Ofertados enviarão aviso irrevogável e por escrito ("Aviso sobre Decisão") ao Acionista Ofertante, com cópia para o Presidente do Conselho e para os demais acionistas, informando sobre sua decisão a respeito de:

- (a) exercer o Direito de Preferência em relação à totalidade dos Valores Ofertados, pelo mesmo preço e sob as mesmas condições da Proposta, hipótese na qual tal exercício constituirá obrigação irrevogável e irretroatável do respectivo Acionista Ofertado de adquirir os Valores Ofertados; ou
- (b) renunciar ao Direito de Preferência (sendo a omissão de envio do referido Aviso sobre Decisão até a data para tanto estabelecida interpretada como renúncia a esse Direito de Preferência), não sendo permitida a cessão desse direito a terceiros.

Se mais de um Acionista Ofertado exercer seu Direito de Preferência, os Valores Ofertados serão destinados obedecendo a mesma proporção do número de Ações que cada um deles detiver, excluindo-se as Ações detidas pelo Acionista Ofertante e as Ações detidas pelos Acionistas Ofertados que renunciem a seu respectivo Direito de Preferência.

Se um ou mais dos Acionistas Ofertados renunciarem a seu respectivo Direito de Preferência na aquisição dos Valores Ofertados a que fazem jus, tais Valores Ofertados sobre os quais os referidos Acionistas Ofertados deixarem de exercer esse Direito de Preferência ("Ações Remanescentes") serão adquiridos pelos demais acionistas que tiverem expedido um Aviso sobre Decisão ao Acionista Ofertante consoante os termos da letra (a), acima, os quais, neste caso, receberão uma comunicação do Acionista Ofertante no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de término do prazo de 30 (trinta) dias.

A venda da totalidade dos Valores Ofertados aos Acionistas Ofertados que exercerem seu respectivo Direito de Preferência consumar-se-á no prazo de 10 (dez) dias da data final.

Se os Valores Ofertados não forem vendidos em sua totalidade aos Acionistas Ofertados, o Acionista Ofertante estará liberado para vender os Valores Ofertados ao Proponente, de acordo com os termos da Proposta e no prazo de 30 (trinta) dias da data de término do prazo de 10 (dez) dias estabelecido acima.

Caso os termos e condições da Proposta sejam alterados ou a Transferência não seja concluída ao Proponente no prazo de 10 (dez) dias, o Acionista Ofertante deverá reiniciar o procedimento acima estabelecido caso ainda deseje transferir os Valores Ofertados.

Não obstante o acima, caso a Proposta seja feita por um Acionista participante do Acordo de Acionistas ("Proponente Acionista"), o disposto acima aplicar-se-á, *mutatis mutandis*, para a Transferência de quaisquer Valores Ofertados. Desta forma, caso um ou mais Acionistas Ofertados também manifeste(m) interesse na aquisição dos Valores Ofertados, o Proponente Acionista e os Acionistas Ofertados que exercerem seu Direito de Preferência efetuarão a aquisição dos Valores Ofertados, obedecendo à mesma proporção do número de ações que cada um deles detiver no capital social votante da Companhia, excluindo-se as Ações detidas pelo Acionista Ofertante e as Ações detidas pelos Acionistas Ofertados que renunciem a seu respectivo Direito de Preferência.

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

### Criação de Ônus

As ações estão livres e desembaraçadas de todos e quaisquer gravames, direitos reais ou pessoais de garantia, hipotecas, restrições, servidões, usufrutos, dívidas, encargos, taxas, cauções, opções, direitos de preferência e quaisquer outros direitos, reivindicações, restrições ou limitações de qualquer natureza que venham a afetar a livre e plena propriedade do bem em questão ou de qualquer forma venham a criar obstáculos à sua alienação, a qualquer tempo (“Ônus”), exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas. Nenhum dos acionistas empenhará as ações ou criará de outro modo outro ônus sobre as ações, direta ou indiretamente, visando a garantir obrigações assumidas pelo próprio acionista ou por terceiros, salvo se autorizado, por escrito, por todos os acionistas.

### Ingresso de Novos Acionistas

No caso de qualquer Transferência, por qualquer acionista, de ações, de equivalentes a ações do capital ou o Direito de Preferência em relação à subscrição de novas ações e/ou equivalentes a ações do capital que não por meio de uma transferência pública, a Transferência estará condicionada à adesão prévia e explícita do terceiro adquirente aos termos do Acordo de Acionistas, por meio da assinatura de um Termo de Adesão segundo o qual ele concordará em obrigar-se aos termos e disposições contidos no Acordo de Acionistas.

A Companhia não deverá registrar ou permitir o registro de uma Transferência de Ações ou equivalentes a ações do capital na ausência de evidência suficiente de que (a) o acionista que está transferindo as ações ou equivalentes a ações do capital, ou seu Direito de Preferência, cumpriu todas as disposições do Acordo de Acionistas relativas à Transferência de ações ou equivalentes a ações do capital ou Direito de Preferência; e (b) o novo acionista aderiu e tornou-se parte do Acordo de Acionistas.

Caso o novo acionista tenha adquirido ações de integrante do Bloco ERSA, tal novo acionista deve aderir ao instrumento expressamente como acionista integrante do Bloco ERSA, assumindo os mesmos direitos e sujeitando-se às mesmas obrigações conferidas ao Bloco ERSA nos termos do Acordo de Acionistas.

Caso o novo acionista tenha adquirido ações de integrante do Grupo CPFL, tal novo acionista deve aderir ao instrumento expressamente como acionista integrante do Grupo CPFL, assumindo os mesmos direitos e sujeitando-se às mesmas obrigações conferidas ao Grupo CPFL nos termos do Acordo de Acionistas.

Caso o novo acionista tenha adquirido ações do ARROW, tal novo acionista deve aderir ao instrumento assumindo os mesmos direitos e sujeitando-se às mesmas obrigações conferidas ao ARROW nos termos do Acordo de Acionistas.

Caso ocorra uma Transferência parcial de ações ou equivalentes a ações do capital existentes, por qualquer Acionista para um terceiro, os direitos e prerrogativas de tal acionista estabelecidos no Acordo de Acionistas deverão ser exercidos de forma conjunta, como um grupo, por tal acionista com tal terceiro que adquiriu parcela das ações ou equivalentes a ações do capital de referido acionista, de acordo com os termos e condições estabelecidos por tais partes. Para fins do Acordo de Acionistas, o acionista original deverá sempre representar referido grupo perante a Companhia e as sociedades Investidas.

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

### Transferência Públicas

Para o fim de permitir que um acionista implemente a Transferência da totalidade ou de parte de suas ações em Bolsa de Valores aceitável ou em oferta pública secundária (em conjunto, uma “Transferência Pública”), qualquer acionista poderá desvincular a totalidade ou parte de suas ações do Acordo de Acionistas, a qualquer tempo, e, para tanto, deverá enviar aviso por escrito aos demais acionistas e à Companhia imediatamente antes da efetivação da Transferência Pública, sendo certo que tal obrigação de aviso por escrito será dispensada se houver intenção de venda de ações, em uma única transação ou série de transações, que representem menos de 2% (dois por cento) das ações em circulação no momento, a ser(em) realizada(s) dentro de um prazo de 90 dias, contados, na hipótese de vendas em série de transações, a partir da data da primeira transação. Para fins de clareza, as Ações que tenham sido vendidas em percentual abaixo dos 2% (dois por cento) acima referido terão sido desvinculadas do Acordo de Acionistas conforme acima sem a necessidade de aviso por escrito aos demais Acionistas.

Quaisquer ações que sejam desvinculadas do Acordo de Acionistas no contexto de uma Transferência Pública, ou sejam vendidas na Bolsa de Valores Aceitável, não deverão mais ser consideradas como “Ações” para os fins do Acordo de Acionistas. Caso a Transferência Pública não se consuma, ou, se consumada, as Ações desvinculadas do Acordo de Acionistas não forem vendidas em tal Transferência Pública, ou se as Ações forem desvinculadas para venda na Bolsa de Valores Aceitável, mas não forem vendidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua desvinculação, todas as Ações não vendidas deverão novamente vincular-se ao Acordo de Acionistas, e deverão ser consideradas novamente como “Ações” e será exigido que o detentor de tais Ações mantenha suas Ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, a não ser e até que desvincule tais Ações no âmbito de uma Transferência Pública.

### **g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.**

Não há no Acordo de Acionistas da Companhia quaisquer cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

## 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

### 15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Em 28 de março de 2013 foi realizada a cisão parcial da CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), que resultou na transferência de seus ativos e passivos, relacionados ao seu investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento) na Companhia, para a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”). Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia. Tal operação não resultou em qualquer mudança de controle acionário da Companhia, uma vez que tanto CPFL Brasil como CPFL Geração são integralmente detidas pela CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) e as ações objeto de tal operação continuarão sujeitas às disposições do acordo de acionistas da Companhia.

Em razão da oferta pública inicial de ações da Companhia, a CPFL Geração passou a deter 58,83% do capital social da CPFL Renováveis, não resultando em qualquer mudança de controle acionário da Companhia.

Em 28 de fevereiro de 2014 houve o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado indicado no artigo 5º, §1º, de seu Estatuto Social, no valor total R\$ 551.069,73 (quinhentos e cinquenta e um mil, sessenta e nove reais e setenta e três centavos), mediante a emissão total de 61.304 (sessenta e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinados beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 171, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

Em 26 de junho de 2014 houve o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado indicado no artigo 5º, §1º, de seu Estatuto Social, no valor total R\$ 355.393,85 (trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), mediante a emissão total de 42.882 (quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 171, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de setembro de 2014 foi aprovada a incorporação da WF2 Holding S.A. (“WF2”) pela Companhia, com eficácia a partir de 01 de outubro de 2014. Em decorrência da incorporação, o Arrow – Fundo de Investimento em Participações (“Arrow”), único acionista da WF2, recebeu 0,098288972 nova ação ordinária de emissão da Companhia para cada ação de emissão da WF2, ou seja, recebeu um total de 12,27% (doze inteiros e vinte e sete centésimos por cento) do capital social da Companhia.

Em 30 de outubro de 2014 houve o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado indicado no artigo 5º, §1º, de seu Estatuto Social, no valor total R\$ 216.535,03 (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e três centavos), mediante a emissão total de 25.729 (vinte e cinco mil, setecentas e vinte e nove) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 171, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

Em 04 de agosto de 2016 houve o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado indicado no artigo 5º, §1º, de seu Estatuto Social, no valor total R\$ 426.219,75 (quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos), mediante a emissão total de 42.882 (quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 171, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

## 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Após a operação de incorporação e os aumentos de capital realizados nos exercícios sociais acima reportados, a quantidade de ações da Companhia passou a ser distribuída do seguinte modo:

Sociedades	Quadro Societário			
	Antes		Depois	
	Ações	%	Ações	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,61	259.748.799	51,60
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.752.782	12,27	61.752.782	12,27
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	31.974.420	6,35	31.974.420	6,35
FIP Brasil Energia (BTG Pactual)	31.439.288	6,25	31.439.288	6,25
Secor LLC (Eton Park)	24.255.307	4,82	24.255.307	4,82
FIP Pátria Energia	21.064.242	4,19	21.064.242	4,18
Pátria Energia Renovável – FIP em Infraestrutura	3.699.532	0,74	3.699.532	0,73
Bradesco FIP	13.104.207	2,60	13.104.207	2,60
GMR Energia	8.230.323	1,64	8.230.323	1,64
Daniel Gallo	56.200	0,01	56.200	0,01
Outros	47.983.289	9,53	48.026.171	9,54
<b>Total</b>	<b>503.308.389</b>	<b>100,00</b>	<b>503.351.271</b>	<b>100,00</b>

## 15.7 - Principais operações societárias

**15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:**

- **2014**

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (Rosa dos Ventos)

<b>Evento</b>	Em 18 de junho de 2013, a Companhia celebrou, com Martifer Renováveis Geração de Energia Participações S.A., o contrato de compra e venda de ações relativo à aquisição da totalidade das ações da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A., detentora dos Paques Eólicos Canoa Quebrada e Lagoa do Mato, localizados no litoral do Estado do Ceará e que se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada por tais parques eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
<b>Principais Condições do Negócio</b>	O preço da aquisição totalizou R\$ 103,4 milhões, compreendendo: (i) o valor de 70,3 milhões pagos aos vendedores; e (ii) R\$ 33,1 milhões em assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos.
<b>Sociedades Envolvidas</b>	A Rosa dos Ventos detém os Parques Eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW.
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve efeitos resultantes dessa operação no quadro acionário da Companhia.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	A Companhia será a detentora (direta ou indireta) de 100% das ações da empresa Rosa dos Ventos.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	A aquisição do ativo foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, respeitando-se todas as determinações legais e estatutárias aplicáveis para a sua realização.

Incorporação da WF2

<b>Evento</b>	Em 30 de setembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram, com eficácia a partir de
---------------	---

**15.7 - Principais operações societárias**

	01 de outubro de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da WF2 Holding S.A., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovado na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 13 de agosto de 2014.
<b>Principais Condições do Negócio</b>	Em decorrência da incorporação, o Arrow – Fundo de Investimento em Participações, único acionista da WF2 à época, recebeu 0,098288972 nova ação ordinária de emissão da Companhia para cada ação de emissão da WF2, ou seja, recebeu um total de 61.752.782 (sessenta e um milhões, setecentas e cinquenta e duas mil, setecentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais conferirão iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias de emissão da Companhia hoje existentes, inclusive recebimento integral de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de emissão de tais ações.
<b>Sociedades Envolvidas</b>	CPFL Energias Renováveis S.A., WF2 Holding S.A. e Arrow – Fundo de Investimento em Participações.
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Vide descrição abaixo.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Vide descrição abaixo.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	A incorporação foi aprovada em assembleia de acionistas respeitando-se todas as determinações legais e estatutárias aplicáveis para a sua realização.

**15.7 - Principais operações societárias**

Sociedades	Quadro Societário			
	Antes		Depois	
	Ações	%	Ações	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	58,83	259.748.799	51,61
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	—	—	61.752.782	12,27
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	31.974.420	7,24	31.974.420	6,35
FIP Brasil Energia (BTG Pactual)	31.439.288	7,12	31.439.288	6,25
Secor LLC (Eton Park)	24.255.307	5,49	24.255.307	4,82
FIP Pátria Energia	21.064.242	4,77	21.064.242	4,19
Pátria Energia Renovável – FIP em Infraestrutura	3.699.532	0,84	3.699.532	0,74
Bradesco FIP	13.104.207	2,97	13.104.207	2,60
GMR Energia	8.498.104	1,92	8.230.323	1,64
Daniel Gallo	—	—	101.381	0,02
Outros	47.745.979	10,81	47.912.379	9,52
<b>Total</b>	<b>441.529.878</b>	<b>100,00</b>	<b>503.282.660</b>	<b>100,00</b>

Data base: 01/10/2014

## 15.8 - Outras informações relevantes

<b>15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.</b>
--

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 15 do Formulário de Referência.

## 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16	Transações com partes relacionadas
16.1	Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada.

A política da Companhia é de que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado. A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso regular de seus negócios, a Companhia contrata operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais para afastar favorecimentos entre companhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração. Além disso, nos termos do artigo 18, alínea o, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia deve aprovar, prévia e expressamente, a celebração, alteração ou rescisão de contratos ou acordos com valor superior a R\$ 11.913.000,00 (onze milhões, novecentos e treze mil reais) firmados entre a Companhia e acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CPFL Piratininga	31/12/2016	1.644.000,00	R\$ 1.644.000,00	R\$ 1.644.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Brasil	31/12/2016	568.000,00	R\$ 568.000,00	R\$ 568.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Paulista	31/12/2016	434.000,00	R\$ 434.000,00	R\$ 434.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Serviços	31/12/2016	86.000,00	R\$ 86.000,00	R\$ 86.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Diretores	31/12/2016	1.305.000,00	R\$ 1.305.000,00	R\$ 1.305.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.						
<b>Objeto contrato</b>	PL - Opção de ações						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	PL - Opção de ações. Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.						
CPFL Brasil	31/12/2016	320.819.000,00	R\$ 320.819.000,00	R\$ 320.819.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Paulista	31/12/2016	6.746.000,00	R\$ 6.746.000,00	R\$ 6.746.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
RGE Rio Grande Energia	31/12/2016	6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CPFL Piratininga	31/12/2016	13.848.000,00	R\$ 13.848.000,00	R\$ 13.848.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Paulista	31/12/2016	719.000,00	R\$ 719.000,00	R\$ 719.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
RGE Rio Grande Energia	31/12/2016	132.000,00	R\$ 132.000,00	R\$ 132.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Luz e Força de Mococa	31/12/2016	2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Nect Consultoria	31/12/2016	27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa controlada pela CPFL Energia S.A., nossa acionista.						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Transmissão Piracicaba	31/12/2016	13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Compra de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Brasil	31/12/2016	35.084.000,00	R\$ 35.084.000,00	R\$ 35.084.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Geração	31/12/2016	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CPFL Serviços	31/12/2016	127.000,00	R\$127.000,00	R\$127.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
RGE Rio Grande Energia	31/12/2016	1.269.000,00	R\$ 1.269.000,00	R\$ 1.269.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Sócio não controlador	31/12/2016	6.100.000,00	R\$ 6.100.000,00	R\$ 6.100.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sócio						
<b>Objeto contrato</b>	Ativo - Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Ativo - Mútuo						
Bradesco	31/12/2016	779.088.000,00	R\$ 779.088.000,00	Não é possível auferir	Não se aplica.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	O Banco Bradesco é controlador do Bradesco BBI S.A., gestor do FIP Multisetorial Plus (Bradesco BBI FIP), acionista da Companhia.						
<b>Objeto contrato</b>	Ativo - Caixa e Equivalente de Caixa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Sócio não controlador	31/12/2016	854.000,00	R\$ 854.000,00	R\$ 854.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sócio						
<b>Objeto contrato</b>	DRE - Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	DRE - Mútuo						
CPFL Paulista	31/12/2016	5.384.000,00	R\$ 5.384.000,00	R\$ 5.384.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Compra de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Cia Luz e Força Santa Cruz	31/12/2016	722.000,00	R\$ 722.000,00	R\$ 722.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Diretores	31/12/2016	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.						
<b>Objeto contrato</b>	DRE - Opção de ações						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	DRE - Opção de ações. Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bradesco	31/12/2016	69.313.000,00	R\$ 69.313.000,00	Não é possível auferir	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	O Banco Bradesco é controlador do Bradesco BBI S.A., gestor do FIP Multisetorial Plus (Bradesco BBI FIP), acionista da Companhia.						
<b>Objeto contrato</b>	DRE - Caixa e Equivalente de Caixa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Jaguari de Energia	31/12/2016	161.000,00	R\$ 161.000,00	R\$ 161.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Leste Paulista Energia	31/12/2016	59.000,00	R\$59.000,00	R\$ 59.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Luz e Força de Mococa	31/12/2016	24.000,00	R\$24.000,00	R\$24.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Sul Paulista Energia	31/12/2016	105.000,00	R\$105.000,00	R\$105.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
RGE Sul Distribuidora de Energia	31/12/2016	62.000,00	R\$62.000,00	R\$62.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
CPFL Brasil	31/12/2016	55.154.000,00	R\$55.154.000,00	R\$55.154.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Authi	31/12/2016	2.643.000,00	R\$2.643.000,00	R\$2.643.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de Serviços						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Especificar</b>							
CPFL Serviços	31/12/2016	4.561.000,00	R\$4.561.000,00	Não é possível aferir	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de Serviços						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Nect consultoria	31/12/2016	255.000,00	R\$255.000,00	Não é possível aferir	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de Serviços						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
RGE Rio Grande Energia	31/12/2016	76.000,00	R\$76.000,00	R\$76.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de energia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Cia de Luz e Força Santa Cruz	31/12/2016	96.000,00	R\$96.000,00	R\$96.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Jaguari de Energia	31/12/2017	18.000,00	R\$18.000,00	R\$18.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Leste Paulista Energia	31/12/2016	5.000,00	R\$5.000,00	R\$5.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cia Sul Paulista Energia	31/12/2017	9.000,00	R\$9.000,00	R\$9.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
RGE Sul Distribuidora de Energia	31/12/2016	21.000,00	R\$21.000,00	R\$21.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	ATIVO - Clientes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Especificar</b>							
Authi	31/12/2016	171.000,00	R\$171.000,00	R\$171.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Cia de Luz e Força Santa Cruz	31/12/2016	1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	PASSIVO - Fornecedores						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

<b>16.3</b>	<b>Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.</b>
-------------	---

**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita no Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise de algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

**b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório.**

A intenção da Companhia é assegurar que todas as operações entre ela e seus Diretores, Conselheiros, principais acionistas e afiliadas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração e apresentem termos tão favoráveis à Companhia como aos que ela poderia obter de terceiros não afiliados.

Na hipótese da Companhia pretender celebrar operações e negócios com suas partes relacionadas, existem políticas que determinam à Companhia seguir os padrões de mercado e amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização, destacando-se os contratos de venda de energia firmados entre a Companhia e seus controladores, acionistas ou controladores ou gestores de seus acionistas, tais como investimentos financeiros mantidos no Banco Bradesco e no Banco BTG Pactual, cujos objetivos de rendimento são os praticados pelo mercado, ou seja, variam conforme a variação do da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

## 16.4 - Outras informações relevantes

<b>16.4</b> <b>Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes</b>
--

Todas as informações relevantes referentes as informações financeiras selecionadas foram divulgadas em outros capítulos desse formulário.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
04/08/2016	3.390.869.883,75		503.351.271	0	503.351.271
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
04/08/2016	3.390.869.883,75		503.351.271	0	503.351.271
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
04/08/2016	3.390.869.883,75		503.351.271	0	503.351.271
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
31/05/2012	1.250.000.000,00		0	0	0

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/07/2013	Reunião do Conselho de Administração	17/07/2013	222.422.063,10	Subscrição pública	27.977.618	0	27.977.618	0,06786170	12,51	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com o inciso III do §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações								
<b>Forma de integralização</b>		Moeda corrente nacional								
-----										
19/08/2013	Reunião do Conselho de Administração	19/08/2013	9.333.657,73	Subscrição pública	1.174.045	0	1.174.045	0,00322055	12,51	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com o inciso III do §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações								
<b>Forma de integralização</b>		Moeda corrente nacional.								
-----										
28/02/2014	Reunião do Conselho de Administração	28/02/2014	314.210,90	Subscrição particular	33.649	0	33.649	0,00010807	9,34	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Preço definido pelo Conselho de Administração para os programas de opção de compra de ações da Companhia de 2009 e 2010								
<b>Forma de integralização</b>		Emissão de nota promissória pro soluto.								
-----										
28/02/2014	Reunião de Conselho de Administração	28/02/2014	86.168,25	Subscrição particular	10.721	0	10.721	0,00002964	8,04	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Preço definido pelo Conselho de Administração para o programa de opção de compra de ações da Companhia de 2009								
<b>Forma de integralização</b>		Emissão de nota promissória pro soluto.								
-----										
28/02/2014	Reunião do Conselho da Administração	28/02/2014	150.690,56	Subscrição particular	16.934	0	16.934	0,00005183	8,90	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Preço definido pelo Conselho de Administração para os programas de opção de compra de ações da Companhia de 2009 e 2010								
<b>Forma de integralização</b>		Emissão de nota promissória pro soluto.								
-----										

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/06/2014	Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	355.393,85	Subscrição particular	61.752.782	0	61.752.782	0,16567014	8,41	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Preço definido pelo Conselho de Administração para os programas de opção de compra de ações da Companhia 2009 e 2010								
<b>Forma de integralização</b>		Emissão de nota promissória pro soluto								
30/09/2014	Assembleia Geral Extraordinária	01/10/2014	481.833.915,27	Subscrição particular	61.752.782	0	61.752.782	0,16567014	8,41	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Valor economico das ações da Companhia, conforme negociado entre as administrações da Companhia e WF2 Holding S.A.								
<b>Forma de integralização</b>		Incorporação do acervo líquida da WF2 Holding S.A.								
30/10/2014	Reunião do Conselho de Administração	30/10/2014	216.535,03	Subscrição particular	25.729	0	25.729	0,00511198	8,42	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Preço definido pelo Conselho de Administração para o programa de opção de compra de ações da Companhia de 2009								
<b>Forma de integralização</b>		Emissão de nota promissória pro soluto								
04/08/2016	Reunião do Conselho de Administração	04/08/2016	426.219,75	Subscrição particular	42.882	0	42.882	0,01257121	9,94	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Preço definido pelo Conselho de Administração para o programa de opção de compra de ações da Companhia de 2009								
<b>Forma de integralização</b>		Emissão de nota promissória pro soluto								

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não realizou nenhum desdobramento, grupamento e bonificação nos 3 últimos exercícios sociais.

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve reduções do capital social da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

## 17.5 - Outras informações relevantes

<b>17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes</b>
---

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 17 desse Formulário de Referência.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente, após as destinações da reserva legal, é assegurado ao acionista o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Convertibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	O Estatuto Social não dispõe sobre o reembolso de capital no direito de retirada e respeita a Lei 6.404/76 que dispõe em seu artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data da deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas e, levantado balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	A nossa política de negociação de valores mobiliários, aprovada em reunião do nosso Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2006, contém restrições à negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. Para maiores informações a respeito da nossa política de negociação de valores mobiliários, ver Seção 20 deste Formulário de Referência.
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	O Estatuto Social não dispõe expressamente sobre a possibilidade de resgate de ações da Companhia. No entanto, nos termos do Art. 30, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas a Companhia poderá negociar com as próprias ações nas operações de resgate previstas em lei. Ainda, nos termos do Art. 44 da mesma lei a assembleia geral poderá autorizar a aplicação de lucros ou reservas no resgate ou na amortização de ações, determinando as condições e o modo de proceder -se à operação.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seus direitos essenciais conforme determinado pela Lei das Sociedades Anônimas. O Estatuto Social prevê que os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência para os antigos acionistas da Companhia, nas hipóteses de conversão de títulos mobiliários em ações ou na outorga de exercício de compra de ações, na forma do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, bem como nas hipóteses de venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou na permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos incisos I e II do artigo 172 da Lei das Sociedades Anônimas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.
<b>Outras características relevantes</b>	Não existem outras características relevantes.

## 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

<b>18.2</b>	<b>Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.</b>
-------------	---

As ações da Companhia são negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Portanto, a Companhia adota as práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas por tal segmento de listagem, e o seu Estatuto Social prevê as seguintes situações nas quais a oferta pública de aquisição das ações de sua emissão deve ser realizada:

### Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Nos termos do artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º a 2º do artigo 39 do Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da lei 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Para os fins do acima, , conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, ações em circulação significam todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas as ações de emissão de titularidade dos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da administração da Companhia e as ações de sua emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Obedecidos os demais termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, do Estatuto Social da Companhia e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever também a permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas, a ser aceita a critério do ofertado.

Caso o laudo de avaliação, a que se refere o artigo 39 do Estatuto Social, para determinação do preço mínimo a ser ofertado, na oferta pública de aquisição de ações, não esteja pronto até a Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador, deverá informar nessa Assembleia o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública e a oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação, não seja superior ao valor divulgado pelo Acionista Controlador, na referida Assembleia. Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Acionista Controlador, a deliberação sobre o cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Acionista Controlador concordar expressamente em efetivar a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação.

### Saída do Novo Mercado

Nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia poderá, a qualquer momento, requerer o cancelamento da listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das ações de sua emissão, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 dias de antecedência. A saída da Companhia do Novo Mercado não implicará a perda da sua condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 39 da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, indicadas no parágrafo acima..

Ainda, a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações efetivada pelo Acionista Controlador da Companhia, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado decorrer **(i)** de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações; **(ii)** de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Caso a Assembleia Geral delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

### **Alienação de Controle da Companhia**

O Regulamento do Novo Mercado, bem como o Estatuto Social da Companhia, estipula que a alienação do seu controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante..

A oferta pública também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle; da Companhia ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Aquele que já detiver ações de emissão da Companhia e venha a adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador alienante, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de ações; (ii) pagar quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos 6 meses subsequentes à aquisição do controle.

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

O Acionista Controlador, quando de eventual Alienação do Controle da Companhia, não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA celebrado pela Companhia, pelo qual se comprometerão a cumprir as regras ali constantes e a Companhia não registrará: (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do controle, ou para aqueles que vierem a deter o controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores, tal qual definido no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia; e (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência dos Controladores.

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

<b>18.3</b>	<b>Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.</b>
-------------	---

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.763.349	12,99	11,01	R\$ por Unidade	12,72
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	171.890.900	12,99	10,52	R\$ por Unidade	11,85
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.405.668	11,75	10,60	R\$ por Unidade	11,50
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.487.923	12,00	10,32	R\$ por Unidade	11,07

**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	138.840	13,04	11,14	R\$ por Unidade	12,13
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.893	13,00	12,40	R\$ por Unidade	12,83
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.679	12,99	12,15	R\$ por Unidade	12,69
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.388	12,98	10,82	R\$ por Unidade	11,81

**Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	802.312	13,43	11,90	R\$ por Unidade	12,74
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	50.394	14,05	12,50	R\$ por Unidade	13,17
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.153.481	14,54	12,50	R\$ por Unidade	13,44
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	846.794	13,70	11,70	R\$ por Unidade	12,66

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações
<b>Data de emissão</b>	28/03/2014
<b>Data de vencimento</b>	28/03/2021
<b>Quantidade (Unidades)</b>	300.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	300.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	311.017.251,51
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A partir do 25º (mês) inclusive contados Data da Emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das Debêntures de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado integral das Debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures, ou realizar amortizações antecipadas limitadas a 95% do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures.

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

A escritura de 2ª emissão das debentures foi assinada em 20 de março de 2014. A data de emissão é 28 de março de 2014.

Abaixo seguem as principais características da Debêntures:

#### i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento: em 28/03/2021.

Hipóteses de vencimento antecipado: (a) decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional; (b) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00; (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas; (d) redução de capital social da Emissora sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures; (e) proposta a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência; (f) protesto legítimo de títulos, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00, salvo exceções descritas na Escritura de Emissão das debentures; (g) falta de cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 dias corridos; (h) pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo de 15 dias corridos; (i) não pagamento das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas, não sanado no prazo de 1 dia útil contado da data devida; (j) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização de ações e/ou outras formas de bonificações em dinheiro/remunerações ao acionistas da Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações descritas nesta Escritura de Emissão; (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 dias corridos da data estipulada para pagamento; (l) não observância do índice financeiro com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora; (m) Índice Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,0 para o ano de 2014, inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015, inferior ou igual a 4,6 para o ano de 2016 e inferior ou igual a 3,75 a partir de 2017; (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (o) perda, não renovação ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões e/ou autorizações e/ou venda de uma ou mais subsidiárias da Emissora que represente(m) mais de 10% (dez por cento), no ano do respectivo evento, da receita líquida anual consolidada da Emissora; (p) restrição à cessão/vinculação de qualquer espécie a terceiros de dividendos das controladas diretas e indiretas da Emissora, exceto a financiamentos de projetos e/ou dívidas pré-existentes, ou salvo se for concedida anuência prévia pelos Debenturistas; (q) não manutenção do controle acionário da Emissora pela CPFL Energia S.A.

#### ii. Juros:

A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Subscrição e Integralização, correspondentes à variação acumulada de 114% (cento e quatorze por cento) das taxas médias diárias dos DI, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

#### iii. Garantia:

As Debêntures serão da espécie quirografária, sem qualquer garantia.

#### iv. Agente fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações nas características e condições das debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos 90% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão.

### Outras características relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única
<b>Data de emissão</b>	21/05/2012
<b>Data de vencimento</b>	21/05/2022
<b>Quantidade (Unidades)</b>	43.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	430.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	370.405.993,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A partir da data de emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das debêntures de 15 dias úteis da data do evento, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, ou realizar amortizações antecipadas de qualquer parcela limitado a 98% do saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso de amortização, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de emissão ou da data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures. Não haverá resgate antecipado facultativo parcial das debêntures

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

A escritura de emissão das debêntures foi assinada em 06 de junho de 2012. A data de emissão, conforme definido na escritura é 21 de maio de 2012. No entanto, a efetiva subscrição das Debêntures ocorreu em 15 de junho de 2012. As principais características das Debêntures são:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento: 21/05/2022.

Vencimento antecipado: a escritura de emissão das debêntures prevê eventos de vencimento antecipado incluindo, mas não se limitando: (i) vencimento antecipado ou inadimplemento pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00, apenas para a hipótese de inadimplemento; (ii) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, exceto se previa e expressamente autorizado pelos debenturistas; (iii) realização de redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da escritura de emissão, sem que haja anuência prévia dos debenturistas; (iv) proposta pela Companhia, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial.

ii. Juros:

A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis.

iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto:

As debêntures serão objeto de garantia real, e serão garantidas por (i) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A.; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A.; e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculada(s) pela qual(is) deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A.

iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado  
Quirografário

v. Eventuais Restrições Impostas  
à distribuição de dividendos;

com as suas obrigações pecuniárias descritas na escritura de emissão é hipótese de vencimento antecipado.

à alienação de determinados ativos;  
Não há.

à contratação de novas dívidas;

A contratação de novas dívidas pelas subsidiárias da PCH Holding S.A. em montante que ultrapasse individualmente R\$40.000.000,00 é hipótese de vencimento antecipado.

à emissão de novos valores mobiliários;  
Não há.

à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas

A cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto de previamente autorizados pelos Debenturistas; e não manutenção do controle acionário das subsidiárias da PCH Holding pela Emissora, e não manutenção do controle acionário da Emissora pela CPFL Energia S.A.

vi. Agente fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** As alterações nas características e condições das debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão.

**Outras características relevantes** Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações
<b>Data de emissão</b>	25/05/2015
<b>Data de vencimento</b>	25/05/2020
<b>Quantidade (Unidades)</b>	29.600
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	296.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	298.331.399,66
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Antecipada Facultativa: A partir do 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, contado da Data da Emissão, ou seja, a partir de 25 de maio de 2017, inclusive, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar: (i) a amortização antecipada facultativa, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso. O valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio flat, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente aos percentuais abaixo:</p> <p>Período (a partir da Data de Emissão) Percentual do Prêmio (sobre o saldo devedor a ser resgatado ou amortizado) de 25 de maio de 2017, inclusive, a 25 de maio de 2018, inclusive 0,50% de 26 de maio de 2018, inclusive, a 25 de maio de 2019, inclusive 0,40% de 26 de maio de 2019, inclusive, a 25 de maio de 2020, inclusive 0,30%</p>

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

A escritura de emissão das debêntures foi assinada em 14 de maio de 2015. A data de emissão, conforme definido na escritura, é 25 de maio de 2015, sendo que a efetiva subscrição das Debêntures ocorreu em 12 de junho de 2015. Abaixo seguem as principais características da Debêntures.

i. Vencimento Antecipado: Observado o que será disposto na escritura de emissão das Debêntures, as Debêntures e todas as obrigações constantes da escritura de emissão das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Subscrição e Integralização, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência de qualquer uma das hipóteses a serem definidas como eventos de inadimplemento na escritura de emissão das Debêntures.

ii. Multa e Juros Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos da escritura de emissão das Debêntures, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

iii. Garantia: As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza;

iv. Se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário.

vi. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação:

Distribuição de dividendos: O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na escritura de emissão é hipótese de vencimento antecipado.

Alienação de determinados ativos:

Venda de uma ou mais subsidiárias da Emissora que represente(m) mais de 10% (dez por cento) da receita líquida anual consolidada da Emissora no ano do respectivo evento, salvo se previamente autorizado pelos Debenturistas.

Emissão de novas valores mobiliários:

Não há.

vi. Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações nas características e condições dos debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão.

### Outras características relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

### Valor mobiliário

### Nota Comercial

### Identificação do valor mobiliário

2ª Emissão de Notas Comerciais. Oferta para distribuição pública com esforços restritos.

### Data de emissão

29/08/2016

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Data de vencimento</b>	19/08/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	100
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	100.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	100.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Mediante pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio de resgate.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	<p>Colocação: oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da ICVM 476.</p> <p>Prazo de Subscrição: a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o art. 8º, parágrafo 2º, da ICVM 476.</p> <p>Séries/Quantidades: até 4 séries e cada série com até 25 notas comerciais.</p> <p>Valor nominal unitário de cada série: 1ª série R\$320.000,00; 2ª série: R\$300.000,00; 3ª série: R\$260.000,00; 4ª série: R\$3.120.000,00</p> <p>Valor total de cada série: 1ª série: Até R\$8.000.000,00; 2ª série: Até R\$7.500.000,00; 3ª série: Até R\$6.500.000,00; 4ª série: Até R\$78.000.000,00.</p> <p>Data de vencimento: 1ª série: até 180 dias contados da Data de Emissão; 2ª série: até 360 dias contados da Data de Emissão; 3ª série: até 540 dias contados da Data de Emissão; 4ª série: até 720 dias contados da Data de Emissão</p> <p>Garantia/Aval. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias, sejam reais ou pessoais (inclusive aval).</p> <p>Remuneração: DI + spread de 3,80% ao ano.</p> <p>Destinação dos Recursos: Reforço do capital de giro da Companhia e para suprir as necessidades de investimentos em bens de capital pela Companhia (capex) para implementação dos projetos de geração de energia de suas controladas.</p> <p>Vencimento Antecipado: previstas nas cláusulas das Notas Comerciais, incluindo, mas não se limitando: mora e/ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária; inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia; perante instituições financeiras; hipóteses estabelecidas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro; pedido ou decretação de falência da Companhia, apresentação de requerimento de autofalência pela Companhia; título protestado por falta de pagamento nas hipóteses previstas nas cláusulas; não manutenção do controle acionário da Companhia pela CPFL Energia S.A., desvio de finalidade e/ou modificação do objeto social da Companhia; caso a Companhia deixe de ser uma companhia aberta; redução de capital; inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer das Controladas, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral, nas hipóteses previstas nas cláusulas; pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, se estiver em mora de quaisquer valores devidos aos Titulares nos termos das Notas Comerciais.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Exceto pelos quóruns específicos estabelecidos nas cláusulas, todas as deliberações a serem tomadas, em primeira convocação, dependerão de aprovação de Titulares das Notas Comerciais que representem no mínimo 75% (setenta e cinco), e em segunda convocação, daqueles que representem a maioria simples do total dos presentes.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

---

**Valor mobiliário**
**Debêntures**

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única
<b>Data de emissão</b>	28/09/2016
<b>Data de vencimento</b>	28/09/2021
<b>Quantidade (Unidades)</b>	20.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	200.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia ("CPFL R") poderá a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP, com antecedência de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou realizar amortização antecipada facultativa, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio flat, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Escritura assinada em 15/09/2016. Vencimento antecipado: não pagamento pela CPFL R das obrigações aos Debenturistas previstas na Escritura, não sanado no prazo de 2 dias úteis; descumprimento pela CPFL R de obrigações previstas na Escritura não sanada em 30 dias corridos da data do recebimento, pela CPFL R, de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; cisão/fusão/incorporação/qualquer forma de reorganização societária da CPFL R, exceto se autorizado pelos Debenturistas; protesto legítimo de títulos contra a CPFL R/suas controladas diretas/indiretas/Fiadora, em valor individual ou agregado, superior a R\$50 milhões; inadimplemento/vencimento antecipado de obrigações financeiras, pela CPFL R/suas controladas diretas/indiretas, no mercado local ou internacional, com os Debenturistas ou terceiros, não sanado no prazo de 2 dias úteis; inadimplemento/vencimento antecipado de obrigações financeiras da Fiadora, no mercado local ou internacional, com os Debenturistas ou terceiros, em valor individual ou agregado superior a R\$75 milhões, não sanado no prazo de 2 dias úteis; provarem-se falsas/incorretas/enganosas as declarações prestadas pela CPFL R; cessação pela CPFL R de suas atividades/adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação/dissolução; (i)alteração do atual controle da CPFL R; ocorrência de: liquidação/ dissolução/decretação de falência; )pedido de autofalência da CPFL R/suas controladas diretas/indiretas/Fiadora; pedido de falência formulado por terceiros em face da CPFL R/suas controladas diretas/indiretas/Fiadora e não devidamente elidido pela CPFL R/suas controladas diretas/indiretas/Fiadora no prazo legal; propositura pela CPFL R/suas controladas diretas/indiretas/Fiadora a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou requerimento pela CPFL R/suas controladas diretas/indiretas/Fiadora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; caso a Escritura ou qualquer uma de suas disposições substanciais venham a ser revogadas/rescindidas/se tornarem nulas/deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou deixarem de ser exequíveis; realização de redução de capital social da CPFL R, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme artigo 174 da Lei das SAs; pagamento de dividendos/JCP/amortização de ações/quaisquer outras formas de bonificações em dinheiro/remunerações aos acionistas da CPFL R, caso a CPFL R esteja inadimplente com as suas obrigações descritas na Escritura; transformação da CPFL R em sociedade limitada (artigos 220 a 222 da Lei das SAs); não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado pela CPFL R em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50 milhões e/ou pela Fiadora em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75 milhões; perda/não renovação/cassação, das concessões, permissões/autorizações/venda de uma ou mais subsidiárias da CPFL R que represente(m) mais de 10% da receita líquida anual consolidada da CPFL R no ano do respectivo evento, salvo se autorizado pelos Debenturistas; cessão sob qualquer forma a terceiros de dividendos das controladas diretas/indiretas da CPFL R; uso dos recursos em desacordo com a destinação dos recursos; e não observância pela CPFL R dos índices financeiros. Remuneração: contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Subscrição e Integralização, correspondentes à variação acumulada de 126% das taxas médias diárias dos DI, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP. Debêntures de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações nas características e condições das debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão

### Outras características relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

### Valor mobiliário

### Debêntures

### Identificação do valor mobiliário

5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única

### Data de emissão

15/12/2016

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Data de vencimento</b>	15/12/2023
<b>Quantidade (Unidades)</b>	100.000.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	100.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, mediante comunicação individual aos titulares das Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP, ou publicação de anúncio aos Debenturistas, a critério da Companhia, com antecedência de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou realizar amortização antecipada facultativa, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio flat, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	<p>Escritura da 5ª emissão das debêntures foi assinada em 15 de dezembro de 2016. As principais características das Debêntures são:</p> <p>i. Juros:</p> <p>A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da primeira Data de Subscrição e Integralização, correspondentes à variação acumulada de 129,50% (cento e vinte e nove inteiros e cinquenta por cento) das taxas médias diárias dos DI, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.</p> <p>ii. Garantia:</p> <p>As Debêntures serão da espécie com garantia real, composta por alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme detalhado na Escritura de Emissão, e com garantia adicional fidejussória.</p> <p>iii. Agente fiduciário:</p> <p>Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</p> <p>iv. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado: Conforme cláusula 4.13 da Escritura de Debêntures</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As alterações nas características e condições das debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na Escritura de Emissão.
<b>Outras características relevantes</b>	Saldo devedor zerado, uma vez que a liquidação da emissão ocorreu em 10/03/2017.

Valor mobiliário

Título de Investimento Coletivo

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações
<b>Data de emissão</b>	21/05/2012
<b>Data de vencimento</b>	21/05/2022
<b>Quantidade (Unidades)</b>	43.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	430.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	413.424.718,85
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A partir da data de emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das debêntures de 15 dias úteis da data do evento, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, ou realizar amortizações antecipadas de qualquer parcela limitado a 98% do saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso de amortização, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de emissão ou da data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures. Não haverá resgate antecipado facultativo parcial das debêntures.

**Características dos valores mobiliários de dívida**

A escritura de emissão das debêntures foi assinada em 06 de junho de 2012. A data de emissão, conforme definido na escritura é 21 de maio de 2012. No entanto, a efetiva subscrição das Debêntures ocorreu em 15 de junho de 2012.

Abaixo seguem as principais características da Debêntures.

**i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado**

Vencimento em 21 de maio de 2022. A escritura de emissão das debêntures prevê eventos de inadimplemento incluindo, mas não se limitando: (1) vencimento antecipado ou inadimplemento pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00, apenas para a hipótese de inadimplemento; (2) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, exceto se previa e expressamente autorizado pelos debenturistas; (3) realização de redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da escritura de emissão, sem que haja anuência prévia dos debenturistas; (4) proposta pela Companhia, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial.

**ii. Juros**

A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis.

**iii. Garantia**

As debêntures serão objeto de garantia real, e serão garantidas por (i) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A.; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A.; e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculada(s) pela qual(is) deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A.

**iv. Se o crédito é quirografário ou subordinado:**

Quirografário.

**vi. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação:**

à distribuição de dividendos:

O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na escritura de emissão é hipótese de vencimento antecipado.

à alienação de determinados ativos:

Não há.

à contratação de novas dívidas:

A contratação de novas dívidas pelas subsidiárias da PCH Holding S.A. em montante que ultrapasse individualmente R\$40.000.000,00 é hipótese de vencimento antecipado.

à emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

**vi. Agente fiduciário:**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** As alterações nas características e condições dos debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão.

**Outras características relevantes** Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

---

## 18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

<b>18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.</b>
--

As ações ordinárias (ON) da CPFL Renováveis são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA sob a sigla “CPRE3”.

As debêntures da 1ª emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), enquanto as debêntures da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão da Companhia estão depositadas para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP (“CETIP21”). Para mais informações sobre as debêntures da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão da Companhia, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

As notas comerciais da 2ª emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado secundário, por meio do módulo CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e custodiadas eletronicamente na CETIP. Para maiores informações sobre as notas comerciais da 2ª emissão da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

## **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

**18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:**

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## **18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve títulos emitidos no exterior nos 3 últimos exercícios sociais.

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

<b>18.9</b>	<b>Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.</b>
-------------	---

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreu nenhuma oferta pública de ações dado que a Companhia, nem terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, realizaram ofertas públicas relativas a valores mobiliários ,exceto: (i) a 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais da CPFL Renováveis; (ii) a 4ª emissão de debêntures simples e (iii) a 5ª emissão de debêntures simples, cujos detalhes estão descritos nos itens 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios****18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar.**

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados  
 b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição  
 c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

**Exercício Social encerrado em 31/12/2016:**

Em 15 de dezembro de 2016 a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, na quantidade de 100.000.000 debêntures, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, com vencimento em 15 de dezembro de 2023.

Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados	Os recursos serão destinados para investimentos em projetos da Companhia e suas controladoras diretas e indiretas.
Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição	Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas pela Companhia.
Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios	Não aplicável.

Em 28 de setembro de 2016 a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, na quantidade de 40 debêntures, em duas séries, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, com vencimento em 28 de setembro de 2021 para a primeira série e cinco anos contados da data de emissão das debêntures da segunda série.

Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados	Os recursos serão destinados ao capital de giro e outras atividades usuais da Companhia.
Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição	Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas pela Companhia.
Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios	Não aplicável

Em 29 de agosto de 2016 a Companhia realizou, a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em 4 (quatro) séries, nos termos da ICVM 566, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385/76, da ICVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados	Os recursos serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia às necessidades de investimentos em bens de capital pela Emissora (Capex) para implementação dos projetos de geração de energia de suas controladas
Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição	Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas pela Companhia.
Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios	Não aplicável

**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios****Exercício Social encerrado em 31/12/2015:**

Em 25 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, na quantidade de 29.600 debêntures, em série única, da espécie quirografária, com vencimento em 25 de maio de 2020.

Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados	Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, foram utilizados: (i) reperfilamento de dívidas da Emissora; e (ii) prover liquidez adicional em caso de cenário macroeconômico ou setorial adverso.
Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição	Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas pela Companhia.
Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios	Não aplicável

**Exercício Social encerrado em 31/12/2014:**

Em 28 de março de 2014, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, na quantidade de 300.000 debêntures, em série única, da espécie quirografária, com vencimento em 28 de março de 2021.

Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados	Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, foram utilizados para investimentos e/ou Capex e/ou reforço de caixa da Companhia.
Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição	Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas pela Companhia.
Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios	Não aplicável

**18.11 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro.**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

**18.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 18 deste Formulário de Referência.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de suas ações.

## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão em tesouraria.

### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão em tesouraria.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

**Data aprovação** 27/04/2012

**Cargo e/ou função** Para maiores detalhes sobre Pessoas Vinculadas, vide texto anexo no item 20.2.

### Principais características e locais de consulta

A Companhia possui uma política interna de negociação de valores mobiliários, em conformidade com a Instrução CVM n.º 358/2002. A referida política tem por objetivo propiciar uma negociação ordenada de Valores Mobiliários pelas pessoas vinculadas à Companhia, visando proporcionar transparência nas negociações desta natureza a todos os agentes de mercado com os quais a Companhia se relaciona. Abrangência: aplica-se às Pessoas Vinculadas, a partir da data da publicação da ata de reunião do Conselho de Administração que delibera pela sua aprovação. A Política de Negociação está disponível do site de Relações com Investidores da Companhia, assim como, na página da CVM na rede mundial de computadores.

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** As Pessoas Vinculadas não poderão negociar Valores Mobiliários: (a) antes de decorridos 180 dias contados a partir da data de sua respectiva aquisição em Bolsa de Valores; (b) desde a data da ciência até a data da Comunicação de Ato ou Fato Relevante ao mercado; (c) no período compreendido entre os 15 dias anteriores e os cinco dias posteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; (d) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Ações pela própria Companhia; (e) nos períodos determinados pela regulamentação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários; (f) quando o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, independentemente de justificação ou da existência de Ato ou Fato Relevante, estipular períodos em que as Pessoas Vinculadas não possam negociar com Valores Mobiliários, podendo ser considerados eventos, entre outros, que justificam a estipulação destes períodos, (i) operações de fusão ou aquisição envolvendo empresas do Grupo CPFL e (ii) operações de aumento do capital social da Companhia, de distribuição de dividendos, de pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação em Ações ou seus derivativos, de grupamento e/ou desdobramento de Ações. No caso de a Pessoa Vinculada se afastar da Companhia e/ou de algum dos órgãos deliberativos e/ou de comitês relacionados, esta Pessoa Vinculada continuará obrigada a observar os termos e condições da presente Política de Negociação pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o seu afastamento. Os termos e condições da presente Política de Negociação aplicam-se a negociações indiretas com Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas, seja por intermédio de sociedade controlada por uma ou mais Pessoas Vinculadas ou na qual tais pessoas detenham participação, seja por interposta pessoa com a qual tenha sido firmado ou estipulado contrato de fidúcia ou administração de carteira de valores mobiliários ou qualquer outra avença contratual, verbal ou escrita.

---

## 20.2 - Outras informações relevantes

### 20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

#### AUTORIZAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO

As Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários:

(i) na Companhia, os atuais membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva, assessores da Diretoria Executiva e gerentes de departamento e divisão; (ii) nas sociedades controladas pela Companhia, membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal, membros dos comitês de assessoramento do conselho de administração, membros da diretoria executiva, assessores da diretoria e gerentes de departamento e divisão; (iii) nos Acionistas Controladores diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva e assessores da Diretoria Executiva; (iv) demais pessoas as quais, em decorrência de sua função, cargo, posição ou relacionamento com a Companhia ou com as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia ou Acionistas Controladores, tenham acesso a Ato ou Fato Relevante; e (v) pessoas naturais ou jurídicas que mantenham com as pessoas mencionadas nos itens anteriores os seguintes vínculos:

(a) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (b) o companheiro; (c) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (d) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva, assessores da diretoria e gerentes da Companhia.

#### RESPONSABILIDADES

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o responsável pelo acompanhamento e execução da Política de Negociação, competindo-lhe o dever de informar às Pessoas Vinculadas e aos órgãos públicos competentes sobre os períodos de vedação a negociação de Valores Mobiliários.

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá fazer com que as Pessoas Vinculadas que sejam colaboradores da Companhia e de suas sociedades controladas firmem o Termo de Adesão à Política de Negociação de forma a documentar a adesão aos seus termos. As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações privilegiadas têm o dever de guardar sigilo até a divulgação de tais informações por meio de Comunicação de Ato ou Fato Relevante feita pela Companhia nos termos da regulamentação aplicável, e de zelar para que seus subordinados hierárquicos e terceiros com quem mantenham contato que tenham tido acesso a informações privilegiadas também o façam.

As Pessoas Vinculadas deverão informar a espécie, a classe e a quantidade de Valores Mobiliários de que são titulares, bem como quaisquer alterações nessas posições. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores, (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o último dia do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Acionistas Controladores e os demais acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração da Companhia deverão comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e divulgar ao mercado quaisquer aquisições ou alienações de Participação Acionária Relevante.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

As vedações da Política de Negociação não se aplicam a negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas das Pessoas Vinculadas, desde que (i) tais fundos não sejam exclusivos e (ii) as Pessoas Vinculadas não possam efetivamente influenciar a decisão de investimento do administrador ou gestor do fundo.

Quaisquer alterações, aditamentos ou modificações dos termos da Política de Negociação devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, reunido para deliberar sobre este fim. Quaisquer casos omissos na Política de Negociação devem ser apreciados pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e, quando for o caso, encaminhados para o Conselho de Administração para serem aprovados.

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

### 21 Política de divulgação de informações

**21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.**

Conforme Instrução CVM nº 358, Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia (“Política de Divulgação”), consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de setembro de 2014. Abaixo as principais características da Política de Divulgação:

#### 1. Objetivo e âmbito de aplicação

A Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante (“Política”) tem o objetivo de regular o cumprimento das obrigações determinadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), por meio do disposto na Instrução CVM nº 358/2002 e alterações posteriores, no que tange ao: (i) procedimento relativo à divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante e (ii) procedimento relativo à manutenção de sigilo acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado sobre a CPFL Energias Renováveis S.A., suas sociedades Controladas ou eventuais Coligadas, nos termos previstos no âmbito de aplicação.

A Política é aplicável à CPFL Energias Renováveis S.A., suas sociedades Controladas ou eventuais Coligadas.

#### 2. Definições

Os principais termos contidos na Política envolvem as seguintes definições:

**ACIONISTAS CONTROLADORES OU SOCIEDADES CONTROLADORAS OU CONTROLADORA:** o acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que (i) detenha a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores; e (ii) efetivamente exerça o poder de controle de direção das atividades sociais e orientação do funcionamento dos órgãos da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76.

**ADMINISTRADORES:** os diretores estatutários e membros do conselho de administração (titulares e suplentes) da Companhia e suas Controladas ou eventuais Coligadas.

**ATO OU FATO RELEVANTE OU ATOS OU FATOS RELEVANTES:** qualquer decisão de Acionistas Controladores, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia; ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro, ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários da Companhia.

**BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros):** é a bolsa de valores no Brasil, em que os valores mobiliários de emissão da(s) Companhia(s) são admitidos à negociação.

**CONSULTORES:** todas as pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às Coligadas, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada.

**CPFL RENOVÁVEIS OU COMPANHIA:** a CPFL Energias Renováveis S.A..

**CVM (Comissão de Valores Mobiliários):** órgão regulador do mercado de capitais brasileiro.

**DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (DRI):** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Renováveis, responsável pela prestação de informações ao público investidor, à CVM, à SEC, e às Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão, no País ou no exterior, bem como manter atualizado o registro de companhia aberta da CPFL Renováveis.

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

**EX-ADMINISTRADORES:** os ex-diretores estatutários e ex-membros do conselho de administração (titulares ou suplentes) que deixarem de integrar a administração da Companhia.

**INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA OU INFORMAÇÃO RELEVANTE:** informação relativa a Atos ou Fatos relevantes ainda não divulgados aos órgãos reguladores, às Bolsas de Valores e outras entidades similares e, simultaneamente, aos acionistas e investidores em geral.

**EMPREGADOS E COLABORADORES:** os empregados, executivos da CPFL Renováveis, bem como quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada.

**PESSOAS VINCULADAS:** significa (i) a própria Companhia; (ii) seus Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas da CPFL Renováveis; (iii) seus Colaboradores; e (iv) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia e em sociedade Controladora, nas eventuais Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação que possa constituir Ato ou Fato Relevante sobre a CPFL Renováveis.

**POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE:** significa o inteiro teor deste documento aprovado pelo Conselho de Administração.

SEC: a Securities and Exchange Commission, órgão regulador do mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.

**SOCIEDADES COLIGADAS:** Sociedades nas quais a Companhia possua participação igual ou superior a 10% (dez por cento), sem controlá-las.

**SOCIEDADES CONTROLADAS:** Sociedades nas quais a Companhia, diretamente ou indiretamente, detenha poder de decisão sobre questões relevantes, bem como o poder de eleger a maioria dos Administradores.

**TERMO DE ADESÃO:** é o documento a ser firmado na forma do artigo 16, § 1º da Instrução CVM nº 358/02. O documento padrão foi disponibilizado pela BM&FBovespa no Manual da Política de Divulgação.

**VALORES MOBILIÁRIOS:** (i) quaisquer Ações, debêntures, direitos, recibos de subscrição (incluindo aqueles emitidos fora do Brasil com lastro em ações), direitos de subscrição, notas promissórias e demais valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de suas controladas; e (ii) os derivativos lastreados ou de qualquer forma referenciados aos valores mobiliários mencionados no item (i).

### 3. Público Alvo

- (i) a própria CPFL Renováveis;
- (ii) acionistas controladores, diretos ou indiretos;
- (iii) diretores estatutários;
- (iv) membros do conselho de administração;
- (v) membros do conselho fiscal;
- (vi) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária;
- (vii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;
- (viii) quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a CPFL Renováveis, tais como auditores independentes, analistas de mercado, consultores e peritos;
- (ix) administradores que se afastarem da administração da CPFL Renováveis antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão.

### 4. Documentos Aplicáveis

Principais documentos e regulamentações relacionados com esta política:

- Instrução CVM nº 358/2002
- Instrução CVM nº 369/2002
- Instrução CVM nº 449/2007
- Instrução CVM nº 480/2009

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- Instrução CVM nº 547/2014
- Lei nº 6.404/1976

### 5. Atribuições

Cumpra ao DRI da CPFL Renováveis, no exercício das funções relativas à Divulgação de Ato ou Fato Relevante, zelar para que a Companhia cumpra a legislação vigente, por meio do cumprimento das obrigações aqui citadas:

- Acompanhar a regulação vigente e atualizar a presente Política sempre que a regulação assim exigir;
- Providenciar as aprovações necessárias, quando da atualização, junto ao Conselho de Administração, no que for exigido pela regulação;
- Disponibilizar a Política e suas atualizações ao órgão regulador (CVM);
- Assegurar as adesões das Pessoas sujeitas à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, por meio da assinatura do Termo de Adesão, constante desse documento.
- Manter, na sede da Companhia, a relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas. Tal relação deve sempre ser mantida à disposição da CVM.

### 6. Definição E Exemplos De Ato Ou Fato Relevante

Considera-se relevante, para os efeitos desta Política, qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da CPFL Renováveis ou de suas sociedades direta ou indiretamente controladas ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela CPFL Renováveis ou a eles referenciados.

São exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

- I. assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;
- II. mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de Acordo de Acionistas;
- III. celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;
- IV. ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;
- V. autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- VI. decisão de promover o cancelamento de registro de companhia aberta;
- VII. incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;
- VIII. transformação ou dissolução da Companhia;
- IX. mudança na composição do patrimônio da Companhia;
- X. mudança de critérios contábeis;
- XI. renegociação de dívidas;
- XII. aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;
- XIII. alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela Companhia;
- XIV. desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;
- XV. aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;
- XVI. lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;
- XVII. celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;
- XVIII. aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- XIX. início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;
- XX. descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;
- XXI. modificação de projeções divulgadas pela Companhia;

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

XXII. impetração de recuperação (judicial ou extrajudicial), confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia.

### 7. Procedimentos Relativos À Divulgação De Ato Ou Fato Relevante

7.1. Cumpre ao DRI da CPFL Renováveis enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e à BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da CPFL Renováveis, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

7.2. Os acionistas controladores, diretores estatutários, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, que tenham firmado o Termo de Adesão, deverão comunicar expressamente, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao DRI, que promoverá sua divulgação.

7.2.1. Na hipótese de dúvida acerca da natureza relevante de ato ou fato que qualquer das pessoas referidas no item 7.2 acima tiver conhecimento, deverá ser feita consulta expressa ao DRI, a fim de sanar referida dúvida.

7.3. Caso as pessoas referidas no item 7.2 acima tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e, após a consulta referida no item 7.2.1 acima, constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, inclusive na hipótese do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada posteriormente, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

7.3.1. Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis ou a eles referenciado, o DRI deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se elas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

7.4. Cumpre ao DRI fazer com que a divulgação de ato ou fato relevante na forma prevista nos itens 7.1 e 7.5 desta Política preceda ou seja feita simultaneamente à veiculação da informação ao mercado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

7.5. A divulgação deverá se dar por meio de, no mínimo, um dos canais de comunicação: (i) jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela CPFL Renováveis ou (ii) pelo menos um portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

7.5.1. A divulgação de ato ou fato relevante realizada na forma prevista no item 7.5 (i) acima pode ser feita de forma resumida, com indicação dos endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa deve estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico àquele remetido à CVM.

7.6. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item 7.5.1 acima, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

7.7. Nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º e do artigo 4º da Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada pela Instrução CVM nº 457/2014, a CVM poderá determinar, a qualquer tempo, a divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre ato ou fato relevante, bem como exigir do DRI esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante.

7.8. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBovespa.

7.8.1. Caso os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

7.8.2. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente à BM&FBovespa, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

7.8.3. A suspensão de negociação a que se refere o item 7.8.2 acima não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis sejam admitidos à negociação, e na BM&FBovespa os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

7.9. Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à CPFL Renováveis será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores, conforme o caso, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada posteriormente.

### 8. Procedimentos Relativos À Manutenção De Sigilo Acerca De Ato Ou Fato Relevante Ainda Não Divulgado Ao Mercado

8.1. Ressalvado o disposto no item 8.1.1 abaixo, os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

8.1.1. Os acionistas controladores e ou administradores ficam obrigados a, diretamente ou através do DRI, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis ou a eles referenciados.

8.2. Os Administradores da CPFL Renováveis podem submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante. O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra "Confidencial".

8.3. Caso a CVM decida pela divulgação do ato ou fato relevante, determinará ao interessado, ou ao DRI, conforme o caso, que o comunique, imediatamente, à BM&FBovespa, e o divulgue na forma do item 7.1 acima, desta Política.

8.4. Na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da CPFL Renováveis ou a eles referenciados, o requerimento de que trata o item 8.2 acima, não eximirá os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação do ato ou fato relevante.

8.5. Cumpre aos Acionistas Controladores, diretores estatutários, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados ou colaboradores da CPFL Renováveis, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

8.6. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis, ou a eles referenciados:

- I. pela própria CPFL Renováveis;
- II. pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos;
- III. pelos diretores estatutários;
- IV. pelos membros do conselho de administração;
- V. pelos membros do conselho fiscal;
- VI. pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária;
- VII. por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na CPFL Renováveis, seus acionistas controladores, suas controladas ou eventuais coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;
- VIII. por quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial por aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a CPFL Renováveis tais como auditores independentes, analistas de mercado, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da CPFL Renováveis ou a eles referenciados; e

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

IX. pelos Administradores que se afastarem da administração da CPFL Renováveis antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

8.6.1. A vedação de que trata o item 8.6 acima também prevalecerá:

- I. se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e
- II. em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da CPFL Renováveis pela própria CPFL Renováveis, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

8.6.2. Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 8.6 acima no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais e anuais da CPFL Renováveis.

8.6.3. As vedações previstas nos itens 8.6 e 8.6.1, inciso I, deixarão de vigorar tão logo a CPFL Renováveis divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da CPFL Renováveis ou dela própria.

8.6.4. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da divulgação de fato relevante, o conselho de administração da CPFL Renováveis não pode deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

### 9. Infração Grave

9.1. Configura infração grave a transgressão às disposições previstas na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada posteriormente, podendo sujeitar o infrator, conforme deliberado pela CVM, às penas de (i) advertência; (ii) suspensão do exercício do cargo; e (iii) inabilitação temporária até o máximo de 20 anos, para o exercício do cargo.

9.2. A CVM deverá comunicar ao Ministério Público a ocorrência dos eventos previstos na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada posteriormente, que constituam crime, como por exemplo:

Uso Indevido de Informação Privilegiada – utilizar informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários. Pena: reclusão de 1 a 5 anos, e multa de até três vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

### 10. Disposições Gerais

10.1. Por deliberação do Conselho de Administração da CPFL Renováveis, em reunião realizada no dia 24/04/2012, a CPFL Renováveis passou a adotar esta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, contemplando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas. Tal política foi atualizada, conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 25/09/2014.

10.2. A CPFL Renováveis comunicará formalmente os termos desta Política, com destaque para as alterações aprovadas pelo Conselho de Administração em 25/09/2014, aos acionistas controladores e às demais pessoas indicadas no item 8.6.

10.3 A CPFL Renováveis, a qualquer tempo, ao promover alterações a presente Política de Divulgação, deve comunicar às Pessoas Vinculadas.

10.4. A CPFL Renováveis manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 8.6 acima e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a sempre que houver modificação.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

10.5. A aprovação ou alteração desta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da CPFL Renováveis será comunicada à CVM e à BM&FBovespa, acompanhada de cópia da deliberação e do inteiro teor da presente política.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

**21.2** Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre fator relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

Vide item 21.1 deste Formulário de Referência, para detalhes sobre divulgação de ato ou fato relevante adotados pela Companhia.

A Companhia utiliza o Valor RI, seu site de Relações com Investidores, assim como, a página da CVM na rede mundial de computadores para divulgação de seus Atos e Fatos relevantes.

A Política de Divulgação está disponível do site de Relações com Investidores da Companhia, assim como, na página da CVM na rede mundial de computadores.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

**21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

## 21.4 - Outras informações relevantes

### 21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam essa prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração de uma companhia deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, podem ser citadas algumas adotadas pela Companhia: (a) além de outras atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre a: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (ii) fixação da remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; (iii) reforma do Estatuto Social; (iv) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição de liquidantes e julgar-lhes as contas; (v) proposta apresentada pela administração ou diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; (b) contratação de empresa de auditoria independente para análise de balanços e demonstrativos financeiros; (c) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal; (d) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes; (d) clara definição no Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (e) relacionamento transparente entre os Diretores Co-Presidentes e os demais Diretores com indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto perante a Companhia; (f) transparência na divulgação pública do relatório anual da Administração; (g) relatório anual que, além das exigências legais, envolve todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados assuntos de justificada confidencialidade; e (h) livre acesso às informações e instalações pelos membros do Conselho de Administração.

Nossa área de relações com investidores envia periodicamente ao mercado informações eletrônicas contendo os fatos relevantes e a divulgação de resultados do nosso grupo econômico. Além disso, informações sobre a Companhia são atualizadas diariamente em sua página na internet, garantindo acesso a todos os interessados. Tais medidas são tomadas visando o desenvolvimento de um contínuo e transparente relacionamento entre o grupo econômico ao qual pertencemos e o mercado de capitais nacional e internacional.

Dessa maneira, a Companhia procura manter um consistente e proativo relacionamento com o mercado, buscando evitar que determinados grupos de pessoas tenham acesso seletivo ou privilegiado às suas informações, se empenhando em assegurar que a divulgação de suas informações seja feita de forma simultânea a todo o mercado.